

ARQUIVO GERAL  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

---

# A Rocinha em Construção

---

**A história social de uma favela na  
primeira metade do século XX**

MARIANA BARBOSA CARVALHO DA COSTA



Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro  
**Eduardo Paes**

Secretário SEGOVI  
**Tony Chalita**

Presidente do Arquivo Geral da Cidade  
**Rosa Maria Araujo**

Produção Executiva  
**Pedro Marreca**  
**Rafael Martins de Araujo**

Comissão julgadora composta pelos  
professores doutores

**André Luiz Vieira de Campos**  
**Beatriz Kushnir**  
**Ismênia de Lima Martins**  
**Paulo Knauss**  
**Tânia Maria Tavares Bessone**

(Concurso realizado no ano de 2019, sob a direção de Beatriz Kushnir e a gerência de Agnes Alencar)

Valdemir Paiva  
**EDITOR-CHEFE**

Éverson Ciriaco  
**DIREÇÃO EDITORIAL**

Katlyn Lopes  
**DIREÇÃO EXECUTIVA**

Paula Zettel  
**DESIGN DE CAPA**

Jhonny Alves dos Reis  
**DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO**

Os autores  
**REVISÃO**

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**BIBLIOTECÁRIA: MARIA ISABEL SCHIAVON KINASZ, CRB9 / 626**

---

C837r Costa, Mariana Barbosa Carvalho da  
A Rocinha em construção: a história social de uma favela na primeira metade do século XX [recurso eletrônico] / Mariana Barbosa Carvalho da Costa – 1.ed. - Curitiba: Editorial Casa, 2022.  
273p.; il.; 21cm

ISBN 978-65-5399-274-0

1. Favelas – Rio de Janeiro/RJ. 2. Favela da Rocinha – História. I. Título.

CDD 361.8 (22.ed)

CDU 301.18

---

Nº. Registro Doi: 10.55371/978-65-5399-273-3



---

Praça Generoso Marques, 27, 14º andar - Centro | CEP 80020-230 | Curitiba-PR  
Telefone: (55) (41) 3264-9696 | E-mail: contato@editorialcasa.com.br  
www.editorialcasa.com.br

Mariana Barbosa Carvalho da Costa

**A Rocinha em  
construção:**  
a história social de uma  
favela na primeira metade  
do século XX



# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1** – Fotografia do núcleo de moradias da Rocinha.

Fonte: Acervo Augusto Malta, *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, 1931.

**Figura 2** – Foto do trabalhador rural Tibúrcio José Soares.

Fonte: *A Imprensa*, 6 de maio de 1911.

**Figura 3** – Fotografias da residência de Prudêncio José Ribeiro.

Fonte: *A Imprensa*, 6 de maio de 1911.

**Figura 4** – Foto do operário Angelo Giannini.

Fonte: “O Circuito da Gávea e os cabotinos”, *O Imparcial*, 3 de maio de 1936.

**Figura 5** – Fotografia do alargamento da Estrada da Gávea.

Fonte: Acervo Augusto Malta, *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, 1914.

**Figura 6** – Planta do loteamento da fazenda da Rocinha realizado pela Companhia Castro Guidão, 1920.

Fonte: *Acervo Museu Sankofa*. Disponível em: <http://memoriarocinha.com.br/>. (Consultado em 20 de maio de 2017).

**Figura 7** – Planta de uma residência na Estrada da Gávea.

Fonte: L. O., Estrada da Gávea, ano 1929, caixa 111, documento 20, *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*.

**Figura 8** – Fotografia do Morro Dois Irmãos e da Praia da Gávea.

Fonte: Luciano Ferrez, “Vistas do Rio de Janeiro”, ano 1933, número do catálogo objlogo 37, código de referência F.F. L.F. 1.0.1., *Arquivo Nacional*.

**Figura 9** – Foto da diretoria do Santa Cruz Foot-ball Clube na sede da associação.

Fonte: *A Noite*, 5 de maio de 1947.

**Figura 10** – Ilustração do percurso do Circuito da Gávea.

Fonte: *Revista da Semana*, 1 de abril de 1933.

**Figura 11** – Foto da largada do Circuito da Gávea na rua Marquês de São Vicente.

Fonte: *O Cruzeiro*, 13 de abril de 1936.

**Figura 12** – Fotografia das obras de pavimentação na Estrada da Gávea.  
Fonte: *Revista Municipal de Engenharia*, setembro de 1934, número 12, ano III.

**Figura 13** – Foto com a indicação da localização do loteamento Gavelândia.  
Fonte: *Vida Doméstica*, fevereiro de 1933.

**Figura 14** – Planta do loteamento Gavelândia.  
Fonte: *Vida Doméstica*, setembro de 1932.

**Figura 15** – Anúncio de venda dos terrenos do empreendimento Gavelândia.  
Fonte: *Vida Doméstica*, outubro de 1932.

**Figura 16** – Fotografia das obras de pavimentação da Estrada da Gávea.  
Fonte: *Revista Municipal de Engenharia*, janeiro de 1940, número 1, volume VII.

**Figura 17** – Foto de um grupo de habitantes da Rocinha posando para o *Diário da Noite*.  
Fonte: “Entregarão por dez mil cruzeiros o que vale cinquenta mil”, *Diário da Noite*, 3 de maio de 1944.

**Figura 18** – Fotografia de crianças da instituição de ensino primário situada na Rocinha.  
Fonte: “Do que necessita o seu bairro?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.

**Figura 19** – Foto da “Favela da Rocinha”.  
Fonte: Acervo de trabalho geográfico de campo. Título: Favela da Rocinha, Gávea. BERNARDES, Nilo; SOMLO, Tomas. Ano 1958.

**Figura 20** – Fotos do Campo do Esperança, Rocinha.  
Fonte: *Imprensa Popular*, 21 de março de 1956.

**Figura 21** – Fotografia da festa de comemoração à fundação do centro de melhoramentos da Rocinha.  
Fonte: “Domingo Foi Dia de Festa no Morro” *Imprensa Popular*, 23 de novembro de 1954.

# Prefácio

A reflexão acadêmica sobre as favelas cariocas é antiga e se inicia ainda na década de 1940. Das diversas disciplinas das ciências sociais, aquela que mais tardou em pesquisar as favelas foi provavelmente a História. Ora, pensar as favelas como parte da cidade pressupõe, acima de tudo, pensá-las como parte também da história do Rio de Janeiro. Esse tardio interesse da História reflete desafios de ordem metodológico e epistemológico. Como as favelas deveriam ser erradicadas com o processo de modernização, elas foram consideradas como espaços provisórios, cujo crescimento era “espontâneo”, ou seja, eram considerados espaços sem História. Esse entendimento provocou e, ao mesmo tempo, foi reforçado pela precariedade das fontes sobre tais locais e seus moradores. Trata-se obviamente de um desafio metodológico ao historiador, que precisa de muita criatividade, sensibilidade e persistência na busca por fontes.

Observa-se ultimamente uma miríade de projetos e iniciativas nas favelas, que envolvem o debate sobre a memória. Museus sociais, turismo de base comunitária e mesmo arquivos e bibliotecas locais acionam a memória como ferramenta política de mobilização social e construção de identidades. Tal fenômeno produz acervos históricos, suscita questionamentos renovados de pesquisa e reafirma que o direito ao passado é condição *sine qua non* na luta pelo direito à cidade. Não se deve somente provar que as favelas são cidade, mas reafirmar que sempre foram.

Ao analisar a história da Rocinha, o trabalho de Mariana Barbosa Carvalho da Costa é uma bela contribuição nesse sentido. Na interseção entre as preocupações da história urbana e da história social, ela foge de toda e qualquer essencialização da favela e procura analisar como a localidade da Rocinha foi, de certa forma, se constituindo como favela. Ela questiona a afirmação canônica que a Rocinha se originou do loteamento promovido pela Companhia Castro Guidão a partir da segunda metade de 1920. Mesmo que esse loteamento tenha sido um marco da ocupação da área, Mariana inicia seu trabalho ainda na virada dos séculos XIX e XX e se estende até o final dos anos 1950. Nesse período, o local onde se encontra a Rocinha teve ares rurais, foi um loteamento popular, bairro operário, teve um dos mais conhecidos



circuitos de corridas de automóveis do país cruzando suas ruas e, por fim, foi e é, aliás, também uma favela.

Mariana nos explica que a lógica de ocupação da área se caracterizou inicialmente pela realização de diferentes atividades voltadas, principalmente, para a produção agrícola e pecuária destinada ao comércio, e a derrubada de mata e produção de lenha e carvão, o que motivou alguns indivíduos a se fixarem na localidade até mesmo como uma forma de sobrevivência. Assim, o termo rocinha - pequena roça - pode indicar a memória dessa vocação rural original do local.

A autora demonstra como que a nomeação dessa zona começa a se alterar a partir dos anos 1930 e de uma zona rural e de um loteamento operário, passa a ser gradualmente designado como favela. É interessante compreender que a regularização do mencionado loteamento não avança, em parte, pela tentativa da própria prefeitura em desapropriar a área em 1944. De certa forma, a Rocinha, como favela, é também uma construção estatal, e reflete o incômodo que a consolidação de um bairro operário na área representava para os interesses imobiliários em expansão na cidade. O loteamento irregular passa a ser oficialmente considerado como favela já nos primeiros censos das favelas da cidade e, como demonstra a autora, representações negativas associando a área à violência se consolidam nos jornais no decorrer dos anos 1950.

Destrinchar essa história nos faz obviamente questionar generalizações sobre as favelas e compreender como tais espaços e seus moradores não eram excluídos da dinâmica urbana. Quando retiramos as representações historicamente vinculadas às favelas cariocas e estudamos os processos históricos que lhes deram origens, compreendemos que tais espaços não se diferem tanto de outros espaços populares ao redor do mundo, que se formaram muitas vezes por autoconstrução e em terrenos com alguma forma de precariedade fundiária. Identificar os meandros dessa história nos traz a possibilidade de compreender a riqueza desses processos.

Por outro lado, Mariana não isola a Rocinha da dinâmica urbana mais ampla. Ao contrário, ela procura analisar as diversas formas de interação da Rocinha com os bairros circunvizinhos e com

as dinâmicas mais amplas da cidade. Mariana, em trabalhos anteriores, se interessou pelo estudo da classe trabalhadora nos bairros da Gávea e Jardim Botânico, o que a certamente motivou a estudar mais especificamente a Rocinha. A classe trabalhadora mora nas favelas, ou melhor, sempre morou.

Nesse sentido, ela procura analisar como as diferentes formas de associativismo da Rocinha estavam na base do processo de afirmação de solidariedades mais amplas entre aqueles trabalhadores, baseadas em visões de mundo e costumes compartilhados através dessa experiência associativa, que direta ou indiretamente se voltou também na luta pelo próprio direito de permanência da favela. Compreender tais lutas em termos históricos é extremamente importante para ressignificar cada vez mais as lutas presentes e trazer possibilidades de reformulação de novas pautas e formas de agir político.

Merece ser sublinhado, ainda, o esforço da autora na pesquisa documental: Jornais, documentos cíveis e cartoriais, acervos diversos de arquivos públicos (fundos documentais, mapas, plantas, fotos...), documentos recolhidos pelo Museu Sankofa da Rocinha, assim como depoimentos de moradores da Rocinha reunidos, em 1983, no livro *Varal de Lembranças: Histórias (e causos) da Rocinha*, coordenado por Lygia Segala e Tania Regina da Silva. Como um artesanato intelectual, Mariana soube articular diversas fontes, dando coerência e fineza analítica.

Assim, no decorrer de cinco capítulos, o presente trabalho busca inicialmente analisar o desenrolar histórico do espaço em que se encontra os morros da Gávea e suas imediações durante o período que compreende o início do século XX e os primeiros anos da década de 1930. Analisa, posteriormente, os espaços associativos e as redes de solidariedade constituída pelos trabalhadores locais a partir dos anos 1930, assim como se volta, em seguida, para o processo conflituoso de construção e reinvenção das fronteiras territoriais e simbólicas entre o bairro da Gávea e a própria Rocinha. Tais fronteiras se consolidam, como analisa a autora, em torno do decreto municipal de desapropriação da área de 1944. Já estava claro que não havia interesse por parte dos poderes públicos em legalizar o então loteamento dos anos

1920. Por fim, a autora analisa o processo de crescimento da Rocinha, como favela, durante os anos 1950.

Como mencionamos anteriormente, o museu local da Rocinha se chama Sankofa — ideograma presente no adinkra (conjunto de símbolos ideográficos dos povos Acãs da África Ocidental) — cujo significado remete à necessidade de olhar para trás para avançar. Ao retratar parte do passado da Rocinha, a historiadora Mariana contribui também na reflexão sobre novas formas de pensar o futuro do local e, de forma mais ampla, das favelas cariocas. Tenho absoluta certeza de que a presente obra se tornará uma referência sobre o estudo das favelas e do próprio Rio de Janeiro, sendo uma bela contribuição na compreensão da diversidade da pólis carioca.

**Rafael Soares Gonçalves**

Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio

# Sumário

## Capítulo 1

<b>Introdução</b> . . . . .	14
-----------------------------	----

## Capítulo 2

<b>Um bairro operário</b> . . . . .	30
2.1. Os territórios da Gávea . . . . .	35
2.2. Entre a fábrica e o campo . . . . .	45
2.3. A ocupação no vazio. . . . .	56
2.4. Negócios da habitação . . . . .	70

## Capítulo 3

<b>Dos espaços associativos às redes de solidariedade</b> . . . . .	83
3.1. Entre jogos, bailes e rezas . . . . .	89
3.2. A experiência associativa na Rocinha . . . . .	94
3.3. Associativismo e luta por direitos . . . . .	105

## Capítulo 4

<b>Um território em disputa</b> . . . . .	117
4.1. Reivindicações por cidadania . . . . .	122
4.2. Do Circuito da Gávea a Gavelândia . . . . .	127
4.3. A Rocinha como problema . . . . .	141

## Capítulo 5

<b>A desapropriação da Rocinha</b> . . . . .	153
<b>5.1. Administração municipal, turismo e     especulação imobiliária</b> . . . . .	158
<b>5.2. Cidadania em negociação</b> . . . . .	175
<b>5.3. Os “desbravadores” da Rocinha</b> . . . . .	187

## Capítulo 6

<b>“Uma cidade à parte”?</b> . . . . .	196
<b>6.1. Um espaço melhor</b> . . . . .	198
<b>6.2. “Eles descem da favela...”</b> . . . . .	213
<b>6.3. Trabalhadores Favelados da Rocinha</b> . . . . .	228

<b>Considerações finais</b> . . . . .	239
---------------------------------------	-----

<b>Anexos</b> . . . . .	244
<b>Anexo I</b> . . . . .	245
<b>Anexo II</b> . . . . .	246

<b>Sobre a autora</b> . . . . .	247
---------------------------------	-----

<b>Notas de fim</b> . . . . .	248
-------------------------------	-----

# Capítulo 1

## Introdução

Em 11 de setembro de 2013, o *Jornal do Brasil* publicava em seu site um artigo intitulado “Rocinha não aceita continuar a ser discriminada”.<sup>1</sup> O texto referia-se à polêmica decorrente de um projeto do governo federal que previa a construção de apartamentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no bairro de São Conrado, no qual se pretendia abrigar moradores da favela da Rocinha que seriam retirados em virtude de obras programadas na comunidade. A matéria escrita pelo jornalista Davison Coutinho informava que, naquela ocasião, a Empresa de Obras Públicas (EMOP), encarregada de efetivar as construções, realizou uma reunião com a Associação de Moradores e Amigos de São Conrado (AMASCO). Como resultado, os técnicos do governo divulgaram um comunicado poucos dias após a reunião no qual voltavam atrás daquela decisão, com a alegação de que o solo do local onde inicialmente seriam erguidos os apartamentos era inapropriado para aquelas edificações.

Era como reação a esta postura que Davison Coutinho, o autor da matéria — que se apresentava como “morador desde o nascimento” da própria comunidade — tratava de expor os preconceitos mal escondidos por trás daquela decisão. Segundo ele, “os apartamentos foram retirados do projeto para satisfazer o desejo da elite, dos ricos”:

“Eles não querem pobres chegando a seus espaços. Fazem imagem que gostam de favela, que favela é legal, que se preocupam com as questões da comunidade, que somos vizinhos, mas deixam claro que é cada um no seu espaço, nada de pobre morando perto”.

Ao separar os habitantes da região entre os “pobres”, que seriam os moradores da comunidade, e os “ricos” da “elite”, representados pelos que residiam no bairro de São Conrado, Davison Coutinho reproduzia uma dicotomia própria àquele espaço urbano. Nele se encontram, a pequena distância, tanto os prédios e casas de alto padrão que marcam os valorizados bairros de São Conrado e da Gávea quanto as casas e construções simples e modestas que se espalham pela encosta do morro que divide os dois bairros. A separá-los, porém, está uma distância mais social do que geográfica, impondo fronteiras que parecem claras a todos



que circulam por aquele território. São esses os limites reafirmados pelo testemunho do próprio jornalista, que mostrava como os usos e significados daquele espaço estavam sendo arduamente disputados por diferentes sujeitos.

Para que possamos compreender o sentido desta polêmica, é preciso atentar tanto para a realidade atual da Rocinha quanto para o processo histórico do qual ela é fruto. Margeando a Estrada da Gávea, sua extensão é atualmente limitada, na parte mais baixa, pela autoestrada Lagoa-Barra, seguindo dali até os pontos mais altos das colinas na encosta dos morros Dois Irmãos e Laboriaux.<sup>2</sup> Com cerca de 100 mil habitantes, segundo os dados oficiais do censo demográfico de 2010, ela é reconhecida pelo IBGE como a favela mais populosa do Estado.<sup>3</sup> Como resultado, a Rocinha é uma das comunidades de maior visibilidade do Rio de Janeiro, à qual costumam ser associadas, com força, diferentes imagens utilizadas para representar outras favelas de características semelhantes às suas. Tais imagens as definem tanto como espaços de moradia de uma população humilde e trabalhadora, com uma vida cultural efervescente, quanto ressaltam a violência cotidiana e múltiplas carências que marcam o dia a dia dos seus moradores.<sup>4</sup>

Chama a atenção, desse modo, o fato de que uma favela desta dimensão possa ter se afirmado em meio a uma das mais valorizadas regiões da cidade. Apesar da grande visibilidade atual da Rocinha, trata-se de uma análise ainda pouco explorada pelos estudiosos que abordam a história das favelas cariocas ao longo do século XX. De fato, são ainda escassos os pesquisadores que se propuseram a refletir sobre sua história.<sup>5</sup> Ainda assim, é possível distinguir dois momentos importantes de reflexão sobre o processo de ocupação da Rocinha: o período que vai da década de 1960 à década de 1990, momento no qual a comunidade se tornou objeto de alguns estudos pioneiros no campo das ciências sociais; e os anos 2000, quando estudiosos de outras áreas se juntaram à discussão proposta nessas primeiras investigações a partir de novas abordagens e temáticas.

Não se tratava, porém, de nenhum acaso o fato de que os estudos sobre a Rocinha tivessem se iniciado a partir da década de 1960. Naquele momento a comunidade experimentava um intenso cres-



cimento demográfico, destacando-se como uma das maiores e mais populosas favelas cariocas — em processo que seria impulsionado, a partir do final da década de 1960, pela abertura do Túnel Dois Irmãos (hoje Túnel Zuzu Angel). Foi como consequência dessa crescente visibilidade que a Rocinha começou a despertar o interesse de cientistas sociais que, naquele momento, passavam a reconhecer nela um objeto privilegiado para a reflexão sobre a realidade das favelas na cidade do Rio de Janeiro.<sup>6</sup>

Era o caso, em particular, dos sociólogos Carlos Medina e Licia Valladares, que em 1968 realizaram um trabalho sobre as atividades religiosas desempenhadas por trabalhadores de baixa renda da cidade através de um estudo de caso focado na favela da Rocinha.<sup>7</sup> Ainda que a sua história não estivesse no centro das preocupações do trabalho, Medina e Valladares recorreram a fontes orais e documentos oficiais para traçar um breve histórico do surgimento e crescimento daquele núcleo de moradias. Concluíram assim que a Rocinha não seria ainda uma favela em meados da década de 1920, momento em que a fazenda de propriedade da Companhia Castro Guidão foi loteada.<sup>8</sup> Somente no final da década de 1940 e na década seguinte teria ocorrido, segundo os autores, um novo impulso de ocupação na área, que viria efetivamente a mudar a feição da comunidade. Para eles, esse novo impulso de ocupação culminou em um forte adensamento da população instalada na área e, por consequência, a própria favelização do núcleo de moradias da Rocinha. Para comprovar tal argumento, os autores lançam mão dos dados censitários de 1950 e de 1960, considerando que a extensão e a população daquela comunidade haviam crescido consideravelmente (de 4.513 para 14.793 habitantes e de 307 para 3017 domicílios) ao longo daquele período.<sup>9</sup>

Ao tentar compreender o processo de ocupação do espaço e formação do núcleo de moradias da Rocinha em perspectiva histórica, Medina e Valladares percorreram um caminho de análise que buscava desnaturalizar o processo histórico-social que associou a comunidade às imagens habituais sobre favela.<sup>10</sup> Entretanto, os autores acabaram por explicar esse processo de fora para dentro, a partir de categorias e critérios exteriores à experiência dos seus moradores. Nessa perspectiva,



dois aspectos principais caracterizariam o seu processo de favelização. Por um lado, a análise do processo de consolidação do núcleo de moradias enquanto favela é determinado por diversos fatores que impulsionaram o seu adensamento populacional naquele momento. Trata-se do que eles chamaram de “condicionamentos da realidade nacional”. É o caso, por exemplo, do êxodo rural, que se desencadeou mais fortemente a partir da Segunda Grande Guerra, resultando no crescimento demográfico da Rocinha vivenciado no final da década de 1940 e nos anos seguintes. Ainda que os autores chegassem a reconhecer a atuação dos indivíduos que se estabeleceram ali durante o período na conformação desse processo através de tais movimentos migratórios, a sua ação é determinada por tais contextos específicos vivenciados de maneira mais ampla no país. Por outro lado, para os autores, a favela assume sua “denominação segregadora” na medida em que se torna um aglomerado expressivo, com alta concentração de pessoas e moradias precárias ao longo da década de 1950, tornando-se “visível e problematizadora” da perspectiva das autoridades — que passavam a formular políticas públicas com a finalidade de erradicar as favelas da cidade. Como resultado, a agência desse processo é atribuída ao Estado que, através do censo de 1950, reconhecia oficialmente a Rocinha enquanto favela no espaço urbano da cidade, concepção que depois é reafirmada no censo de 1960.

Esta reflexão foi retomada em 1991, na dissertação de mestrado defendida pela antropóloga Lygia Segala. Naquele momento a comunidade em questão se tornava a favela mais populosa do Rio de Janeiro, ultrapassando o número de habitantes do Jacarezinho, situada na zona norte da cidade. Nesse contexto, o objetivo de Segala era o de entender “as diferentes lógicas instituidoras do trabalho comunitário na favela da Rocinha” entre 1977 e 1983. Ainda assim, a autora se preocupou em recuar sua análise para o período anterior às décadas de 1970 e 1980, com a finalidade de “historiar o processo de ocupação e favelização da Rocinha”. Para tanto, a antropóloga desenvolve o seu trabalho a partir de registros orais com antigos moradores colhidos no início da década de 1980, em parte reunidos no livro *Varal de Lembranças*, organizado por ela.<sup>11</sup>



Partindo do estudo realizado por Medina e Valladares nas décadas anteriores, Segala reproduziu o argumento de que a “Rocinha nos anos 20/30 não se caracterizava como favela”, e que, a partir do final da década de 1940, o núcleo de moradias havia se favelizado.<sup>12</sup> Não por acaso, o processo de transformação do sentido desse núcleo de habitações na cartografia da cidade parece se legitimar, em sua análise, a partir do olhar e da atuação de certos agentes sociais, como a Fundação Leão XIII, cujo objetivo era prestar serviços de assistência social aos favelados da cidade naquele momento. Desse modo, a autora acabou operando com uma concepção naturalizada de que, durante esse período, a Rocinha se consolidou enquanto favela no espaço urbano do Rio de Janeiro.

A partir dos anos 2000 a atenção em relação à Rocinha se expandiu, com vários estudos produzidos em diferentes áreas que retomavam a reflexão sobre a comunidade. Ainda que com objetivos diferentes e percorrendo caminhos distintos, que iam das preocupações com as condições de vida na favela às questões que marcam sua organização e mobilização, tais trabalhos não deixavam de atentar para o processo de ocupação e expansão da Rocinha durante o período que vai da década de 1920 à década de 1950. Ao fazerem isso, no entanto, reiteravam o argumento elaborado nesses estudos pioneiros, reproduzindo de forma semelhante tanto a periodização definida anteriormente sobre esse processo quanto a explicação exterior sobre suas motivações. Como resultado, tais estudiosos dedicaram pouca atenção às experiências e embates sociais protagonizados pelos próprios moradores da Rocinha ao longo de seu processo de afirmação no espaço cidadão.<sup>13</sup>

Por mais que essa perspectiva não chegue a prejudicar as conclusões e análises propostas por esses diversos trabalhos, que não chegavam a ter a história da ocupação e consolidação da comunidade como seu foco principal, ela evidencia uma concepção naturalizada sobre o processo de afirmação daquela comunidade no Rio de Janeiro. Em caminho diverso, Adrian Gorelik sugere que a problematização do espaço cidadão deve ser pensada a partir de uma perspectiva que leve em conta as diferentes dimensões de construção e transformação das cidades e seus territórios, permitindo assim que as imagens unívocas



e naturalizadas do espaço urbano sejam problematizadas.<sup>14</sup> Recentemente, Julia O'Donnell apontou, em seu estudo sobre Copacabana, a necessidade de estabelecer um “estranhamento temporalmente determinado” do espaço que se consolidou como o bairro nos dias de hoje, para realizar um esforço de sua desnaturalização e investigar o processo histórico de invenção daquele território. Por esse motivo, a autora discutiu a noção de territorialidade e a sua definição em relação ao seu objeto, argumentando que o princípio da territorialidade se ampara no pressuposto de que o espaço — ou a espacialidade — importa enquanto variável sócio- cultural.<sup>15</sup>

Frente a tais reflexões sobre o processo de construção social do território, cabe retomar a discussão sobre o processo de constituição da Rocinha a partir das perspectivas, lógicas e estratégias daqueles que fizeram dela seu local de moradia. Relacionando-se permanentemente tanto com o poder público quanto com os diferentes interesses e grupos sociais ligados direta ou indiretamente à constituição daquele território, os seus moradores foram sujeitos ativos do processo de afirmação e consolidação social do núcleo de moradias formado naquele espaço. Longe de se constituírem em simples espectadores de um processo de exclusão, eles disputaram e negociaram permanentemente aquele território, ajudando com isso a definir seu perfil. Deste modo, o objetivo deste trabalho é investigar as lógicas sociais e culturais daqueles que participaram do processo histórico que levou à ocupação daquele espaço, acabando por consolidar o território na cartografia da cidade através de imagens e representações que ainda hoje são comumente associadas à comunidade. É através do acompanhamento das perspectivas próprias a esses sujeitos que passaram a se estabelecer na localidade a partir de meados da década de 1920, que podemos entender melhor a progressiva associação daquela comunidade às imagens habitualmente associadas às favelas.

Em termos analíticos, a incorporação da perspectiva própria aos moradores da Rocinha nos permite fugir das recorrentes imagens que sustentam a representação de desordem urbana associada como que naturalmente às favelas cariocas. É o que se nota pelo depoimento de um certo Bernardino Francisco de Souza, que se instalou no local



em 1949. Ao afirmar que naquele momento a “Rocinha era mato”, ele aponta para as características ainda rurais da área no momento de sua mudança. Tal perspectiva era enfatizada em outro trecho do seu depoimento, no qual Bernardino afirmava que “aqui era roça mesmo. Tinha poucos barracos”.<sup>16</sup> Àquela altura, o Recenseamento Geral do Distrito Federal realizado em 1950, informava que residia ali uma população de 4.513 pessoas.<sup>17</sup> Por mais que se tratasse de um número significativo de habitantes, as memórias desse morador ainda o distanciavam das imagens de adensamento demográfico e acentuados problemas urbanos que hoje marcam comunidades como aquela. Ao invés de tentar analisar a história da Rocinha a partir de imagens a ela associadas na atualidade, cabe assim investigar a lógica própria de afirmação dessas imagens, fruto de um processo do qual figuras como o próprio Bernardino Francisco de Souza participaram de modo ativo. Trata-se, portanto, de analisar de forma mais detida o processo de formação histórico-social daquele território através da sua desconstrução enquanto um dado *a priori*, coeso e unificado.

Para alcançar tal objetivo, foi preciso recuar em relação à periodização habitualmente definida pelos autores que se voltaram para a história daquela comunidade. Esses estudiosos costumam definir como marco inicial o momento em que a Companhia Castro Guidão loteou a fazenda da Rocinha, em meados da década de 1920. Isso porque a própria viabilidade desse loteamento se deveu, em grande parte, aos processos anteriores de ocupação do arrabalde da Gávea, e particularmente da área próxima aos morros ali existentes, desde os primeiros anos do século XX. O processo que se pretende analisar aqui tem como marco final a década de 1950, momento em que se afirmavam muitas das imagens que marcam ainda hoje sua definição como favela. Foi entre esses dois marcos temporais que os moradores da Rocinha conseguiram legitimar e afirmar aquele espaço de moradia através de diferentes estratégias e lógicas. Trata-se, portanto, de investigar o seu processo de formação através de uma história urbana atenta às perspectivas dos próprios habitantes da cidade.

Para contemplar tais questões, o presente trabalho se desenvolve na interseção entre as preocupações da história urbana e da história



social. Ainda que os pesquisadores neste campo se mostrem em geral pouco atentos à importância de espaços de moradia como as favelas cariocas para a experiência dos trabalhadores que neles residiam, a análise aqui proposta partiu das perspectivas abertas, ainda em 1963, pela obra do historiador inglês Edward Thompson.<sup>18</sup> No livro *A Formação da Classe Operária Inglesa*, o autor afirma a necessidade de compreender o processo de construção de identidade de classe entre os trabalhadores ingleses como um fenômeno histórico, cujos sentidos devem ser buscados em contextos particulares e nas próprias relações sociais estabelecidas pelos sujeitos. O fazer-se da classe está, para ele, relacionado à afirmação de uma identidade entre esses indivíduos que é fruto de sua própria ação e experiência, articulando interesses comuns entre si frente a interesses de classe opostos. Em outras palavras, Thompson mostra como é a partir dos costumes, valores, crenças e ideias dos trabalhadores que toma por objeto que se pode entender os processos por eles protagonizados, em especial aqueles ligados à formação de redes de solidariedade e identidade.

A partir desta inspiração, afirmou-se a possibilidade de uma investigação sobre o processo de ocupação e consolidação da Rocinha que parta das experiências e pontos de vista dos seus próprios moradores, de modo a analisar a lógica de articulação das redes de relações e os caminhos que aqueles sujeitos forjaram para afirmar seus projetos e aspirações. Ainda assim, a possibilidade de investigar esse processo demandou o esforço de compreender as lógicas das relações culturais que estavam longe de se estabelecerem de forma dual. Ao atravessar um expressivo adensamento populacional ao longo da primeira metade do século XX, o espaço onde se formou o núcleo de moradias da Rocinha reunia indivíduos de origens, visões de mundo, crenças e experiências muito diversas, que enfrentavam e negociavam cotidianamente suas diferenças. Para dar conta deste processo, mostram-se inspiradoras as perspectivas abertas por outros historiadores como Natalie Zemon Davis, em especial no livro *Nas margens: três mulheres do século XVII*.<sup>19</sup> Focado nas experiências de três mulheres do século XVII que viviam em diferentes locais, como o Suriname, França e Canadá, o trabalho realizado pela historiadora compreendeu os processos de construção



de suas identidades a partir da ênfase “sobre os indivíduos e o modo pelo qual articulam contextualmente suas identidades na indeterminação de suas trajetórias”.<sup>20</sup> A autora investiu em um caminho de análise que buscou entender como as personagens organizavam suas experiências em meio às diferentes redes de relações e fluxos culturais diversos, forjando assim suas estratégias de ação e suas identidades. A partir do diálogo com perspectivas antropológicas que questionavam o sentido totalizante do conceito de cultura, como as do antropólogo Fredrik Barth<sup>21</sup>, apontava com isso para a necessidade de abandono de certas concepções essencializadas sobre as relações culturais, em favor da atenção no modo pelo qual os indivíduos organizam seu mundo a partir de redes, influências e experiências diversas.<sup>22</sup>

A partir de uma compreensão do conceito de cultura relacional e dinâmica, como proposto por Natalie Davis, busquei entender os diálogos e redes nas quais os moradores da Rocinha estavam inseridos, modo pelo qual eles forjaram suas estratégias e lógicas de atuação na afirmação do seu espaço de moradia ao longo daquele período. Para isso, recorri a fontes que, por lógicas diversas, registraram o processo de ocupação do território no qual se formou o núcleo de habitações da Rocinha, assim como as tensões e disputas pelo solo urbano durante o período abordado. É o caso dos documentos públicos guardados pelo *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, como no caso, em particular, do *Imposto Predial*. Trata-se de uma tributação sobre imóveis que era arrecadada semestralmente pela Prefeitura do Rio de Janeiro que, a partir de 1878, é denominada *Imposto Predial*. Ao identificar os proprietários dos terrenos dos logradouros da cidade, essa documentação permitiu rastrear os primeiros proprietários situados no espaço identificado à Rocinha nos dias de hoje, possibilitando assim acompanhar o processo histórico de ocupação da área. No acervo do *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* foi consultada também a documentação denominada *Aforamentos*, meio pela qual se adquiria o domínio útil de um imóvel a partir da transferência de outrem em troca de uma renda anual. Nesse acervo, encontra-se uma extensa documentação sobre a aquisição da fazenda da Rocinha pela Companhia Castro Guidão e o loteamento dessas terras realizado



pela empresa. Além destas fontes, consultei o acervo de *Licenças de Obras*, produzido pela Prefeitura da cidade, que certificava a solicitação dos proprietários para realização de construções de imóveis ou reformas. Se por um lado tais documentos dão a ver a lógica de controle do processo de ocupação da cidade que a municipalidade tentava implementar, por outro também possibilitam acompanhar as práticas cotidianas do processo de ocupação do território em disputa.

De modo semelhante, a imprensa se constituiu em uma importante fonte utilizada neste trabalho. Embora sejam entendidas muitas vezes como simples veículos de expressão das aspirações e propostas de seus redatores e proprietários, os jornais do período se constituíram como empresas em busca de leitores. Ainda que sem abrir mão da proposta de formá-lo, estabelecendo sobre eles certa perspectiva pedagógica e disciplinar, as folhas do período se viam na necessidade de trazer para suas páginas as questões, perspectivas e problemas caros aos seus possíveis leitores. Como resultado desse processo, os periódicos são aqui pensados como campos de disputa e negociação entre diferentes atores sociais. Tensionados entre os projetos dos seus idealizadores e interesses dos trabalhadores da cidade, eles se apresentam como testemunhos polissêmicos e polifônicos, constituindo assim meio fundamental de compreensão das disputas e negociações que marcaram a experiência dos moradores da Rocinha ao longo do período em questão.<sup>23</sup>

Os documentos cíveis e judiciais que compõem o acervo do *Arquivo Nacional* se constituíram também em fontes fundamentais para que possamos compreender a perspectiva dos moradores da Rocinha. De um lado, a documentação cartorial, seja aquela relativa ao registro cível ou a que se volta para os títulos e propriedades, nos permite compreender questões privadas importantes para os seus habitantes que dificilmente chegariam às páginas dos grandes jornais. Através dele, se tornou possível acompanhar, para além da memória posterior desses moradores, os momentos em que estes se relacionaram com o controle do poder público, em fragmentos fundamentais para a compreensão de suas trajetórias. De outro, os processos cíveis flagram esses sujeitos em meio a suas disputas cotidianas, seja com o





Estado ou com seus vizinhos — permitindo com isso que venhamos a compreender as lógicas que estruturam tais desacordos.<sup>24</sup> No conjunto, tais documentos nos permitem assim acompanhar as trajetórias e experiências dos indivíduos que se estabeleceram naquele espaço, constituindo elemento central da análise.

Também de grande relevância se mostraram as fontes iconográficas sobre a Rocinha, em especial os muitos mapas, plantas e fotografias que registravam (e interpretavam) a organização espacial da localidade. Fugindo da tentação de tomar essas imagens como janelas para o passado, buscou-se compreender as leituras específicas que elas propunham sobre aquele espaço, com atenção para seu caráter de construção.<sup>25</sup> Através deste procedimento, foi possível perceber os modos diversos de representação daquele território, que faziam dessas imagens e mapas elementos importantes da disputa sobre seus significados no espaço urbano carioca.

Por fim, é ainda relevante destacar a importância para a presente investigação dos depoimentos de moradores da Rocinha reunidos, em 1983, no livro *Varal de Lembranças: Histórias (e causas) da Rocinha*, coordenado por Lygia Segala e Tania Regina da Silva.<sup>26</sup> Tomadas muitas vezes pela historiografia como fontes mais fidedignas, por partirem dos próprios sujeitos dos processos analisados, esses relatos são vistos aqui como auto projeções historicamente situadas sobre a trajetória desses indivíduos — que, no momento do relato, tentam atribuir uma coerência à própria trajetória que configura o que Pierre Bourdieu definiu como a “ilusão biográfica”<sup>27</sup>. Mais do que tomar esses relatos como verdade, cabe assim compreender o sentido das interpretações que eles projetam sobre os processos em questão. Desse modo, ao analisar esses depoimentos tentei entender as diferentes lógicas e sentidos que eles assumiam em seus contextos específicos de produção.<sup>28</sup>

Junto a outras fontes utilizadas de maneira menos intensa, como a documentação da *Divisão de Polícia Política e Social* guardada pelo *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*, tais fontes permitiram que investigássemos, em suas diferentes dimensões, o processo de ocupação do espaço que ficou conhecido como a Rocinha, assim como as redes de solidariedade entre os moradores ali estabelecidos e a sua luta por



direitos e cidadania. É através das relações sociais testemunhadas nesses documentos que busquei flagrar o processo de consolidação da favela da Rocinha no espaço urbano do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XX.

Como resultado de tais opções, o caminho percorrido neste trabalho tem início em um primeiro capítulo intitulado “Um bairro operário”. Seu objetivo é desnaturalizar o espaço em que se encontra a favela da Rocinha nos dias de hoje através da análise do processo de formação histórico-social do seu território, que ocorria em meio às dinâmicas de transformação do espaço urbano do Rio de Janeiro (e particularmente da zona sul da cidade), durante o período que compreende o início do século XX e os primeiros anos da década de 1930. Trata-se de compreender o processo que resultou na construção de diferentes territorialidades no arrabalde da Gávea, atentando especificamente para o espaço em que se encontram os morros da Gávea e suas imediações. Naquele momento, suas atividades econômicas e comerciais se mantiveram predominantemente rurais, tornando-se uma particularidade da região até o momento em que a Companhia Castro Guidão, proprietária da fazenda da Rocinha, passou a lotear e vender os terrenos em meados de 1920. A intenção é demonstrar que, longe da imagem de vazio projetada por contemporâneos desse período e não problematizada por estudiosos que buscaram entender o processo de ocupação da Rocinha, a própria possibilidade de efetivação do loteamento da empresa era parte da ocupação anterior de trabalhadores de baixa renda na região. Em contrapartida, ao viabilizar o acesso à propriedade da terra na localidade para tais indivíduos, o empreendimento da companhia proporcionou uma acelerada ocupação naquele espaço por uma diversificada força de trabalho, assim como a emergência de uma nova configuração espacial de sua ocupação, cuja aglomeração de habitações modestas passou a se destacar no cenário. Não por acaso, é a partir do final da década de 1920 que a localidade onde se encontra os morros da Gávea começou a ser conhecida como Rocinha, consolidando assim num primeiro momento o seu processo de invenção social e histórica como um “bairro operário” no início da década de 1930.



O segundo capítulo, intitulado “Dos espaços associativos às redes de solidariedade”, se propõe a analisar a formação das redes de relações cotidianamente tecidas pela diversificada força de trabalho que se instalou na Rocinha durante a década de 1930. A partir daquele momento, os trabalhadores estabelecidos na localidade começaram a integrar os diversos espaços que formavam um forte movimento associativo no bairro da Gávea. Surgiram ainda, nesse momento, associações voltadas para a prática do lazer e religiosidade, cujas sedes se encontravam fixadas no espaço identificado à Rocinha. Utilizando jornais, documentos da *Divisão de Polícia Política e Social*, registros civis e depoimentos orais, acompanhei as atividades desenvolvidas pelas associações das quais os moradores da Rocinha eram membros naquele período, atentando para as dimensões de construção de redes de sociabilidade entre os seus próprios sócios, e também outros indivíduos da região. Ao elegermos tais associações formadas por trabalhadores que se encontravam estabelecidos naquela localidade, é possível forjar um caminho de compreensão de suas formas de organização e mobilização que se diferenciam do modo pelo qual alguns estudiosos tentaram entender esse processo, buscando em associações de moradores de favela que tinham o objetivo explícito de defender os interesses dos favelados, às lógicas de atuação política de tais sujeitos, o que nos levou a tentar compreender as dinâmicas e experiências próprias do movimento associativo formado por trabalhadores da Rocinha durante a década de 1930.

No terceiro capítulo, intitulado “Um território em disputa”, analisei a tentativa de apropriação do espaço urbano por parte de moradores da Rocinha, que se configurava através da reivindicação desses indivíduos de maior participação do poder público e afirmação da legitimidade de seu espaço de moradia, durante a primeira metade da década de 1930. Em meio ao processo de ocupação mais efetiva de trabalhadores de baixa renda na localidade e agravamento dos seus problemas urbanos, investiguei a transformação da área adjacente à Rocinha, que ocorria a reboque da valorização da região praiana da cidade. Como resultado, o poder público passou a investir em urbanização nas áreas mais valorizadas e patrocinar atividades que



passavam a dar visibilidade ao bairro da Gávea, buscando ordenar e controlar o espaço urbano no período. Em pouco tempo, a região atraiu também investimentos privados e imobiliários de forma mais efetiva, que visavam proporcionar uma intensa ocupação de indivíduos mais abastados. Trata-se, portanto, de compreender o conflituoso processo de construção e reinvenção das fronteiras territoriais e simbólicas entre o bairro da Gávea e a Rocinha, e os múltiplos sentidos atribuídos à ocupação de trabalhadores de baixa renda e pessoas abastadas da cidade naquele espaço.

No quarto capítulo, chamado “A desapropriação da Rocinha”, analisei os desdobramentos da determinação do decreto municipal de 1944, que desapropriava os terrenos situados na área adjacente à Estrada da Gávea. Cabe, em primeiro lugar, atentar para os antecedentes dessa disputa em 1943, quando cerca de 400 moradores da Rocinha entraram com uma ação coletiva contra a Companhia Castro Guidão, alegando que a empresa não finalizou o processo de legalização de venda dos terrenos, embora seus compradores já tivessem pagado as devidas prestações. A companhia alegou, no entanto, que a Prefeitura estava dificultando a concessão das guias de transmissão de propriedade, porque circulava a informação nas repartições públicas de que a área seria desapropriada. Confirmada a informação de desapropriação das moradias situadas naquela localidade em 1944, num segundo momento, o objetivo consiste em analisar, principalmente através dos jornais do período, as estratégias e discursos mobilizados pelos seus habitantes, em diálogo com diversos atores sociais, para assim compreender os diferentes interesses que envolviam aqueles sujeitos no evento. A intenção é demonstrar que os processos investigados nos capítulos anteriores levaram ao embate pelo solo urbano e, ao mesmo tempo, os trabalhadores situados na localidade a se identificar coletivamente com o território da Rocinha naquela ocasião, a partir das lógicas de articulação e mobilização construídas e expressas nas suas próprias experiências e redes de solidariedade.

Por fim, no capítulo final intitulado “Uma cidade à parte?”, a análise se centrou no processo de crescimento populacional da Rocinha durante o final da década de 1940 e ao longo da década de 1950 a partir



das experiências e perspectivas dos indivíduos que, naquele período, se estabeleceram no local. Em meio a esse processo, diferentes atores sociais tentaram responder a esse adensamento demográfico do núcleo de moradias naquele momento, que desencadeou a própria disputa das práticas e sentidos associados à Rocinha e seus habitantes — marcando assim um momento decisivo do processo de (re) invenção do seu sentido físico e simbólico no espaço citadino do Distrito Federal.

Cabe assim retomar, a partir de seu início, os fios dessa trama através dos quais a Rocinha veio a se afirmar como espaço físico e simbólico singular — de modo a tentarmos entender dilemas e questões que, ainda hoje, marcam a experiência dos moradores da localidade, como sugerem as imagens sobre eles afirmadas pelos vizinhos de São Conrado.



# **Capítulo 2**

## **Um bairro operário**

Reconhecido como um dos principais fotógrafos do período republicano, o alagoano Augusto Malta foi contratado oficialmente em 1903 pela Diretoria Geral de Obras e Viação da Prefeitura do Distrito Federal com o objetivo de registrar o projeto urbanístico do Prefeito Pereira Passos. Permanecendo no posto por mais de trinta anos, o fotógrafo ficou conhecido por produzir diversas imagens cotidianas do Rio de Janeiro ao longo desse período. Em 1931, esta produção privilegiou, como de costume, as novidades urbanas do tempo, como a inauguração da monumental estátua do Cristo Redentor. Naquele mesmo ano, no entanto, um de seus registros se voltava para um local de aspecto humilde, próximo ao morro Dois Irmãos. Tratava-se da localidade conhecida à época como Rocinha, situada no Distrito da Gávea.<sup>29</sup>



**Figura 1 – Fotografia do núcleo de moradias da Rocinha.**

Fonte: Acervo Augusto Malta, *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, 1931.

Como é possível perceber na foto, a localidade da Rocinha, circundada por uma densa vegetação em que se destacam em primeiro



plano muitas bananeiras, se caracterizava pela presença de um aglomerado de habitações modestas na parte baixa dos morros, que iam subindo em direção à sua parte mais alta. Longe tanto do fausto da região central quanto da urbanização mais recente dos subúrbios que o fotógrafo costumava registrar, a cena das casas simples na beira de uma precária rua de terra apresentava aspecto de características predominantemente rurais. Difícil assim, à primeira vista, compreender o motivo que o levou a privilegiar esse espaço em uma série fotográfica destinada a registrar a localidade associada às transformações urbanas da cidade.

Em um indício que aprofunda o problema levantado a partir do registro de Augusto Malta quanto a sua visibilidade no início da década de 1930, Inácio de Almeida, que se estabeleceu em 1933 na Rocinha, rememorou em seus manuscritos como era a localidade naquele momento:

“Nesses idos, a Rocinha era um pequeno povoado, com suas casas esparsas, as famílias conhecendo-se umas às outras. Já possuía padaria e açougue, de qualquer modo uma promessa de infra-estrutura que se projetava para algo diverso do que é atualmente [...].

[...].

Mas voltemos às origens. Em 1925 ou 26, houve por aqui um loteamento a cargo de uma companhia, a Castro Guidon, cujo destino nos é desconhecido [...].

[...] Há porém algo que me ‘impertiga’ em todo esse evento. A cidade do Rio de Janeiro passou a atingir a Zona Sul no começo do século, com a extensão das linhas de bondes aos areais de Copacabana. As ruas de Ipanema foram traçadas, ao que tudo me faz crer, ao final da segunda para começo da terceira década, na gestão de Paulo de Frontin. Por esses idos, o Leblon era um imenso matagal, repleto de cajueiros e pitangueiras. Os coqueirinhos Guriris completavam a paisagem. Dizia-me o saudoso amigo, professor Othon





Machado, cujo monumento encontra-se na Praça Atahualpa (sic), que aqui o ar tresandava perfume das enormes florações dos cajueiros.

A avenida Niemeyer, conforme placa indicativa, que lá está próximo ao Hotel Leblon, foi começada em 1926 e, durante alguns anos, era simplesmente um caminho cavado sobre a rocha granítica e, portanto, a ter ruas apresentáveis em 1906, na administração Pereira Passos, com Rodrigues Alves na presidência da República. Entre outras, abriu a avenida que tem o seu nome e a Central, hoje, Avenida Rio Branco. Só em 1926, na presidência de Washington Luiz, é que o prefeito Prado Júnior houve por bem dar à cidade do Rio de Janeiro o respectivo Plano Urbanístico. Para isso trouxe-nos o urbanista francês Prof. Alfred Agache.

Como, em face de tudo isto, a Rocinha, que era um matagal impraticável, distante da cidade e sem meios de comunicação, pode ter um loteamento? As duas artérias que a servem, Estrada da Gávea e Avenida Niemeyer, só depois de 1930 é que receberam tratamento apropriado à circulação de automóveis, permitindo de 1936 em diante, as celebres corridas de baratinhas”.<sup>30</sup>

Segundo a narrativa apresentada por seu Inácio de Almeida sobre as “origens” da Rocinha, o loteamento promovido pela Companhia Castro Guidão a partir da segunda metade de 1920 se constituiu em um marco da ocupação daquele espaço, no qual já havia no início da década de 1930 um “pequeno povoado”. Seu Almeida lembrava as “origens” da localidade como algo que ele próprio não testemunhou, porém, que parecia se constituir num evento marcante na memória daqueles que já se encontravam no local a partir de 1930. Ao afirmar que a Rocinha era uma “promessa de infraestrutura que se projetava para algo diverso do que é atualmente”, ele afastava a realidade inicial da comunidade da imagem pejorativa constantemente associada às favelas na atualidade.<sup>31</sup> Ainda assim, reconhece naquela ocupação da qual fez parte as próprias “origens” da comunidade atual, consolidando



o período que compreende meados da década de 1920 e início da década de 1930 em sua memória como o momento de fundação da própria comunidade. Nota-se, em outro sentido, que ao relacionar o surgimento do núcleo de moradias com a história urbana do Rio de Janeiro, Almeida associava em seu discurso a memória individual do território permeado pela memória oficial da cidade através da atuação das autoridades públicas no mesmo período. Ao refletir sobre o desenvolvimento da região, em especial sobre as dificuldades de transporte para tal espaço em seus primeiros tempos, ele aponta um indício da lógica que pode explicar a ocupação inicial daquele território. Ao afirmar que aquela comunidade seria, na ocasião da sua chegada, um “matagal impraticável”, ainda por cima “distante da cidade” e de difícil acesso, levantava uma dúvida em geral ignorada pelos estudiosos que se propuseram a estudá-la: afinal, como explicar o processo de ocupação do território reconhecido como Rocinha?

A resposta usual para tal questão, que reproduz a memória de alguns pioneiros como o próprio Inácio de Almeida, aponta para o papel decisivo do loteamento realizado pela Companhia Castro Guidão. Não por acaso, alguns estudos da área de Ciências Sociais sobre a Rocinha realizados entre as décadas de 1960 e 1990, ao privilegiarem fontes orais, apresentaram um breve histórico da comunidade reproduzindo a perspectiva de que seria a partir do loteamento da Companhia Castro Guidão em meados da década de 1920 que se estabeleceram os primeiros moradores naquele espaço.<sup>32</sup> Seguindo esta trilha, mesmo estudos mais recentes sobre a Rocinha que buscaram pensar em uma perspectiva histórica a sua formação partiram e reiteraram essa ideia.<sup>33</sup> Dessa forma, tais estudiosos limitaram-se a retificar a memória sobre a formação desse território expressa por depoimentos orais colhidos entre moradores que chegaram na localidade a partir do final da década de 1920 e início da década de 1930, que não haviam participado dos movimentos anteriores de ocupação daquele território. Ao operar com a noção de um espaço unificado e significado *a priori*, tais pesquisadores construíram assim a ideia de que antes do loteamento realizado pela Companhia Castro Guidão aquele era o território do vazio, adotando as periodizações consolidadas naqueles testemunhos. Ainda que não se



tratasse de um vazio absoluto, já que esses estudiosos reconhecem que existiam chácaras e sítios, como a própria fazenda da Rocinha loteada na década de 1920, tal visão não chega a formular uma indagação histórica sobre o próprio processo que fez com que aquele loteamento se tornasse um negócio possível e rentável — ignorando com isso a agência e a lógica daqueles que participaram desse processo, que seria fruto de simples iniciativa comercial da companhia.

Coloca-se, desse modo, o problema de desnaturalizar o espaço em que se encontra a Rocinha, através de uma análise mais detida sobre o processo de formação histórico-social do local que leve em conta a perspectiva daqueles que optaram por ocupá-lo em meio às dinâmicas de transformação do espaço urbano do Rio de Janeiro, e particularmente da zona sul da cidade. Para tanto, é preciso recuar em relação ao marco habitualmente definido, de modo a discutir os processos de ocupação do arrabalde da Gávea (especialmente da área próxima aos morros ali existentes) desde o começo do século XX — momento em que o arrabalde começa a se integrar lentamente ao espaço urbano do Rio de Janeiro. Mais do que historicizar a própria ideia de vazio atribuída àquele espaço no período que antecedeu ao loteamento realizado pela Companhia Castro Guidão a partir da década de 1920, trata-se de perseguir as lógicas e as estratégias daqueles que efetivamente participaram do processo de construção do território nos seus diferentes momentos de formação.

## 2.1. Os territórios da Gávea

Um estrangeiro recentemente chegado à capital federal que em 1900 consultasse a Carta Cadastral do Rio de Janeiro, documento cartográfico expedido pela Prefeitura Municipal, constataria através do mapa que o longínquo arrabalde da Gávea já aparecia integrado oficialmente à cidade (Anexo I).<sup>34</sup> Embora circunscrita somente até o início da rua Marquês de São Vicente, constava no mapa a indicação das fábricas de tecelagem Carioca e Corcovado, localizadas respectivamente à rua D. Castorina (atual rua Pacheco Leão) e rua Jardim Botânico, assim como as vilas operárias situadas à rua D. Laura e rua Henrique (atual Horto). Naquele momento, no entanto, os indivíduos



familiarizados com o cotidiano do Rio de Janeiro poderiam notar que o quadro deixava de apresentar parte daquele território, especialmente, o espaço onde se encontravam as montanhas e a Praia da Gávea (parte da atual favela da Rocinha e da praia de São Conrado, respectivamente). Dado que em 1931 estes espaços já eram registrados pelas lentes do fotógrafo oficial da municipalidade, é preciso assim investigar como o arrabalde da Gávea se integrou à vida urbana da capital federal ao longo daquele período — de modo a compreendermos como, ainda que parcialmente, aquele espaço passou a se constituir num território reconhecido por seus contemporâneos como parte do tecido urbano do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, cabe tentar entender porque uma parte significativa da Gávea ainda não era representada no mapa da cidade naquele ano de 1900, em outra expressão da tendência de representar certos lugares da cidade como espaços do vazio.

Esse é um processo cujos contornos começaram a se definir ainda nas três últimas décadas do século XIX, quando a cidade do Rio de Janeiro passou a ter o seu espaço cortado pelos trilhos, empreendimento viabilizado por políticas de Estado e capital estrangeiro que garantiram a infraestrutura necessária para a sua realização. A inauguração dos trilhos que se voltou em direção ao que hoje se conhece como a zona sul, ocorreu em 1868 com a implementação da linha de bonde movida a tração animal que ligava a rua Gonçalves Dias ao Largo do Machado. A companhia de carris estendeu os trilhos até Botafogo, onde chegou ainda nesse mesmo ano. A iniciativa pioneira da *Botanical Garden Company*, primeira empresa a obter concessão pública do serviço, deu início à expansão dos trilhos em direção ao sul da Capital, dinamizando a ocupação da cidade. Naquele momento o empreendimento se voltou para localidades que estavam integradas à área central, tendo chegado os trilhos até Botafogo, atraindo principalmente as famílias mais abastadas que passavam a se deslocar das áreas centrais da cidade, onde estava concentrada a população.<sup>35</sup>

Àquela altura, o Rio de Janeiro era o principal centro econômico e financeiro do Império do Brasil, o que resultou na concentração de atividades comerciais e da diversificada força de trabalho nas áreas centrais da cidade. O traçado urbano dessa área apresentava um panorama

de ruas estreitas e diversas construções, herdado do período colonial. Em virtude do crescimento urbano decorrente do marcante aumento populacional que a cidade começou a vivenciar naquele momento, na visão de muitos contemporâneos as áreas centrais do Rio de Janeiro se constituíam num espaço urbano bastante desordenado.<sup>36</sup> As linhas de bondes se tornaram no período uma alternativa de expandir os limites da cidade em direção aos arrabaldes localizados na zona sul da cidade a partir da segunda metade do século XIX. O bairro de Botafogo, que era parte da freguesia urbana de São João Batista da Lagoa, criada em 1809, tornou-se no mesmo período bastante prestigiado pela elite da cidade, se constituindo numa área residencial, junto ao bairro do Flamengo.<sup>37</sup>

O projeto inicial da *Botanical Garden Company* pretendia estender a linha férrea que alcançou o bairro de Botafogo em 1868, até os portões do parque Jardim Botânico. Entretanto, as obras foram interrompidas porque a rua Jardim Botânico não estava concluída. Em função disto, a inauguração do terminal Jardim Botânico só foi feita três anos após a instalação da primeira linha de bondes da cidade.<sup>38</sup> Em meio ao processo de expansão dos trilhos e crescimento urbano em direção à zona sul do Rio de Janeiro, em 1871 os diversos jornais cariocas noticiaram sem grande destaque em suas páginas que a companhia de carris inauguraria a linha de bonde que ligava a rua do Ouvidor ao ponto terminal Jardim Botânico, situado no Largo das Três Vendas (atual praça Santos Dumont).<sup>39</sup> Assim como o aristocrático bairro de Botafogo, o Largo das Três Vendas era parte da freguesia da Lagoa, área circunscrita a uma vasta extensão cujo limite compreendia desde a Praia de Botafogo até o sítio Tijuca.<sup>40</sup> Iniciava-se assim, naquele ano, o transporte de passageiros por bonde para a região da Gávea, área até então pouco habitada.<sup>41</sup>

Povoada ao longo da segunda metade do século XIX apenas por sítios e chácaras esparsas, situadas em especial nas margens dos rios da região e da rua Boa-Vista (atual rua Marquês de São Vicente), a região era então dominada por figuras como José Francisco da Roza e Francisca Ignácia de Jesus. Naturais da Ilha do Pico, situada no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, eles eram donos de dois sítios



localizados nas áreas montanhosas “no lugar denominado Gávea<sup>42</sup>” (parte da atual favela da Rocinha). As terras foram arrendadas do Visconde D’ Secca na primeira metade do século XIX, tendo sido desmembradas em vários sítios e chácaras no período.<sup>43</sup> Segundo o inventário do casal, Francisca Ignácia de Jesus e José Francisco da Roza eram também proprietários de cerca de 30 escravos — dentre os quais estavam tanto alguns de mais idade (como João de Nação Cabinda, que os avaliadores do espólio do casal julgaram contar cerca de 50 anos, e sua esposa Joaquina de Nação Benguela, de 36 anos) quanto outros mais jovens, como os “crioulos” Romão e Gregório, que contavam apenas 9 anos de idade. Em um de seus sítios, tinham 34 mil pés de café, 500 pés de laranja, grande quantidade de pés de bananeiras, e, em menor quantidade, abacateiros, figueiras, jabuticabeiras, mangueiras, limoeiros, e outras árvores frutíferas. Em outro, também na região da Gávea, os pés de café contavam cerca de 3 mil, constando ainda entre a produção bananeiras, cajueiros e outras árvores frutíferas.<sup>44</sup> Tratava-se, portanto, de uma região de características predominantemente rurais voltada para produção agrícola, habitada por grandes proprietários de terras e por uma força de trabalho de origem africana variada.

Nos anos que se seguiram, alguns proprietários de terras passaram a empreender medidas que visavam melhorar as condições de locomoção na área, contribuindo assim para um tímido crescimento da região. Em 1855, por exemplo, a câmara deliberou

“ao cidadão Jeremias José da Rosa, para prosseguir na continuação da picada de exploração do terreno por onde tem de passar a nova estrada que é à expensas do cidadão Frei Custodio Alves Serrão e outros, se pretende fazer pelo morro dos Dois Irmãos, na Gávea, em continuação da que já se acha aberta”.<sup>45</sup>

O lavrador Jeremias José da Rosa, inventariante em 1843 do espólio de seu pai Francisco José da Roza, dono das terras acima mencionadas,<sup>46</sup> e outros proprietários de terras, investiram no crescimento da região através da abertura e conservação de estradas, como se nota através de diversos requerimentos destinados a Câmara na segunda

metade do século XIX. O fato de que o trabalho tivesse sido realizado por tais indivíduos sugere que as autoridades públicas não se mostravam interessadas em investir na localidade, restringindo assim a sua ação ao auxílio prestado aos moradores daquele lugar que empreendiam tais melhoramentos. Talvez o interesse em promover as obras em tais estradas estivesse associado à compreensão desses proprietários de que seus negócios estavam sendo prejudicados pela dificuldade de mobilidade — como indica o caso do próprio Jeremias José da Rosa, que necessitava transportar o carvão produzido no seu sítio com “bestas” pelas precárias estradas que serviam a propriedade.<sup>47</sup> Desse modo, a região da Gávea iniciaria seu processo de desenvolvimento, a partir dos interesses privados de figuras da elite econômica da cidade. Em meio a esse processo, destacavam-se personagens como o “lavrador” Jeremias José da Rosa, que chegou a compor uma chapa para as eleições municipais em 1856 junto ao “negociante” Manoel dos Anjos Vitorino do Amaral, que em 1852 cedeu o terreno e dirigiu as obras de construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, inaugurada em 1857.<sup>48</sup>

Tal era a situação da Gávea até 1871, quando foi inaugurado o serviço de bondes para a região. Tratava-se, portanto, de um território ainda predominantemente rural, que não estava integrado ao espaço citadino. No mesmo ano em que foi inaugurada a nova linha de bonde com destino ao Largo das Três Vendas, no entanto, a região começou a fazer parte do imaginário dos habitantes da cidade. A opereta *A Lotação dos Bondes*, de França Júnior, encenada em 1871 no teatro Phenix, se passava no Jardim Botânico, “onde uma filha sem pai e uma mulher sem marido, tudo por causa da lotação dos bondes, se encontram perdidas”.<sup>49</sup> A peça fazia uma referência bem-humorada às frequentes reclamações da população sobre a falta de carros que conduzissem ao Jardim Botânico em certos horários que, segundo um articulista contemporâneo que noticiava a estreia da peça, se configurava numa situação em que “incontestavelmente o povo sofre” por ter que enfrentar plataformas lotadas.<sup>50</sup>

Em outra matéria sobre as dificuldades vivenciadas pela população da região do “Jardim Botânico” e do “Alto da Boa Vista”, um



morador do local reclamou que o governo “pouco se importou antes da formação do contrato [com a companhia carril], de indagar onde existia a maior população daquele arrabalde, pois entendeu que aquele benefício devia ser só para os passeantes de domingo, que quisessem morrer à sede dentro do Jardim Botânico”.<sup>51</sup> O indignado morador do local fornece uma pista para compreendermos um dos sentidos do empreendimento da *Botanical Garden*: em um momento no qual eram ainda poucos os habitantes da região, tratava-se de viabilizar um melhor acesso aos frequentadores ocasionais do Jardim Botânico, o que em parte explica porque a população local era atendida de forma insuficiente.<sup>52</sup>

O missivista reclamava ainda que não havia iluminação no ponto terminal da linha do Jardim Botânico, situada no Largo das Três Vendas, inviabilizando que a companhia oferecesse mais carros para a população. Além disso, chamava a atenção para o fato de que os escassos bondes que circulavam em direção ao terminal Jardim Botânico acabavam lotados com passageiros que se destinavam a Botafogo. Já “a maior parte dos moradores” locais que tentavam se deslocar em direção ao centro da cidade, em suas palavras, “são obrigados a virem às Três Vendas, com sol e chuva, para entrarem nos galinheiros (gôndolas)”.<sup>53</sup> Ao enfatizar que os serviços públicos, como luz e transporte, eram bastante precários na região, o sujeito construía uma concepção daquele território que associava as péssimas condições do serviço de bondes ao abandono das autoridades públicas. O arrabalde da Gávea era assim lentamente incorporado na cartografia da cidade a partir da lógica que associava os precários serviços da companhia a significativa distância desse arrabalde em relação às áreas centrais e a atuação pouco efetiva dos governantes.

Se para tais indivíduos que moravam longe dos trilhos do bonde o acesso ao transporte em direção ao centro da cidade era bastante precário, para aqueles que estavam localizados próximos à linha de bondes surgiam diferentes alternativas comerciais ligadas a esse processo naquele momento. Em pouco tempo, a iniciativa da Companhia Botanical Garden começou a impactar na demanda por moradia na área, indicando como o empreendimento se tornou um marco importante



no seu lento processo de transformação. No ano em que foi inaugurada a linha do Jardim Botânico, o *Jornal do Comércio* publicou um anúncio de “compra-se ou aluga-se”, na “Tijuca, Lagoa ou Gávea”, de “uma casa para pouca família, com algum terreno, e sobre tudo (sic) com abundância de água, não exercendo a sua distância a mais de cinco ou dez minutos da última estação dos bondes; [...]”.<sup>54</sup> A inauguração dos serviços de bondes viabilizou assim que a área começasse a ser procurada pelos habitantes da Capital como uma opção de moradia no período, embora convivesse com os mais diversos problemas urbanos.

A linha férrea com destino ao arrabalde da Gávea possibilitou, desse modo, uma crescente ocupação na região. Em 1870, momento pouco anterior à inauguração da estação de bonde, 11.304 pessoas dos 235.381 habitantes da Capital residiam na freguesia da Lagoa (que, como dito, abarcava toda a zona que ia de Botafogo a Tijuca).<sup>55</sup> Segundo os dados do recenseamento realizado em 1872, um ano após a instalação da nova linha, a freguesia já contava com 13.447 habitantes, de um total de 266.831 da população da cidade.<sup>56</sup> Com um crescimento de exatamente 2.143 habitantes, iniciava-se um processo de adensamento populacional ainda tímido na região, viabilizado em grande parte pelos empreendimentos ferroviários da Botanical Garden. Dentre esses moradores já aparecia, àquela altura, uma significativa população de baixa renda, como sugere o relatório do *Ministério do Império do Brasil* publicado em 1872:

“Finalmente atendendo à representação do delegado da freguesia de S. João Baptista da Lagoa reconheceu o conselho a conveniência da criação de duas escolas públicas primárias elementares, uma para cada sexo, que devem ser estabelecidas no largo das Três Vendas para os menores pobres moradores entre o princípio da estrada da Lagoa e o limite sul de Jacarepaguá, área de população de mais de dois mil habitantes segundo o arrolamento de 1870”.<sup>57</sup>

Através do documento, é possível notar um processo de ocupação mais efetivo de uma diversificada força de trabalho durante os anos que se seguiram à instalação dos trilhos. Dos 11.304 mil habitantes



da freguesia da Lagoa em 1870, 2.000 habitantes se encontravam no arrabalde da Gávea, indicando a expressiva ocupação na localidade já naquele momento. Esse processo continuaria, nos anos seguintes, não apenas devido à chegada da linha de bondes, mas também em virtude do significativo aumento populacional da capital federal decorrente da chegada a partir daquele momento ao Império do Brasil de levas de imigrantes europeus, assim como da atração exercida pela Corte Imperial sobre escravos e ex-escravos do interior que viam na cidade a chance de conseguir um maior espaço de liberdade.<sup>58</sup>

Com o crescimento da população e diferentes tipos de problemas urbanos vivenciados na área central da cidade, as regiões mais afastadas passaram a ser uma alternativa no período para dinamizar a ocupação do espaço citadino e ampliar os seus limites.<sup>59</sup> No rastro desse processo, em 1873, a linha de bondes inaugurada em 1871 até o Largo das Três Vendas foi ampliada, tendo sido inaugurado naquele ano o ramal de bondes da Gávea e, cerca de dois anos depois, por influência do engenheiro Duque Estrada, que à época era um dos responsáveis pela implantação dos bondes, os trilhos subiram a rua Marquês de S. Vicente até a altura da residência que fora do arquiteto Grandjean de Montigny (atualmente preservada e situada nos domínios da PUC-Rio), viabilizando ainda mais o acesso e ocupação da região.<sup>60</sup> No mesmo ano era criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, como um dos desdobramentos da freguesia de São João Batista da Lagoa. Delimitado no ano seguinte, seu território limitava-se com a fronteira da própria freguesia da Lagoa e freguesia de Jacarepaguá, abrigando, portanto, os arrabaldes de Copacabana, Ipanema, Leblon, Jardim Botânico e Gávea.<sup>61</sup> Tendo como sede a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, a nova freguesia passou a compor o 9º Distrito junto às freguesias da Gloria e de S. João Baptista da Lagoa.<sup>62</sup> Apenas dois anos após a inauguração da linha férrea que ligava o centro da cidade ao arrabalde da Gávea, portanto em 1873, era assim criada uma nova freguesia que tinha na Gávea sua sede.

Em 1876 (portanto, poucos anos após a criação da freguesia da Gávea) era publicada uma nota que destacava a reclamação de um morador na *Gazeta de Notícias*, que nos fornece uma pista sobre a

lógica administrativa que informou essa iniciativa do poder público: “Foi, sem dúvida, o progressivo aumento da população da Lagoa bem como a sua de área, tornando cada dia mais difícil a ação das autoridades, a causa que diretamente atuou no espírito do governo quando subdividiu-a”, escrevia o missivista, ao reclamar maior atuação das autoridades públicas para o lugar. O indivíduo desnudava assim um dos sentidos de criação da freguesia que se associava ao aumento demográfico da então freguesia da Lagoa, viabilizado nos anos anteriores através da expansão das linhas de bonde em direção à zona sul. E, como consequência desse aumento populacional, destacava a atuação pouco efetiva das autoridades, que era alvo constante de reclamação dos seus habitantes. Enfatizando a própria precariedade dos serviços públicos, o leitor da *Gazeta de Notícias* destacou os temas de higiene e segurança como os mais preocupantes resultados do abandono público:

“Exceto uma parte da rua Jardim Botânico, toda a freguesia está privada de iluminação, não a temos a azeite ou querosene, muito menos a gás. Como bem policiar um lugar em tais condições? Que garantias para as numerosas famílias que aí habitam!”

E concluía ainda informando que:

“[...] Arruinar-se-iam as finanças do Estado com a conservação e a irrigação, ao menos, das ruas do Jardim Botânico e da Boa-Vista? Se há sacrifício, não será ele largamente compensado pelo melhoramento das condições de salubridade dessa freguesia, onde surgem inúmeras edificações como premissas lisonjeiras e seguras para o futuro? A salubre vivenda da Gávea, para onde diariamente emigram do centro da cidade famílias e convalescentes, bem deve merecer mais atenta consideração.

O governo não pode, indiferente, negar patrocínio aos que pedem o que por justiça se lhes deve: pedimos luz, conservação e irrigação para as ruas da freguesia da Gávea, ao menos para a estrada do Jardim e a rua Boa-Vista”.<sup>63</sup>



Como deixava entrever sua reivindicação, essa população estava concentrada nas ruas do Jardim Botânico e Boa-Vista, onde parte da linha de bonde estava instalada. Em sentido complementar, esse testemunho indica como a localidade continuou a ser uma opção de moradia para os habitantes da Capital nos anos que se seguiram a instalação dos bondes, já que o indivíduo indicava como diversos habitantes da cidade passaram a se deslocar das áreas centrais para se instalarem na freguesia da Gávea e mais especificamente nas duas ruas mencionadas por ele situadas no arrabalde. Por esse motivo, o missivista enfatizava que surgia inclusive “inúmeras edificações”, o que apontava em sua perspectiva otimista para o rápido “desenvolvimento” do lugar.

Não é de se estranhar que diversos empreendimentos voltados para o mercado imobiliário na região começassem a investir no negócio com mais frequência. Entretanto, faziam isso a partir de uma lógica que explorava comercialmente as características predominantemente rurais do local naquele momento. Era o caso, por exemplo, da nota publicada no *Jornal do Comércio*, em 1878, anunciando a venda de “vinte braças de lindos terrenos em lotes de cinco braças, prontos a edificar-se, estando todos já arborizados, no pitoresco e saudável bairro do Jardim Botânico, Largo das Três Vendas, em frente à igreja, trata-se na mesma.”<sup>64</sup> As características rurais da localidade, àquela altura, ainda explícitas nas atividades econômicas predominantemente agrícolas ou até mesmo nos traçados urbanos das ruas que, nas palavras de um contemporâneo, “mais se assemelham a picadas abertas para uso de caçadores”,<sup>65</sup> se convertiam, no anúncio, em um aspecto positivo da região, associadas às definições que se alinhavam ao discurso higienista de condenação de áreas insalubres — como “pitoresco”, “arborizado” e “saudável”. Ainda assim, era em torno da área próxima à estação de bondes no Largo das Três Vendas que ocorria o impulso mais significativo da especulação imobiliária na região — como sugere o próprio anúncio, que especificava que o terreno de vinte braças estava sendo dividido em lotes de cinco braças destinados à edificação. O arrabalde da Gávea se apresentava assim, àquela altura, como uma área atrativa para diferentes habitantes da Capital em acelerado crescimento na segunda metade do século XIX.



O resultado é que, durante os anos que se seguiram, mais precisamente nas três últimas décadas do século XIX, as características que distinguiam diferentes espaços do arrabalde da Gávea, como no caso em particular das áreas próximas aos bondes que eram ocupadas e urbanizadas rapidamente, e as áreas adjacentes situadas nas proximidades da Praia da Gávea e da Pedra da Gávea, acabaram por se definir mais claramente.<sup>66</sup> Configuravam-se, assim, diferentes territórios físicos e simbólicos no próprio arrabalde da Gávea, que se diferenciavam por sua ocupação e urbanização nas áreas mais acessíveis aos bondes em contraste com os locais próximos a Praia da Gávea e a Pedra da Gávea cujas características mantiveram-se predominantemente rurais — ainda que, o lugar onde se encontrava a Pedra da Gávea e as colinas ali próximas como o morro Dois Irmãos, fosse ainda marcada pela ideia de vazio.

## 2.2. Entre a fábrica e o campo

A partir das possibilidades abertas pela expansão da linha de bonde e talvez ligada à sua própria criação, o perfil de parte do arrabalde da Gávea passaria por um rápido processo de mudança a partir de meados da década de 1880, quando a região começou a receber investimentos que impulsionariam de modo muito mais intenso seu crescimento e urbanização. Na primeira metade daquela década essa demanda por moradia parece ter se intensificado, e os bondes continuavam impulsionando a ocupação do lugar — como podemos perceber através da autorização que os governantes, “atendendo ao que reclamaram os moradores da Gávea e do Cosme Velho”, concederam à Companhia de Carris Jardim Botânico<sup>67</sup> para prolongar sua linha principal do ramal da Gávea “até à Ponte da Rainha”.<sup>68</sup>

Mais do que a ligação com a cidade pelas linhas de bonde, no entanto, daquele momento em diante seria outro o fator a dinamizar a ocupação da região: a instalação no arrabalde da Gávea de indústrias voltadas para a produção têxtil, que começariam a mudar suas características rurais. O fato de que se tratasse de uma região com abundância dos recursos hídricos necessários à indústria têxtil e ainda por cima



próxima dos centros financeiros e do mercado consumidor, logo fez com que se voltassem para lá alguns dos principais investimentos industriais realizados no Rio de Janeiro.<sup>69</sup> Nesse processo, destacou-se a fundação da fábrica de tecelagem Carioca, empreendimento da firma Bandeira Steele & Cia, instalada à rua D. Castorina em 1886. Expandindo-se rapidamente na região, a companhia já havia em 1894 incorporado aos seus bens algumas das grandes propriedades rurais existentes na localidade.<sup>70</sup> Cinco anos depois de seu surgimento foi também inaugurada, próxima a fábrica Carioca, outra fábrica têxtil de importância: a tecelagem Corcovado, empreendimento da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, fixada à rua Jardim Botânico. Seguindo tal tendência, em 1891 foi fundada à rua Marquês de S. Vicente<sup>71</sup> a fábrica São Félix, também do mesmo ramo, empreendimento da sociedade anônima Companhia de Fiação e Tecelagem São Félix. Além das fábricas voltadas para a fabricação de tecidos, alguns anos depois da instalação desses empreendimentos é possível notar a presença da fábrica de Chapéus Braga e outras pequenas oficinas em funcionamento já na primeira década do século XX. Com a instalação dessas fábricas de tecidos e outros empreendimentos a partir do final do século XIX a região deixava de lado seu perfil predominantemente rural, assumindo uma clara marca fabril naquele momento — ainda que não significasse uma mudança radical do cenário e das práticas associadas à vida no campo.<sup>72</sup>

Àquela altura o arrabalde da Gávea já dispunha de cinco estações de bondes, viabilizando o deslocamento e a fixação dos operários têxteis na região.<sup>73</sup> A presença das companhias voltadas para a produção de tecidos influenciava também na própria urbanização da região. *O Jornal do Brasil* noticiou em 1899 que os serviços de esgoto para a população da área seriam expandidos por iniciativa de alguns investimentos de empresas privadas, como a própria Companhia de Tecidos Carioca e a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro.<sup>74</sup> O interesse da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro e da empresa têxtil não era, porém, um mero acaso. A partir da última década do século XIX, começaram a ser construídas ali por empresas privadas e pelas próprias companhias têxteis, que buscavam para isso financiamento do poder



público, muitas moradias para assentar os trabalhadores próximas aos seus locais de trabalho — em iniciativa que veio a constituir a principal forma de moradia para os empregados dos estabelecimentos têxteis instalados na região. Naquela área, esse empreendimento se mostrou especialmente importante devido às suas condições recentes de ocupação e desenvolvimento urbano, impulsionando a ocupação do espaço nos anos que seguiram a instalação das fábricas.<sup>75</sup>

A inauguração de indústrias têxteis e a construção de vilas operárias na área constituía assim o processo de reordenação do seu espaço físico, que se consolidou durante o período que compreende o final do século XIX e primeiros anos do século XX. Embora o arrabalde da Gávea dispusesse de um extenso território, esse tipo de ocupação da área não se deu de maneira uniforme. De fato, era em torno das instalações fabris, local em que se concentravam as novas habitações construídas para os operários, que se constituíam os primeiros grandes adensamentos urbanos formados já naquele momento em parte do Jardim Botânico e da Gávea. Atraídos pelas possibilidades de emprego e de moradia resultantes da construção de vilas operárias na região, o local passou a se constituir em destino privilegiado para muitos trabalhadores.<sup>76</sup>

Configurava-se, assim, o perfil de um bairro fabril, cujos limites iam do Jardim Botânico ao início da rua Marquês de São Vicente. Não por acaso, a Carta Cadastral de 1900 citada de início, que representava a cidade no começo do século XX, indicava as fábricas e vilas operárias da área onde se concentravam os maiores empreendimentos fabris da região — circunscrevendo os limites do arrabalde da Gávea até a começo da rua Marquês de São Vicente, onde se encontrava a fábrica São Félix. Era a partir dessa lógica de desenvolvimento e ocupação daquele território que essa área era integrada rapidamente ao espaço urbano do Rio de Janeiro naquele momento.

De forma complementar ao desenvolvimento industrial que começava a influenciar a ocupação e urbanização de parte do arrabalde da Gávea, outras iniciativas viriam potencializar ainda mais esse processo. Era o que sugeria, em 1890, a formação da Companhia Territorial e Construtora, que tinha por finalidade construir uma vila



no local, chamada Sebastião Pinho, assim como promover diversas outras construções em favor do seu crescimento urbano.<sup>77</sup> Com essa finalidade comercial, a companhia se aproveitava do crescente desenvolvimento da região para atuar no campo da especulação imobiliária. Depois de adquirir grandes propriedades de terras na Gávea, estando de “posse de 60.000 braças” de terras, a empresa pretendia tanto disponibilizar lotes para possíveis interessados quanto edificar habitações e “construir prédios por conta própria” que estivessem “ao alcance de todas as classes”. Apontava ainda para a possibilidade de direcionar a venda dos lotes para “diversos estabelecimentos” que movimentariam a vida comercial do bairro, incrementando sua ocupação, como clubes, sanatórios, hotéis, entre outras construções. Associando os seus interesses aos investimentos realizados pelas companhias de carris, destacava que a “construção da estrada de ferro de Botafogo a Angra dos Reis” impulsionaria o empreendimento, na medida em que facilitaria a locomoção dos seus moradores.<sup>78</sup> Tratava-se, assim, de uma iniciativa que deliberadamente pretendia criar na Gávea “tudo mais que for conveniente para tornar esse lugar preferido entre os arrabaldes do Rio de Janeiro”.<sup>79</sup>

Ao publicar uma matéria sobre “os maravilhosos efeitos do progresso” vivenciados em parte do arrabalde da Gávea, um articulista do jornal *O Paiz* testemunhava como os diversos empreendimentos no local haviam transformado o seu perfil rapidamente:

“Quem há bem pouco notasse o desânimo e torpor em que jazia esse pitoresco e saudável arrabalde da ex-corte só conhecido como o caminho do Jardim Botânico e da barra da Tijuca, ficará de certo surpreendido, se for ver o que é hoje a Gávea, e calcular o que virá a ser dentro de poucos anos.

[...] A indústria fabril ostenta-se vivaz e portentosa com as fábricas de fiação e tecidos – Carioca, Corcovado e S. Félix, em torno de cujos vastos e majestosos edifícios vive, agita-se e cada vez mais se expande uma legião de valentes operários, com suas famílias, dando um grande impulso à grande vida comercial, que até há bem poucos



anos podia-se resumir quase na freguesia alegre e noturna do *Restaurant Champêtre* e que hoje alimenta importantes casas de negócio nesse aprazível bairro da capital da República.

Por outro lado, a engenharia e o capital, associados vão transformando o solo despovoado desse belo arrabalde, saneando o que há de insalubre e cobrindo-o de lindas habitações” [...].”<sup>80</sup>

Ao contrastar a imagem da Gávea como um lugar de passagem e pouco povoado aos empreendimentos industriais e imobiliários que, além de construir “lindas habitações” também promoviam sua urbanização através de medidas de saneamento, o sujeito buscou mostrar como a área sofreu uma sensível transformação, cujas previsões otimistas apontavam para um futuro promissor. O jornalista citou ainda, em outro trecho, o papel de diversas empresas de capital privado, como a Companhia de Melhoramentos da Lagoa e Botafogo, a Companhia Viação Férrea de Sapucahy e a Companhia Cidade da Gávea. E completava ainda afirmando que:

“Além destas, outras empresas procuraram afofomosear e dar importância ao distrito da Gávea, podendo-se com segurança afirmar que será para ali que afluirá a maioria da população desta capital, a que não pode residir no centro e a que procura uma localidade com todos os recursos higiênicos para passar a estação calmosa”.

Ainda que em sua narrativa esses empreendimentos expressassem um crescimento futuro, para ele, o local atrairia assim a “maioria da população desta capital”, indicando como os investidores que realizavam tais empreendimentos direcionavam o seu capital com um objetivo bastante claro de lucrar com a especulação imobiliária durante o período, e que continuava a dinamizar a ocupação do espaço citadino.

Esse rápido processo de urbanização e adensamento populacional da Gávea vivenciado naquele momento não se faria, no entanto, sem consequências, como aponta o relatório realizado em 1894 sobre as suas condições higiênicas e o seu estado sanitário. Reconhecendo tratar-se antes de um lugar “legendário por sua salubridade”, um “antigo refúgio



dos convalescentes que vinham banhar no ar oxigenado e vivificante de suas montanhas os pulmões gastos pelo ar confinado dos centros populosos”, afirmava-se no documento que ele estaria então reduzido a um “triste estado”. Citando em especial as ruas Jardim Botânico e D. Castorina, onde estavam concentradas muitas das vilas operárias e fábricas, o idealizador do relatório defendia assim que o deplorável “estado sanitário” no qual afirmava estar então a Gávea teria sido “motivado pelo aumento rápido e crescente de sua população, sem que os recursos higiênicos tenham aumentado proporcionalmente”.<sup>81</sup>

Desse modo, o processo de crescimento urbano do arrabalde da Gávea ocorrido no final do século XIX, que resultou na configuração de diferentes territórios (físicos e simbólicos), dava a ver práticas e sentidos diversos de sua ocupação. Isso porque, na última década do século XIX, quem quisesse percorrer a rua Marquês de S. Vicente até a subida da Gávea onde terminava a via, como nos informa um almanaque contemporâneo, encontraria um cenário bastante distinto da imagem que emergia do relatório associada aos problemas urbanos enfrentados naquele momento em decorrência do seu aumento populacional e crescimento urbano.<sup>82</sup>

Uma pista para identificar o perfil do local pode ser seguida através do anúncio publicado na *Gazeta de Notícias*, no dia 19 de novembro de 1893:

“Vende-se um terreno na estrada da Gávea, lugar muito saudável, próprio para quem quiser ter uma habitação fora da cidade, pois é lugar em que não vai bala, nem nunca houve bexiga e nem febre amarela, o terreno é próprio e mede 245 e de fundos 1.100; para tratar no mesmo com o Sr. Mendonça”.<sup>83</sup>

Ao associar as noções de salubridade e segurança a ideia de que se tratava de “uma habitação fora da cidade”, o dono do terreno atribuía sentidos específicos aquele espaço em contraste com a própria experiência de viver na cidade e, como consequência, os seus problemas caracteristicamente urbanos, particularmente, no que se refere ao tema da higiene. Esse aspecto se relacionava também ao

discurso higienista que ao condenar a insalubridade especialmente nas áreas centrais, fornecia elementos que legitimavam a ocupação em novos lugares da cidade, como a própria Estrada da Gávea, que passava a partir daquele momento a ser associada a sentidos específicos, como um lugar “fora da cidade”. O que pode explicar em parte porque a municipalidade se interessou em obter rendimento através da taxação dessa parte da freguesia da Gávea a partir da última década do século XIX. Isso porque, em 1892, constava na lista do Imposto Predial cobrado pela municipalidade o logradouro chamado de “Estrada da Gávea”, cujos proprietários eram donos de fazendas e chácaras, onde inclusive constava como propriedade dos “herdeiros de Jeremias José da Rosa”, lavrador que se encontrava instalado na área desde meados do século XIX, as terras situadas na Estrada da Gávea número 1.<sup>84</sup>

O logradouro denominado como Estrada da Gávea no Imposto Predial de 1892 era identificado, pelo menos desde a segunda metade do século XIX, de forma vaga como parte da via então nomeada de rua da Boa-Vista, cujo nome mudou no final do século XIX para rua Marquês de S. Vicente<sup>85</sup>. Isso porque diversos indivíduos se referiam a própria via de ambas formas com frequência no seu cotidiano, resultando assim na definição de limites geográficos bastante imprecisos e dinâmicos. Embora somente em 1906 a Estrada da Gávea viesse a se tornar um logradouro público e em 1910 passasse a constar nos almanaques contemporâneos,<sup>86</sup> a partir do final do século XIX era forjado pouco a pouco um território situado no arrabalde da Gávea identificado a Estrada da Gávea e a Praia da Gávea, que começava a estabelecer limites simbólicos mais precisos com a rua Marquês de São Vicente, onde encontrava-se às estações de bondes e a área industrial delimitada pela fábrica S. Félix que se instalou na mesma rua em 1891.

Mesmo após parte da Gávea vivenciar o processo de industrialização e especulação imobiliária, a área próxima às montanhas e a Praia da Gávea continuava a apresentar características rurais. Tratava-se, portanto, de um panorama da área que marcava o seu aspecto rural no início do século XX, cenário bastante distinto do bairro industrial



que se formou próximo aquele espaço no mesmo período, onde se destacavam as fábricas de tecidos e vilas operárias. Desse modo, as áreas adjacentes a Estrada da Gávea constituíam um território que compartilhava de um perfil naquele momento, cujas características rurais se afirmaram como sua particularidade no início do século XX. Por esse motivo, alguns contemporâneos passavam a distinguir a “parte urbana do bairro da Gávea” em contraste com a parte que não se enquadrava nesses padrões marcadamente de características rurais.<sup>87</sup>

Se, no início do século XX, o território que abarcava a Estrada da Gávea se constituía pela particularidade de apresentar um perfil notadamente rural, em sentido complementar, a área passou a se destacar por suas atividades econômicas e comerciais ligadas à produção agrícola naquele momento. Não é de se estranhar que estivesse localizado na encosta das montanhas da Gávea, próximo ao Morro Dois Irmãos, um sítio de propriedade de Manoel Fernandes Cortinhas. Em 4 de outubro de 1905, Manoel Fernandes, morador da rua Jardim Botânico n.17, recebeu uma multa por infração de posturas “por consentir na derrubada de matas para fabrico de carvão e lenha sem licença, no lugar denominado Rocinha” (parte da atual favela da Rocinha).<sup>88</sup> Dois anos depois, era anunciado no *Jornal do Brasil* a venda da chácara a “Estrada da Gávea n.1, Rocinha” cujo “motivo é o dono se retirar para Portugal”. Segundo o anúncio, tratava-se de uma terra “com todo gênero de criação, em lugar que se pode ter de tudo para mantimentos e criações”. A nota especificava ainda que “os lucros vão de 15\$ a 20 \$ diários”.<sup>89</sup>

Em primeiro lugar, nota-se que o anúncio especificava que o endereço da chácara constava como Estrada da Gávea n.1, e ainda indicava sem maiores explicações que se encontrava no lugar chamado “Rocinha” e “Vargem da Rocinha”. Por mais difícil que seja estabelecer com precisão seus limites espaciais, este lugar era identificado como a Estrada da Gávea, tornando-se inclusive um ponto de referência local. Provavelmente, o lugar era identificado com a denominação de Rocinha desde a última década do século XIX, como indica o fato de que em 1891 o *Jornal do Comércio* tenha publicado uma nota destacando que o Imposto Predial seria aplicado à “Estrada da Rocinha” no ano

seguinte. Contudo, consta na documentação do Imposto Predial como “Estrada da Gávea” a partir de 1892 a cobrança de tributos daquela via, indicando os mesmos proprietários e respectivos endereços publicados naquela folha no ano anterior. Através destes documentos, é possível identificar que as terras que foram de propriedade do lavrador Jeremias José da Rosa na segunda metade do século XIX acabaram sendo adquiridas por Manoel Fernandes Cortinhas, que constaria a partir de 1906 como proprietário na cobrança do Imposto Predial.<sup>90</sup> O novo proprietário disponibilizou, no entanto, as terras para serem vendidas a partir de 1907, como é possível identificar através dos anúncios publicados no *Jornal do Brasil*.

Indicando a dificuldade de vender o terreno, cerca de oito meses depois, outra nota era divulgada no *Jornal do Brasil*: “Vendem-se as benfeitorias de uma chácara e roça, tendo um bom bananal e capinzal, e demais pertences de lavoura com dois animais e boa criação, em bom lugar; na Estrada da Gávea n.1, Rocinha”.<sup>91</sup> Ainda que não tenhamos notícias se a chácara acabou sendo vendida naquele momento, dois anos depois do anúncio, o *Jornal do Brasil* noticiou a venda do sítio mais uma vez, destacando que as terras eram situadas

[...] em bem localizado ponto, com os devidos pertences, hortaliças, bananal; aipim; batata doce; um bom cavalo de cela; uma mula de cangalha, tendo muita criação. Vende-se quase por metade do valor. O motivo é ter o dono de retirar-se para a Europa; na Estrada da Gávea n. 1, Vargem da Rocinha”.<sup>92</sup>

Além de produzir carvão e lenha, as notas que anunciavam a venda da chácara à “Estrada da Gávea n.1, Rocinha” enfatizavam a ideia de que as terras eram próprias para cultivo de diversos produtos e criação de animais. Além disso, os anúncios destacavam os lucros obtidos com a venda de tais gêneros, sugerindo que adquirir o sítio era um negócio lucrativo. Desse modo, é possível perceber que o aspecto rural da área manteve essas características nos anos seguintes, especialmente ligadas às atividades econômicas e comerciais de produção agrícola e pecuária, viabilizando que diferentes trabalhadores



voltados em sua maioria para essas atividades se estabelecessem na área no final do século XIX e primeira década do século XX. Era o caso, por exemplo, dos lavradores Alípio Coelho, de apenas 16 anos, descrito numa nota publicada, em 1901, por ocasião de seu falecimento, como “branco”, solteiro, nascido na capital federal e morador à estrada da Gávea sem número, e ainda um certo Antônio Fernandes da Silva, que faleceu dois anos depois, de 60 anos, descrito como residente na Estrada da Gávea sem número, nascido na capital federal, casado e “pardo”.<sup>93</sup>

A diversificada produção agrícola voltada para o comércio na área atraía assim trabalhadores rurais que parecem ter se estabelecido com mais intensidade na região durante o final do século XIX e primeiros anos do século XX, momento em que a freguesia da Gávea sofreu um sensível aumento populacional. Segundo os dados do censo, em 1890 eram 4.696 os habitantes na freguesia, enquanto em 1906 eles já seriam 12.570.<sup>94</sup> Dessa forma, se comparados os dados censitários de 1890 e 1906, quando as políticas voltadas para a demolição de cortiços começaram a se intensificar, e o período posterior às reformas urbanas implementadas na região central da cidade sob o governo municipal de Pereira Passos, que provocaram uma intensa crise habitacional e o êxodo da população pobre para áreas mais afastadas, nota-se um aumento demográfico da freguesia da Gávea de 171%. Entre os distritos da zona urbana, a freguesia da Gávea era a localidade com o maior acréscimo de habitantes, e entre os distritos suburbanos só não ultrapassava a freguesia de Inhaúma. Contudo, a freguesia da Gávea ainda era o quinto distrito com menor população dentre os 25 da cidade, atrás apenas de Candelária, Tijuca, Santa Tereza e Ilhas de Paquetá e Governador. Ou seja, apesar do significativo crescimento demográfico experimentado naquele período, a região ainda se constituía, em 1906, em uma freguesia de pequeno porte em relação às demais.

Dada a possibilidade de melhor acesso a zonas que eram ocupadas por aqueles que já não queriam ou podiam habitar as zonas centrais, através da implementação das linhas de trens e bondes, diversas freguesias suburbanas e as freguesias urbanas da cidade, como a pró-

pria freguesia da Gávea, sofreram um intenso acréscimo demográfico. De fato, esse deslocamento em direção à região se associava também a oferta de trabalho proporcionada pelo desenvolvimento industrial que compreende exatamente o final do século XIX e primeira década do século XX.<sup>95</sup> Não é de se estranhar que o censo de 1890 tivesse contabilizado apenas 43 agricultores e, em 1906, os agricultores da freguesia contassem 267, tendo um aumento significativo de mais de 500 %, ou 224 pessoas em termos absolutos. Se as atividades industriais representaram parte fundamental do crescimento populacional da freguesia da Gávea, é possível notar que este não se deu de forma homogênea naquele espaço, pois a melhoria do acesso à região potencializou também a chance de exploração agrícola na área — especialmente naqueles terrenos mais próximos as montanhas da Gávea, ainda distantes do núcleo industrial que se formava.

Desse modo, por mais que o aumento demográfico da freguesia da Gávea resultante do seu processo de integração ao espaço urbano do Rio de Janeiro desde o final do século XIX e início do século XX fosse incrementado por diversos empreendimentos fabris, comerciais e imobiliários que ajudaram a adensar a população do bairro, o território identificado à Estrada da Gávea, que atravessava as montanhas da região, mantinha no começo do século características notadamente rurais, atraindo em menor escala pequenos lavradores. Cabe explicitar ainda que, embora não se tratasse de um expressivo número de trabalhadores rurais, a lógica de ocupação daquele espaço se caracterizou de início pela realização de diferentes atividades voltadas, principalmente, para a produção agrícola e pecuária destinada ao comércio, e a derrubada de mata e produção de lenha e carvão, que motivou alguns indivíduos a se fixarem na localidade até mesmo como uma forma de sobrevivência, se constituindo assim em uma particularidade do espaço naquele momento. Em contraste com a ocupação fabril que deu aspecto urbano à parte do arrabalde da Gávea na qual chegaram primeiro os bondes, aquele território mais próximo ao mar continuava até então às margens da cidade, constituindo ainda nos primeiros anos do século XX um território associado por contemporâneos ao vazio.



### 2.3. A ocupação no vazio

A incorporação de parte do arrabalde da Gávea ao espaço urbano do Rio de Janeiro e o aumento populacional vivenciado desde o final do século XIX e primeira década do século XX, já dava sinais de uma lenta transformação do tipo de ocupação que marcava o território de características rurais, onde se encontrava o “lugar denominado Rocinha” à Estrada da Gávea n.1. Cabe, portanto, acompanhar quais sujeitos passaram a se estabelecer na área durante os anos que se seguiram, assim como as suas condições de trabalho, moradia e vida.

No ano de 1910, o “Indicador das Ruas” do *Almanak Laemmert* registrava pela primeira vez a Estrada da Gávea e a definição dos limites do logradouro público. Na definição ali registrada, tratava-se de uma via que começava na rua Marquês de S. Vicente e terminava na Estrada do Chuá (atual Estrada do Joá).<sup>96</sup> Como era de se esperar, a via era definida nesse almanaque como um espaço essencialmente rural, indicando a existência de residências e de estabelecimentos comerciais voltados para a produção agrícola e pecuária. Na edição de 1911 do mesmo almanaque apareciam como seus habitantes tanto lavradores quanto indivíduos que viviam da comercialização dos produtos por eles cultivados. Era o caso dos negociantes José Ferreira da Silva e José Ferreira Garcia, fixados com “chácara de hortaliças” à estrada da Gávea números 20 e 22, respectivamente. Já Henrique Ferreira encontrava-se à estrada da Gávea número 32 com uma quitanda de “comércio de bananas”, e Raymundo Reis era proprietário de uma quitanda à estrada da Gávea números 26\30.<sup>97</sup>

Àquela altura, no entanto, nem todos os moradores da região apareceriam como proprietários nos jornais cariocas como registrava o *Almanak Laemmert*. A produção agrícola que se desenvolvia no território demandava uma crescente força de trabalho, que também passou a se estabelecer na região a partir daquele momento. Era o caso do brasileiro Tibúrcio José Soares, que teve a sua foto publicada no jornal *A Imprensa* por conta de uma emboscada que preparou contra Prudêncio José Ribeiro no mesmo ano:





**Figura 2 – Foto do trabalhador rural Tibúrcio José Soares.**

Fonte: *A Imprensa*, 6 de maio de 1911.

A fotografia nos fornece uma pista do perfil de trabalhadores que buscavam uma forma de sobrevivência através do trabalho rural na área. Com “vinte três anos, de cor branca e solteiro”<sup>98</sup>, segundo explicava a reportagem, Tibúrcio Soares era um sujeito de aspecto humilde, caracterizado tanto por seus trajes simples quanto pelos pés descalços — que até pouco tempo era uma marca importante de distinção social na sociedade escravista.<sup>99</sup> Segundo o jornalista da folha, o lavrador “por ali vivia trabalhando em vários sítios, dormindo sempre nas casas onde obtinha emprego”. Naquele momento, ele estava empregado “no sítio do Sr. Alfredo Mendonça, situado na Estrada da Gávea, quilometro 4”. Tratava-se de um herdeiro de José Corrêa de Mendonça, proprietário de um sítio no local desde o final do século XIX<sup>100</sup>, cujas terras faziam fronteira com a propriedade situada “no lugar denominado Rocinha” à Estrada da Gávea n.1.<sup>101</sup>

Já Prudêncio José Ribeiro, a vítima da emboscada, era descrito nas páginas do *Jornal do Comércio* como um “pobre lavrador, quase octogenário”. Segundo a reportagem, ele era “considerado o mais antigo habitante da estrada da Gávea”, na qual residia desde o final do século XIX.<sup>102</sup> O repórter do *Jornal do Brasil* destacava que ele “ali viveu sempre, entregue à pequena lavoura, negociando em bananas, que cultivava para vendê-las no mercado”, ao qual chegava carregado por “seu burrinho”. O jornalista explicava ainda que sua casa era “situada no alto, no fim de uma escarpada, aberta nas montanhas da Gávea”<sup>103</sup>, de difícil acesso mesmo para as autoridades policiais e



para a assistência médica que tiveram que resgatá-lo.<sup>104</sup> Para ilustrar a precariedade das condições de vida de Prudêncio, o jornal *A Imprensa* publicou duas fotos da residência da vítima, especificando que estava situada “na escarpa da montanha, ao sopé da Grande Pedra da Gávea”:



**A casa em ruínas, da Estrada da Gávea n. 37, onde residia o velho Prudêncio. Junto à porta estão um repórter de uma folha vespertina e o nosso companheiro J. Barreiros, acompanhado do guarda civil n. 233.**



**O interior da casa onde residia o velho Prudêncio. À direita, a marqueteira com uma esteira; ao fundo, as cadeiras e, à esquerda, a mesa tosca.**

**Figura 3 – Fotografias da residência de Prudêncio José Ribeiro.**

Fonte: *A Imprensa*, 6 de maio de 1911.



A fotografia do interior da casa do lavrador mostrava o aspecto precário das paredes e dos poucos móveis encontrados na residência, cuja imagem buscava evidenciar que se tratava de uma habitação modesta. Tal impressão é reafirmada pela imagem externa da casa, na qual dois repórteres e um guarda civil se colocavam à frente de uma construção simples, caracterizada na legenda da foto como uma “casa em ruínas”. Ao seu redor, nota-se uma densa vegetação em que se destacam as bananeiras, que davam ao entorno da casa um aspecto rural. Longe de poder ser identificada como a sede de uma fazenda ou sítio de proprietários mais abastados, tratava-se assim de uma moradia simples, na qual lavradores de poucos recursos pareciam se aproveitar do terreno vasto para lutar pela sua sobrevivência.

Para além do aspecto da casa, o próprio incidente em questão nos ajuda a localizar socialmente os dois trabalhadores. Segundo um jornalista, o conflito em que eles se envolveram, que ocorreu em uma zona “habitualmente sossegada”, chegou ao conhecimento do delegado do 21º Distrito quando Manoel Lopes Dias, dono de um armazém no local e morador na casinha número 23 da mesma estrada, levou o caso às autoridades policiais. Após alguns dias de investigação Tibúrcio José Soares foi preso. Interrogado, declarou que “tinha tido anteriormente uma questão com Prudêncio” porque este lhe “dificultava a vida, dizendo que não lhe dessem trabalho”. Era por esse motivo, segundo declarou, que ele “guardava rancor contra Prudêncio”.<sup>105</sup> Tratava-se, assim, de uma disputa que se desenvolveu a partir da necessidade de ambos de buscar meios de sobrevivência. Além disso, a questão que Tibúrcio mantinha com Prudêncio, relacionada à dificuldade que ele enfrentava para obter uma colocação, se desdobrava na própria possibilidade de conseguir uma forma de moradia, como indica o fato de que ele “vivia trabalhando em vários sítios, dormindo sempre nas casas onde obtinha emprego”. Por outro lado, o caso de Tibúrcio indica que a demanda de trabalho na região por si só não se constituía na garantia de uma colocação para aqueles que se dispusessem a se estabelecer na área, já que antigos moradores como Prudêncio poderiam influenciar na possibilidade daqueles trabalhadores conseguirem um emprego. Ainda assim, Tibúrcio José



Soares permaneceu na localidade, como é possível notar através de uma notícia no ano seguinte em que o lavrador se envolveu num conflito com Nestor Tavares de Oliveira, “devido a ter o primeiro dito umas cousas à esposa do segundo” — o que indicava que para trabalhadores rurais como Tibúrcio, as opções de moradia e trabalho eram bastante limitadas, fazendo assim com que ele insistisse em permanecer ali.<sup>106</sup>

Se parte da Gávea recebia no período novos empreendimentos industriais, assumindo a marca de um bairro fabril, ficava clara assim a singularidade dos territórios que se encontravam nas franjas do bairro, situados nas beiras das montanhas que lhe serviam de limite. Por mais que o caso de Tibúrcio sugerisse que aquele espaço começava a ser buscado como alternativa de moradia para diversos lavradores ali estabelecidos, ele mostrava também que eram ainda rurais as suas características, cuja produção agrícola estava em plena atividade nas primeiras décadas do século XX, atraindo trabalhadores com poucos recursos que se voltavam para a realização de tais atividades.

No contraponto a essa situação, os próprios anúncios publicados nos jornais cariocas do período pelos proprietários de terras da área com o objetivo de contratar esses trabalhadores, especificavam que junto ao pagamento do salário era disponibilizada uma habitação. Era o caso, exemplo, de uma nota divulgada no *Jornal do Brasil* em 1910: “Precisa-se de um cocheiro de quatro; na Estrada da Gávea 34, ordenado 120\$, casa e comida; informações, na r. de São Clemente 7, agencia do “*Jornal do Brasil*”.<sup>107</sup> Este é um indício de que a possibilidade de associar trabalho e condições mínimas de sobrevivência, como moradia e comida, se constituía num importante atrativo para os trabalhadores de baixa renda que se estabeleciam na área e, por outro lado, mostra como os salários oferecidos eram bastante precários, sendo insuficientes para suprir as necessidades básicas desses trabalhadores rurais, que buscavam na região tais condições de sobrevivência.

É possível inclusive que esses antigos donos de terras estivessem construindo habitações modestas e precárias para abrigar seus

empregados naquele momento, como pode sugerir uma infração de postura sofrida por um indivíduo em 1910:

“Dr. Arthur Tolentino da Costa, representante de Antonio do Rego testamenteiro do espólio de Francisco José do Rego, multado em 100\$, por infração do art. 36 do decreto n. 391, de 10 de fevereiro de 1903 (ter construído, sem licença, um barracão destinado a moradia, no interior do terreno, sito à estrada da Gávea, sem número)”.<sup>108</sup>

Cerca de um mês depois, o mesmo sujeito recebeu outra multa por “ter desrespeitado o edital de embargo e legalização da construção de um barracão no terreno, sem número, da estrada da Gávea”.<sup>109</sup> Antonio Francisco do Rego e sua família se encontravam na via desde a segunda metade do século XIX. Em 1877, aquele indivíduo contava 32 anos e exercia a profissão de pedreiro, sabendo ler e escrever. Seu irmão Belmiro José do Rego, se encontrava estabelecido ali também à mesma época, momento em que contava 26 anos e exercia a profissão de carpinteiro, sabendo ler e escrever.<sup>110</sup> É pouco provável que o “barracão destinado a moradia” estivesse sendo construído para que esses indivíduos o habitassem, já que eles estavam estabelecidos ali desde a segunda metade do século XIX. Este poderia, por exemplo, abrigar algum membro de sua própria família ou até mesmo ser alugado pelo proprietário local para os sujeitos atraídos pela oferta de trabalho no campo, como uma forma de complementar sua renda. Antonio Francisco do Rego poderia também ter construído o “barracão” com a finalidade de fornecer moradia para os indivíduos que prestassem algum serviço na sua chácara, assim como o lavrador Tibúrcio José Soares. O fato é que indivíduos com poucos recursos se estabeleciam na região junto a antigos habitantes, cuja lógica de ocupação se constituiu de início a partir das atividades voltadas para o trabalho no campo, e que a legislação municipal tentava intervir no processo de ocupação durante o período.<sup>111</sup>

De fato, a vocação para o plantio da região era atestada ainda alguns anos mais tarde pelo *O Paiz* que publicou uma matéria em



1917 sobre o plano orçamentário do Distrito Federal, afirmando que “no distrito da Gávea a lavoura mais importante é a da cultura da banana” e “na estrada da Gávea é onde a produção é mais abundante”. “Nesse distrito se cultivava também, mas em pequena escala, verduras, batatas, aipim e frutas”, explicava o documento.<sup>112</sup> No ano seguinte, a Prefeitura do Distrito Federal organizou uma planta com as informações sobre a lavoura da cidade (ANEXO II).<sup>113</sup> Em primeiro lugar, é possível observar como a Estrada da Gávea estava próxima ao território onde a lavoura também era bastante expressiva em direção à zona oeste, contrastando com o lado ao sul da cidade, em que são indicados alguns pontos isolados de produção agrícola, especialmente, próximos a Lagoa Rodrigo de Freitas. Constava ainda na carta cartográfica a indicação que na área onde estava localizada a Estrada da Gávea, os principais produtos cultivados eram “bananas” e “flores”, constituindo-se assim em um dos locais de maior produção da capital federal.

Sem dúvida, o tipo de atividade oferecida demandava uma força de trabalho específica. Segundo o censo 1920, dos 15.270 habitantes da freguesia da Gávea, 360 pessoas exerciam funções agrícolas. Comparado aos operários têxteis, que era a categoria com maior número, com 1.696 pessoas, é possível perceber que não se tratava de uma ocupação expressiva de trabalhadores rurais. Ainda assim, é possível notar como essa força de trabalho voltada para a agricultura compartilhava, em sua maioria, de um perfil semelhante. Dos 360 agricultores da região, 297 eram homens e 9 mulheres, e dos quais 177 homens eram estrangeiros e 120 homens brasileiros, 6 mulheres brasileiras e 3 mulheres estrangeiras.<sup>114</sup> A mão de obra voltada para a agricultura na região se caracterizava por ser predominantemente masculina, tendo inclusive uma expressiva quantidade de estrangeiros.

No entanto, o desenvolvimento de parte da Gávea, com a chegada de linhas de bondes e de novas indústrias, parecia também transformar aos poucos o tipo de ocupação que marcava o território rural onde estava localizado o “lugar denominado Rocinha” na Estrada da Gávea. Como sintoma dessa mudança, a chácara localizada à Estrada



da Gávea número 359 (antigo número 1)<sup>115</sup>, que no início do século XX era propriedade de Manoel Fernandes Cortinhas (tendo sido adquirida em 1912 pelo engenheiro Luiz Cantanhede), foi em 1915 adquirida pela Companhia Castro Guidão.<sup>116</sup> A firma era resultado do empreendimento dos irmãos portugueses Adriano de Castro Guidão e Visconde de Castro Guidão, que chegaram no final do século XIX no país.<sup>117</sup>

Embora de início não alterasse o perfil rural da região, tal aquisição fez com que ela fosse alvo de uma nova onda de investimentos, como mostrava em 1918 um anúncio publicado no jornal *O Fluminense*:

“Chacareiros, ajudantes e trabalhadores da Roça Precisa-se na fazenda da Rocinha, Estrada da Gávea 359 na Capital Federal, com o Sr. Augusto na dita fazenda. Serviço garantido para muito tempo, diária, desde 3\$000 até 3\$500, de acordo com o serviço, pagamento em cada 15 dias; e abonas semanal se for preciso”.<sup>118</sup>

Ao anunciar a contratação de diferentes trabalhadores rurais, enfatizando que eles teriam “serviço garantido por muito tempo”, a companhia mostrava que a fazenda da Rocinha estava em plena atividade. Em janeiro e maio do mesmo ano eram publicados outros dois anúncios no *Jornal do Brasil* que ofereciam trabalho no mesmo lugar. Enquanto o primeiro especificava que “PRECISA- SE de trabalhadores para derrubada de mato e plantações na Estrada da Gávea n.359, ‘Rocinha’ tratar com o Sr. Augusto”, o segundo destacava que “PRECISA-SE de bons carvoeiros para queimar carvão”.<sup>119</sup> Como sugerem os anúncios, embora a produção de carvão já fosse desenvolvida com fins comerciais na localidade desde meados do século XIX, durante as duas primeiras décadas do século XX, ela se tornou uma das principais atividades da região, intensificando também a demanda de mão de obra.<sup>120</sup>

As frequentes reclamações de diversos indivíduos nos jornais cariocas sobre a derrubada de matas no período também indicam que, embora essa prática fosse disseminada em várias partes da cidade, a



atividade se tornou particularmente importante em certas áreas, como a própria Gávea. Em uma carta endereçada à prefeitura, um indivíduo reclamava, em 1915, que as florestas da Tijuca, da Gávea e do Silvestre estavam sendo “devassadas pelo fogo, por certas criaturas inconscientes que, por um saco de carvão, ou por um prazer bestial, deitam fogo às nossas florestas, secando as fontes, desguarnecendo as nossas montanhas mais lindas do belo arvoredo viçoso”.<sup>121</sup> O jornal *O Paiz* destacou a carta de outro indivíduo no ano anterior, afirmando que o “missivista assinala um atentado que o tem verdadeiramente impressionado, a devastação horrorosa que se está fazendo pela estrada da Gávea à Tijuca”.<sup>122</sup> Se as recorrentes reclamações sugerem como ocorria uma intensificação da produção de lenha e carvão nesse momento, por outro lado, é possível perceber como a atividade se tornou lucrativa para os proprietários da região.

Este crescente interesse de tais proprietários de terras durante as duas primeiras décadas do século XX estava associado ao próprio desenvolvimento econômico que ocorreu em parte do bairro da Gávea durante o final do século XIX e início do século XX, com a instalação de industriais têxteis. É o que sugere, em 1918, uma notícia sobre o atropelamento de um homem “na altura do Morro do Chuá” por um caminhão da fábrica de tecidos Carioca que vinha carregado de troncos de árvores. Junto a essa notícia, a nota destacava ainda que estava sendo, “criminosamente, devastada a floresta da restinga da Tijuca, cortando árvores a torto e a direito, para fornecer lenha à Companhia de Fiação e Tecidos Carioca”.<sup>123</sup>

Mas não eram apenas trabalhadores rurais que desempenhavam tais atividades que se encontravam instalados na Estrada da Gávea e proximidades durante as duas primeiras décadas do século XX. Passando da lavoura de bananas e flores à produção de carvão e lenha, as mudanças do perfil daquele território atraíam novos trabalhadores de baixa renda, que passaram a se estabelecer na Estrada da Gávea e adjacências durante o período. Já àquela altura as possibilidades abertas pelo desenvolvimento recente da Gávea atraíam para a área alguns trabalhadores de perfil bem diverso. Era o caso de Angelo Giannini que, em uma reportagem publicada em 1936 pelo jornal





**Figura 4 – Foto do operário Angelo Giannini.**

Fonte: “O Circuito da Gávea e os cabotinos”, *O Imparcial*, 3 de maio de 1936.

*O Imparcial*, ilustrada com sua foto, declarou ter trabalhado na conservação da Estrada da Gávea por 42 anos.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, o humilde operário italiano, como ele próprio se declarou na matéria, era funcionário no ramo de construção civil da prefeitura. Segundo um anúncio que vendia as terras de sua família na década de 1920, Angelo Giannini morava numa casa localizada num “bom terreno, 64 de frente, 60 de fundos, na

estrada da Gávea, canto avenida Niemeyer. Planta e informações, na mesma estrada, 8A, com o sr. Pedro Giannini”.<sup>124</sup> Os operários Angelo Giannini e Pedro Giannini, cujo parentesco não foi identificado, já participavam ativamente das atividades desenvolvidas ali naquele momento. É o que sugere o telegrama assinado por eles junto a outros moradores da área e enviado para o Presidente da República, em 1918, que agradecia a autoridade pela “inauguração do posto de profilaxia rural na estrada da Gávea”.<sup>125</sup>

Como Angelo Giannini, diversos operários que trabalhavam em obras patrocinadas pela Prefeitura passaram a se estabelecer mais frequentemente na região devido a atenção que as autoridades públicas começaram a dispensar ao território onde estava situada a Estrada da Gávea naquele período. Em 1914, Augusto Malta registrou as obras realizadas na via.





**Figura 5 – Fotografia do alargamento da Estrada da Gávea.**

Fonte: Acervo Augusto Malta, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1914.

Como se nota na foto, a extensa e estreita via, circundada por uma densa vegetação, sem iluminação e calçamento, era um dos locais que recebiam obras em 1914. Tais construções demandavam significativa mão de obra, que atraía diversos operários da construção civil para a região. Era o caso, além de Angelo Giannini, de Nestor Tavares (provavelmente o mesmo indivíduo que se envolveu num conflito em 1912 com Tibúrcio José Soares) e Candido Belmiro da Rosa, vulgo “Pega Firme”, que, em 1915, integravam a “turma de trabalhadores da Prefeitura” encarregada de consertar o calçamento da estrada da Gávea.<sup>126</sup>

Uma pista para compreendermos porque as autoridades públicas passaram a realizar com mais frequência obras que visavam melhorar o acesso à região nos é fornecida, em 1914, por um leitor do *Jornal do Brasil* chamado Honório de Figueiredo:

“Sr. redator do *Jornal do Brasil*. A praia da Gávea é um dos mais formosos recantos do Rio. [...] Não há *touriste* que, passeando por essas paragens não fique extasiado ao contemplar tamanha sedução, tão belo panorama. [...] A sua conservação é regular, mas a iluminação não



existe e isso é uma falta imperdoável. Hoje, que o Rio já vai ganhando foros de cidade da Luz, é lamentável termos de profligar o abandono da estrada da Gávea, sem iluminação, e onde durante dia e noite, num perpassar constante de carros, cavaleiros e automóveis correm velozes ou lentamente buscando no lindo arrabalde e na encantadora praia que a Gávea se orgulha de possuir, um ar mais puro, uma atmosfera mais branda e agradável.”<sup>127</sup>

Ainda que o testemunho do indivíduo indique os limites desses investimentos públicos naquele momento, ao destacar que havia um tráfego “constante de carros, cavaleiros e automóveis” na estrada, onde os “turistas” buscavam “no lindo arrabalde e na encantadora praia que a Gávea se orgulha de possuir” uma forma de lazer, é possível notar como o interesse público na região se ligava ao lento processo de valorização da área ligado ao turismo, que se desenvolvia na zona sul carioca naquele momento.<sup>128</sup> Ao mesmo tempo, os melhoramentos realizados pelas autoridades públicas viabilizavam maior afluxo para a região, atraindo assim diferentes sujeitos por motivos bastante distintos. Era o caso, em 1915, da esposa do Dr. Pires Brandão Filho, residente à rua Correia Dutra no Catete, que em companhia de Malvina Tajan Willencamps, “tomou um automóvel da garage Baptista, para fazer um passeio à Botafogo [e] Gávea, o que faz constantemente, tendo parado na estrada da Gávea, afim de fazer um ‘lunch’”.<sup>129</sup> Em fevereiro de 1919, o próprio chefe de polícia da capital federal, Aureliano Leal, alugou uma casa na “estrada da Gávea para repouso temporário” de sua família.<sup>130</sup> Já em 1916, o Clube Motociclismo Nacional realizou uma competição cujo trajeto passava pelas sinuosas curvas da estrada da Gávea, onde Francisco Cardoso Laport Junior, negociante e “conhecido *sportman*”, foi vítima de lamentável “acidente”.<sup>131</sup> Ao mesmo tempo em que a Estrada da Gávea começavam a abrigar novos empreendimentos voltados para o comércio e lazer que ajudavam a mudar o perfil de sua ocupação, o interesse do poder público em viabilizar o acesso ao valorizado “Rio atlântico”<sup>132</sup> garantia novos investimentos para a região.



Não era apenas a Estrada da Gávea que passou a receber investimentos municipais naquele momento. A avenida Niemeyer, que ligava a praia do Leblon à Estrada da Gávea, também passou a interessar os turistas e os jornalistas cariocas.<sup>133</sup> Em 1920, os drs. Alfredo Niemeyer, o diretor de Obras e Viação, representantes dos jornais e o Prefeito Carlos Sampaio visitaram as obras que estavam em andamento na avenida Vieira Souto no Leblon e avenida Niemeyer na Gávea.<sup>134</sup> Se a visita do Prefeito à esses locais sugere, por um lado, que a área começava a receber investimentos públicos mais intensamente já naquele momento, por outro lado, é possível notar como esses melhoramentos acompanhavam as transformações da zona sul da cidade, cujo ramo da construção civil se fortaleceu durante o período. Dessa forma, a atividade turística na região começou a chamar a atenção do poder público que passou a investir em obras de maior amplitude nas estradas locais, facilitando o acesso a elas e atraindo para o seu entorno novos tipos de trabalhadores.

No mesmo ano em que o Prefeito visitou a avenida Niemeyer, Americo Giannini, que morava à Estrada da Gávea n. 8ª (mesmo endereço de Angelo Giannini e Pedro Giannini), era operário nas obras da Prefeitura Municipal na avenida Niemeyer.<sup>135</sup> Segundo o censo de 1920, havia na freguesia da Gávea 332 operários no ramo da edificação, do total de 15.270 habitantes, número pouco inferior aos 360 indivíduos que trabalhavam com agricultura. Assim como os trabalhadores rurais da região, se tratava de uma força de trabalho predominantemente masculina, não constando no recenseamento mulheres exercendo a função. A maior parte dos operários também eram estrangeiros, embora esse número fosse mais equilibrado entre os operários em edificação, contando 168 estrangeiros e 164 brasileiros.<sup>136</sup> Ainda que se tratasse de um número pouco expressivo em termos absolutos, cabe destacar que esses trabalhadores passaram a se estabelecer na região dada a possibilidade de exercer as atividades de construção civil que vinham se desenvolvendo na zona sul carioca.

Os trabalhadores voltados para a lavoura e para construção civil constituíam assim parte importante da população da área já no início da década de 1920, como é possível perceber através das notícias cotidianas



nos jornais e dados censitários do período. Junto com eles, no entanto, a região próxima à Estrada da Gávea passou a ser ocupada também por outros trabalhadores que se aproveitaram das possibilidades de acesso à moradia decorrente de novos investimentos na região. Era o caso, por exemplo, dos portugueses José Soares e Manoel dos Santos, ambos residentes na Estrada da Gávea e empregados numa pedreira na Praia do Pinto.<sup>137</sup> Era o caso também de Porfirio Manoel Antonio “que residia em um pequeno barracão na estrada da Gávea”, em 1921. O indivíduo era descrito por um articulista como um “trabalhador braçal” de 29 anos e “cor parda”, tendo este sido agredido com uma foice na cabeça por um vizinho que se indignou por ele abandonar “a amante e três filhos de sua união ilícita, sob o absurdo pretexto de não poder sustentá-los”, reforçando assim a ideia de que se tratava de um trabalhador com poucos recursos financeiros. Já o humilde empregado da saúde pública Francisco Palmeira, que confessou o crime tendo sua foto publicada na *Gazeta de Notícias*, contava 34 anos, era brasileiro e residia “numa casinha daquela estrada”.<sup>138</sup> Com ocupações variadas, esses diferentes trabalhadores de baixa renda tinham em comum seu modesto espaço de residência, viabilizado pelas mudanças atravessadas durante o período na região.

Se no começo do século XX a lógica de ocupação daquele espaço se constituía principalmente através da realização de atividades voltadas para o campo, no início da década de 1920 a Estrada da Gávea e adjacências já eram assim habitadas por trabalhadores de baixa renda que desempenhavam diferentes atividades. Mesmo residindo em casas modestas e precárias como o “pequeno barracão” habitado pelo “trabalhador braçal” Porfirio Manoel Antonio, eles conseguiam naquele espaço uma efetiva alternativa de moradia.<sup>139</sup> Ainda que as autoridades públicas buscassem controlar essa ocupação através das infrações de posturas que inibiam a construção de “barracões toscos” nos morros da cidade, o fato é que essas moradias começavam a fazer parte da paisagem local. Embora não se tratasse de uma ocupação expressiva em termos de densidade demográfica e ocupacional, a possibilidade de se estabelecer na área começava a atrair os trabalhadores de baixa renda da cidade que viam uma oportunidade na



demanda crescente por mão de obra junto à possibilidade de obter moradia e outras condições básicas de sobrevivência. Nos primeiros anos da década de 1920, o território onde estava localizada a chácara no “lugar denominado Rocinha” já era ocupado por trabalhadores de baixa renda que se aproveitavam do acesso e da estrutura da região para construir sua própria alternativa de moradia.

## 2.4. Negócios da habitação

No dia 10 de outubro de 1922, o indivíduo que consultasse pela manhã o jornal *Correio da Manhã* se depararia com um anúncio que divulgava uma nova oportunidade de adquirir lotes de uma propriedade no Distrito da Gávea.<sup>140</sup> Tratava-se da fazenda da Rocinha, que passou a ser loteada pela Castro Guidão & Companhia durante a década de 1920.<sup>141</sup> À essa altura, a empresa dispunha do “domínio EXCLUSIVO E ILIMITADO” de uma vasta porção de terras a “Estrada da Gávea ns. 359 (antigo 1) e 340 (antigo 2F)”, em terreno que media “554.500 metros quadrados de superfície, sendo atravessado pela dita Estrada”.<sup>142</sup>

A Companhia Castro Guidão era resultado da parceria dos irmãos portugueses Adriano de Castro Guidão e Visconde de Castro Guidão, que se instalaram na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. Naturais do Seixo do Ervedal — uma vila situada no distrito de Coimbra, em Portugal — eles chegaram à capital federal em meados do século XIX, iniciando os seus negócios comerciais em 1876. Algumas décadas depois a coroa portuguesa concedeu à família a Comenda Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Villa Viçosa e o título vitalício de Viscondes, em reconhecimento à atuação de ambos como negociantes no Império do Brasil. Nesse período os irmãos fundaram a Companhia Castro Guidão, que em pouco tempo se tornou uma empresa reconhecida e prestigiada no Distrito Federal.<sup>143</sup>

A Castro Guidão & Companhia encontrava-se em plena atividade nos primeiros anos da década de 1910, como podemos notar através de seus anúncios publicados no *Almanak Laemmert*.<sup>144</sup>

Com um capital proveniente de início do setor agrícola e do comércio de exportação, potencializado por empréstimos dos grandes bancos da capital federal e pelo expressivo aumento do mercado de consumo experimentado no período<sup>145</sup>, a companhia atuava naquele momento em ramos bastante diversificados, com investimento no mercado imobiliário, no setor industrial (em especial na indústria de tecidos) e no campo cinematográfico, no qual aparecia como proprietária do Cinema Avenida.<sup>146</sup> Enquanto a empresa prosperava através da expansão de suas atividades ao longo da primeira década do século XX, os capitalistas Adriano de Castro Guidão e Visconde de Castro Guidão participavam ativamente da vida social e política do Distrito Federal como membros de diversas associações, o que lhes rendeu à época visibilidade e prestígio. Ambos exerceram altos cargos na diretoria da Real Benemerita Caixa de Socorros D. Pedro V e na Irmandade Nossa Senhora do Outeiro da Glória.<sup>147</sup> Adriano Guidão serviu também como secretário do conselho administrativo do Gabinete Português de Leitura e vice-presidente do Retiro Literário Português, enquanto seu irmão exerceu o cargo de tesoureiro da Comissão Construtora da Canhoneira Pátria, entre outros cargos “a que era indicado pela alta consideração de seu nome”, segundo um articulista contemporâneo.<sup>148</sup>

Em 1923, quando exercia o cargo de presidente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, Adriano de Castro Guidão veio a falecer, deixando viúva Joana de Mesquita de Castro Guidão, com quem teve quatro filhos. Ao divulgar a notícia na ocasião, o jornal *A Noite* publicou uma matéria em homenagem ao empresário na qual trazia, além da foto de Adriano de Castro Guidão, um breve histórico de sua trajetória no Brasil, reforçando a imagem de prestígio do capitalista. O redator da notícia especificava que seu falecimento teria sido fruto de “sérios desgostos causados por lutas de natureza exclusivamente comercial”, que fizeram com que o comerciante se encontrasse com “serias preocupações”.<sup>149</sup> Evidenciava-se, assim, a difícil situação em que se encontrava naquele ano a Companhia Castro Guidão. Sintomaticamente, em março do ano seguinte Alfredo Rabello Nunes foi nomeado como comissário da



concordata preventiva da firma, iniciando uma série de negociações com os credores e devedores da empresa.<sup>150</sup> A situação parece ter se agravado, em 1925, com o falecimento do Visconde de Castro Guidão<sup>151</sup>. Não por acaso, pouco tempo depois a companhia encontrava-se em liquidação, como é possível perceber através de uma nota publicada na *Gazeta de Notícias* em 1926.<sup>152</sup>

Em seus anos finais, no entanto, os donos da companhia tentaram amenizar as dificuldades comerciais que enfrentavam através da venda de alguns ativos. Foi nesse contexto que lotearam, ainda na primeira metade da década de 1920, a propriedade que a companhia possuía na Estrada da Gávea.<sup>153</sup> Através da planta de loteamento da fazenda da Rocinha realizada naquele momento, é possível notar algumas características do empreendimento.



**Figura 6 – Planta do loteamento da fazenda da Rocinha realizado pela Companhia Castro Guidão, 1920.**

Fonte: Acervo Museu Sankofa. Disponível em: <http://memoriarocinha.com.br/>. (Consultado em 20 de maio de 2017).





Tratava-se de um empreendimento que pretendia vender numerosos lotes de dimensões variadas. Como é possível perceber na planta, esses terrenos margeavam a Estrada da Gávea, já sendo projetadas as ruas I, II, III e IV que cortavam a mesma via. Iniciava-se, com isso, uma nova fase do processo de ocupação daquele território já conhecido como o “lugar denominado Rocinha”.

Se, para os donos da empresa, o loteamento da fazenda da Rocinha se converteu numa oportunidade de negócios diante de tal situação adversa, cabe perguntar, em outro sentido, sobre o público para o qual se planejava a venda. É possível seguir uma pista através de uma nota que anunciava o empreendimento em 1924 no *Jornal do Brasil*:

#### “TERRENOS A PRESTAÇÕES

Na estrada da Gávea, 20 minutos a pé do ponto dos bondes, ou 5 minutos de carro. Lotes de 10 metros de frente desde 30\$ mensais. Para ver e escolher com o Sr. Alfredo Rabello. Estrada da Gávea n.359; para tratar com o Sr. Nenó Jermann, Avenida Mem de Sá n. 301; [...]”<sup>154</sup>

Para os leitores da “popularíssima” folha<sup>155</sup>, a pequena nota já dava sinais dos indivíduos que poderiam se interessar pelo negócio. Ao destacar que os lotes custavam 30\$ mensais, enfatizando ainda a possibilidade da venda a prestações, a empresa explicitava a facilidade do seu pagamento que poderia ser realizado em parcelas módicas. O anúncio destacava ainda que a localidade desfrutava de acesso ao transporte pelos bondes, embora tivesse que andar a pé chegando ao ponto em 20 minutos ou 5 minutos de carro, o que poderia interessar possíveis compradores que tivessem que se deslocar para trabalhar, atraindo assim pessoas de diferentes direções da cidade. O empreendimento era, portanto, voltado principalmente para trabalhadores de baixa renda, tanto os que já habitavam a região, como aqueles que por motivos diversos se deslocavam de outras direções da cidade.

No ano seguinte, a empresa anunciou nos mesmos jornais cariocas o loteamento da fazenda da Rocinha com poucas variações



em suas notas, embora estivessem nas folhas com maior frequência ao longo do ano.<sup>156</sup> Vale destacar que nessas outras publicações havia a especificação da possibilidade de pagamento a prestações com parcelas de até dez anos, o que poderia se converter em mais um atrativo particularmente importante para os indivíduos com poucos recursos financeiros. Os anúncios enfatizavam também que o terreno era próximo à rua Marquês de São Vicente, o que pode ser um indício da dificuldade dos seus possíveis compradores de situar o empreendimento na cartografia do lugar, ou até mesmo poderia se converter em mais uma estratégia de venda da companhia ao situar espacialmente os terrenos próximos à área onde o acesso ao comércio e transporte era mais viável.

Ainda que os anúncios publicados nos jornais cariocas ressaltassem as supostas vantagens de adquirir um lote na localidade, em um documento datado de 1936, quando se encontrava em franca falência, a empresa expôs alguns aspectos silenciados na sua propaganda:

“Há mais de dez anos, os Suptes. intentaram a loteação (sic) desse imóvel, para alienação dos lotes, a longo prazo, em prestações mensais que àquela época não podiam ser elevadas, mas sim, acessíveis à bolsa de pessoas de poucos recursos que se quisessem sujeitar aos precalços (sic) da distância sem condução (bonde ou ônibus) fácil e barata, e da falta de luz, água e esgotos”.<sup>157</sup>

Ao associar as diversas facilidades de pagamento dos terrenos que eram oferecidas pela própria companhia aos precários serviços básicos na região, o documento da companhia deixava claro que o empreendimento era direcionado aos trabalhadores de baixa renda da cidade, cujos indícios já apareciam nos próprios anúncios publicados nos jornais mais populares da cidade. Corroborando tal proposta, Dona Guilhermina Coelho da Silva, que se instalou ainda criança na Rocinha em 1927, testemunhou as condições precárias que os sujeitos que adquirissem os terrenos naquele momento enfrentariam:

“Quando eu vim pra cá não tinha eletricidade, era lampião de carbureto. Do alto da Gávea pra

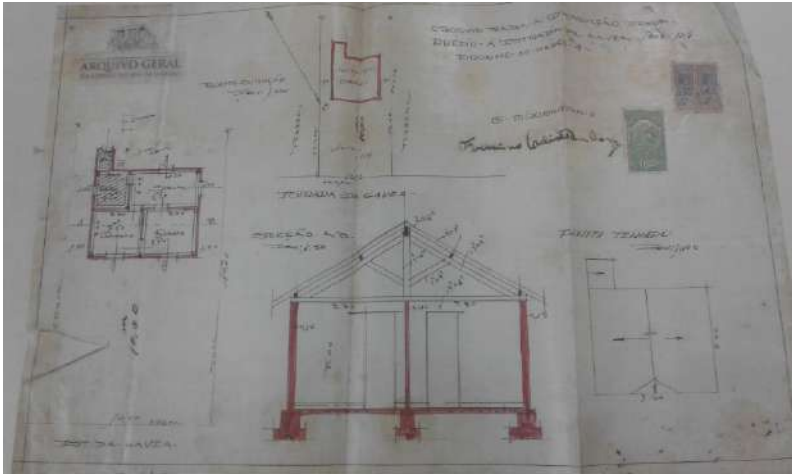


cá era escuro. E aqui fiquei na minha mocidade. De menina, eu aprendi a ler e a escrever, tudo sem recurso de nada. Não tinha médico, não tinha armazém, não tinha padaria, não tinha nada disso aqui. Era apenas uma mata virgem pra gente andar e rodar. Se quisesse um peixe, vinha da Barra da Tijuca um homem a cavalo. Ele vinha e trazia, numa burrinha, dois samburás e a gente comprava lá fora, na rua.<sup>158</sup>

Na memória de Dona Guilhermina, a localidade não desfrutava na ocasião de quase nenhuma estrutura, não contando com serviços básicos como luz, escola, assistência médica e estabelecimentos comerciais, como uma padaria e armazém. A imagem da “mata virgem” descrevia assim uma comunidade ainda incipiente, mas já presente — como mostravam os trajetos do vendedor de peixes que vinha da distante Barra da Tijuca. Diante de tais condições precárias, não é de se estranhar que a propaganda da companhia tivesse como alvo indivíduos como a própria D. Guilhermina, que começou a trabalhar como operária tecelã na fábrica de tecidos Carioca alguns anos depois de se instalar na localidade.

A própria possibilidade da Companhia Castro Guidão empreender o loteamento talvez estivesse relacionada ao fato de que se tratava exatamente de uma área pouco povoada e com serviços públicos bastante precários. É o que sugere o caso de Firmino Calixto da Rosa, que em 1929 solicitou uma licença para a Prefeitura com intuito de realizar uma construção no lote 109 da Estrada da Gávea. Junto ao pedido de licença constava uma planta da pequena casa de dois quartos, banheiro, cozinha e sala, que Firmino Calixto da Rosa pretendia construir no terreno de frente para a Estrada da Gávea, que media 10 metros quadrados.





**Figura 7 – Planta de uma residência na Estrada da Gávea.**

Fonte: L. O., Estrada da Gávea, ano 1929, caixa 111, documento 20, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Manifestando parecer favorável à solicitação, o agente da Prefeitura especificou que “como se trata de zona muito afastada dos centros populares, julgo [que], por equidade, a licença poderia ser concedida”. Naquele momento a área era ainda distante dos centros urbanos e os serviços públicos quase inexistentes, resultando numa certa permissividade por parte das autoridades por se tratar de moradia para uma população de baixa renda, o que teria inclusive levado a Castro Guidão & Companhia a direcionar a venda dos lotes para os trabalhadores da cidade.<sup>159</sup>

O desenvolvimento recente dos meios de acesso ao local associado ao preço mais acessível dos terrenos e certa permissividade do poder público em relação às construções, explica assim porque diversas “pessoas de poucos recursos”<sup>160</sup> se dispuseram a enfrentar tais condições adversas, e, em contrapartida, adquirir o terreno loteado pela Companhia Castro Guidão. Ao viabilizar o acesso à propriedade da terra na localidade para tais indivíduos, o empreendimento da companhia se amparava assim nas demandas de trabalhadores como Severo Correa de Araújo, um empregado de uma pedreira na Barra da Tijuca descrito



em 1928 como “branco”, de 39 anos e residente na estrada da Gávea número 359.<sup>161</sup> Do mesmo modo, era o que fazia o brasileiro “de cor preta” Lourenço de Mello, que trabalhava como encerador e residia “no lugar denominado Rocinha, distrito da Gávea”, em 1931.<sup>162</sup> Era o caso também de Antônio da Silva Sargo que morava na rua Emma em 1928, tendo sofrido uma ação judicial de despejo movida pela Companhia Saneamento do Rio de Janeiro, proprietária de uma vila operária ali localizada, passando assim a residir no começo da década de 1930 na Rocinha.<sup>163</sup> Podemos destacar ainda o caso de Anna Vieira, brasileira de 40 anos de idade, cuja residência estava situada em 1931 à rua Um “no lugar denominado Rocinha”. Apresentada em uma notícia de jornal do período como uma operária da fábrica Carioca, ela era uma das muitas trabalhadoras das fábricas instaladas nos bairros vizinhos que podiam se aproveitar do aumento da oferta de moradia barata na área após o loteamento da fazenda da Rocinha.<sup>164</sup>

Mesmo naquele momento, no entanto, a Castro Guidão & Companhia estava longe de estar sozinha nesse processo de incremento da ocupação daquele território. Se a área por ela loteada era mais ampla que as demais, no início da década de 1930 outras iniciativas empresariais e privadas tentavam também se aproveitar da demanda por moradias para trabalhadores na região, o que mostrava tratar-se de um empreendimento lucrativo. Era o caso de Carlos Gondolo, proprietário dos terrenos fronteiriços aos domínios da fazenda da Rocinha,<sup>165</sup> onde existia “na encruzilhada da ladeira Laboriau com a estrada da Gávea” o lugar denominado “Villa Gondolo”. Em 1931, o operário Alvaro de Aguiar e sua esposa Maria Grilo de Aguiar residiam “num barracão da avenida Labouriau, na estrada da Gávea”, no próprio lugar denominado “Villa Gondolo”.<sup>166</sup> Como indica o Recenseamento Predial de 1933, que contava 13 “casebres” no logradouro identificado como “Caminho do Labouriaux”, tratava-se de uma pequena aglomeração de moradias precárias.<sup>167</sup> A empresa construtora Cia. Chisto Redemptor também se interessou pelos empreendimentos imobiliários do local naquele momento, adquirindo no início da década de 1930 os “barracões a estrada da Gávea ns. 3, 5, 7, por 40:000\$”.<sup>168</sup> Em 1931 a companhia já constava no Imposto Predial como proprietária dos



terrenos na área plana próxima aos morros ali existentes (hoje bairro Barcelos).<sup>169</sup> Muitos empreendimentos passaram assim a explorar o interesse dos trabalhadores por habitações na área, em um processo que extrapolava em muito a ação da Companhia Castro Guidão.

Como resultado desse processo, a fazenda da Rocinha loteada pela Companhia Castro Guidão começava a se afirmar como um conjunto de habitações específicas no início da década de 1930, se constituindo assim em um território reconhecido na cartografia da cidade naquele momento, como se nota através dos jornais contemporâneos. Era o que mostrava, em 1931, uma matéria publicada na “Secção Católica” do jornal *Beira-Mar*:

“Esta nova localidade, formada nos últimos anos e situada à beira da Estrada da Gávea, onde vive uma população pacífica, ordeira e trabalhadora, superior a cinco mil almas, deseja ardentemente uma igreja. Felizmente, a Sociedade Comercial Húngaro-Brasileira, à cuja frente está o ilustre engenheiro Jerro Germann, compreendendo bem a importância dum templo de Deus, está disposta a oferecer um terreno para este fim.

Para o mesmo objetivo formou-se a seguinte comissão:

Alfredo Rabello, Domingos José Ribeiro, Antonio Pires de Oliveira Giannini e outros.

Rocinha possui uma boa escola particular com grande número de alunos.

Infelizmente, porém, falta o bonde.

Todas as manhãs centenas e centenas de operários, senhores e senhoras, a pé, têm de atravessar o espigão da garganta da Boa Vista para tomar um bonde em frente à Casa de Santa Ignez.”<sup>170</sup>

Com o objetivo de divulgar as imagens e símbolos de distinção social da “aristocracia atlântica”, o *Beira-Mar* foi criado em 1922 pelo comerciante Manoel Nogueira de Sá, que gozava de prestígio nos círculos católicos da região, se engajando na construção da igreja Matriz da Nossa Senhora de Copacabana e em ações de assistência



social realizadas pela irmandade.<sup>171</sup> Não por acaso, a “Secção Católica” do periódico trazia as notícias dos acontecimentos sociais realizados na própria igreja, como casamentos, batizados, festas religiosas e ações de caridade promovidas pela liga católica, associações e irmandade formadas por moradores do bairro. Ao divulgar tais ações benevolentes, os “aristocráticos” redatores do jornal *Beira-Mar* reconheciam a formação recente da localidade da Rocinha.<sup>172</sup> Ao destacar que já residiam ali “cinco mil almas”, o articulista testemunhava o resultado do processo recente de expansão de moradias na localidade, que havia aumentado muito sua população — alcançando uma proporção que começava a chamar a atenção dos contemporâneos. Era assim por essa grande concentração de trabalhadores que a Rocinha passava a merecer a atenção de sujeitos como o “ilustre engenheiro Jerro Germann”<sup>173</sup>, que via naquela aglomeração ainda com pouca estrutura um caminho para difundir sua fé católica.

A mesma matéria nos dá a ver, entretanto, uma incipiente organização dos moradores da Rocinha para reivindicar certas melhorias, como o acesso ao bonde e até mesmo a igreja, formando uma comissão de trabalhadores que residiam na localidade, como é possível notar na própria reportagem. Era o caso de Antonio Giannini, parente dos operários Angelo e Americo Giannini, indicando assim que poucos anos depois de sua família vender o terreno onde morara à Estrada da Gávea no início da década de 1920, eles já haviam adquirido um lote da Companhia Castro Guidão e se encontravam estabelecidos na Rocinha. Formava a comissão ainda o lavrador Alfredo Rabello que residia na Estrada da Gávea, em frente ao número 359 (morro) — endereço das terras loteadas da fazenda da Rocinha, cujo terreno media 11,00 metros de testada e a sua pequena casa dispunha apenas de um quarto, uma sala, um banheiro e cozinha.<sup>174</sup>

A intensificação de investimentos públicos e privados na última década do século XIX no arrabalde da Gávea estimulou uma sensível especulação imobiliária, que acabaria por levar os trabalhadores ali estabelecidos a terem que buscar opções mais baratas de moradia na região.<sup>175</sup> Era assim a partir dos interesses desses próprios indivíduos, e não dos empresários da Companhia Castro Guidão, que aquela



comunidade ganhava forma, congregando trabalhadores oriundos de vários pontos da região e até mesmo da cidade.

É o que mostrava a reclamação de um morador da Rocinha, auto intitulado “Um leitor alarmado”, que em carta endereçada a uma folha vespertina carioca em 1932 reclamava da atuação das autoridades públicas em relação à questão sanitária na localidade. Em suas palavras:

[...] Acossado pela mosquitada, resolvi, embora com sacrifício, aproximar-se dos ricos e procurei uma casinha na Gávea. Instalei-me na Rocinha, bairro operário servido pela estrada da Gávea, a que se tem acesso pela rua Marquês de S. Vicente. Aqui, pensei, neste aprazível arrabalde, a cavaleiro da Avenida Niemeyer, da reta da Gávea, do Golf Club, etc., decerto não terão deixado reaparecer mosquito. Além disso, arraial de cerca de quinhentas casinhas, com três a quatro mil pessoas, de gente pobre, sem abastecimento d’água e sem esgoto, decerto a fiscalização impedirá os mata-mosquitos de relaxarem o serviço. Imagine a minha decepção: vai para muitos meses a Saúde Pública não se perde por aqueles lados, em que há mais mosquitos do que terra. [...].<sup>176</sup>

Ao explicitar a própria lógica que levou aquele trabalhador de baixa renda a se deslocar da Boca do Mato e Engenho de Dentro, descritos como lugares de “gente pobre”, em direção à zona sul carioca que ele identificou como lugar “dos ricos”, a carta explicitava outro elemento que nos ajuda a entender o rápido crescimento da localidade. Buscando um lugar que recebesse a atenção sistemática da Prefeitura em relação ao tema da saúde pública, o sujeito calculou que se estabelecendo na Rocinha, região que se tornava a mais valorizada da cidade, a atuação das autoridades seria mais enérgica e eficaz. Por isso, era patente a sua decepção ao presenciar o cotidiano da Rocinha quando ele próprio se estabeleceu ali. Experimentando a vida na própria localidade, era assim na reivindicação de direitos básicos para os seus habitantes que se expressava sua queixa. Não parece um acaso, por isso, que na mesma carta já reconhecesse a Rocinha como verdadeiro “bairro operário”.





Ao longo dos mesmos anos em que o bairro da Gávea e seu entorno se transformavam em locais habitados ainda de maneira pouco efetiva pela população abastada da capital federal, às margens dos morros da região eram assim ocupadas por trabalhadores de baixa renda que transformavam a localidade em uma nova opção de moradia. Embora não se tratasse de dados referentes somente à Rocinha naquele momento, o recenseamento Predial de 1933, que contava 345 “casebres” na Estrada da Gávea, indica assim que já havia se formado naquela área um aglomerado de habitações modestas bastante significativo.<sup>177</sup> O resultado desse processo foi testemunhado, naquele mesmo ano, pelo fotógrafo Luciano Ferrez:



**Figura 8 – Fotografia do Morro Dois Irmãos e da Praia da Gávea.**

Fonte: Luciano Ferrez, “Vistas do Rio de Janeiro”, ano 1933, número do catálogo 37, código de referência F.F. L.F 1.0.1., Arquivo Nacional.

No primeiro plano, a imagem ressalta a beleza natural das praias e morros da região, claramente destacadas pelas lentes do fotógrafo. Ao fundo da imagem, no entanto, em contraste com a densa mata ao redor e a ocupação pouco efetiva próxima a Igreja São Conrado, podemos avistar um núcleo já significativo de pequenas casas a se imiscuir nessa imagem de beleza que o autor da imagem pretendia registrar. Longe de ser novidade, ela era o fruto de um processo que, ao longo



de décadas, havia transformado aquele espaço em uma alternativa efetiva de moradia para os trabalhadores de baixa renda. Distante da imagem de vazio projetada pelos moradores que só chegaram ali no final da década de 1920 e durante a década de 1930, percebe-se assim que a própria possibilidade de efetivação do loteamento pioneiro da Companhia Castro Guidão era parte da ocupação anterior por trabalhadores de baixa renda na região — em processo que, mesmo incrementado pelas oportunidades propiciadas pelos empreendimentos imobiliários ali desenvolvidos, era alimentado desde o início pela agência e protagonismo desses próprios trabalhadores, cuja experiência acabou esquecida por muitos estudiosos da posteridade.



**Capítulo 3**  
**Dos espaços**  
**associativos às**  
**redes de solidariedade**

No dia 2 de outubro de 1935, o *Diário de Notícias* publicou uma matéria informando que o 2º Delegado Auxiliar do Distrito Federal, Dr. Dulcídio Gonçalves, apresentou ao capitão Filinto Müller, ex-tenente das revoltas de 1922 que se tornara o poderoso Chefe de Polícia no governo de Getúlio Vargas, “uma lista de clubes que há muito não dão o cumprimento devido às formalidades a que são obrigadas”. Segundo informou a autoridade policial, o Liberdade Foot-ball Clube, com sede social à rua Cinco número 229, situada na “localidade chamada Rocinha”, encontrava-se em situação irregular naquele ano. Junto a essa associação de futebol e outras congêneres da cidade, o 2º Delegado Auxiliar do Distrito Federal incluía também em sua lista o “Esperança Foot-ball Clube, [localizado] na rua Dois, Estrada da Gávea”.<sup>178</sup> Em um momento conturbado da vida política do país, quando se articulavam medidas restritivas às liberdades públicas, tendo sido aprovada a primeira Lei de Segurança Nacional em abril do mesmo ano sob a justificativa de combater manifestações perturbadoras da ordem<sup>179</sup>, a ação policial do Distrito Federal se voltava para o controle de diversos espaços de lazer formados por trabalhadores de baixa renda da cidade — em especial aqueles constituídos em bairros operários como a Rocinha.

Apesar da vigilância que associações recreativas como estas recebiam por parte da força policial, pouca foi a atenção dedicada a elas por parte da historiografia que trata das formas de organização protagonizadas pelos favelados do Rio de Janeiro durante a década de 1930, e mais especificamente da Rocinha no mesmo período. Em um dos poucos trabalhos que elegeu como objeto de estudo tais espaços associativos e a sua relação com os processos de mobilização e luta dos favelados, a socióloga Licia Valladares abordou o universo variado de “associações voluntárias” existentes nas favelas cariocas à época de produção do seu estudo, elegendo a Rocinha como exemplo central de sua análise.<sup>180</sup> O objetivo da autora era examinar o percurso de diferentes tipos de espaços associativos formados por tais sujeitos e a sua relação com a “organização interna da favela”. Além disso, ela buscou compreender como tais associações mobilizavam a população local e como se articulavam entre si e com a sociedade mais ampla.

Seguindo esse caminho de análise, Licia Valladares buscou problematizar a ideia de “comunidade homogênea” fortemente marcada nos primeiros estudos de favelas, caracterizando o diversificado movimento associativo protagonizado pelos favelados do Rio de Janeiro naquele momento. Com efeito, ela identificou um conjunto variado de associações radicadas na Rocinha em sua pesquisa datada de 1968, das quais se destacam as de caráter religioso, recreativo e de prestação de serviços, tais como luz e água.<sup>181</sup>

Licia Valladares sustentou como hipótese principal do seu estudo o argumento de que, “apesar de mobilizar grupos de moradores”, essa forma de associativismo voluntário constituiria, “*latu sensu*, uma ação desmobilizadora por compartimentar a população local em torno de interesses diferentes”. O resultado disso, para ela, seria a perda de autonomia, que tornaria aqueles espaços cada vez mais dependentes de recursos externos. Desse modo, para a autora, diferentes espaços associativos formados por moradores de favelas como a Rocinha, “que teoricamente deveriam unir seus moradores” em torno de interesses e lutas comuns, acabavam “compartimentalizando a favela e reforçando o processo de diferenciação que se desenvolve entre os seus moradores”. Na sua avaliação, tais espaços associativos “vinculam seus membros ou entre si ou exclusivamente com os membros das mesmas instituições sediadas em outros locais”. Por esse motivo, não haveria “vinculação entre as várias organizações face a objetivos que poderiam ser comuns à população”.<sup>182</sup>

Em direção contrária a essa perspectiva, as associações de moradores de favela se tornaram objeto central das análises dos autores que produziram seus trabalhos ao longo da década de 1970 e início da década de 1980.<sup>183</sup> A partir dessas experiências associativas protagonizadas pelos favelados cariocas, tais estudiosos procuravam compreender, em perspectiva histórica, os seus processos de mobilização e organização.<sup>184</sup> Partindo da constatação de que as associações de moradores “tem desempenhado importante papel nas favelas do Rio de Janeiro”, Affonso Fortuna e João Paulo Fortuna afirmaram em artigo publicado no ano de 1974 que estas ganhavam cada vez mais espaço em trabalhos recentes à época, tanto no âmbito nacional como



estrangeiro. Segundo os autores, estas organizações “surgiram espontaneamente da união de residentes em favelas que procuravam alcançar melhoramentos e defender interesses próprios das comunidades”.<sup>185</sup> Dada a visibilidade das associações formadas por tais indivíduos naquele período, momento que estas se afirmavam como espaço de articulação entre a população favelada em prol de seus direitos e como canais de negociação com o Estado, aquelas agremiações passavam a figurar nas análises acadêmicas do período como um espaço privilegiado de sua organização e luta por interesses e objetivos comuns.<sup>186</sup>

Não por acaso, mais recentemente grande parte da produção no campo de história urbana que estuda as favelas cariocas centrou-se primordialmente na investigação de tais espaços associativos e as suas formas de mobilização e luta. Esta ênfase se manifesta, de modo especial, nos estudos relativos à segunda metade da década de 1940 — quando surgem diversos comitês populares democráticos nas favelas, estimulados pela militância comunista em meio ao breve período de legalidade do Partido Comunista Brasileiro — e naquelas que se voltavam para as décadas de 1950 e 1960, momento apontado por tais estudiosos de maior ebulição das disputas e embates travados por aqueles sujeitos contra as ações de despejo acionados por proprietários de terras e pelo Estado, em que se destaca a atuação da União dos Trabalhadores Favelados criada em 1954.<sup>187</sup>

Os pesquisadores que se voltaram para o estudo das formas de organização e mobilização dos favelados da cidade acabaram por fazer dessas associações os espaços privilegiados de luta por direitos e cidadania desses indivíduos. Em tais perspectivas, a sua atuação é compreendida a partir de uma concepção que implicou em entender a sua mobilização como mais eficaz e organizada através das associações que, nessa visão, representavam efetivamente os interesses desses sujeitos. Como resultado, as associações de moradores que se voltavam para a defesa explícita das suas causas e enfrentamentos sociais de forma direta — em especial nas questões relativas às ações de despejo, regularização de terras e aquelas relacionadas à conquista de serviços básicos para sua população — se consolidaram na produção posterior como espaço associativo privilegiado de organização e



ação dos moradores de favela no Rio de Janeiro. Em consequência, tais autores acabaram por ignorar outros modos pelos quais esses sujeitos, em diferentes momentos históricos, constituíram suas formas de organização e mobilização. Desse modo, estes não elegeram como objeto de análise as diversas associações formadas por muitos sujeitos que se envolviam cotidianamente com as suas atividades. Afirmava-se com isso um caminho de análise na historiografia que acabou por desconsiderar outras formas de associativismo protagonizadas por esses indivíduos, como aquelas de cunho recreativo.

Na contramão dessa concepção, no entanto, alguns estudos mais recentes sobre a articulação identitária dos trabalhadores em outras localidades nos indicam um caminho diverso de reflexão. Embora trate de uma realidade de todo distinta daquela da Rocinha, o trabalho de Leonardo Pereira sobre a experiência dos trabalhadores de Bangu nas duas primeiras décadas do século XX aponta para a importância do associativismo dançante no processo de tessitura de suas redes de solidariedade. O autor buscou entender como esses sujeitos construía sentidos próprios àquela prática recreativa, que se constituía em suas experiências como uma forma privilegiada de articulação e organização de suas redes de solidariedade e diferenças. Entendendo tais associações como um espaço que reuniam operários do bairro em torno de suas atividades de lazer, Pereira demonstra como aqueles espaços e as atividades realizadas por seus componentes estavam na base do processo de afirmação de solidariedades mais amplas entre aqueles trabalhadores, baseadas em visões de mundo e costumes compartilhados através dessa experiência associativa. Por mais que atente para o fato de que isso não significava a anulação de conflitos internos entre os próprios sócios de um grêmio ou entre os diferentes grêmios entre si, ele aponta com isso para o papel aglutinador desempenhado pelo associativismo dançante em Bangu nos primeiros anos do século XX.<sup>188</sup>

Em sentido semelhante, Erika Arantes investigou a experiência recreativa dos estivadores da região Portuária da cidade durante as primeiras décadas do século XX. A autora constatou que a historiografia que aborda a experiência dos trabalhadores cariocas na Primeira



República criou uma dicotomia entre a história social do trabalho voltada para a análise do movimento operário e a história cultural, que trataria das chamadas revoltas populares cujo foco é centrado em temas como o samba, o futebol, e a religiosidade. Opondo-se a esta ideia, a autora buscou demonstrar a força e a multiplicidade dos laços associativos tecidos por aqueles trabalhadores através desses espaços de lazer. Além disso, ela demonstrou como essa forma de organização e a diversificada experiência recreativa vivenciada por tais sujeitos se ligava a construção de sua identidade de classe, ainda que esse processo não anulasse a possibilidade da afirmação de múltiplas identidades entre eles naquele momento.<sup>189</sup>

Leonardo Pereira e Erika Arantes demonstraram assim como tais espaços de sociabilidade recreativa ajudaram, nos contextos que analisam, a articular as diferenças e proximidades desses sujeitos no processo de construção de sua identidade e solidariedade. Ao enfatizarem as práticas de lazer desses sujeitos sem julgá-la por critérios políticos exteriores à sua experiência, apontam para o caráter parcial das imagens construídas para eles no período pela imprensa, por autoridades policiais e pela militância operária de cunho anarquista ou socialista, que não chegavam a entender a lógica e os sentidos de sua ação.

É seguindo este caminho de investigação que se pode compreender com mais densidade casos como o dos clubes recreativos da Rocinha que, em meados da década de 1930, eram alvo do esforço de controle policial. Acompanhar as experiências vivenciadas por trabalhadores da Rocinha em seus espaços associativos durante a década de 1930, se mostra um caminho privilegiado para investigar o processo de articulação dos laços de solidariedade entre os moradores ali estabelecidos em um período que antecede sua participação nas lutas protagonizadas pela União dos Trabalhadores Favelados na segunda metade da década de 1950, ou mesmo a criação de uma associação de favela na Rocinha, ocorrida apenas na década de 1960. Sem negar a importância de tais iniciativas, trata-se de buscar nas décadas anteriores os fios através dos quais elas puderam ser tecidas — em um caminho que tenta entender este processo a partir da





experiência de seus próprios protagonistas. Para isso, cabe, em um primeiro momento, caracterizar o movimento associativo protagonizado por habitantes da Rocinha durante a década de 1930, longe ainda do caráter unitário das associações que se propuseram representar os interesses dos seus moradores como um todo nas décadas posteriores, mesmo que não anulasse suas diferenças e conflitos – pois é a partir dele que podemos apontar para a multiplicidade de experiências e formas de articulação entre os moradores da localidade, que se configurava através dos diferentes espaços associativos criados e frequentados por eles.

### 3.1. Entre jogos, bailes e rezas

A atenção dedicada pelo 2º Delegado Auxiliar do Distrito Federal à falta de licença de funcionamento de pequenas associações recreativas situadas na Rocinha não era, naquele momento, casual. Como explicava o autor da notícia que fazia referência ao caso, tal ação era decorrente do descaso das autoridades policiais, ao longo dos anos anteriores, em relação às determinações do decreto n. 16.590, de 10 de dezembro de 1924, que definia o regulamento das casas de diversões públicas do Distrito Federal. Segundo constava na matéria, este estipulava, em seu artigo 1º, a “classe de clubes” que estariam “sujeitos, em face do mesmo artigo 1º, ao pagamento de uma licença especial” — o que não teria sido efetivamente observado por muitos desses clubes sem que a força policial se preocupasse em constrangê-los ao pagamento da licença. Ao denunciar a aplicação pouco efetiva da lei, o jornalista do *Diário de Notícias* indicava que esses clubes já estariam em situação irregular por um longo período, justificando-se por isso a ação repressiva naquele contexto político.

A preocupação expressa no ofício do 2º Delegado Auxiliar do Distrito Federal parecia se ligar, de fato, à força que essas associações alcançavam naquele momento entre os habitantes de localidades como a Rocinha. D. Guilhermina, que pouco tempo depois de se instalar ali trabalhou como operária tecelã da fábrica Carioca, nos fornece uma pista de investigação em seu depoimento:



“[...] O Clube Carioca era atrás da Fábrica, era um barracão grande do tamanho das Sendas (supermercado). Ali que nós fazíamos farra, ali que a gente dançava.

Aqui não tinha nada. Aqui era neutro. O pessoal tudo se arrumava se vestia, ia pra rua, ia lá. Quando dava quatro horas o baile acabava e eu vinha embora com as meninas daqui. Quando chegava aqui já era de manhã, quase cinco e meia. A gente vinha a pé, depois que saltava do bonde. [...]”<sup>190</sup>

Ao rememorar os momentos de lazer no Clube Musical Recreativo Carioca ainda nos anos iniciais de moradia na Rocinha, D. Guilhermina mobilizou uma dimensão de sua experiência como moradora da localidade associada ao seu trabalho na fábrica Carioca e aos espaços associativos formados pelos empregados da própria companhia têxtil. Seguindo essa mesma lógica, ela atribuiu centralidade ao clube como um dos espaços principais de lazer dos moradores da própria Rocinha, construindo a representação de vazio e neutralidade em relação a tais práticas associativas naquele território. Ao destacar o Clube Musical Recreativo Carioca como um dos espaços principais de sua diversão, ela nos fornece um indício de que uma parte importante do lazer dos próprios moradores da Rocinha se ligava ao desenvolvimento industrial vivenciado na região durante o final do século XIX e primeiras décadas do século XX.<sup>191</sup>

De fato, o próprio Clube Musical Recreativo Carioca, que estabeleceu a sua sede à Estrada D. Castorina n. 100 (atual rua Pacheco Leão), foi fundado em 1895 em meio a este processo.<sup>192</sup> Tratava-se da primeira associação voltada para atividades musicais e recreativas da área, afirmando-se nos anos seguintes como um dos espaços de lazer preferenciais dos operários fabris. Era o caso também do Clube Esportivo Vitorioso, formado por empregados da mesma fábrica em 1907. Pouco tempo após a sua fundação, o clube mudaria de nome — passando a se chamar Carioca Foot-ball Clube em 1909, de modo a assegurar a proteção de seus patrões.<sup>193</sup> Em 1933, o Carioca Foot-ball Clube se fundiu ao Gávea Sport Clube, adotando a partir desse



momento a denominação de Carioca Sport Clube.<sup>194</sup> Durante o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, foram criadas diversas outras associações do mesmo tipo que tinham sua sede nos próprios bairros da Gávea e do Jardim Botânico. Em geral esses clubes eram formados por trabalhadores que buscavam fixar suas sedes sociais em torno das fábricas têxteis e habitações operárias da região.<sup>195</sup>

O movimento associativo protagonizado por tais sujeitos não era exatamente uma novidade na capital federal durante a Primeira República. Seu aparecimento se dava no bojo de um movimento mais amplo de criação de diferentes espaços de caráter recreativo, esportivo, dançante, carnavalesco, mutualista, político, religioso, entre outros formados por trabalhadores de baixa renda por toda a cidade naquele momento. A proliferação dos clubes nos bairros da Gávea e do Jardim Botânico se insere assim num processo mais amplo, que ganhava força durante as primeiras décadas do século XX, cuja intensidade entre os trabalhadores de baixa renda desses bairros mostrava-se marcante.<sup>196</sup> Explica-se, assim, os motivos que levaram muitos daqueles operários das fábricas têxteis instaladas na Gávea e Jardim Botânico que estabeleceram residência na Rocinha já no final da década de 1920 e início da década de 1930, como a própria D. Guilhermina, a compor o quadro social de associações criadas no entorno desses estabelecimentos fabris, como o próprio Clube Musical Recreativo Carioca décadas depois de sua criação.

Entretanto, o próprio depoimento de D. Guilhermina sugere que no espaço identificado à Rocinha começavam a se organizar iniciativas semelhantes. É que ela lembrava ao tratar de outros meios de diversão dos trabalhadores instalados ali no período voltados para a prática esportiva. Ao rememorar os momentos de lazer vivenciados na Rocinha em depoimento dado décadas depois, D. Guilhermina contou que: “O divertimento que tinha no domingo era o futebol”. Ela chegou a destacar o Liberdade F. C. e o Esperança F. C. como times locais, que realizavam eventos esportivos aos domingos cujo objetivo era proporcionar momentos de lazer para os moradores da Rocinha.<sup>197</sup> Tais associações futebolísticas criadas por estes sujeitos estavam em plena atividade na primeira metade da década de 1930,



e os seus membros organizavam com frequência eventos protagonizados por trabalhadores da região. Como era de praxe nos grandes jornais que noticiavam diariamente suas colunas esportivas, o *Diário Carioca* publicou uma pequena nota em 8 de abril de 1934, na qual os clubes “Liberdade” e o “Esperança”, ambos com sede na Rocinha, mandaram divulgar que neste dia realizariam um “encontro dos primeiros e segundos quadros dos clubes acima” na “estrada da Gávea”.<sup>198</sup>

A atividade esportiva não era, porém, a única que despertava a atenção daqueles que habitavam a Rocinha naquele momento. Para além do esporte, outro tipo de espaço associativo que interessou tais sujeitos durante a primeira metade da década de 1930 eram aqueles voltados para as práticas e crenças religiosas. Era o caso, por exemplo, da Irmandade de São João da Rocinha, uma das primeiras associações desse tipo formadas na localidade ainda nos anos iniciais de conformação do seu território.<sup>199</sup>

O fenômeno associativo não era, evidentemente, restrito à Rocinha durante o período. Por toda a cidade formavam-se, naqueles anos, clubes, sociedades e grupos com finalidade semelhante — constituindo um movimento mais amplo entre a população no Rio de Janeiro. É o que podemos notar através de diversas notas publicadas nos jornais cariocas e pela expressiva quantidade de estatutos registrados em cartório por tais clubes no período, em especial daqueles referentes ao Distrito da Gávea — área que abrangia, além da Rocinha, os bairros do Jardim Botânico e da Gávea.

De fato, no momento em que D. Guilhermina chegava à Rocinha, tais agremiações precisavam obedecer às regras definidas pelo decreto presidencial número 18.542, de 24 de dezembro de 1928, que fixava o “regulamento para execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil”. Em seu artigo 129°, tal regulamento determinava que estas sociedades civis deveriam realizar o registro de pessoa jurídica de direito privado através do registro do seu estatuto em cartório e publicação no *Diário Oficial*. O decreto definia também que estas deveriam solicitar um requerimento para obter sua licença junto ao Departamento de Polícia do Distrito Federal.<sup>200</sup> O 2º Delegado Auxiliar do Distrito Federal era

responsável por fornecer os “pareceres” à chefatura de polícia que, por sua vez, concedia às licenças aos clubes, sociedades, casas de diversões públicas etc.<sup>201</sup>

Como resultado, é possível acompanhar a institucionalização de várias sociedades que, deixando de lado a informalidade, registravam-se frente ao poder público. Para além dos registros policiais, muitas delas passam a aparecer na documentação cartorial do 1º, 2º e 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, guardados no acervo do *Arquivo Nacional*.<sup>202</sup> A partir das notícias de jornal e dos registros cartoriais, é possível identificar pelo menos sete associações que conservavam sua sede na Rocinha durante a década de 1930, das quais seis eram espaços voltados para o lazer dos seus moradores: Liberdade Foot-ball Clube, com sede à rua Cinco número 229, situado na “localidade chamada Rocinha”, em atividade desde 1930;<sup>203</sup> Esperança Foot-ball Clube, em atividade no ano de 1933, cuja sede estava fixada “na rua Dois, Estrada da Gávea”<sup>204</sup>; Fortaleza de São João Clube, em atividade no mesmo ano, encontrava-se à Estrada da Gávea<sup>205</sup>; Clube Estrela, provavelmente em atividade em 1934<sup>206</sup>; Santa Cruz Foot-ball Clube, localizado à Estrada da Gávea, e criado em 1938.<sup>207</sup> Já dentre as associações de caráter religioso, constava a Irmandade São João da Rocinha, em funcionamento pelo menos desde 1931,<sup>208</sup> e a União Espírita de São Sebastião, com sede à Estrada da Gávea, formada em 1936.<sup>209</sup>

Além destas associações com sede na Rocinha, aparecem ainda diversas outras associações do Distrito da Gávea que mantinham em seu quadro social moradores da localidade no mesmo período. É o caso, por exemplo, do Clube Musical Recreativo Carioca, localizado à rua Pacheco Leão<sup>210</sup>; Carioca Sport Clube, com sede à rua Jardim Botânico<sup>211</sup>; Jardim Foot-ball Clube, com sede à rua Marquês de São Vicente, criado durante as duas primeiras décadas do século XX; Pintacuda Foot-ball Clube<sup>212</sup> e Vera Cruz Foot-ball Clube, ambos em funcionamento no ano de 1937.<sup>213</sup>

Chama a atenção nesses dados a força assumida durante a década de 1930 pelo associativismo recreativo entre os trabalhadores de baixa renda que habitavam a Rocinha, que só passava a ser reconhecida como tal há poucos anos. Experimentando no período um



significativo processo de crescimento e adensamento populacional, a localidade já chegava a concentrar no início da década de 1930 cerca de três a quatro mil habitantes.<sup>214</sup> Como resultado, a criação desta significativa quantidade de espaços voltados para a prática do lazer e religiosidade formados durante a década de 1930 expressava o esforço dos seus moradores em constituir novos laços de solidariedade capazes de melhorar suas vidas. Não é de se estranhar, por isso, que o interesse de indivíduos como D. Guilhermina por essas associações se ligasse à “farra” que associavam a elas, em expressão que apontava para um convívio que fugia à dura rotina de trabalho — em entendimento que serviria também, por outros caminhos, para o conforto espiritual e para as redes de solidariedade decorrentes do associativismo religioso. Frente à força assumida por tais associações religiosas, esportivas e dançantes, cabe tentar compreender o sentido da importância que tais associações assumem na localidade durante a década de 1930.

### 3.2. A experiência associativa na Rocinha

Ao rememorar os seus momentos de lazer na Rocinha, D. Guilhermina declarou que:

“[...] O divertimento que tinha no domingo era o futebol. [...] Nos que éramos mocinhas, vestíamos com a roupa do time. Se era o Liberdade Futebol Clube a gente se vestia de vermelho e branco. [...] Tinha também o Esperança que era verde e branco e o Estrela que era azul e branco. As sedes dos clubes eram aqui em cima, agora lá em baixo era só o campo”.<sup>215</sup>

O depoimento de D. Guilhermina sugere que, em pouco tempo, o futebol se tornou uma atividade que começou a empolgar diferentes moradores da localidade, surgindo ainda nos primeiros anos de ocupação e formação daquele espaço algumas associações futebolísticas que mantinham ali sua sede. Não por acaso, a antiga moradora destacou em suas lembranças três clubes em particular: o Liberdade Foot-ball Clube, o Esperança Foot-ball Clube e um

terceiro clube chamado Estrela. Ela lembrava ainda das cores que representavam os times, indicando que se tratava de um elemento marcante daquela experiência de lazer. Nas lembranças de D. Guilhermina, os eventos esportivos realizados aos domingos não eram frequentados somente por aqueles que participavam mais diretamente das disputas, mas também por outros indivíduos que, como ela própria e outras “mocinhas” residentes na Rocinha, se empolgavam ao vestir “com a roupa do time” para comparecer às partidas de futebol. Ainda que funcionando de forma irregular, como mostrava a diligência policial de 1935, tais clubes mostravam assim ter uma centralidade na experiência dos moradores instalados na área que transparece das memórias de antigos habitantes, em especial para aqueles recém-chegados, como D. Guilhermina.

É o que se pode deduzir também através do depoimento de Inácio de Almeida, outro antigo morador da Rocinha, onde se estabeleceu no início da década de 1930. Ao rememorar os momentos marcantes ainda no início de sua chegada ao local, ele lembrava de um certo Dionísio, destacado jogador do Esperança Foot-ball Clube, que desempenhava a função de “vigia da comporta, quando ainda havia isso no canal da Avenida Visconde de Albuquerque”, no Leblon.<sup>216</sup> Inácio de Almeida chegou a notar ainda que Luiz Caetano, “proprietário na Rocinha, era dono do terreno onde funcionava o Campo do Esperança F. C., do qual era presidente”.<sup>217</sup> Com essas palavras, ele indica que a associação era formada por trabalhadores que residiam na Rocinha e era apoiada por moradores ali estabelecidos que desfrutavam de melhores condições econômicas.

Interessa notar que os testemunhos de D. Guilhermina e Inácio de Almeida sugerem a importância que essas associações e as suas atividades passavam a assumir no cotidiano de diversos moradores da Rocinha ainda nos primeiros anos da década de 1930. Não por acaso, tais espaços de lazer ainda eram, décadas depois, associados à própria história da comunidade. Ao relembrá-los em meio ao esforço de contar seus primeiros tempos na localidade, os dois testemunhos deixavam claro que não se tratava de atividade de menor importância, articulada que estava na memória de cada um deles à afirmação



de suas identidades como moradores da Rocinha. Desse modo, tais depoimentos sugerem a importância desse evento para a experiência compartilhada por diferentes sujeitos que estavam instalados naquele espaço ao longo da década de 1930.

Em sua dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia do Museu Nacional em 1991, Lygia Segala analisou o processo de ocupação da Rocinha ainda no final da década de 1920 e início da década de 1930, constando que tal processo “gerou internamente núcleos distintos de ocupação”. Através de depoimentos orais de antigos moradores, a antropóloga afirmou que “estes recortes espaciais se consolidaram socialmente na formação de times de futebol por áreas (o Liberdade, o Esperança, o Estrela etc.), e mais tarde, blocos, bandos e facções políticas [...]”.<sup>218</sup> Ainda que a autora não desenvolva sua análise quanto a experiência associativa desses sujeitos e a sua relação com os diferentes “recortes espaciais” formados na localidade durante o período, ela indica um caminho interessante para tentar compreender como o movimento associativo vivenciado por moradores da Rocinha durante a década de 1930 se consolidava de forma particular naquele território. Para tanto, é preciso investigar a própria lógica associativa pela qual esses espaços eram criados naquele momento.

Podemos seguir uma pista através de outra associação formada na Rocinha em 1938: o Santa Cruz Foot-ball Clube, que naquele mesmo ano registrou seus estatutos em cartório. Já em seu primeiro capítulo, a associação apresentava quais seriam os “fins” do clube. Ao afirmar que estes se voltavam para “prática dos esportes, assim como proporcionar aos mesmos, reuniões dançantes, etc.”, sugeriam a variedade de atividades que o clube pretendia proporcionar para os seus sócios — que afastava da associação a marca puramente esportiva, mostrando assim que ela se constituía em um amplo centro de lazer para os moradores da localidade.<sup>219</sup> Para ingressar no Santa Cruz Foot-ball Clube, constava no primeiro capítulo do documento que o “quadro social será constituído por ilimitado número de sócios”. À primeira vista, uma fotografia dos seus sócios publicada em um jornal carioca alguns anos depois da fundação do clube parecia corroborar tal definição.





**Figura 9 – Foto da diretoria do Santa Cruz Foot-ball Clube na sede da associação.**

Fonte: *A Noite*, 5 de maio de 1947.

À frente da foto tirada na sede do Santa Cruz Foot-ball Clube estava “a diretoria daquela modesta agremiação esportiva”, nas palavras do articulista do jornal *A Noite*. A associação reunia assim diferentes tipos de trabalhadores da Rocinha, dentre os quais homens e mulheres de diversas origens étnicas, como descendentes de imigrantes europeus e indivíduos pardos e negros. Não é difícil, no entanto, compreender essa variedade que se afirmava na composição social do clube. Fundado em uma localidade de formação ainda recente, o clube era a expressão da diversidade da força de trabalho instalada ali nos anos anteriores, o que explicava a própria força que alcançou.

Para além desse caráter inclusivo, no entanto, clubes como estes ganhavam forma a partir de redes específicas de relação, que serviam de base para os laços de sociabilidade gestados em cada grêmio. Ainda que o Santa Cruz F. C abrisse a possibilidade de que diferentes indivíduos pudessem fazer parte de sua agremiação, o segundo capítulo do estatuto, que tratava “da admissão e dos direitos dos sócios”, apontava para um aspecto importante do modo pelo qual era formado na prática o quadro social do clube. O documento



estabelecia como critérios para ingressar na associação que: “Art. 3° - As propostas de admissão dos sócios serão firmadas por qualquer sócio quites, devendo conter o nome e a assinatura do proposto, sua idade, naturalidade, estado civil, profissão e local onde trabalha. [...]”.<sup>220</sup> Neste artigo, o clube qualificava melhor a ideia expressa antes de que se tratava de uma associação aberta a todos. Embora não negasse os princípios expressos no capítulo anterior, o artigo 3° do documento deixava claro que a aceitação de novos sócios se faria necessariamente através de redes de relações entre os proponentes e os fundadores do clube, pois a candidatura precisava ser abonada por algum dos sócios já efetivos. Com isso, ficava claro que os membros do clube tinham já algum laço anterior entre si, compartilhando outras relações que serviriam de base aos laços afirmados no grêmio.

Os resultados desta determinação podem se expressar mais claramente ao traçarmos o perfil de alguns indivíduos que integravam o quadro social do clube. No estatuto constavam três nomes que integravam a diretoria provisória do clube em 1938, dentre os quais o presidente Armando Affonso de Oliveira e o tesoureiro João Francisco da Cruz, que moravam à Estrada da Gávea.<sup>221</sup> Alguns anos depois, a diretoria do clube era composta por oito trabalhadores, dos quais sete moravam à Estrada da Gávea e um à rua Marquês de São Vicente.<sup>222</sup> Cabe destacar, em primeiro lugar, que alguns desses indivíduos eram parentes de antigos moradores da Rocinha. Era o caso, em particular, do operário em obras municipais Gildo Gianini cuja família de imigrantes italianos se encontrava desde o início do século XX na Estrada da Gávea, tendo feito parte do processo de ocupação daquele espaço desde o início do loteamento da fazenda da Rocinha, ainda nos primeiros anos da década de 1920. Era o caso também do barbeiro Domingos da Silva Sargo, parente de um certo Antonio da Silva Sargo que, em 1935, residia na Estrada da Gávea número 408 “de frente ao prédio 428”, endereço situado na mesma via na qual residia Gildo Gianini.<sup>223</sup> Era assim a partir dos primeiros habitantes da Rocinha que estas redes começavam a se formar.

Nota-se, por outro lado, que esses dados indicam que o clube era formado por uma diversificada força de trabalho e composição



social que se expressava de forma mais clara através da variedade de origens e profissões de seus antigos e novos habitantes. Resulta, desta evidência, que o elemento mais marcante da experiência associativa daqueles sujeitos era o fato de que a maioria dos membros do clube residia na própria Rocinha ou em seu entorno próximo — caso do tecelão Juvenil Cardoso, que morava na rua Marquês de São Vicente, via que dava acesso à Rocinha. Dessa forma, a lógica de formação das redes associativas naquele espaço se ligava ao seu processo de ocupação e formação recente. Em uma localidade que ainda tentava se afirmar, habitada por trabalhadores diversos, era a partir dos laços de vizinhança que se constituía o novo clube.

Além de aproximar indivíduos de origens diversas, este associativismo recreativo servia também para organizar suas diferenças, na formação de redes associativas específicas dentro da localidade. Estas pareciam se sustentar, em primeiro lugar, pelas próprias relações de vizinhança. Se atentarmos para as diferentes localizações das sedes sociais dos clubes esportivos da localidade, percebe-se que o Liberdade Foot-ball Clube se localizava na rua Cinco; o Esperança Foot-ball Clube tinha sua sede social na rua Dois; e o Santa Cruz Foot-ball Clube estava localizado na Estrada da Gávea. Por mais que todas estas ruas já fossem reconhecidas como parte da Rocinha, elas delimitavam espaços específicos dentro da localidade. Ao se organizarem em torno deles, os moradores ali estabelecidos naquele momento faziam de tais espaços de lazer um meio de consolidar redes associativas que delimitavam diferentes configurações desse espaço de convivência que era a Rocinha.

A partir de uma lógica associativa distinta, as agremiações voltadas para a prática religiosa formadas na Rocinha e os diferentes espaços onde estes se localizavam também eram uma marca dessa experiência associativa, que inclusive ajudava a organizar suas tensões naquele território. Uma das primeiras associações desse tipo formadas ali era a Irmandade de São João da Rocinha. Em 1931, a Irmandade estava em plena atividade, como mostrava uma nota publicada em um periódico contemporâneo sobre “uma grande festa” que seria realizada em comemoração ao seu padroeiro São João, mobilizando diversos habitantes da região para os preparativos do festejo.<sup>224</sup>



Enquanto alguns dos trabalhadores que residiam na Rocinha encontravam-se associados em espaços voltados para a religiosidade católica, como a própria Irmandade São João, outros preferiam frequentar espaços religiosos, como os centros e terreiros. É possível seguir uma pista através do testemunho de outro antigo morador da localidade, chamado Ivens Guedes. Em seu depoimento, ele afirmou que existiam ali diversos espaços destinados a essas práticas religiosas:

“Antigamente a polícia chegava, carregava médium, mesa e tudo. Baixava o pau. O delegado prendia todo mundo. Baixava o pau e prendia. Era isso, minha filha! O catolicismo era que mandava. Mandavam matar, prendiam. Hoje é diferente, não tem nada disso. Cada um tem o que quer, faz o que quer.

[...] Na Rua Dionéia, o São Sebastião. Na Estrada da Gávea, onde é o Doutor Mário, era outro. Na Rua 3, tinha o da Dona Mariana, no Laboriaux o do Seu João Alfredo, na Rua 2 o do Seu João Belizário, pai do seu Alfredo. Ele era um dos maiores médiuns, curou muita gente.”<sup>225</sup>

Em seu depoimento, Ivens Guedes consolidava em sua memória a ideia de perseguição e discriminação que era sofrida pelos membros de tais espaços religiosos no momento em que ele se estabeleceu na Rocinha. Diante desse cenário, ele constatava que o “catolicismo era que mandava”. Ainda assim, o antigo morador da localidade não deixava de notar como esses espaços e suas práticas se proliferavam, identificando tal diversidade de associações e a sua espacialidade no próprio território.

Em seu depoimento, ele contou ainda que o primeiro teatro da Rocinha foi montado em um “Centro”, cedido para aquele fim. Segundo seu relato, o nome da primeira peça encenada no teatro foi “Polícia na Macumba (Risos)”. Com essas palavras, o antigo morador indicava que a perseguição de tais práticas por parte da polícia era um aspecto marcante da experiência desses indivíduos. Não por acaso, através dos jornais cariocas que circulavam ainda nos primeiros anos da década de 1930, é possível identificar diversas notícias em que os adeptos de tais crenças e práticas religiosas da própria Rocinha eram



representados de forma pejorativa, sendo inclusive alvos frequentes de prisões. Era o caso, por exemplo, de uma nota publicada no *Jornal do Brasil*, em 1931, sob o título “Parecia tratar-se de um crime e era um ‘despacho’”. Segundo afirmou o articulista da folha, um comissário da delegacia do 21º Distrito “recebeu a comunicação de que à margem da estrada, no lugar denominado Rocinha”, achava-se um cadáver coberto com um pano branco. Ao chegar no local, a autoridade encontrou a cena, e após aproximar-se “puxou violentamente a coberta” para ver o corpo. “Quando o comissário já pensava ver um cadáver horrendamente mutilado, eis que surge um alguidar, com uma galinha assada metida na farofa, enroladinho em uma calça de mulher”, explicava a matéria.<sup>226</sup> Alguns anos depois, o *Jornal do Comércio* noticiou que Sergio Alexandre, cuja residência estava fixada “no lugar denominado ‘Rocinha’, na Gávea”, foi preso em uma “macumba” na rua São Clemente, no bairro de Botafogo, sob a justificativa de praticar “falso espiritismo”.<sup>227</sup> O depoimento de Ivens Guedes se amparava, portanto, na própria experiência de alguns habitantes da Rocinha, consolidada como uma marca importante da história local em sua memória. Ao rememorar essa experiência religiosa vivenciada por diversos moradores da localidade, ele nos fornece assim um indício de que esta se convertia em um elemento importante de sociabilidade entre os seus habitantes, que inclusive poderia ter alimentado o associativismo na Rocinha. Isso porque, não eram apenas os espaços voltados para a religiosidade católica e de matriz africana que interessava tais indivíduos naquele momento.

É o que mostrava o estatuto da União Espírita de São Sebastião em 1936, ano de fundação da associação. A entidade espírita mantinha sua sede à Estrada da Gávea nº 454, na Rocinha.<sup>228</sup> Cabe destacar, por um lado, que os diferentes espaços religiosos formados por moradores da Rocinha, organizavam as suas diferenças e tensões — como sugere a distância que separava a Irmandade São Sebastião, os terreiros e o centro espírita São Sebastião. Por outro lado, através do estatuto da União Espírita de São Sebastião, é possível ainda perseguir algumas pistas de investigação para tentar compreender as especificidades dessa associação religiosa na localidade.



O documento determinava que o quadro social da entidade espírita seria composto por “ilimitado número de sócios maiores de 18 anos, sem distinção de cor, nacionalidade, sexo e posição”. O fato de que marcassem no estatuto a “cor, nacionalidade, sexo e posição” como elementos que não excluía os possíveis membros de integrarem o seu quadro social, aponta para a possibilidade de que esses aspectos em particular poderiam desencadear a restrição ou até mesmo expressar diferentes formas de conflito entre os componentes da associação. É o que podemos perceber também através da afirmação de que “as senhoras casadas, só poderão ser admitidas no quadro social, mediante consentimento por escrito e assinatura de seus maridos na proposta”. Com essas palavras, o documento revelava certa ambiguidade da ampla abertura de aceitação de sócios no seu quadro social. Talvez por esse motivo só houvesse homens ocupando os cargos da sua diretoria no ano em que a entidade religiosa era criada.

Em 1936, a diretoria da União Espírita de São Sebastião era composta por Helio da Silva Monteiro, que ocupava o cargo de presidente. Como vice-presidente constava no estatuto o nome de Luiz Caetano da Silva. Já os cargos de 1º e 2º secretário da associação eram ocupados, respectivamente, por Manoel Alves Netto e Julio Manoel Bessa. Como fiscal da organização espírita constava o nome de Hilário Jose Soares, que àquela altura exercia o cargo de “trabalhador de 1º classe da Seção da Gávea” na Diretoria de Limpeza Pública e Particular”.<sup>229</sup> Como 1º e 2º tesoureiro, constavam os nomes de Alfredo José Rabello e Adamastor [...]”<sup>230</sup>, respectivamente. É possível identificar que a sua diretoria era formada por alguns dos mais prestigiados e antigos moradores da própria Rocinha. Era o caso, por exemplo, do pescador Julio Manoel Bessa, que exercia a função de “capataz”<sup>231</sup> e do lavrador Alfredo José Rabello, que morava numa pequena casa à Estrada da Gávea<sup>232</sup>, ambos residentes na área desde meados da década de 1920. Era o caso também de Luiz Caetano da Silva, presidente do Esperança F. C. na década de 1940, e, provavelmente o mesmo indivíduo mencionado nos manuscritos de seu Inácio de Almeida, como um pequeno proprietário local e dono das terras onde estava fixado o Campo do Esperança.<sup>233</sup>

Em seu estatuto, a União Espírita de São Sebastião determinava que a sua finalidade era:

“a) [o] estudo da doutrina espírita, teórico, prático experimental e moral, a observância e a propagação de seus ensinamentos, por todas as maneiras que oferece a palavra escrita e falada; b) Praticar a caridade gratuitamente, quer moral, material ou espiritual, nas necessidades urgentes de seus associados, e do público em geral; c) Manter, quando possa um posto médico, com distribuição gratuita de medicamentos homeopáticos, aos que estiverem desamparados.; d) Organizar conforme suas posses, para seus associados uma biblioteca composta exclusivamente de obras espíritas; e e) instalar assim que tiver fundos, em sua sede escola de instrução primária, sendo diurnas para crianças e noturnas para adultos embora que, não pertençam ao seu meio social”.<sup>234</sup>

Tratava-se de uma associação voltada para o culto da doutrina espírita, que surgiu na Europa durante o século XIX, momento em que ganhou alguns adeptos no Brasil.<sup>235</sup> No início da década de 1930, estava fortemente disseminada no Distrito Federal, onde foram criados diversos espaços semelhantes em toda a cidade, como é possível observar através dos estatutos registrados em cartório durante o período. Diferente, no entanto, de muitas dessas associações criadas naquele período, a União Espírita de São Sebastião não explicitava nesse documento que os seus componentes eram adeptos da doutrina espírita cujo mentor era Allan Kardec, conhecido como o codificador do espiritismo. Desse modo, os seus membros poderiam deixar certa margem para a prática religiosa.

Ainda assim, em acordo com preceitos da doutrina espírita, a União Espírita de São Sebastião praticava a caridade entre seus membros, estendendo a sua ação para o “público em geral”. Por esse motivo, destinava aos moradores da Rocinha um “posto médico”, onde seriam distribuídos “medicamentos homeopáticos”, que constituía um dos principais elementos de cura do espiritismo. Era o caso também da



intenção expressa pela associação de instalar uma escola para crianças e adultos, ainda que estes “não pertençam ao seu meio social”, isto é, mesmo que tais indivíduos não fossem associados à entidade religiosa.

Para tanto, além de receber regularmente as mensalidades de seus sócios, a União Espírita de São Sebastião se abria para a possibilidade de aceitar recursos externos através de doações. É o que se pode notar através do artigo 48º, do capítulo VIII: “O Centro poderá aceitar quaisquer donativos que facilitem a execução de seu programa”. A partir de tal lógica, o documento explicitava a diferenciação de categorias de sócios no seu estatuto. Nesse sentido, os seus membros dividiam-se em quatro grupos: os “inscritos”, que “estejam em situação precária de recursos” eram isentos de pagamentos e, em contrapartida, deveriam prestar auxílio moral e material a associação. Os “contribuintes” eram aqueles que pagavam regularmente as mensalidades. Já os “mantenedores” eram os membros que “pagam por espontânea vontade 5 mil reis”, enquanto o sócio que recebesse o título de “benemérito” deveria concorrer com o “auxílio material para assistência aos necessitados quer pertença ou não ao quadro social”.

Ao conseguir recursos para promover diversas ações voltadas para a caridade entre seus membros e até mesmo outros sujeitos que não faziam parte do seu quadro social, a União Espírita de São Sebastião fazia assim de suas práticas religiosas um meio de afirmar os laços de solidariedade entre os seus próprios sócios, estendendo essas ações de caridade, em certos casos, para o espaço onde estava fixada sua sede de forma mais ampla, na Rocinha. Desse modo, os sócios filiados a União Espírita de São Sebastião, construía(m) redes de relações dinâmicas naquele território, que se expressava de maneira singular através da prática religiosa da associação.

Em um local de formação recente como a Rocinha, diversos indivíduos que se estabeleceram ali naquele momento, buscavam tecer novas redes de sociabilidade através da formação de seus diferentes espaços associativos. O movimento protagonizado por moradores da localidade mostrava-se assim fundamental na experiência desses sujeitos que formavam o núcleo de moradias no início da década de 1930. Se, por um lado, ela se constituía em um meio de afirmar laços





de sociabilidade entre os seus sócios, por outro lado, permitia também que tais indivíduos organizassem suas diferenças e tensões, formando múltiplas redes associativas naquele território. Resta investigar como esse processo pode ter alimentado a mobilização e luta dos trabalhadores residentes na Rocinha, expressa na reivindicação de direitos e serviços básicos — de modo a compreender uma dimensão do processo que forjou, ao mesmo tempo, redes de solidariedade entre os seus habitantes no período.

### 3.3. Associativismo e luta por direitos

No dia 24 de janeiro de 1935, o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* publicaram uma nota informando que o Centro Cívico da Gávea havia se reunido no dia anterior em sua sede. Naquela ocasião, a associação deliberou: “convidar todas as organizações locais para uma reunião no próximo dia 25, afim de ser delineado um movimento em pró do calçamento da rua D. Castorina e de uma escola primária para a Rocinha.”<sup>236</sup> Em um primeiro plano, chama a atenção que a entidade cívica deliberasse na reunião uma medida que buscava acolher diferentes demandas dos trabalhadores de baixa renda da Rocinha, e de maneira mais ampla dos bairros vizinhos. Como especificava a nota, tratava-se da inauguração de uma escola primária na própria Rocinha e do calçamento da rua D. Castorina, onde estava localizada a fábrica Carioca e diversas habitações operárias.<sup>237</sup> Para tanto, o Centro convocava “todas as organizações locais” para uma reunião “afim de ser delineado o movimento”. Era assim buscando atender essas demandas específicas daqueles trabalhadores instalados na Rocinha e nos bairros da Gávea e do Jardim Botânico que o Centro Cívico da Gávea procurou atuar nessa ocasião junto às associações formadas por aqueles indivíduos.

Criado após o movimento de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas a assumir a presidência do país, o Centro Cívico da Gávea era um dos muitos núcleos formados por lideranças do movimento tenentista e seus aliados civis que surgiram em diversos estados da federação, cujo objetivo era apoiar o Governo Provisório e garantir a implementação



de suas propostas naquele momento.<sup>238</sup> Um de seus fundadores, que inclusive ocupava o cargo de presidente da organização cívica naquele ano de 1935, era Amoacy Niemeyer. Membro de uma família abastada da capital federal que foi proprietária de extensas porções de terras no então arrabalde da Gávea ainda no início do século XX, Amoacy Niemeyer destacou-se na política local ao apoiar o movimento de outubro de 1930.<sup>239</sup> Com essa finalidade, em 1931, por exemplo, o Centro Cívico da Gávea organizou uma “grande manifestação operária” junto a outras associações erradicadas nos bairros da Gávea e do Jardim Botânico, e formadas em sua maioria por empregados das fábricas têxteis da região.<sup>240</sup> O evento era promovido em homenagem aos Srs. Adolpho Bergamini e Lindolfo Collor — respectivamente, o primeiro interventor no Distrito Federal nomeado por Getúlio Vargas e o chefe do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Àquela altura, o Centro Cívico da Gávea e o seu presidente Amoacy Niemeyer figuravam em vários eventos promovidos cotidianamente por tais espaços associativos ainda nos primeiros anos da década de 1930. Era o caso, por exemplo, de um festival esportivo realizado em 1934, organizado em homenagem ao Centro Cívico da Gávea, no campo do Jardim Foot-ball Clube à rua Marquês de S. Vicente n. 173. Entre os diversos clubes da região confirmados para participar do evento, constava o nome do Liberdade Foot-ball Clube, com sede na Rocinha, que enfrentaria o Sport Clube Tijuca. Era o caso também do Estrela (provavelmente a mesma associação com sede na Rocinha mencionada por D. Guilhermina), que disputaria uma partida contra o São Vicente Foot-ball Clube. Naquela ocasião, Amoacy Niemeyer ofereceu 12 medalhas de prata para aqueles que terminassem o campeonato em 1º lugar.<sup>241</sup>

Não se tratava de um episódio isolado. Em outras ocasiões, o Centro Cívico da Gávea também atuava junto aos trabalhadores da região na reivindicação por melhores serviços básicos, envolvendo nessas lutas as suas associações. Era o caso, por exemplo, de outra nota publicada no *Jornal do Brasil* em 1935:

“O Centro Cívico da Gávea acaba de entrar em entendimento com várias agremiações locais,

afim de ser instalados postos de emergência com assistência médica para os doentes de gripe. Assim, vem esta instituição, colaborar para o debelamento do surto gripal que está infestando à cidade”.<sup>242</sup>

Àquela altura, o Centro Cívico da Gávea junto às associações formadas por trabalhadores se mobilizavam para reclamar maior atenção de serviços públicos na região, como no caso em particular da instalação de um posto de emergência médica. Não é de se estranhar, portanto, que algumas destas mesmas organizações tivessem protagonizado a campanha em favor da inauguração de uma instituição de ensino escolar na Rocinha, divulgada no *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* naquele mesmo ano. Esta campanha, porém, se desdobrou em um verdadeiro “movimento”, mobilizando nos meses seguintes os dirigentes da entidade cívica e os moradores da própria Rocinha.

Iniciando essa empreitada, o *Correio da Manhã* voltou a publicar alguns dias depois outra nota intitulada “Melhoramentos para a Gávea”:

“No intuito de pleitear calçamento para a Estrada D. Castorina e a escola da Rocinha, reuniram-se ontem, na rua Jardim Botânico n. 586, sede da Associação dos Empregados da Fábrica Corcovado, as diretorias das seguintes organizações locais: Centro Cívico da Gávea, Clube Musical Carioca, Consórcio dos Operários em Fábricas de Tecidos da Gávea, Associação dos Empregados da Fábrica Corcovado, Irmandade São João da Rocinha, Carioca S. Clube, Sociedade Beneficente José da Cruz, Yolanda F. Clube, Jardim F. Clube, Liberdade F. Clube e Clube Carnavalesco Prazer das Morenas deliberaram solicitar uma audiência ao interventor Pedro Ernesto, afim de obterem a execução das obras acima relacionadas e já prometidas reiteradamente.”<sup>243</sup>

O *Diário de Notícias* publicou uma nota idêntica no dia seguinte, reproduzindo a mesma lista de associações e reiterando aquelas reivindicações — na indicação de que se tratava de um comunicado entregue pelas próprias agremiações aos diferentes jornais cariocas.<sup>244</sup>



Por um lado, cabe ressaltar que a pequena nota elaborada por tais associações direcionava suas reivindicações ao então Interventor do Distrito Federal, Pedro Ernesto. Poucos meses antes, ele havia sido eleito Prefeito da cidade, após campanha na qual o Distrito da Gávea se tornou para ele um importante reduto eleitoral. Não se trata de um acaso, pois durante aquela que foi a primeira eleição realizada após a promulgação da nova Constituição, que instituía o voto direto e universal, o Centro Cívico da Gávea protagonizou uma intensa campanha na área em favor da legenda Pedro Ernesto Baptista, lançada pelo Partido Autonomista em 1934. Era o caso, por exemplo, de uma nota publicada em uma folha carioca pela entidade cívica que dizia: “Eleitores da Gávea, não vós deixeis enganar. Votai por aqueles que defendem os vossos interesses. Votai na legenda ‘*Pedro Ernesto Baptista*’”.<sup>245</sup> A atuação do Centro Cívico na campanha não se restringiu às notas divulgadas nos jornais cariocas, clamando os eleitores da Gávea a votarem no então candidato. Ao buscar “intensificar a propaganda da legenda ‘Doutor Pedro Ernesto Batista – Partido Autonomista’” na região, o Centro Cívico atuou junto aos trabalhadores do Distrito da Gávea através de seus espaços associativos naquele pleito eleitoral. Era o que especificava uma nota publicada no *Jornal do Brasil*, afirmando que a entidade pretendia “1) Enviar comissões para percorrerem todas as associações locais; [...]; 5) distribuir o boletim eleitoral a todas as organizações da Gávea, para melhor orientação do eleitorado”.<sup>246</sup>

Em um indício que explicitava a importância dos eleitores associados em clubes como estes no pleito daquele ano que elegeu Pedro Ernesto como Prefeito do Distrito Federal, o *Jornal do Brasil* anunciou que o Centro de Alistamento Eleitoral, com sede à rua Lopes Quintas n. 42, realizaria uma “empolgante e animada festa” nos salões do Carioca Sport Clube, à rua Jardim Botânico, em comemoração à vitória no último pleito do Partido Autonomista.<sup>247</sup> Poucos dias depois, era a vez do Jardim Foot-ball Clube realizar dois grandiosos bailes em homenagem ao Centro Cívico da Gávea, apontando mais uma vez para o papel dos espaços associativos formados por trabalhadores da região nos recentes acontecimentos políticos eleitorais no país.<sup>248</sup>



Por outro lado, Pedro Ernesto destacou em sua campanha as questões relacionadas à instrução da população pobre no Distrito Federal, tornando-se um dos pontos centrais do programa do Partido Autonomista — que defendia a implementação do ensino primário gratuito e obrigatório. O próprio Interventor direcionou investimentos na área, nomeando como diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal o reconhecido intelectual e educador Anísio Teixeira. Além disso, inaugurou diversas instituições de ensino na cidade naquele momento.<sup>249</sup>

Dessa forma, os membros dos clubes formados por indivíduos de poucos recursos que residiam na Rocinha e por operários dos bairros vizinhos apoiavam candidatos que se associavam às aspirações mais amplas de muitos desses trabalhadores, cuja base se amparava em interesses comuns aos sócios que integravam tais associações. Por essa lógica, ainda que em janeiro de 1935 Pedro Ernesto não tivesse tomado posse do cargo, o que ocorreria somente em abril desse mesmo ano, tais indivíduos afirmavam a legitimidade de suas aspirações junto à autoridade pública ao “solicitar uma audiência ao interventor” — cujo objetivo era o de pleitear a instalação de uma escola na Rocinha e a concretização do calçamento da rua D. Castorina. Tais medidas poderiam inclusive ter sido objeto de campanha na região, como indica a afirmação de que eram “já prometidas reiteradamente”.

De fato, a reivindicação dos moradores da Rocinha quanto à instalação de uma escola no local em 1935 parecia se constituir em um problema para os seus moradores naquele período. É o que podemos notar através do testemunho de D. Guilhermina que, ao rememorar sua infância na Rocinha, constatava a carência de instituições de ensino escolar para os seus habitantes:

“Então nós fomos criados assim feito bicho, não tinha conforto nenhum, ligação nenhuma. A escola nossa era particular. Quando eu já tinha uns oito anos que Dona Augustinha, uma italiana, veio pra cá ensinar escola. Foi onde eu aprendi até o curso primário, até o terceiro ano”.<sup>250</sup>



Em seu depoimento, D. Guilhermina enfatizou a dificuldade de acesso à escola na Rocinha, o que acabou fazendo com que ela tivesse que recorrer a uma professora particular. Em sentido semelhante, o articulista do *Correio da Manhã* reconhecia em 1935 que “uma Escola em Rocinha é um presente valioso para a população infantil dessa zona, que é muito grande, e que se vê primada de instrução, por não haver escola nas proximidades”.<sup>251</sup> Diante dessa situação, não é de se estranhar que a carência de instituições de ensino escolar na Rocinha fosse um problema identificado e pleiteado por seus habitantes mesmo alguns anos antes da campanha de 1935. O *Diário da Noite* estampou na coluna “Queixas e sugestões”, em 1931, a reivindicação dos moradores da “estrada da Gávea” que solicitavam providências para a falta de uma instituição de ensino primário na área, pois, segundo informava a nota, “nesse bairro de operários, mais de 300 crianças se acham sem instrução”.<sup>252</sup> Se compararmos o número de crianças que necessitavam de ensino escolar em 1931, cuja estimativa era de “mais de 300 crianças”, aos dados contabilizados em 1935 de “cerca de cinco mil crianças”, esse quadro se agrava.<sup>253</sup> Ainda que se tratasse de dados imprecisos, é possível notar que houve no período o aumento da demanda desse serviço na Rocinha expresso na própria perspectiva de seus habitantes do significativo crescimento de crianças que não frequentavam uma instituição de ensino, o que deve ter motivado estes sujeitos a retomarem a campanha em 1935, voltando a pleitear esse serviço. Desse modo, a campanha em favor da inauguração de uma escola para as crianças ali instaladas naquele momento começou a tomar maiores proporções a partir dos interesses dos próprios trabalhadores da Rocinha, como sugere o depoimento da D. Guilhermina e a matéria publicada no *Diário de Noite* alguns anos antes.

Ainda assim, como mostrava a nota publicada nas folhas cariocas em janeiro de 1935, aqueles sujeitos reivindicavam a escola primária a partir de sua articulação por meio de diferentes espaços associativos formados em geral por trabalhadores de baixa renda da própria Rocinha e dos bairros vizinhos. A partir desse momento, portanto, a luta dos trabalhadores da Rocinha para obter esse serviço não se restringiu ao Centro Cívico da Gávea, sugerindo a própria força do “movimento”

entre os habitantes da área que se envolveram na campanha através de diferentes espaços associativos formados por eles. Isso porque, ainda que “todas as organizações locais” não tivessem assinado o documento em prol da inauguração de uma escola na Rocinha e do calçamento da rua D. Castorina como pretendia de início o Centro Cívico da Gávea, um expressivo número de espaços associativos manifestou interesse pela causa. Cabe, portanto, traçar um breve perfil das associações que assinaram o documento junto à instituição cívica.

Era o caso da Associação dos Empregados da Fábrica Corcovado, que mantinha a sua sede social à rua Jardim Botânico; e da Sociedade Beneficente José da Cruz, criada em 1902, cuja sede estava fixada na mesma via. Ambas associações eram formadas por operários da fábrica Corcovado, cuja finalidade era o auxílio mútuo para os seus sócios.<sup>254</sup> Já dentre as associações voltadas para o lazer dos moradores da Rocinha e dos bairros vizinhos, constava o Clube Musical Recreativo Carioca, com sede à rua D. Castorina; o Carioca Sport Clube, à rua Jardim Botânico; e o Jardim Foot- ball Clube, cuja sede ficava na rua Marquês de São Vicente, todos em localidades próximas à Rocinha. Dentre as associações situadas na própria localidade, assinavam o documento o Liberdade Foot-ball Clube, que conservava sua sede social à rua Cinco, e a Irmandade São João da Rocinha, que mantinha sua sede à Estrada da Gávea. Em relação ao Yolanda Foot-ball Clube, que também assinou a nota em 1935, é possível destacar que o clube participou de um festival em 1930, promovido pelo Clube de Regatas Lage (formado por operários da fábrica Corcovado), no qual estiveram presentes diversas outras associações formadas por trabalhadores da região.<sup>255</sup> Na ocasião, sua equipe enfrentou o time do Liberdade Foot-ball Clube, formado por trabalhadores da Rocinha, apontando assim para o fato de que se tratava de um clube erradicado no Distrito da Gávea.<sup>256</sup> Já a Federação Náutica da Lagoa Rodrigo de Freitas, que também assinou o documento, foi fundada em 1928 e conservava sua sede social à rua Jardim Botânico.<sup>257</sup> Mesmo no caso de instituições que assinaram o documento sem que tivessem uma ligação mais explícita com a Rocinha, fica evidente que o fizeram pela proximidade com os interesses dos trabalhadores ali estabelecidos naquele momento.



Era o caso do Clube Carnavalesco Prazer das Morenas que, mesmo tendo sede em Botafogo, era caracterizado pelo *Jornal do Brasil* como “o querido grêmio da rua Jardim Botânico”.<sup>258</sup>

Interessa destacar que um conjunto bastante variado de associações estiveram representadas nas notas publicadas em 1935, na qual reivindicavam a inauguração da escola primária na Rocinha e o calçamento da rua D. Castorina. Contudo, a possibilidade de atuação conjunta dessas associações em favor de diferentes causas e interesses comuns aos seus sócios no período<sup>259</sup>, era forjada a partir da própria experiência associativa compartilhada por tais sujeitos naquele momento. Era o caso, em particular, do interesse em atividades de lazer voltadas para a prática do futebol e dançante que construía um movimento associativo capaz de reunir membros de diferentes clubes da Rocinha e da região no seu cotidiano. É o que deixa entrever o testemunho de Inácio de Almeida ao destacar que o Esperança Foot-ball Clube e outra associação dedicada ao jogo de malha, cujo nome ele não chegou a mencionar, eram “ambos muito relacionados com idênticos clubes do Leblon e da rua Marquês de São Vicente”.<sup>260</sup>

De fato, encontros como esses mencionados por seu Inácio de Almeida não eram incomuns no dia a dia dos trabalhadores da Rocinha e dos bairros vizinhos. No dia 22 de agosto de 1930, por exemplo, o jornal *A Batalha* divulgou uma pequena nota anunciando que os sócios do Jardim Foot-ball Clube promoveriam um “grandioso festival esportivo” em seu campo à rua Marquês de S. Vicente no domingo seguinte. Segundo informava a nota, o clube pretendia organizar um festival que contava com a presença de diversas associações que se enfrentariam em quatro partidas de futebol. Entre os clubes confirmados, constava o Liberdade F. Club, cuja sede estava fixada na Rocinha, que disputaria a prova de honra com o Combinado Jardim.<sup>261</sup> Três anos depois, o *Jornal dos Sports* noticiou que o Leblon F. C. realizaria um festival esportivo em seu campo, que estava localizado à avenida Visconde de Albuquerque. Segundo a nota, entre as equipes confirmadas no evento, constava o Esperança F. C. e o Liberdade F. C., ambos com sede na Rocinha.<sup>262</sup> Tais notas vinculadas nos jornais do período sugerem que os trabalhadores residentes na localidade participavam com frequência





de eventos organizados por outras associações situadas nos bairros vizinhos durante os primeiros anos da década de 1930. Como resultado desse processo, era consolidada uma rede associativa que ligava esses diferentes clubes através de uma experiência compartilhada, o que nos ajuda a compreender a própria possibilidade desses sujeitos se articularem em defesa de dois objetivos distintos em 1935, como no caso em particular da instalação de uma escola na Rocinha e do calçamento da rua D. Castorina.

Ainda assim, não se tratava de um mero acaso o fato de que tais associações tivessem pleiteado de início essas duas reivindicações específicas. A possibilidade de atuação conjunta dos trabalhadores da Rocinha e das áreas adjacentes ao núcleo de moradias também era forjada em outros momentos de sua experiência comum. Isso porque muitos daqueles que trabalhavam na fábrica Carioca, localizada à rua D. Castorina, eram moradores da Rocinha, como no caso já mencionado da D. Guilhermina. É possível perceber, nesse sentido, como a Rocinha estava inserida no espaço urbano a partir de uma lógica que não isolava os seus habitantes dos trabalhadores de baixa renda estabelecidos na região nos anos iniciais da década de 1930 – o que, em última análise, tornava possível que eles se articulassem para pleitear melhoramentos em áreas relativamente distantes espacialmente, como a rua D. Castorina, situada no bairro do Jardim Botânico, e a Rocinha. Além disso, o fato de que fizessem essas duas reivindicações sugere também que estes indivíduos vivenciavam naquele momento uma experiência compartilhada de carências de serviços básicos e problemas urbanos, pleiteando assim “Melhoramentos para a Gávea”, como revelava o título das notas publicadas nos jornais cariocas do período.

Contudo, poucos dias depois era publicado um comunicado no *Jornal do Brasil* no qual se informava que, pelo menos a reivindicação dos moradores da Rocinha, enfim teria uma solução:

“Hoje visitarão o importante bairro da Rocinha, situado na Gávea, elementos da diretoria da Cruzada, acompanhados dos diretores do Centro Cívico da Gávea, e do dr. Alberto Ribeiro, diretor do Asilo São Francisco de Assis.



Trata-se da instalação de mais uma escola reclamada pelos moradores locais, que desejam amparar inúmeras crianças em idade escolar.

Podemos adiantar que a inauguração se fará no dia 11 de março, às 17 horas, ficando sob o patrocínio daquela benemérita instituição”.<sup>263</sup>

Embora não partisse das autoridades públicas do Distrito Federal a iniciativa para atender à reivindicação quanto à instalação da escola, os moradores da Rocinha veriam suas aspirações concretizadas pela Cruzada Nacional da Educação. A instituição foi fundada em fevereiro de 1932 em uma sessão solene no edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública, que inclusive designou um representante para o evento. Àquela altura, a instrução escolar era um tema central nos debates sobre a Nação e a cidadania, momento em que o próprio Ministério era criado ainda em 1930 como um dos primeiros atos do Governo Provisório. Afirmava-se, ao mesmo tempo, a ideia de que o analfabetismo era um problema nacional, o que levou algumas organizações civis a defenderem que o ensino deveria ser estendido ao conjunto de brasileiros.<sup>264</sup> Nesse cenário, a Cruzada Nacional da Educação foi idealizada pelo Dr. Gustavo Ambrust, que na ocasião de sua fundação salientou que a iniciativa pretendia “apagar uma mancha que nos degrada e avilta — O Analfabetismo”. Em sentido semelhante, no estatuto da associação constava como seu objetivo principal “concorrer por todos os meios ao seu alcance, inclusive interceder junto aos poderes públicos, propagar e estimular a necessidade urgente da alfabetização”.<sup>265</sup> A Cruzada Nacional da Educação era criada assim como uma forma de combater o analfabetismo disseminado entre a população pobre do Brasil que, nessa visão, representava uma mancha que degradava o Brasil. A instituição civil buscou realizar uma intensa propaganda de difusão do ensino, dedicando-se à inauguração de escolas para adultos e crianças, mantidas com as contribuições de seus associados. A intenção de instalar uma escola na Rocinha era, portanto, parte da obra filantrópica da instituição no país a partir dos ideais dos seus membros de empreender uma verdadeira campanha de salvação pública através da Cruzada Nacional da Educação.



Ainda assim, era a partir de uma demanda forte e articulada dos trabalhadores da Rocinha que a Cruzada Nacional da Educação voltou a sua ação para o local naquele momento. Segundo o repórter da folha que anunciava a realização desse feito na Rocinha, o presidente do Centro Cívico da Gávea, o sr. Amoacy Niemeyer, e o Dr. Alberto Ribeiro, que à época era diretor do Asilo São Francisco de Assis, buscaram intermediar as negociações com “elementos da diretoria da Cruzada”. Interessa notar que, mobilizando influentes redes de apoio e proteção construídas através de seus clubes e atividades realizadas cotidianamente, os trabalhadores da Rocinha conseguiam que o Centro Cívico da Gávea e influentes figuras políticas locais, se colocassem publicamente a favor de suas causas e demandas. Desse modo, eles conseguiam também estender a sua influência à própria Cruzada Nacional da Educação, modo pelo qual chegaram a conquistar o seu objetivo de instalar a escola primária na localidade.<sup>266</sup>

Poucos dias depois do anúncio de que a Cruzada Nacional da Educação instalaria uma escola na Rocinha, o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, publicaram uma pequena nota que divulgava a sua festa de inauguração:

“A população da Rocinha, no distrito da Gávea, acaba de ver realizada uma das suas maiores aspirações de uma escola que funcionará na sede do Clube Liberdade, sobre o patrocínio da Cruzada Nacional de Educação.

Para o ato da inauguração estão convidadas todas as associações da Gávea e autoridades.

Partirá às 15 ½ horas, da rua Jardim Botânico n.586, em automóveis, uma caravana de diretores do Centro Cívico da Gávea, Associação dos Empregados da Fábrica Corcovado, Consórcio Cooperativo dos Operários da Gávea, Federação Náutica da Lagoa Rodrigo de Freitas, Clube Musical Recreativo Carioca, Irmandade São João da Rocinha, Carioca S. Clube, Sociedade Beneficente José da Cruz, Clube de Regatas Poraquê, Jardim F. C., Yolanda F. C., Liberdade F. C. e Clube Carnavalesco Prazer das Morenas.<sup>267</sup>



Ao destacar a importância da inauguração de uma instituição de ensino na Rocinha, o articulista reiterava que “uma das suas maiores aspirações” era finalmente concretizada, merecendo inclusive uma grande festa na ocasião. O evento contava com a presença de diversas associações que participaram desde o início dessa luta em uma árdua campanha que durou cerca de três meses. A nota publicada nos jornais cariocas que divulgava a comemoração indica, por outro lado, que o papel de tais espaços associativos nessa conquista não se restringia à reivindicação da escola para as crianças, já que a própria sede do “Clube Liberdade”, situada na própria Rocinha, abrigaria a escola. Interessa destacar que o caso sugere a centralidade do papel desempenhado cotidianamente por espaços como aquele para a localidade.

Desse modo, é possível notar que, antes mesmo da formação de uma associação de bairro ou favela, a mobilização e articulação dos moradores da Rocinha através desses espaços associativos já era um meio de constituição de suas redes de solidariedade e luta por cidadania. Não por acaso, ao ser instigado décadas depois a falar de suas primeiras lembranças na localidade, Ivens Guedes fazia questão de assinalar que “a primeira escola pública na Rocinha foi a Cruzada Nacional da Educação”, marcando esse acontecimento como parte da história local.<sup>268</sup> Ao protagonizarem tal movimento associativo durante a década de 1930, os indivíduos que residiam na Rocinha afirmavam assim sua solidariedade entre os moradores ali estabelecidos naquele momento que, a partir de então, serviria de base para suas reivindicações de cidadania, que viria a se expressar nos anos seguintes em novas lutas e desafios por eles enfrentados.



# Capítulo 4

## Um território em disputa

No dia 3 de novembro de 1936, a Câmara Municipal do Distrito Federal cumpriu o seu expediente como de praxe. Em meio à plenária que discutia um requerimento sobre os serviços de bondes oferecidos pela empresa Light no bairro de Irajá, um dos vereadores presentes solicitou a palavra. Seu nome era Tito Lívio de Sant’Anna. Ele havia concorrido ao pleito eleitoral pela legenda do Partido Autonomista em outubro de 1934, sendo empossado no cargo em abril do ano seguinte.<sup>269</sup> Naquela ocasião, o vereador anunciou a leitura de uma carta anônima que teria sido recebida por ele, e que também teria sido distribuída pelo missivista anônimo aos parlamentares ali presentes. Segundo Tito Lívio, a carta versava sobre a campanha que ele iniciou “contra os exploradores da venda clandestina de terrenos no Distrito Federal”. Tratava-se do loteamento de grandes propriedades rurais realizado por companhias particulares, cujos empreendimentos estariam em desacordo com as exigências da Prefeitura. Na carta anônima, Tito Lívio era acusado de chantagear tais companhias através da concessão de terrenos em seu nome, em troca do seu silêncio ou de benefício oficial em favor dessas empresas. Ao responder às acusações na tribuna, ele defendia-se: “não sou chantagista, nunca o fui, nem o serei”, declarava o vereador.

Ao definir sua ação como uma “campanha benemérita” naquela sessão, Tito Lívio destacava a iniciativa comercial levada a cabo pela Companhia Castro Guidão, que havia loteado a fazenda da Rocinha na década anterior, como um caso exemplar de empresas que realizavam tais empreendimentos irregulares:

“A fiscalização da engenharia e da Secretaria de Fazenda são necessárias’. Evidentemente, As (sic) Companhias de terrenos querem ser absolutamente descontroladas; não querem ser, absolutamente, fiscalizadas; querem vender os terrenos, como os que foram vendidos na ‘Rocinha’, sem loteação aprovada, sem quaisquer condições técnicas, em logradouros hipotéticos e estradas inexistentes”.<sup>270</sup>

Ao colocar em questão a legitimidade da própria ocupação proporcionada pelo loteamento da companhia, o vereador denunciava que

o empreendimento se encontrava irregular devido à falta de aprovação prévia dos órgãos competentes da Prefeitura e da fiscalização pouco efetiva dos agentes municipais. Por esse motivo, no mesmo dia ele propôs à aprovação na Câmara Municipal do requerimento n. 535, cuja finalidade era enviar um questionário tanto ao Prefeito interino Olímpio de Melo quanto à própria Companhia Castro Guidão solicitando esclarecimentos a respeito do empreendimento.

Esse problema se configurava de maneira mais clara, para Tito Lívio, a partir de outra constatação explicitada em seu discurso na Câmara Municipal naquele mesmo dia. Segundo notava o próprio vereador, o loteamento da fazenda da Rocinha realizado por tal companhia acabou viabilizando o surgimento de um expressivo núcleo de moradias na área, formado por trabalhadores de baixa renda:

“[...] Ainda ontem passei horas na ‘Rocinha’, na Gávea, examinando a situação irregularíssima em que se encontra aquela imensa ‘favela’, porque alguns magnatas assim o entenderam e a Diretoria de Obras não cumpriu em tempo o seu dever, permitindo que essa povoação crescesse atabalhoadamente”.

Em seguida, Tito Lívio passou a discorrer sobre as precárias condições de vida dos indivíduos ali estabelecidos:

“Ainda ontem, verificando a situação em que se encontra a ‘Rocinha’, encontrei uma linha adutora de água, para parte da população dessa ‘favela’ de bambu. Canalização de água para beber num local não esgotado de pedaços de bambu. Isso no ‘Portão Vermelho’, em pleno Rio de Janeiro!

Porque?

Porque as autoridades públicas do Distrito Federal não vêm a situação de miséria em que se encontram as populações pobres desta Capital. [...]”<sup>271</sup>

O discurso do vereador Tito Lívio sugere que o núcleo de habitações da Rocinha começou a se constituir como um problema



para as autoridades públicas a partir da constatação do seu crescimento durante a primeira metade da década de 1930, que teria gerado graves problemas urbanos por conta da precariedade dos serviços básicos disponíveis na área. Ao mesmo tempo, o agente municipal colocava em questão pela primeira vez a própria legitimidade de ocupação de seus moradores, que se convertia em tema de debate na Câmara Municipal através da discussão sobre a irregularidade do loteamento de terras realizado pela Companhia Castro Guidão na década anterior. Portanto, Tito Lívio associava sua denúncia de irregularidade do loteamento da companhia ao próprio surgimento e crescimento do núcleo de moradias da Rocinha e os graves problemas urbanos enfrentados por seus habitantes. Mais sintomático a esse respeito é o fato de que o vereador identificou de forma pioneira a Rocinha como “favela”, em um momento no qual a localidade estava ainda longe de ser reconhecida assim pela maior parte dos contemporâneos. Com isso, atribuía sentidos específicos àquela ocupação no espaço urbano do Rio de Janeiro, cuja definição era associada por ele a certas características comuns à diferentes comunidades do mesmo gênero existentes na cidade que, a partir da segunda metade da década de 1920, eram sistematicamente identificadas à ilegalidade, afirmando-se, ao mesmo tempo, como um problema estético, higiênico e social que deveria ser erradicado do Distrito Federal.<sup>272</sup>

Para os autores que elegeram a Rocinha como objeto de estudo em uma perspectiva histórica, o loteamento da propriedade rural realizado pela Companhia Castro Guidão durante a década de 1920, passou a ser considerado um empreendimento irregular pelas autoridades públicas exatamente naquele período. Em geral, apoiados em depoimentos orais de antigos moradores e no relatório da SAGMACS publicado em 1960<sup>273</sup>, tais estudiosos apontam que o loteamento da companhia foi embargado pela Prefeitura em 1937, pois a empresa não disponibilizava de recursos financeiros para satisfazer as normas vigentes da legislação urbanística.<sup>274</sup> Ainda que o empreendimento realizado pela Companhia Castro Guidão na década anterior estivesse em desacordo com as normas legais vigentes, àqueles estudiosos não chegaram a problematizar o discurso





oficial das autoridades municipais que lançavam e disputavam seus projetos sobre aquele espaço em meados da década de 1930. Como resultado, é desconsiderado o protagonismo dos seus moradores no embate social que levou ao reconhecimento da própria Rocinha como uma ocupação irregular por parte dessas mesmas autoridades exatamente naquele momento. Experiências ofuscadas por discursos como aquele entoado pelo vereador Tito Lívio, que reconhecia a Rocinha e seus problemas urbanos naquele momento a partir da constatação da atuação pouco efetiva do poder público na localidade e a irregularidade do loteamento de suas terras realizado pela Companhia Castro Guidão.

Por mais que as memórias habituais sobre a Rocinha reiterem as posições afirmadas pelo vereador, cabe assim investigar o fenômeno da perspectiva dos trabalhadores que formavam o núcleo de moradias, de modo a analisar como se deu o processo que acabou por definir um marco importante na disputa pelo espaço urbano por diferentes sujeitos em meados da década de 1930. Afinal, por que o vereador Tito Lívio reconhecia os problemas urbanos e as carências sociais vivenciadas pelos moradores da Rocinha em seu discurso na Câmara Municipal realizado dia 3 de novembro de 1936? Por que o núcleo de habitações passou a se constituir como um problema para a autoridade municipal através do questionamento da sua própria legitimidade de ocupação naquele momento, se o loteamento de terras realizado pela Companhia Castro Guidão havia sido feito na década anterior? E por que o núcleo de moradias da Rocinha era chamado de forma pioneira por Tito Lívio de “favela”? Para responder a tais questões, é necessário situar as opiniões do vereador em meio às disputas e embates mais amplos que marcaram o período, tanto aquelas patrocinadas pelos próprios indivíduos que encontravam-se estabelecidos naquele espaço nas décadas anteriores quanto as que surgem a partir de novos interesses que se associavam à região. Para isso, cabe investigar, em um primeiro momento, como se deu a apropriação do espaço urbano pelos moradores da Rocinha durante o período anterior ao debate na Câmara Municipal em 1936, através da reivindicação desses sujeitos por melhores serviços básicos e maior participação do poder público na Rocinha.



## 4.1. Reivindicações por cidadania

Em uma localidade recentemente formada como a Rocinha, onde diferentes trabalhadores de baixa renda começaram a se estabelecer a partir de meados da década de 1920 e primeiros anos da década de 1930, era corriqueiro o surgimento de diversos problemas urbanos e carências sociais, que se expressavam com força na percepção de alguns de seus habitantes. É o que podemos notar através das matérias veiculadas nos jornais cariocas durante a primeira metade da década de 1930, nas quais os moradores da Rocinha direcionavam com frequência suas reclamações às autoridades públicas. Era o caso, por exemplo, de uma pequena nota publicada na coluna “Queixas e sugestões” do *Diário da Noite*, em julho de 1931, que trazia uma reclamação de alguns habitantes da área:

“Os moradores da Estrada da Gávea solicitam, por nosso intermédio, providências sobre a falta de uma escola na localidade, pois nesse bairro de operários, mais de 300 crianças se acham sem instrução.

A escola poderia ficar na Chácara da Rocinha”.<sup>275</sup>

Por um lado, é possível notar que, ao chamar a atenção das autoridades sobre a necessidade de uma instituição de ensino para as crianças da área, o articulista do *Diário da Noite* se colocava como intermediário entre os seus habitantes e as autoridades públicas. Desse modo, a iniciativa de procurar a redação do jornal naquele momento se constituía em uma importante estratégia de ação em favor dos interesses comuns aos moradores da área. Valendo-se, assim, da própria possibilidade de dar visibilidade à sua causa, tais sujeitos conquistavam importantes aliados na sua luta por melhores condições de vida.<sup>276</sup>

Por outro lado, o jornalista da folha partia de uma identificação mais ampla entre a população pobre instalada na Estrada da Gávea, que era definida como um “bairro de operários”. Essa necessidade ficava evidente a partir de sua constatação do significativo número de 300 crianças pobres da área que não frequentavam alguma instituição de ensino escolar. Ao indicar a “Chácara da Rocinha” para

sediar a instituição, o repórter deixava entrever ainda que o problema da falta de escolas voltadas para o ensino infantil era uma questão particularmente importante para os moradores do próprio núcleo de habitações de mesmo nome.

No mesmo período, outras matérias publicadas pela imprensa apontavam de forma mais específica para as necessidades e demandas dos trabalhadores que estavam instalados na Rocinha. Nelas, as reivindicações de tais indivíduos começavam a ganhar certa autonomia em relação aos outros núcleos de habitações pobres da região naquele momento. É o que podemos perceber através de uma nota publicada em 1932 em uma folha vespertina carioca, na qual um indivíduo que se dizia morador da Rocinha chamava a atenção das autoridades públicas sobre às condições sanitárias da localidade.<sup>277</sup> De início, destacava a significativa população ali instalada que, em suas palavras, formava um “arraial de cerca de quinhentas casinhas, com três a quatro mil pessoas, de gente pobre, sem abastecimento d’água e sem esgoto”. Por esse motivo, ele acreditava que a fiscalização municipal impediria os “mata-mosquitos de relaxarem o serviço”. Contudo, o indivíduo chegava à conclusão que “vai para muitos meses a Saúde Pública não se perde por aqueles lados, em que há mais mosquitos do que terra”. Com essas palavras, o leitor da folha denunciava a atuação pouco efetiva das autoridades quanto aos serviços voltados para a Saúde Pública na Rocinha, reclamando assim sua atuação mais efetiva na área.

Ainda mais sintomáticas a este respeito, eram as notas publicadas cotidianamente nos jornais cariocas que noticiavam as reclamações dos moradores da Rocinha quanto ao serviço de transporte público durante a primeira metade da década de 1930. Era o caso, por exemplo, da nota divulgada em 1931 no jornal *A Noite*, intitulada “Luz, pelo menos, para a Rocinha, na Gávea!”. Nela, um articulista da folha explicava que os “moradores do lugar denominado Rocinha” enviaram um memorial para a redação da folha, “no sentido de que apelemos para o interventor federal” para que fossem garantidos a eles os serviços de luz e transporte. Para justificar o pedido, o repórter explicava que “a mesma zona é habitada por milhares de pessoas, na sua maioria lavradores”. Ao chamar a atenção das autoridades municipais para



as necessidades dos seus habitantes, o jornalista destaca que o então interventor do Distrito Federal, Dr. Adolfo Bergamini, “melhor do que ninguém conhecerá a necessidade apontada pelos modestos moradores de Rocinha”. Isso porque o repórter lembrava ainda que a residência de verão dos prefeitos do Distrito Federal estava “situada na pitoresca zona citada”.<sup>278</sup> Desse modo, ele sugeria que o abandono do poder público naquela zona não seria uma novidade para os governantes da cidade, como o próprio interventor Adolfo Bergamini, modo pelo qual tentava legitimar as duas demandas dos moradores da Rocinha.

Um ano depois, era divulgada outra notícia no *Jornal do Brasil*, na qual aqueles indivíduos voltavam a reclamar o serviço de transporte para a Rocinha:

“Existe na Estrada da Gávea, um pequeno povoado chamado “Rocinha”, onde os seus moradores procuram levar o adiantamento da nossa Urbs, para este pacato recanto, onde os meios de transporte são tão escassos, pelo que nos dificulta a ida a este centro afim de assistirmos as pompas de Momo.

Por esse motivo os moradores reuniram-se afim de realizar uma grande batalha de confete, seguido de um pomposo baile a fantasia, a realizar-se em 6 do corrente, cousa aliás pela primeira vez nesta paragem.

Para o embelezamento da festa, ficou nomeada uma comissão, afim de preparar e atender a todos quanto desejarem compartilhar em nossa festa, comissão esta que espera do digníssimo redator nos honre com a sua prestimosa visita, para bem compreender esta tão árdua tarefa.”<sup>279</sup>

Ao localizar a Rocinha na Estrada da Gávea, polo original do loteamento da Castro Guidão & Companhia que concentrava a maior parte de sua ocupação, alguns de seus habitantes representados na nota definiam aquele espaço como um “pequeno povoado” — sugerindo assim, para os leitores da folha, que existia ali um núcleo de moradias cuja população era significativa. Em seguida, a comissão encarregada de preparar as festas carnavalescas naquele ano justificativa a orga-



nização do evento a partir da constatação da dificuldade que seus moradores enfrentavam para desfrutar dos “meios de transporte” em direção ao centro da cidade, onde estava concentrada a festa carnavalesca da Capital. Por esse motivo, aqueles indivíduos associavam a necessidade de criar suas próprias alternativas de lazer às dificuldades de acesso ao transporte na área. Ao enfatizar ainda que “os seus moradores procuram levar o adiantamento da nossa Urbs, para este pacato recanto, onde os meios de transporte são tão escassos”, tais sujeitos cobravam das autoridades públicas a integração daquele território ao espaço citadino através de sua reclamação por melhores serviços de locomoção e mobilidade.

Quatro anos depois, o problema parecia persistir para os moradores da Rocinha e áreas adjacentes. No dia 30 de janeiro de 1936, o *Diário Carioca* publicou outra nota que reivindicava melhores serviços de transporte para os seus habitantes. No entanto, desta vez, a reclamação era direcionada à companhia particular responsável por circular as linhas de ônibus na região:

“Os moradores da Estrada da Gávea continuam a ser vítimas da má vontade da Light.

Como já tivemos ocasião de noticiar, aquela via pública, a despeito de se encontrar bastante edificada não conta com uma linha de bonde capaz de satisfazer às necessidades de seus milhares de habitantes, que estão impossibilitados de sair de suas casas em virtude da falta de meios de condução.

Nos lugares denominados Rocinha e Jardim da Gávea, no termino quase da referida Estrada, as pessoas que ali residem, aliás em número bastante numeroso, tem de palmilhar, a pé, a grande distância que vai de suas casas á rua *Marquês* de S. Vicente, onde conseguem então tomar um bonde que conduz ao trabalho quotidiano.

A Empresa Canadense, se quisesse minorar o sofrimento dos milhares de habitantes da Estrada da Gávea, pouco ou quase nada teria de despende, visto como a referida via pública



começa onde finda a rua Marquês de S. Vicente e esta já tem linha de bondes!

Mais uma vez, os moradores da referida Estrada, por nosso intermédio solicitam providências de quem de direito ao sentido de lhes ser dada condução para conseguirem sair e chegar às suas residências!

A Light está no dever de atender as jutas pretensões dos indefesos habitantes da Estrada da Gávea”.<sup>280</sup>

Em um primeiro plano, o articulista alertava para o fato de que os moradores da área enfrentavam grandes dificuldades de deslocamento na cidade, especialmente, em direção aos seus locais de trabalho. Por esse motivo, ele apresentava uma solução para o problema através da proposta de extensão da linha de bondes pela Estrada da Gávea, pois os seus trilhos terminavam na rua Marquês de S. Vicente. Isso porque, segundo o repórter da folha, os pontos mais afetados da Estrada da Gávea eram exatamente os “lugares denominados Rocinha e Jardim Gávea”. Esse último era um empreendimento da Companhia de terrenos Jardim Gávea que, segundo os anúncios que vendiam os lotes de terrenos da empresa, criou um “novo bairro residencial e esportivo situado na Estrada da Gávea” “entre a Avenida Niemeyer e a Gávea Golf and Country Club”.<sup>281</sup> A reivindicação por melhores serviços de transporte para os habitantes da Rocinha e áreas adjacentes, especialmente através da proposta de prolongamento dos trilhos pela Estrada da Gávea, representava assim a própria incorporação da área à malha urbana da cidade.

Interessa destacar que diversos moradores da Rocinha chamavam a atenção das autoridades públicas para a significativa concentração de trabalhadores de baixa renda que se encontravam estabelecidos naquele espaço e a ausência e/ou precariedade dos serviços básicos disponíveis para os seus habitantes. Com efeito, esses indivíduos reivindicavam diferentes serviços que, em última análise, representavam melhoramentos importantes na afirmação do seu espaço de moradia como parte legítima da própria cidade. Cabe, por isso, investigar as transformações da área adjacente a Rocinha para tentar entender tal



lógica de apropriação do espaço urbano destes sujeitos, em diálogo com outros atores sociais que começavam a frequentar e se estabelecer na região com mais intensidade durante o período.

## 4.2. Do Circuito da Gávea a Gavelândia

Não era apenas a existência do núcleo de habitações da Rocinha que chamava a atenção dos jornalistas cariocas para a realidade daquela região da cidade ao longo da primeira metade da década de 1930. Naquele momento a região praiana situada na zona sul do Distrito Federal se transformava intensamente, e a atividade turística, especialmente voltada para as parcelas mais endinheiradas da cidade, ganhava protagonismo nesse processo. Como demonstrou Julia O'Donnell em trabalho recente sobre o bairro de Copacabana, àquela altura, a imagem predominantemente exótica e pitoresca do Brasil no exterior começou a ser alvo de críticas de articulistas de diversos periódicos cariocas, que alertavam para a necessidade de atrair os visitantes estrangeiros para os bairros atlânticos através de uma concepção distinta de turismo. A partir desta lógica, tais sujeitos indicavam a urgência de dissociar àquelas representações fortemente ligadas ao país através de maior investimento público e privado em opções de lazer internacionalmente reconhecidas pelos turistas estrangeiros.<sup>282</sup>

É possível perceber como esse processo se configurou na área adjacente à Rocinha através de reportagens publicadas nas revistas contemporâneas que destacavam a região como destino dos visitantes no roteiro turístico do Distrito Federal. Era o caso, por exemplo, da matéria divulgada na revista *O Malho* em 1930, sob o título “Descortinando as Maravilhas do Rio”, que descrevia o “circuito turístico” da cidade, e os melhoramentos concretizados pela municipalidade nesses pontos:

“[...]”

Completa a nova artéria em apreço o chamado circuito turístico, dá acesso por Santa Tereza e Laranjeiras ao Alto da Boa Vista, já ligando ao Leblon pela Avenida Niemeyer, ao Jardim Botânico pela estrada D. Castorina e á cidade, afinal pela Estada Nova da Tijuca.



E para maior conforto e atração dos visitantes, a Prefeitura distribuiu ao longo da mesma ‘bares’ e restaurantes que recomendam não só pelo luxo de suas instalações, como o do Joá, na estrada da Gávea, que é um colonial admirável, como ainda pelo pitoresco dos seus sítios, a semelhança do das Furnas da Tijuca.”<sup>283</sup>

Ao realçar a iniciativa da municipalidade de instalar bares e restaurantes ao longo de uma extensa estrada de turismo da cidade, cujo objetivo era proporcionar “maior conforto” e atrair os visitantes, o jornalista da revista deixava entrever a intenção dessas mesmas autoridades públicas de ofertar opções de lazer aos turistas estrangeiros, onde inclusive estes poderiam deixar seus recursos financeiros. A Estrada da Gávea, que cortava a localidade da Rocinha, começava a despontar nesse processo, destacando-se como um dos locais do “circuito turístico” da cidade. Como notava o articulista, na própria via encontrava-se o Restaurante do Joá, descrito como um “colonial admirável”. Desse modo, a matéria sugere que a área começou a atrair com mais frequência investimentos públicos de infraestrutura nos pontos turísticos que potencialmente atraíam estrangeiros e demais visitantes da cidade.

É o que podemos notar também através de uma matéria publicada no *Jornal do Brasil* alguns meses depois, que destacava de forma semelhante às atrações turísticas do Distrito Federal e os melhoramentos promovidos pela municipalidade. Com o objetivo de constatar o trabalho realizado pela Prefeitura, o jornalista chegou a percorrer algumas estradas, ressaltando que “em nossa excursão de ontem preferimos seguir por Copacabana, entrando pela Avenida Niemeyer e prosseguindo pela estrada da Gávea, ambas pavimentadas a concreto asfáltico num percurso de quase sete quilômetros de onde, já desvenda o panorama do oceano”. Ao divulgar os melhoramentos nas estradas que conduziam os turistas às belezas da região oceânica da cidade e as opções de lazer ali existentes, cujo destaque ele atribuía em outro trecho da matéria ao Restaurante do Joá, o repórter da folha terminou a matéria lamentando que “é preciso que os próprios cariocas conheçam os pontos mais lindos desta cidade maravilhosa”.<sup>284</sup> Com essas palavras, o jornalista indicava que tais pontos eram ainda pouco visitados

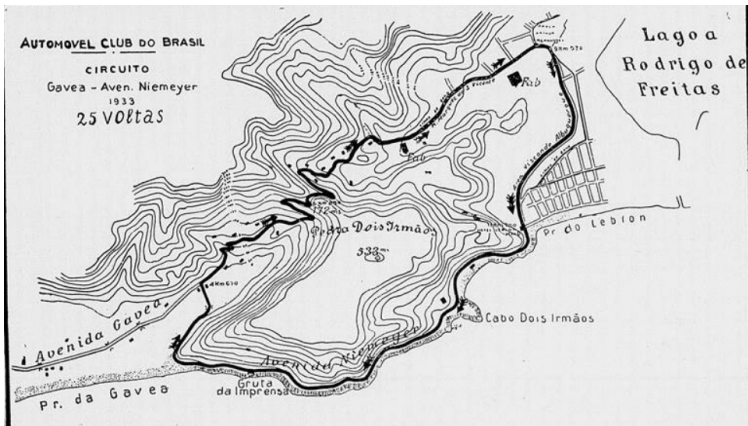




pelos cariocas e que, ao mesmo tempo, aquela iniciativa da Prefeitura configurava o seu esforço de torná-los mais atrativos e acessíveis em sua mobilidade urbana.

Em pouco tempo, a área também passou a atrair investimentos da iniciativa privada, ainda que em pequena escala. É o que podemos notar através de um anúncio publicado no *Jornal do Comércio*, em 1933, em que a Sociedade Anônima Viagens Internacionais oferecia serviços de turismo, transporte e excursões, destacando entre as atrações oferecidas o “famoso restaurante da Estrada da Gávea”.<sup>285</sup>

Naquele mesmo ano, outra novidade veio incrementar a atividade turística da área. Tratava-se do evento anual denominado “Circuito da Gávea”, que começou a marcar o calendário internacional de provas automobilísticas. Consagrada como a maior competição da América Latina, o evento era promovido pelo Automóvel Clube do Brasil, cuja diretoria estava à frente Carlos Guinle, membro de uma tradicional e abastada família carioca naquele momento. Além de contribuir para a divulgação do esporte no Brasil, o Circuito marcava o país no rol das competições automobilísticas internacionais.<sup>286</sup> Em 1933, a *Revista da Semana* publicou uma ilustração do percurso da prova, na qual mostrava que parte desse trajeto ocorria na Estrada da Gávea.



**Figura 10 – Ilustração do percurso do Circuito da Gávea.**

Fonte: Revista da Semana, 1 de abril de 1933.



Como é possível notar através da imagem, a prova automobilística começava na rua Marquês de São Vicente, em frente ao portão do Solar Grandjean de Montigny, e percorria a via localizada próxima à sede do Jockey Club Brasileiro, passando mais adiante pela avenida Visconde de Albuquerque, no bairro do Leblon. A partir desse ponto o percurso da prova continuava pela avenida Niemeyer até chegar a Praia da Gávea, percorrendo em seguida a Estrada da Gávea, momento em que cortava a própria Rocinha, para completar o trajeto até o ponto de largada.

Com ampla cobertura da imprensa, o bairro da Gávea era palco de um esporte “moderno”, que atraía pilotos estrangeiros de renome e o público que vinha de toda a cidade para o evento. Era o que mostrava, por exemplo, uma foto publicada no periódico *O Cruzeiro* em 1936:



**Figura 11 – Foto da largada do Circuito da Gávea na rua Marquês de São Vicente.**

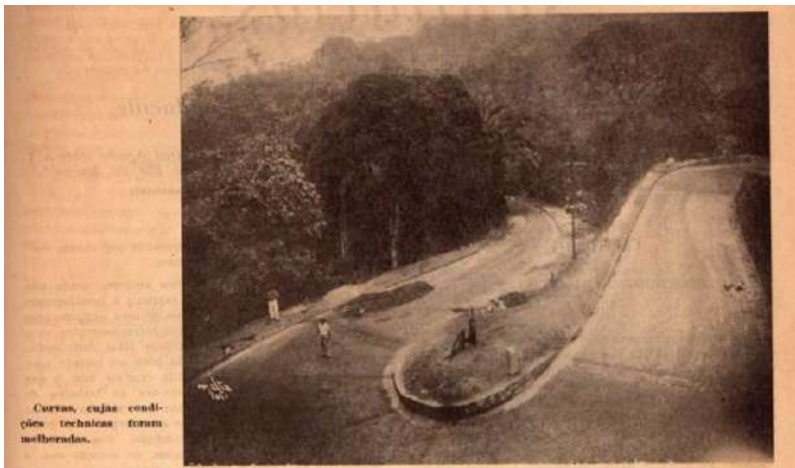
Fonte: *O Cruzeiro*, 13 de abril de 1936.

A foto retratava o evento antes do início da prova na rua Marquês de São Vicente, onde se encontrava a multidão que costumava se reunir para acompanhar a sua largada. Em pouco tempo, a realização da prova automobilística começou a impactar mais diretamente na visibilidade da própria Rocinha. Com o objetivo de auxiliar na organização do evento e segurança dos seus participantes, o Automóvel Clube do Brasil decidiu fixar, em diferentes pontos do percurso da prova, postos médicos. Era o caso, em especial, do ponto “localizado à direita da pista, no lugar denominado ‘Rocinha’”, que abrigava um dos



percursos mais perigosos da prova conhecido como “Trampolim da Morte”. Com a mesma finalidade, foram instalados pontos de serviço telefônico ao longo da via, como no caso do “Posto G-Rocinha”.<sup>287</sup>

Em paralelo aos investimentos dos organizadores do evento, as autoridades públicas começaram a destinar recursos de infraestrutura que auxiliavam na realização da prova automobilística. É o que podemos notar através do relatório publicado na *Revista Municipal de Engenharia* em 1934, intitulado “Estradas adaptadas à pista de corridas”. O documento relatava os procedimentos técnicos realizados nas obras de pavimentação patrocinadas pela municipalidade em um trecho da Estrada da Gávea. Acompanhava ainda o relatório uma fotografia da via.



**Figura 12 – Fotografia das obras de pavimentação na Estrada da Gávea.**

Fonte: Revista Municipal de Engenharia, setembro de 1934, número 12, ano III.

Em uma das fotos publicadas no relatório era registrada assim as sinuosas curvas da Estrada da Gávea, no local conhecido como Curva do S. (onde atualmente se encontra parte da Rocinha). Distante da imagem urbanizada da estrada nos dias de hoje, a foto retratava a via entremeada a uma densa mata que circundava a área. É possível perceber ainda dois



indivíduos na foto, provavelmente operários na obra de pavimentação da estrada. Ao ressaltar que as “condições técnicas” das curvas da via “foram melhoradas”, o agente municipal tentava demonstrar a amplitude do investimento da Prefeitura. Para reforçar esse aspecto, destacava-se também o tempo limitado para executar as obras e a valorização estética do trabalho concretizado na estrada. Em outro trecho do documento, constava que a sua pavimentação era realizada “sempre no propósito de torná-la mais apta às maiores velocidades do tráfego especial, ora, em foco”. Com essas palavras, ele deixava claro que os melhoramentos eram realizados com a finalidade de viabilizar as provas automobilísticas na área. Em seguida, o funcionário da Prefeitura afirmava de maneira otimista que o evento “bem alto ecoará no país e no estrangeiro”, sugerindo assim que o objetivo da realização dessas obras era viabilizar a afluência de visitantes nacionais e internacionais para o evento.

Contudo, é possível perceber os limites de tais investimentos realizados pelas autoridades na área onde estava localizada a Rocinha através de um requerimento da Companhia Castro Guidão, no qual a empresa reclamava a cobrança indevida de tributos da Prefeitura em 1935. Nessa ocasião, a municipalidade havia adicionado ao imposto territorial daquele ano a taxa de conservação do calçamento da Estrada da Gávea referente aos anos de 1933 e 1934. Constava no requerimento apresentado pela companhia que a conservação da via era “precária” e “sem caráter permanente”, “cuja execução foi somente para os efeitos dos anuais ‘Circuitos da Gávea’”.<sup>288</sup> Em outro documento referente ao mesmo assunto, embora reconhecesse que a “estrada foi beneficiada por melhoramentos tachável em macadame”, o representante da Companhia Castro Guidão afirmava, no entanto, que a via era “rudimentar”, “sem meios fios”, “nem continuidade”. E complementava ainda declarando que é “certo que, em razão do CIRCUITO DA GÁVEA, alguma arrumação ocasional foi feita, em partes da dita estrada, mas visando essa prova automobilística e não a permanente comodidade dos poucos moradores da Rocinha”.<sup>289</sup> Interessa notar que, segundo a empresa, as obras de pavimentação patrocinadas pela municipalidade na Estrada da Gávea eram realizadas somente com o objetivo de atender ao Circuito da Gávea e os seus ocasionais visitantes,

em detrimento daqueles que se encontravam residindo na área, como os próprios moradores da Rocinha. Desse modo, o requerimento da companhia deixa entrever que a lógica de atuação do poder público se associava claramente ao fomento da atividade turística na região, e não a implementação de medidas que viessem a beneficiar de fato os seus moradores — o que levou muitos destes indivíduos a reivindicarem sua cidadania através dos jornais cariocas naquele momento.

Ao investir em recursos de infraestrutura na área ainda nos primeiros anos da década de 1930, no qual enxergava potencial de atrair turistas estrangeiros e demais visitantes à cidade, as autoridades públicas alimentavam o processo de crescente visibilidade turística não só ao ainda distante bairro da Gávea, mas também à localidade já conhecida como Rocinha. O desenvolvimento turístico do espaço onde estava situado o núcleo de moradias e do seu entorno se desenvolvia também através do incremento do mercado imobiliário, a partir das luzes sobre elas jogadas pelo sucesso do Circuito da Gávea.

Como visto anteriormente, nos primeiros anos da década de 1930 a região se tornava também área de interesse para novos empreendimentos voltados para a moradia da população pobre da cidade. Assim como havia acontecido com a iniciativa pioneira da Castro Guidão & Companhia, que iniciou o loteamento da fazenda da Rocinha na década anterior, naquele momento já era possível notar iniciativas semelhantes voltadas para a habitação popular na área. Vale destacar, nesse sentido, a Vila Gondolo que estava situada próxima ao morro do Laboriux, onde encontrava-se residindo trabalhadores de baixa renda.<sup>290</sup>

Àquela altura, outras empresas de capital privado passaram a se interessar em realizar tais negócios imobiliários na área. Era o caso, em especial, dos anúncios veiculados nos jornais cariocas, ainda na primeira metade da década de 1930, sobre o empreendimento denominado Gavelândia. Em 1932, diversos periódicos divulgaram uma enxurrada de anúncios da companhia *Land Investment Trust S.A.*, que anunciava o loteamento de sua propriedade no bairro da Gávea. Segundo informavam os anúncios do empreendimento, os seus terrenos encontravam-se localizados no “princípio da Estrada da Gávea”, na altura do final da avenida Niemeyer.<sup>291</sup> Tratava-se, portanto, da área



adjacente à Rocinha naquele momento (onde hoje é a entrada da própria comunidade pelo bairro de São Conrado).

A companhia marcava, no entanto, a singularidade do seu empreendimento nas próprias notas divulgadas nesses periódicos. Em um claro indício de que a sua propaganda buscava atrair a elite carioca e as camadas médias ascendentes da cidade, a empresa especificava em um anúncio de jornal que o negócio era “destinado à nata da sociedade carioca”.<sup>292</sup> Para aqueles que ainda tivessem dúvidas sobre o negócio, a empresa enfatizava que “não são terrenos para pobres”, pois eles só serviriam “para quem tem automóvel e bom gosto”.<sup>293</sup> A própria necessidade de incorporar tal explicação dava a ver o sentido da estratégia de venda da companhia, que tentava diferenciar esse empreendimento de outros negócios voltados para a habitação na área que se dirigiam a um público muito diverso. Desse modo, a *Land Investment Trust S.A* apostava em uma estratégia de venda diferente de empreendimentos realizados na área nos anos anteriores, tentando assim atrair indivíduos mais abastados da cidade. Tratava-se, portanto, de uma clara mudança de critério de ocupação da área que se operava naquele momento, que iam dos loteamentos voltados para a população pobre, como o empreendimento realizado pela Companhia Castro Guidão, aos projetos que tentavam elitizar aquele território através da mudança do seu perfil de ocupação, como o próprio loteamento denominado Gavelândia.

Ainda assim, a companhia deixava entrever em seus anúncios a lógica que alimentava tal estratégia de venda dos terrenos direcionada para os indivíduos mais endinheirados da cidade. É o que mostrava uma nota publicada no *Correio da Manhã* em 1932:

“Cartomantes das mais célebres predizem que a Gavelândia será dentro em pouco o centro da vida mais elegante da cidade. Seja previdente. Compre o seu lote de terreno hoje mesmo na Gavelândia. Com isso mostrara perspicácia e aplicará bem o seu capital”.<sup>294</sup>

Em primeiro lugar, cabe notar que o empreendimento era apresentando como um investimento lucrativo para os “capitalistas” da cidade. Com o objetivo de convencer tais investidores, a empresa especulava

sobre a futura valorização dos terrenos, o que era anunciado em sua propaganda como um acontecimento inevitável. Isso porque, nessa visão, a cidade “elegante” crescia rumo a zona sul carioca, à exemplo do que ocorrera com os bairros de Copacabana e do Leblon nos anos anteriores. É o que podemos notar através de outra nota publicada no ano seguinte que apresentava o negócio como uma “oportunidade sem igual para empregar dinheiro a juros altos, no melhor e mais futuroso bairro do Rio, continuação natural de Copacabana e Leblon”.<sup>295</sup> Julia O’Donnell demonstrou que, ao longo da década de 1920, o bairro de Copacabana se afirmou na cartografia carioca como cenário privilegiado de elegância e civilidade. No decorrer da década seguinte, o bairro de Copacabana vivenciou um intenso afluxo de pessoas, que se desdobrou em um rápido crescimento e adensamento populacional, desencadeando problemas urbanos de origens diversas. Como resultado, os “aristocráticos” moradores de Copacabana viram ameaçados os parâmetros de afirmação identitária da elite local que se amparavam no exclusivismo. Bairros que antes apareciam como apêndices de Copacabana, como Leblon e Gávea, começaram a despontar como seu prolongamento em termos geográficos e simbólicos, a partir de uma concepção que enfatizava a sua “inserção natural na linhagem de distinção praiana” — em processo que atualizava o modelo que impulsionou à princípio a ocupação de Copacabana. No decorrer da década de 1930, aqueles bairros vivenciaram um progressivo “deslocamento dos segmentos identificados com um estilo de vida calcado em critérios ‘aristocráticos’ de distinção”, ainda que timidamente. Sendo assim, o anúncio que destacava a localização do empreendimento da Gavelândia no bairro da Gávea “como continuação natural de Copacabana e Leblon”, sugere que a própria companhia assumia um papel de protagonismo nesse processo ao especular sobre a futura valorização dos seus terrenos como mais uma estratégia de venda. Tratava-se, portanto, de um empreendimento que se aproveitava da visibilidade dos bairros praianos naquele momento, modo pelo qual apresentava o loteamento da Gavelândia como uma extensão pretensamente natural desses locais.<sup>296</sup>

Não é de se estranhar que a companhia tentasse demonstrar a proximidade do empreendimento Gavelândia e da própria Praia



da Gávea, em seus anúncios publicados nos periódicos cariocas. É o que podemos perceber através de uma foto divulgada na revista *Vida Doméstica* em 1933:



**Figura 13** – Foto com a indicação da localização do loteamento Gavelândia.  
Fonte: *Vida Doméstica*, fevereiro de 1933.

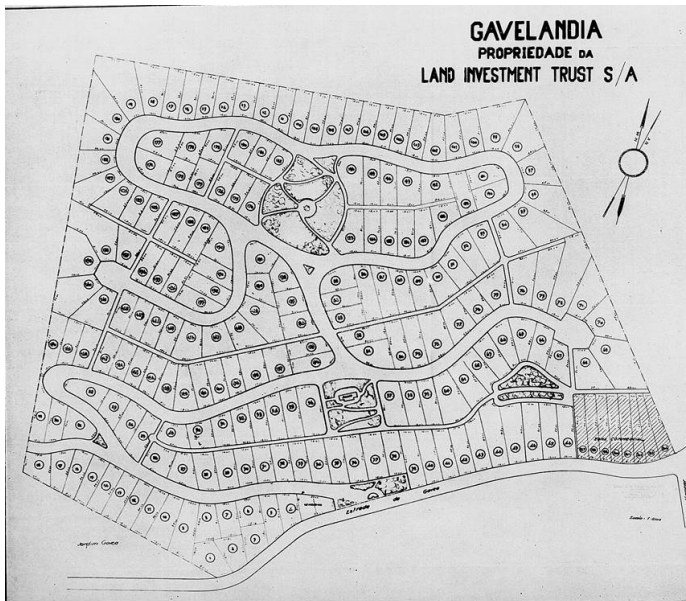
Em um primeiro plano, a fotografia destacava a Praia da Gávea, que também era ressaltada através da legenda que acompanhava a imagem. Ao fundo, o anúncio indicava que os terrenos da Gavelândia estavam situados entre o Morro Dois Irmãos e a Pedra da Gávea. A reboque da visibilidade dos bairros praianos da cidade, a especulação imobiliária explorada pela *Land Investment Trust S.A.* era ainda mais sintomática através dos anúncios que realçavam as supostas vantagens da Gavelândia em relação ao bairro de Copacabana. Partindo de uma lógica semelhante que conjecturava a valorização dos terrenos situados no bairro, outro anúncio publicado em 1932 enfatizava que “os terrenos da Gavelândia são de maior futuro que Copacabana por ser o único local do Rio onde existe montanha e praia, rara combinação, talvez única em todas cidades do mundo”.<sup>297</sup>





A companhia ainda apresentava como mais um diferencial do seu empreendimento a intenção de realizar um “projeto urbanístico integral de uma cidade jardim de luxo”.<sup>298</sup> Idealizado na Inglaterra durante o século XIX, o projeto urbanístico chamado “Cidade Jardim” passou a se destacar no Brasil nas primeiras décadas do século XX, momento em que foi implementado pelo urbanista inglês Barry Parker em São Paulo por encomenda da *Companhia City*, que destinava o empreendimento aos indivíduos mais abastados da cidade paulista. Não é de se estranhar, por isso, que os anúncios publicados nos jornais cariocas destacassem como um atrativo para os seus possíveis compradores a ênfase na ideia de que a Gavelândia seria um bairro “urbanizado cientificamente” de “estilo inglês”. Uma das especificidades desse projeto era o fato de que as suas moradias deveriam obedecer a determinadas exigências urbanísticas, especialmente, em relação ao tamanho dos lotes.<sup>299</sup>

Era o que mostrava, em 1932, um anúncio de venda dos terrenos que trazia a planta do loteamento da Gavelândia.



**Figura 14 – Planta do loteamento Gavelândia.**

Fonte: *Vida Doméstica*, setembro de 1932.



Através da divulgação da planta do loteamento, a *Land Investment Trust S.A* tentava demonstrar aos possíveis interessados no negócio que o seu empreendimento seguia um modelo de urbanismo que se pretendia moderno, com terrenos residenciais amplos e áreas de lazer comuns, cujo destaque era dado às praças em forma de jardins situadas entre os próprios lotes.

Além disso, no modelo urbanístico denominado “Cidade Jardim” predominava a concepção de que a habitação deveria integrar-se à paisagem natural. Em 1932, um anúncio da companhia também destacava esse aspecto.

**...V. S. TERÁ A SUA ARISTOCRÁTICA RESIDENCIA!**

**G**AVELÂNDIA é o melhor emprego de capital, porque se valorisa rapidamente, porque ha uma selecção rigorosa nos seus habitantes, porque é o unico projecto urbanistico integral de uma cidade jardim de luxo que se levanta no Rio.

PECAM PROSPECTOS ILLUSTRADOS À  
**LAND INVESTMENT TRUST S/A**  
Ourives, 52-1.º — Tel. 3-0669

**GAVELÂNDIA**

**Figura 15 – Anúncio de venda dos terrenos do empreendimento Gavelândia.**  
Fonte: *Vida Doméstica*, outubro de 1932.

Ao apresentar seis fotos que mostram diferentes pontos do loteamento, o anúncio da companhia tentava evidenciar a presença marcante da vegetação na área harmoniosamente integrada às intervenções



urbanísticas do empreendimento como mais um atrativo do negócio. Em sentido complementar, as notas destacavam que a Gavelândia era o “bairro mais higiênico” — em uma atualização dos argumentos que impulsionaram a ocupação do arrabalde da Gávea desde os primeiros anos do século XX.<sup>300</sup>

A realização do empreendimento também se associava ao próprio incremento do turismo na região. As notas publicadas nas folhas cariocas destacavam que os terrenos eram próprios “para uma boa residência de verão”, ou “casas de campo e bangalôs modernos luxuosamente acabados e por preços muito convenientes”. Os bangalôs sustentavam um estilo arquitetônico que havia feito bastante sucesso durante a década de 1920 como uma opção de moradia praiana, moderna e elegante — o que levava a companhia responsável pelo empreendimento Gavelândia a anunciar esse aspecto como mais um atrativo para os possíveis interessados no negócio.<sup>301</sup>

De início, o projeto urbanístico idealizado pela *Land Investment Trust S.A.* foi bem recebido por alguns jornalistas contemporâneos, pois respondia às críticas que começavam a se alastrar nos jornais cariocas quanto aos próprios problemas urbanos que emergiam em Copacabana como fruto do acelerado crescimento do bairro. É o que notava o crítico de arquitetura José Marianno Filho na matéria intitulada “Cidade Jardim” publicada n’*O Jornal* em 1932, na qual ele destacava que:

“Realmente, o ‘pivot’ da cidade jardim, é a largura mínima do lote de terreno destinado às habitações individuais. Com dez metros de testada (em Copacabana construíram-se dezenas de residências, em lotes de fachada inferior a oito metros!) não se pode acomodar decentemente uma casa de habitação, por mais modestas e despreziosas que sejam as suas linhas”.<sup>302</sup>

Após constatar a complicada situação no bairro de Copacabana, ele elogiava a iniciativa da companhia privada que havia realizado o loteamento Gavelândia. Marianno Filho afirmou que nesse projeto “pela primeira vez no Rio de Janeiro aparecem os caminhos internos dos



lotes”, assim como a reserva de uma grande área florestal destinada ao recreio dos seus habitantes. Era o que fazia também o repórter do *Diário Carioca*, em 1932, que escrevia suas impressões sobre a visita à “Gavelândia”, afirmando que o bairro “será o novo El Dorado do Rio de Janeiro!”.<sup>303</sup>

Apesar dos elogios de articulistas contemporâneos ao empreendimento Gavelândia e da intensa propaganda que apresentava as supostas vantagens de adquirir um terreno na área, as previsões otimistas quanto à futura imagem aristocrática do bairro e de seus habitantes pareciam frustradas pouco tempo depois. Em 1935, portanto apenas três anos após a companhia anunciar o empreendimento nos jornais cariocas, uma nota publicada no *Diário de Notícias* trazia a reclamação de um “constante leitor” da folha sobre a situação da área onde estava localizado o loteamento da Gavelândia. Nela, o missivista chamava a atenção do então delegado fiscal da Prefeitura, dr. Cícero Heredia, “para a nossa bela praia da Gávea, onde alguns moradores estão seriamente infringindo as posturas municipais”. Em outro trecho da nota ele explicava o motivo de sua indignação:

[...] No trecho da estrada da Gávea, próximo à Avenida Niemeyer, existe um imundo barracão, cujo proprietário solta vacas, suínos e galináceos em plena via pública, com grave risco para o tráfego de automóveis e ônibus.

Nos terrenos da Gavelândia, quase em frente ao aludido barracão, improvisaram um bar clandestino, ponto de reunião de vagabundos.

No recanto da praia junto ao morro do Barão de Werther, funciona um negócio de bebidas sem licença e estão sendo levantados barracões e ranchos de palha, o que parece incrível [...]<sup>304</sup> a necessária aprovação da Diretoria de Obras.<sup>305</sup>

Ao reclamar maior atenção do poder público para a área, o indivíduo destacava a existência, em suas palavras, de um “bar clandestino” onde se reuniam “vagabundos” nos terrenos da Gavelândia. Além disso, ele chamava a atenção para a edificação de “barracões” e “ranchos de palha” nos terrenos próximos ao empreendimento. Com

essas palavras, sugeria que o lado do morro voltado para o atual bairro de São Conrado era habitado por trabalhadores de baixa renda, antes mesmo que os empreendimentos destinados à população mais abastada da cidade se firmassem na área. É possível perceber que as práticas cotidianas desses indivíduos, como frequentar um bar improvisado, pareciam macular a pretensa elevação do loteamento que a companhia *Land Investment Trust S.A.* tanto se empenhava em marcar na sua propaganda.

Por mais que a empresa promovesse o loteamento Gavelândia para a elite da cidade, era como um bairro de trabalhadores que àquele espaço se afirmava no imaginário urbano carioca naquele momento. Ainda assim, o empreendimento mostra que a área próxima à Rocinha se tornava alvo de projetos e interesses diversos, que se desenvolvia de forma crescente a partir da percepção de suas potencialidades turísticas e imobiliárias para grupos sociais mais endinheirados durante a primeira metade da década de 1930.

### 4.3. A Rocinha como problema

À luz da crescente valorização imobiliária e turística da região, a atenção dedicada pelo vereador Tito Lívio à Rocinha e seus habitantes parece assumir sentidos mais claros. Para tentar entender a lógica de atuação de Tito Lívio naquele momento, cabe atentar para a trajetória profissional e política do vereador, de modo a compreender o seu olhar atento para o desenvolvimento urbano da cidade e da região.

Pouco tempo após obter o título de Engenheiro Civil no final da década de 1920, o sergipano Tito Lívio encontrava-se exercendo a função de sargento da polícia aduaneira da Alfândega do Rio de Janeiro. Destacando-se no cenário político junto a essa categoria, o funcionário municipal representou a Associação de Guardas da Alfândega da cidade como “delegado-eleito” na Assembleia Constituinte de 1933, sendo o candidato mais votado na Paróquia de S. Domingos. Após a promulgação da Constituição Brasileira, Tito Lívio se candidatou a vereador pela legenda do Partido Autonomista, disputando assim a primeira eleição direta no Distrito Federal.<sup>306</sup>



O Partido Autonomista havia sido criado em março de 1933, no contexto de convocação das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Em seu próprio programa partidário, explicava-se que a sua fundação tinha como finalidade a defesa do “município autônomo” frente à União. A organização partidária buscava aglutinar os apoiadores do tenentismo nos mais variados Estados para as eleições da própria Assembleia Constituinte que ocorreria em maio daquele mesmo ano. O partido era formado por figuras de proeminência política como Pedro Ernesto, conhecido por aderir ao movimento tenentista deflagrado na década anterior. Naquele momento, Pedro Ernesto ocupava o próprio cargo de presidente executivo da organização política. Após a promulgação da Constituição Brasileira, o partido disputou o pleito eleitoral em outubro de 1934. Como indicava os resultados das eleições para a Câmara Municipal e Federal daquele ano, a entidade era uma das organizações políticas mais bem-sucedidas. O partido elegeu seis deputados federais, vinte e quatro vereadores e um senador federal. No Distrito Federal, Pedro Ernesto assegurou a sua vitória também com maioria de votos, tornando-se o primeiro prefeito constitucional eleito da cidade. Nessa ocasião, Tito Lívio foi eleito vereador do Distrito Federal, sendo empossado no cargo em abril de 1935.<sup>307</sup>

Já no primeiro ano de mandato como vereador do Distrito Federal, Tito Lívio presidiu a Comissão de Viação e Obras da Câmara Municipal criada naquele mesmo ano, que estudava um novo regulamento para disciplinar as construções na cidade com a finalidade de substituir o regulamento de 1925.<sup>308</sup> Em entrevista dada no ano seguinte ao *Correio da Manhã*, ele afirmou que se tratava de “questão da maior importância para o desenvolvimento racional e harmônico da nossa capital”. Isso porque, segundo notou a autoridade pública, o regulamento para obras de 1925, que estava disciplinando a expansão do Rio, era “confuso, falho, antiquado, excessivamente flexível e várias vezes remendado por disposições legais parcelares”. Como resultado, para o vereador, a legislação vigente carecia “de urgente e cuidadosa reforma”.<sup>309</sup>

Nesse momento, a atuação política de Tito Lívio era marcada pela sua aproximação com grupos sociais e econômicos bastante diver-

so, que iam dos empresários aos trabalhadores da cidade. É o que sugere, em novembro de 1935, o evento organizado pela Associação de Construtores Civis que prestou uma homenagem aos engenheiros Mario Machado, secretário da Viação e Obras Públicas, Marquês Porto, diretor de Engenharia da Municipalidade, e o vereador Tito Lívio. A comissão formada especialmente para organizar o evento era constituída, segundo um articulista do jornal *A Noite*, de “engenheiros e diretores das mais importantes firmas construtoras do Rio”. Ainda segundo noticiou o mesmo jornalista, “mais de uma centena de engenheiros, arquitetos, construtores e muitas outras pessoas de destaque” já tinham aderido à comemoração, contando também com a presença de diferentes instituições da capital ligadas à construção civil. Revelando a intenção política do fortuito encontro, ele afirmou que os anfitriões procuravam “assim aproximar a administração da cidade com os engenheiros e construtores cariocas e afastar entraves que eternizam e prejudicam a ação comum.”<sup>310</sup>

Se, por um lado, Tito Lívio mostrava estabelecer estreita relação com os interesses das companhias construtoras da cidade, tornando-se um canal importante de negociação do Estado com os interesses do capital imobiliário, por outro, ele se apresentava como uma autoridade que defendia os interesses da população pobre do Distrito Federal. Era o caso, por exemplo, de um discurso realizado por ele, no dia 4 de outubro de 1935, na sede do sindicato dos trabalhadores em mercenaria e classes, onde era realizada a Confederação Sindical Unitária do Brasil.<sup>311</sup> Tito Lívio parecia também gozar de certo prestígio entre os trabalhadores da cidade. É o que deixa entrever uma matéria publicada no ano seguinte, na qual o *Diário Carioca* noticiou que Tito Lívio chegou a ser um dos homenageados na festa promovida pela associação carnavalesca Recreio das Flores, que era formada por trabalhadores de baixa renda.<sup>312</sup>

A partir de tal posicionamento político e com o olhar atento para a expansão urbana da cidade, a atuação de Tito Lívio na Câmara Municipal era marcada pelo seu empenho em discutir o problema habitacional que afetava a população pobre do Distrito Federal. Era o que notava um articulista d’ *O Imparcial* ao escrever uma matéria



sobre a moradia popular na cidade, na qual o vereador era entrevistado, sendo descrito na ocasião como um “verdadeiro estudioso do assunto entre nós”.<sup>313</sup>

Ao realizar um pronunciamento na Câmara Municipal naquele mesmo ano, Tito Lívio expôs a sua concepção sobre o tema:

“De há muito venho focalizando o problema da habitação popular entre nós, constantemente, subindo os morros, entrando nas estalagens, frequentando as casas de cômodo, cheguei à conclusão de que a sua solução já não mais deve ser entregue à repartição técnica e fiscal da Municipalidade, nem tão pouco à Saúde Pública, mas à Polícia.

Devo apelar para as autoridades policiais no sentido de reprimir e refrear a ganância inominável dos proprietários dos casebres que se derramam pelos morros da cidade e dos proprietários de estalagens e casas de cômodos”.<sup>314</sup>

Embora não chegasse a nomear com essas palavras, em seu discurso, o vereador identificava o surgimento e a expansão das favelas e cortiços como o foco central do “problema da habitação popular” na cidade. Ao enfatizar que a proliferação de tais “aglomerados de casas insalubres” era um problema cuja solução caberia às autoridades policiais, ele indicava que a própria origem desses núcleos de moradias era uma consequência direta da atuação dos proprietários desses imóveis, e não de seus eventuais moradores. Por esse motivo, Tito Lívio atribuía às autoridades policiais o dever de “reprimir e refrear a ganância inominável dos proprietários de casebres”.

Segundo explicava o próprio vereador em outro pronunciamento realizado naquele mesmo ano na Câmara Municipal, ele protagonizava uma campanha “em torno do problema da habitação popular do Distrito Federal e das companhias de terrenos que vendem lotes fora da lei”, sugerindo assim que, em sua perspectiva, os dois temas eram indissociáveis.<sup>315</sup> Interessa destacar que, para ele, o problema da habitação popular se configurava de maneira catastrófica na espaço urbano através dos núcleos de moradias formados por trabalhadores





pobres, como no caso particularmente das favelas e cortiços — em processo que era fomentado pelos proprietários desses terrenos e/ou moradias, ao realizarem empreendimentos irregulares.

A partir dessa lógica, Tito Lívio chamava a atenção para o loteamento da fazenda da Rocinha realizado pela Companhia Castro Guidão durante a década de 1920 e o núcleo de habitações que se formou ali nos anos posteriores. É o que o próprio vereador explicitava em seu pronunciamento, no dia 3 de novembro de 1936, atribuindo aos proprietários da companhia à “situação irregularíssima” da Rocinha. Desse modo, ele questionava a Prefeitura e a Companhia Castro Guidão sobre o loteamento da fazenda da Rocinha através do requerimento proposto naquele mesmo dia e submetido à aprovação da Câmara Municipal no dia 5 de novembro de 1936.<sup>316</sup>

Em sentido semelhante, nesse mesmo dia, Tito Lívio propôs que fosse votado na Câmara Municipal o requerimento nº. 539 sobre o loteamento da Gavelândia. Nesse documento, Tito Lívio questionava, de maneira idêntica ao requerimento endereçado à Prefeitura e à Companhia Castro Guidão, a legalidade do empreendimento da *Land Investment Trust S.A.* Ao solicitar explicações às repartições municipais, o vereador indagou a Prefeitura se era “certo o direito de propriedade dos terrenos”, o que colocava em questão a própria legitimidade da propriedade da companhia.<sup>317</sup> Além disso, ele indagou se a Prefeitura multou o proprietário da Gavelândia por exercer a venda ilegal de lotes. Desse modo, o requerimento proposto por Tito Lívio evidenciava certa preocupação com o cumprimento das exigências legais do loteamento Gavelândia, cobrando medidas dos órgãos públicos responsáveis por fiscalizar o empreendimento. Como vimos anteriormente, àquela altura, os jornais cariocas já divulgavam denúncias de que trabalhadores pobres da área estariam “seriamente infringindo as posturas municipais”.<sup>318</sup> Não é difícil imaginar, portanto, porque o vereador Tito Lívio passou a se interessar pelo próprio loteamento Gavelândia, questionando a legitimidade do empreendimento através do requerimento endereçado a Prefeitura.

O empreendimento suscitou, no entanto, opiniões controversas entre alguns parlamentares presentes naquela sessão. Ao solicitar a



palavra, o vereador Alceo de Carvalho subiu à tribuna para expor seu ponto de vista em relação ao requerimento proposto pelo vereador Tito Lívio sobre a Gavelândia. O jovem advogado e jornalista Alceo de Carvalho concorreu no pleito eleitoral de outubro de 1934 pelo Partido Autonomista, sendo nomeado primeiro suplente do partido no ano seguinte. Àquela altura, ele substituiu o cônego Olympio de Melo, que encontrava-se no cargo de Prefeito interino do Distrito Federal, após o afastamento do então Prefeito Pedro Ernesto.<sup>319</sup>

De início, Alceo de Carvalho reconhecia a importância da campanha realizada por Tito Lívio que, em suas palavras, “a propósito de esclarecer a situação dos terrenos do Distrito Federal, houve por bem fazer um requerimento atinente aos terrenos da Gávea”. Contudo, ao ressaltar a relevância dos investimentos realizados na área pela empresa responsável pelo empreendimento, ele afirmava que a companhia:

“[...] merece a consideração daqueles que, realmente, tem interesse pelos melhores destinos turísticos, pelos melhores destinos de desenvolvimento do Distrito Federal.

Foi-me dado, ainda há poucos dias, chegar a um lugar de turismo, lá, muito conhecido, ou seja, a Represa do Tatú, lugar esse procurado por muita gente do Distrito Federal e por quase todos os visitantes da nossa Cidade. Se hoje lá podemos chegar, facilmente, independentemente de condução por automóvel, é porque esta companhia, naquele local, fez empreendimentos de tal vulto que trouxeram estas melhorias evidentes para esta parte magnífica e majestosa da nossa Cidade”.<sup>320</sup>

Podemos perceber, com isso, o sentido da questão que opunha os dois vereadores. Por um lado, o requerimento enviado à Prefeitura pelo vereador Tito Lívio evidenciava certa preocupação com o cumprimento das exigências legais do loteamento Gavelândia, cobrando medidas dos órgãos públicos responsáveis por fiscalizar o empreendimento. Por outro, o vereador Alceo de Carvalho compreendeu, em sentido contrário, que a atuação dessa companhia na área seria um



meio eficaz de capitalizar investimentos privados com o objetivo de promover o turismo da região.

Diferente do recente empreendimento da Gavelândia, no entanto, o loteamento da fazenda da Rocinha realizado pela Companhia Castro Guidão na década anterior já havia possibilitado a fixação de uma diversificada força de trabalho naquele território, cujo resultado era a emergência de um expressivo núcleo de habitações modestas que passou a se destacar no cenário em meados da década de 1930. Não por acaso, ao questionar o loteamento da fazenda da Rocinha através do requerimento entregue a Prefeitura e a Companhia Castro Guidão em 1936, Tito Lívio especificou que a Rocinha estava “situada entre a Pedra da Gávea, e Pedra dos Dois Irmãos, e Pedra do Macaco e o Morro Laburiaux, e cortada pela Estrada da Gávea.”<sup>321</sup> Ao tentar localizar o núcleo de moradias através de tal enquadramento, ele ampliava a percepção dos seus contemporâneos quanto aos limites espaciais da Rocinha naquele território. Isso porque, àquela altura, já existiam outros núcleos habitacionais formados por trabalhadores de baixa renda nesse perímetro, como a Vila Gondolo (próximo ao Morro Laburiaux).<sup>322</sup> É possível que alguns desses contemporâneos, cuja experiência se distanciava do cotidiano dos indivíduos que estavam estabelecidos na área, passassem a identificar esse conjunto de habitações como parte da Rocinha — em processo que, ao mesmo tempo, passou a redefinir as suas fronteiras socioespaciais. Desse modo, o núcleo de moradias formado através do loteamento da fazenda da Rocinha realizado pela Companhia Castro Guidão na década anterior se afirmava como um problema para o vereador Tito Lívio a partir da constatação do seu rápido e desordenado crescimento.

Como resultado desse processo, Tito Lívio chamava a atenção para as carências urbanas na Rocinha, onde os serviços de água encanada eram precários devido ao abandono do poder público na área.<sup>323</sup> Não se tratava, porém, de um mero acaso. Isso porque, nos anos anteriores, diversos habitantes da Rocinha reclamavam por maior atuação do poder público no local, modo pelo qual buscavam legitimar o seu espaço de moradia. Desse modo, tais indivíduos eram protagonistas do processo que levou ao reconhecimento dessas demandas dos



moradores da Rocinha no pronunciamento realizado pela autoridade na Câmara Municipal em 1936.

Mais significativo a esse respeito era o pronunciamento do vereador Alceo de Carvalho na sessão que discutia o requerimento submetido pelo vereador Tito Lívio, quanto à situação do loteamento da Rocinha. Ao contrário do que havia feito na discussão do loteamento Gavelândia, Alceo de Carvalho subiu à tribuna para expor suas considerações sobre o caso em apoio à proposta de Tito Lívio. Em seu pronunciamento, Alceo de Carvalho declarou:

“O SR. ALCEO DE CARVALHO- Já anunciei nesta Câmara a necessidade da interferência dos Poderes Públicos administrativos municipais sobre a situação de desídia e de relaxamento existente nesta zona e, ainda pelas condições necessárias do estudo da salubridade, da profilaxia, e de implantação escolar na mesma zona.

[...] Sr. Presidente, a administração municipal não tem dado o melhor de seus esforços para compreender que naquele lugar vive um amontoado de gente sem instrução, e sem profilaxia, aos Deus dará.

Cogita-se, é fato, da formação de uma escola na *Rocinha*, mas a falta de aparelhagem dos Poderes Municipais nesse sentido, a falta de conduções a promiscuidade de vida que ali se encontra, seriam elementos próprios para que, desde logo fossem dadas providências tendentes a concluir esse núcleo irregular que forma um contraste perfeito com a nossa cidade e a civilização que dele decorre”.<sup>324</sup>

O vereador iniciava seu discurso reconhecendo a expressiva população pobre que formava o núcleo de moradias da Rocinha e a precariedade dos serviços básicos disponíveis para a sua população, principalmente no que se refere à instrução escolar e saúde, como resultado da atuação pouco efetiva do poder público na área. Em seguida, Alceo de Carvalho apontava para o problema da implementação de



tais melhoramentos, pois essa iniciativa culminaria na própria consolidação do “núcleo irregular” que, para ele, formava “um contraste perfeito com a nossa cidade e a civilização”. Com essas palavras, ele transformava o próprio núcleo de moradias no problema a ser enfrentado pelas autoridades municipais, e não a falta de atenção da Prefeitura à localidade, que era frequentemente alvo das reclamações feitas pelos seus moradores.

Entretanto, Alceo de Carvalho mostrava a lógica que alimentava a sua postura em relação ao aglomerado de moradias que formava a Rocinha naquele momento em outro momento do seu discurso. Mostrando-se atento à valorização turística da região, o parlamentar chamava a atenção da administração municipal naquela ocasião a partir de sua constatação de que estes eram “centros de turismo naturalmente procurados, fontes inesgotáveis de renda” para o Distrito Federal. É possível que a atenção do vereador a tais questões estivesse associada à sua atuação como parlamentar naquele momento. É o que deixa entrever um articulista contemporâneo ao definir Alceo de Carvalho como o “vereador de Copacabana”. Desse modo, o repórter fazia referência a sua ativa atuação política no diretório do Partido Autonomista de Copacabana e a sua atuação parlamentar em favor do bairro, que, àquela altura, já havia se afirmado como um importante ponto turístico da cidade.<sup>325</sup>

Em seu pronunciamento, o vereador ainda chamava a atenção dos parlamentares presentes na plenária para outro aspecto da região que, segundo ele, também renderia verbas para a municipalidade.

“ALCEO DE CARVALHO [...].

A “Rocinha”, Sr. Presidente, também chamada Gávea Pequena, representante uma boa parte do patrimônio da cidade, que está sendo indevidamente escoada para o patrimônio alheio.

Como toda gente sabe, nas questões referentes as primitivas enfiutetas<sup>326</sup> do Distrito Federal, suscitou-se, nesta parte da cidade, uma serie de controvérsias, que originou uma serie de (moções).

[...]



É necessário que todos orientemos os nossos serviços para trazer um melhor coeficiente de arrecadação das rendas públicas. Se se tomar a rigor a campanha do Sr. Tito Lívio, que venho acompanhando com o mesmo interesse e devotamento desde os primeiros dias que aqui ingressei, teremos, talvez, elementos, não só para suprimir o déficit, mas para suprimir, talvez, todo o déficit existente nas finanças da Municipalidade. A precariedade das nossas finanças está indicando que a ação pronta deve ser norteadada nesse sentido.

As informações sobre o tombamento da Cidade foram fornecidas por um grupo de funcionários que, em pouco tempo de serviço, pode trazer elementos elucidativos à Municipalidade, elementos para que a administração pública provocasse a necessidade de revisão do patrimônio da cidade.

Forte razão tem o Sr. Tito Lívio quando aponta não somente a necessidade dessa revisão, como, também, o modo por que a Prefeitura está sendo lesada nos seus próprios setores de renda. Bastante razão lhe assiste para trazer à nossa atenção esses lugarejos.

A ‘Rocinha’, Sr. Presidente, posso afirmar a V. Ex., é uma fonte de renda bem apreciável, não somente sob o ponto de vista da receita da Prefeitura, como de Turismo”.

[...]”.<sup>327</sup>

Ao afirmar que a Rocinha representava “uma boa parte do patrimônio da cidade, que está sendo indevidamente escoada para o patrimônio alheio”, Alceo de Carvalho fazia uma clara referência às ações judiciais movidas pelos pretensos proprietários da área. Era o caso, em particular, da ação que o lapidário Augusto Cesar da Rosa moveu contra Manoel Fernandes Cortinhas por pagamento de “enfiutetas”<sup>328</sup> em atraso de foro correspondentes a três anos consecutivos pelo “sítio denominado ‘Rocinha’, à Estrada da Gávea n.º 1”, em 1908. No ano seguinte, Augusto Cesar da Rosa ainda se encontrava em uma



contenda judicial com Manoel Fernandes Cortinhas, provavelmente referente à mesma ação.<sup>329</sup>

Em seguida, ele argumentou que a revisão do patrimônio da cidade era um meio eficaz de gerar receita para os cofres públicos. Desse modo, o vereador fazia referência ao esboço de um projeto anunciado na Câmara Municipal por Tito Lívio alguns meses antes. Nessa ocasião, Tito Lívio propôs “desapropriar os terrenos ocupados por aglomerações de casebres e barracões”, ou quaisquer outros aglomerados que fossem considerados pela Diretoria de Engenharia e da Saúde Pública “contrárias à expansão racional e à necessária remodelação da Cidade, bem como a vida em comum, saudável, alegre e moralizada dos seus habitantes”. Tito Lívio definia ainda como um dos critérios de desapropriação, os “terrenos legal ou clandestinamente loteados para edificação”.<sup>330</sup>

Ao associar a proposta do vereador Tito Lívio de revisão do patrimônio da cidade e as disputas judiciais que envolviam os terrenos da Rocinha, Alceo de Carvalho argumentava, portanto, em favor da desapropriação dos terrenos loteados de maneira irregular por companhias particulares, como a Companhia Castro Guidão, meio pelo qual aumentaria a receita da municipalidade. Para o vereador, essa medida se justificava porque “a Prefeitura está sendo lesada nos seus próprios setores de renda”. Com essas palavras, Alceo de Carvalho chamava a atenção para o problema do pagamento dos respectivos impostos à municipalidade, relativos aos imóveis da área. É o que ele próprio buscava demonstrar ao destacar o caso da Rocinha, cujas ações judiciais provocavam longas disputas judiciais que prejudicavam o arrecadamento da renda municipal. Isso porque, segundo ele explicitou em outro pronunciamento na Câmara Municipal, essas taxas não correspondiam aos exatos valores dos terrenos, resultando no “escoamento das rendas públicas”.<sup>331</sup> A partir de tal lógica, Alceo de Carvalho chegava à conclusão, por fim, que a Rocinha era “uma fonte de renda bem apreciável, não somente sob o ponto de vista da receita da Prefeitura, como de Turismo”.

Diferente, no entanto, do vereador Alceo de Carvalho, Tito Lívio chegou a identificar o núcleo de moradias como uma “imensa e



abandonada ‘favela’ denominada Rocinha”<sup>332</sup>. Ao reconhecer a Rocinha como “favela”, o vereador disputava os sentidos associados ao núcleo de moradias no imaginário urbano carioca. Longe ainda de consagrar a Rocinha na cartografia da cidade enquanto favela, Tito Lívio construía o seu discurso como categoria de acusação com o objetivo de desqualificar a própria legitimidade daquele núcleo de moradias, modo pelo qual tentava justificar a desapropriação dos seus terrenos, como previsto no seu projeto de lei.

A partir de pontos de vista e interesses diferentes, os vereadores Tito Lívio e Alceo de Carvalho se colocavam entre as demandas dos próprios moradores da Rocinha, que reclamavam a atenção do poder público para a localidade nos anos anteriores, e as novas forças econômicas e sociais que passavam a se interessar pela região. Como resultado, a Rocinha se tornava um problema para o poder público em meados da década de 1930 — em processo que, ao mesmo tempo, evidenciava a disputa dos usos e sentidos daquele território.





# Capítulo 5

## A desapropriação da Rocinha

Em janeiro de 1944, um Decreto-Lei assinado pelo então prefeito do Distrito Federal, Henrique Dosdworth, determinava a desapropriação das habitações fixadas na “zona adjacente à Estrada da Gávea”.<sup>333</sup> Segundo um articulista da *Gazeta de Notícias* que anunciava o ocorrido, aquele decreto tinha como alvo claro o “lugar denominado Rocinha”, na Gávea.<sup>334</sup> É o que observava o jornalista de outra folha carioca que, meses depois, publicava uma extensa matéria sobre a desapropriação dos terrenos situados no local determinada pela autoridade municipal:

“Rio Comprido, Tijuca, Méier e S. Cristóvão são velhos bairros cariocas. Mas o Rio não para de crescer. E constantemente vão se formando novos núcleos de habitações, enquanto a Cidade Maravilhosa se espria, tornando-se cada vez maior e mais bela.

Entre a Avenida Niemeyer e a rua Marquês de S. Vicente surgiu mais um pedaço do Rio: a Rocinha. Tem hoje cerca de 400 casas, abrigando cerca de cinco mil pessoas, estendendo-se por uns seiscentos metros de profundidade e outros tantos de extensão.

Rocinha, uma antiga fazenda, é um trecho de terra acidentada. Em suas pequenas colinas e várzeas, seus atuais moradores foram construindo pequenas residências. E nelas moram hoje, com suas famílias, na maioria pobres e numerosas, honrados operários, na maioria trabalhadores das fábricas da Gávea”.<sup>335</sup>

Ainda que a ocupação daquele território tivesse se iniciado décadas antes, o articulista definia a Rocinha como um núcleo urbano recente, surgido em meio à expansão do Distrito Federal que se verificava no período — na demonstração da visibilidade alcançada então pelo aglomerado de moradias na própria cidade. Ao reconhecer a expressiva concentração de trabalhadores que já se encontravam instalados no território situado “entre a Avenida Niemeyer e a rua Marquês de S. Vicente”, o repórter destacava a crescente importância da Rocinha como alternativa de moradia para os operários fabris da região. Por



mais que as estimativas publicadas no ano de 1944 em alguns jornais da capital federal fossem variadas, indo de “mil” a “cinco mil” moradores, — o que caracterizava um núcleo de habitações que tinha ainda pouca densidade populacional — ela experimentava um crescimento que chamava a atenção do redator da matéria.<sup>336</sup>

Junto à percepção desse crescimento, o artigo apontava para a forma precária pela qual aquela comunidade se estruturava naquele momento. Ao afirmar que ela teria “cerca de 400 casas”, que abrigavam “cerca de cinco mil pessoas” — em uma média de 12 pessoas por casa — o autor da notícia expressava a sensação de superlotação das “pequenas residências” que se encontravam ali estabelecidas. Apesar do bucolismo que ainda caracterizava a região, tratava-se assim de um espaço de habitação precário, no qual um número significativo de trabalhadores “pobres” do bairro da Gávea e adjacências se instalaram por falta de melhor opção de moradia. Em outra tentativa de traçar o perfil dos moradores da Rocinha, o repórter da *Gazeta de Notícias* chegou a reconhecer que a maior parte de seus habitantes eram “operários” e “pequenos lavradores”.<sup>337</sup> Os jornalistas cariocas que noticiavam a aprovação do decreto municipal em 1944 tratavam de deixar claro, portanto, que a medida pretendia extinguir um pequeno núcleo de moradias situado na zona sul carioca, formado por um número expressivo de trabalhadores de baixa renda.

Pois foram justamente esses trabalhadores instalados na Rocinha que, em resposta à aprovação do decreto municipal, organizaram uma comissão que compareceu a redação do *Jornal do Brasil*, *A Manhã*, *Correio da Manhã*, *Diário da Noite*, *Gazeta de Notícias* e *Diário Carioca*, cujo resultado era a publicação de diversas matérias nesses periódicos que circularam na capital federal naquele momento.<sup>338</sup> Ao procurarem alguns dos jornais mais importantes da cidade<sup>339</sup>, eles ampliavam para a sociedade como um todo a discussão do seu problema — iniciando um debate público acerca do próprio direito à habitação pelos trabalhadores de baixa renda que apontavam a Rocinha o seu centro.

De fato, o texto do decreto demonstrava que, àquela altura, o núcleo de moradias se afirmava como um problema para as autoridades públicas, cuja medida determinada pelo Prefeito parecia tentar



apresentar uma solução. Alegando “a necessidade de urbanizar-se a zona adjacente à Estrada da Gávea, de modo a corresponder ao seu interesse turístico”, o ato pretendia na prática extinguir a ocupação ali fixada, desapropriando os prédios e terrenos por “utilidade pública”. É possível perceber, portanto, que a tentativa de desapropriação da Rocinha em 1944 é um indício de que o seu processo de ocupação no espaço citadino carioca desencadeou uma disputa pelo espaço urbano e um embate social naquele momento.

Ainda assim, poucos dentre os estudiosos que abordaram a história das favelas cariocas durante o período chegaram a dispensar atenção mais detida ao episódio de 1944 como uma forma de investigar a luta dos seus moradores pelo solo urbano. Dentre as exceções, destaca-se o estudo desenvolvido pela geógrafa Maria Laís Pereira da Silva, intitulado *Favelas Cariocas*, que resultou na publicação do seu livro em 2005. Para ela, a Rocinha era um caso exemplar de favelas que surgiram a partir de sua relação com a expansão do mercado imobiliário, formando-se através de loteamentos que “não deram certo” por razões diversas.<sup>340</sup> Através de uma nota publicada no *Diário de Notícias* em 1943, a autora destacou que uma comissão formada por moradores da Rocinha declarou ao repórter da folha que esses indivíduos haviam dado entrada em uma ação judicial coletiva contra a Companhia Castro Guidão, que loteou a sua propriedade de forma irregular durante a década de 1920. Segundo ela, os proprietários locais alegaram que a Prefeitura estava dificultando a concessão das guias de transmissão de propriedade, pois foram informados por um representante da empresa que os seus terrenos seriam desapropriados para “executar obras de interesse público”. Silva notou ainda que o jornalista do *Diário de Notícias* confirmou a intenção da municipalidade de desapropriar esses imóveis para “urbanizar os terrenos”, o que explicaria a atuação da Prefeitura naquela ocasião.<sup>341</sup> Limitando-se a reconhecer que “essas terras, ao que se saiba, nunca foram regularizadas”, a autora não chegou a explorar a análise do caso como um caminho de investigação das disputas pelo espaço urbano a partir da perspectiva de seus próprios habitantes naquele momento.

Em sua dissertação de mestrado defendida no departamento de História da UFF em 2012, Danielle Bittencourt chegou a citar a ação judicial movida em 1943 pelo grupo de moradores da Rocinha contra a Companhia Castro Guidão como uma importante luta travada por aqueles indivíduos. Para ela, as diferentes formas de mobilização protagonizadas pelos favelados cariocas que ocorreram entre as décadas de 1930 e 1960 tiveram como ponto em comum a sua “capacidade de articulação e de formação de alianças entre moradores de favelas e fora delas”. Bittencourt argumentou, nesse sentido, que aqueles sujeitos recorreram a governantes, partidos de oposição, jornais, igrejas e outros grupos sociais. A autora chegou a destacar que as disputas judiciais eram uma das estratégias adotadas pelos moradores de favelas para lutar por seus interesses, como no caso em particular de “impedir as remoções e os despejos (evitando ‘transferências’ para outras localidades e tentando obter a propriedade de terras)”. Nesse momento, ela destacou a ação movida pelos moradores da Rocinha contra a Companhia Castro Guidão que era noticiada no *Diário de Notícias* em maio de 1943. Bittencourt destacou também que outra estratégia utilizada pelos seus habitantes naquela ocasião, era exatamente a formação de uma comissão para visitar a redação daquele periódico. Citando ainda a nota publicada no *Diário de Notícias* naquele mesmo dia, a autora notou que as perspectivas para o caso da Rocinha não eram favoráveis aos seus moradores, pois a Prefeitura planejava desapropriar os seus terrenos para promover obras de urbanização no local.<sup>342</sup>

Danielle Bittencourt aponta um caminho interessante de análise ao apresentar a mobilização dos moradores da Rocinha em 1943 como um momento importante de disputa pelo espaço urbano, cujos habitantes se articularam através de diferentes estratégias, dentre as quais a ação judicial e a formação da comissão que recorreu à imprensa naquela ocasião. Ainda que Bittencourt mencione a intenção da Prefeitura de desapropriar as casas situadas na Rocinha através da nota publicada no *Diário de Notícias* em 1943, ela não chegou a analisar os acontecimentos que se seguiram a essa notícia, cujo resultado era a determinação do decreto municipal em 1944 e a mobilização desses próprios indivíduos para tentar pressionar o Prefeito a revogar a medida.



Cabe, portanto, retomar o fio dessa história voltando ao ano de 1943, momento em que começaram os rumores de que a Prefeitura pretendia desapropriar os imóveis situados na Rocinha e, em seguida, acompanhar nas páginas dos jornais do Distrito Federal os desdobramentos posteriores à determinação do decreto municipal em 1944. E, desse modo, entender como os seus próprios moradores fizeram do espaço citadino um complexo campo de disputa como parte da sua luta pelo direito à cidade, que abrangia diversas esferas do seu cotidiano situadas no campo da problemática urbana. Para tanto, é preciso analisar as diferentes estratégias e discursos mobilizados pelos habitantes da Rocinha na ocasião, em diálogo com diversos atores e suas perspectivas, como no caso, em particular, do próprio governo municipal, figuras locais de destaque político e alguns jornais cariocas. Desse modo, é possível percorrer um caminho de análise que tenta compreender, ao mesmo tempo, os diferentes interesses, experiências e estratégias que envolviam aqueles sujeitos no evento.

### 5.1. Administração municipal, turismo e especulação imobiliária

Entre abril e maio de 1943, os periódicos *A Manhã* e *O Jornal* divulgaram, com poucos dias de diferença, uma matéria idêntica anunciando que cerca de 400 moradores da Rocinha protocolaram uma ação coletiva contra a Companhia Castro Guidão. Alegavam que a empresa não havia finalizado o processo de legalização da venda de terrenos, embora seus compradores já tivessem quitado as prestações dos lotes adquiridos há mais de 20 anos.<sup>343</sup> Alguns dias depois o *Diário de Notícias* publicou uma extensa matéria que nos ajuda a acompanhar os desdobramentos dessa disputa judicial.<sup>344</sup> De início, o matutino relatava que os próprios habitantes da Rocinha procuraram a redação da folha. Por esse motivo, a matéria publicada no jornal descrevia uma longa lista de nomes dos indivíduos que, por meio de uma comissão, estiveram representados na redação do *Diário de Notícias*. Entre mais de cinquenta nomes registrados na matéria do periódico, é possível distinguir o lavrador Alfredo José Rabello, que estava instalado no local desde pelo menos a década de 1920. Tratava-se, provavelmente, do mesmo indivíduo que ficou encarregado

de mostrar os terrenos loteados pela própria firma Castro Guidão para os seus possíveis compradores. O antigo morador da Rocinha residia na Estrada da Gávea, em frente ao número 359 (morro) — endereço das terras loteadas pela companhia. Naquele momento, ele integrou pequenas comissões de moradores da localidade, participando ativamente de reivindicações por diversas melhorias para os seus habitantes.<sup>345</sup>

O repórter do periódico explicava em seguida que alguns desses pequenos proprietários da Rocinha, “já apelaram para o Tribunal de Segurança denunciando a referida firma como responsável do fato”, o que inclusive levou aquele conjunto de habitantes da área a procurar o jornal para solicitar aos representantes legais da empresa e a Prefeitura esclarecimentos sobre o caso. Segundo os moradores da localidade, após quitarem todas as prestações dos terrenos, e mesmo estando de posse do recibo de quitação passado pela empresa, eles “encontraram dificuldade em obter as guias de transmissão de propriedade”, documento que garantia as escrituras definitivas de suas terras, “por se negar a fazê-lo a Prefeitura”.

Procurado pelo *Diário de Notícias* para maiores esclarecimentos, o dr. Gastão Neri, liquidante judicial da Companhia Castro Guidão, afeiçoou de início que a reclamação apresentada ao Tribunal de Segurança ainda não havia sido julgada. Em seguida, alegou que “todos os lotes vendidos foram entregues aos compradores por ocasião do pagamento da primeira prestação”. No entanto, o representante da empresa afirmou que a Prefeitura não concedia as guias de transmissão, segundo ele, “por causa de um embaraço de ordem administrativa, de vez que, segundo informações colhidas pelo dr. Castro Guidão, filho do diretor da sociedade, a Prefeitura pretende desapropriar os terrenos da ‘Rocinha’ onde planeja executar obras de interesse público”. O dr. Gastão Neri assegurava ainda que “no caso de desapropriação, os compradores serão indenizados na base do valor venal atual dos terrenos”, avaliados em cerca de 8.000.000 cruzeiros.

Diante da informação de que a Prefeitura pretendia desapropriar a área para realizar obras de interesse público, o jornalista da folha procurou a Comissão Especial de Desapropriações, que declarou através do seu presidente, sr. Firmo Barroso,



“[...] que, na verdade, transita pela Prefeitura um processo referente à desapropriação dos aludidos terrenos, que deverão ser urbanizados pela municipalidade, futuramente. O processo já foi enviado ao gabinete do Prefeito, com parecer da Comissão, indicando as providências que deverão ser adotadas para levar-se a efeito a desapropriação.

A Comissão apresentou ainda uma avaliação dos lotes da *Rocinha*, de acordo com os respectivos valores atuais.

Uma vez aprovado o projeto pela Prefeitura, o processo voltará à C.E.D., que então procederá à execução das desapropriações, pagando imediatamente as indenizações a que fizerem jus os proprietários”.<sup>346</sup>

A Comissão Especial de Desapropriações foi criada no contexto específico em que Henrique Dosdworth era Prefeito do Distrito Federal, período que se estendeu por todo o Estado Novo. Ao promover a reestruturação administrativa da Prefeitura Municipal, Dosdworth reorganizou os serviços da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, que teve como um marco importante a nomeação do engenheiro Edison Junqueira Passos como seu chefe. Em 1937, o Prefeito reativou a Comissão do Plano da Cidade, que havia sido extinta pelo governo antecessor de Pedro Ernesto. Vinculada diretamente à secretaria chefiada pelo engenheiro Passos, a Comissão do Plano da Cidade era encarregada de elaborar um projeto de melhoramentos para o Distrito Federal, cujo contexto de discussão que se desenvolvia em torno da urgência de um plano diretor se tornava cada vez mais latente. A ativação da Comissão respondia assim, em grande parte, aos anseios de diversos grupos sociais por melhoramentos urbanos para o Rio de Janeiro.<sup>347</sup> Como resultado, aproximadamente três anos após o grupo ser constituído, era regulamentada a execução do plano de urbanização da capital e o instrumento de Obrigações Urbanísticas.<sup>348</sup> Tais normas estabeleciam os critérios tidos como necessários à implementação do plano diretor, inclusive quanto às desapropriações decorrentes da execução desses projetos.<sup>349</sup> Nesse documento cons-





tava que os planos de urbanização da cidade seriam elaborados pela Secretaria Geral de Viação e Obras, com a colaboração da Secretaria Geral de Finanças e por intermédio das comissões especiais, como no caso da própria Comissão Especial de Desapropriações. Formada por engenheiros, advogados e outros funcionários municipais designados em portaria pelo Prefeito, a Comissão era responsável por efetuar as “desapropriações necessárias à execução dos planos de urbanização” que seriam “consideradas de urgência e processados justamente com as indenizações”.<sup>350</sup> Era assim como parte do plano diretor elaborado pelo Prefeito da cidade que Firmino Barroso, o presidente da Comissão em 1943, afirmou ao repórter do *Diário de Notícias* que estava transitando na repartição pública o processo que pretendia desapropriar os terrenos onde estava situada a Rocinha, cuja finalidade era exatamente a urbanização da área.

Confirmada a previsão do representante da Comissão Especial de Desapropriações ao repórter do *Diário de Notícias*, o Prefeito Henrique Dosdworth assinou no dia 24 de janeiro de 1944 o Decreto- Lei nº 7.711, que determinava a desapropriação das residências situadas na Rocinha:

“O Prefeito do Distrito Federal, considerando a necessidade de urbanizar-se a zona adjacente à Estrada da Gávea, de modo a corresponder ao seu interesse turístico, nos termos do poder do Conselho Florestal e usando da faculdade que lhe confere o artigo 7º, ns. VII e IX, do decreto-lei nº. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta: Art. 1 Ficam desapropriados por utilidade pública os prédios e terrenos compreendidos na área de 554.500 m<sup>2</sup>”.<sup>351</sup>

À medida que determinava a desapropriação “dos prédios e terrenos” na área adjacente à Estrada da Gávea se amparava, por um lado, no Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, conhecido como Código Florestal. Tratava-se de um documento legislativo federal que estabelecia as normas de preservação e de exploração das florestas no país, assim como as penas para aqueles que descumprissem suas deliberações.<sup>352</sup> O dispositivo legal esclarecia que a área onde estava



localizada a Rocinha era protegida pelo Código Florestal, porém, no caso de alienação pela Prefeitura por motivo de “utilidade pública”, a municipalidade teria a preferência para comprar as terras de seus proprietários individualmente por meio de uma indenização, como havia alertado o representante da Companhia Castro Guidão no ano anterior.<sup>353</sup>

O outro dispositivo legal em que se apoiava à medida que desapropriava as residências dos moradores da Rocinha em 1944 era o Decreto-Lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937. O documento legislativo federal foi aprovado após o golpe levado a cabo por Getúlio Vargas e seus aliados, que a partir de novembro daquele ano instituiu o Estado Novo. O Decreto-Lei regulamentava os termos de administração da capital federal, instituindo que o seu Prefeito deveria ser indicado pelo Presidente da República, sendo nomeado em novembro daquele mesmo ano pelo próprio Getúlio Vargas para o cargo de interventor Henrique Dodsworth. Os capítulos VII e IX do artigo 7º do documento, que estabelecia as competências do Prefeito, especificavam que cabia ao governante “decretar as desapropriações necessárias às obras públicas”, além de “promover a organização de planos e projetos de obras públicas, e fazê-los executar dentro dos recursos previstos em lei”.<sup>354</sup>

Àquela altura, já estava em vigor a chamada Lei de Desapropriações aprovada em 1941, que determinava, “mediante declaração de utilidade pública”, a desapropriação de “todos os bens” “pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios”.<sup>355</sup> Nas discussões que antecederam a sua promulgação, o articulista do *Jornal do Comércio* publicou uma matéria “a pedido” dos leitores da folha sobre a Lei das Desapropriações por necessidade ou utilidade pública, que estava em debate para a formulação do antiprojeto. Em tom elogioso ao documento, o repórter afirmava que o novo regulamento “Põe termo a pluralidade prejudicial de legislações sobre as diversas modalidades de expropriações, unificando o sistema do instituto”, fortalecendo a ação do poder executivo, “para só exigir autorização legislativa, excepcionalmente, mas mantendo ao Parlamento a concomitante iniciativa para deliberar sobre essas medidas restritivas dos direitos de

propriedade”.<sup>356</sup> A finalidade desse dispositivo legal era explicitada, no entanto, na apresentação realizada pelo então Ministro da Justiça Francisco Campos ao Presidente da República. O ideólogo do Estado Novo submeteu o projeto “elaborado de conformidade com os princípios que tem inspirado a reforma do processo civil brasileiro, após o advento do novo regime”, cujo objetivo era “justificar a nova lei de desapropriações por motivos de utilidade pública”. Segundo Campos, o “projeto permite, assim, que por um processo rápido o poder público decrete a desapropriação e o juiz fixe o valor da indenização a ser paga, sem prejuízo para a defesa do direito do proprietário [...]”.<sup>357</sup> Ao auxiliar o poder executivo na sua ação mais rápida e eficaz para desapropriar imóveis por utilidade pública, que interessavam a municipalidade na execução do plano de obras do Prefeito Henrique Dodsworth para a cidade, o dispositivo legal também compôs a base jurídica para a determinação do decreto municipal que desapropriava as residências situadas na Rocinha em 1944.

Se o Código Florestal de 1934 e o Decreto-Lei de 1937 combinado a Lei de Desapropriações de 1941 forneciam os instrumentos legais para que a desapropriação da área onde estava situada a Rocinha fosse determinada pelo Prefeito da cidade, cabe tentar compreender, em outra direção, quais os sentidos desse argumento na lógica da administração municipal naquele momento. Em primeiro lugar, é preciso atentar para o contexto mais amplo em que se inseria a própria determinação da medida no governo do Prefeito Henrique Dodsworth. Em 1944, momento em que o decreto de desapropriação das casas situadas na Rocinha foi aprovado, o Prefeito encontrava-se a sete anos no cargo público, já tendo iniciado e realizado algumas das obras que transformaram a paisagem urbana do Distrito Federal. A *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã* publicaram no dia 15 de março daquele mesmo ano uma matéria intitulada “As realizações da administração Henrique Dodsworth”, que buscava evidenciar a amplitude de tais empreendimentos realizados durante o seu governo. Além do quadro explicativo com “todos os bairros” da cidade e a especificação das suas respectivas obras, a extensa matéria vinha acompanhada de uma pequena nota em ambos os periódicos que dizia:



“A administração do Prefeito Henrique Dodsworth, na Prefeitura do Distrito Federal, tem-se acentuado por uma política financeira de grande alcance e realizações em prol do melhoramento e embelezamento da Cidade, como até então nunca se verificara.

Pela redação que o leitor tem a seguir, notará os resultados eficientes do labor da atual administração da Cidade, em benefício do Distrito Federal. Nela se verificará que o prefeito Henrique Dodsworth, durante o seu governo, tem procurado melhorar, indistintamente, todos os bairros.

Melhor que qualquer comentário, abrimos espaço para a divulgação dessas realizações, que valem pelo maior elogio que se possa fazer ao trabalho e eficiência do governo Henrique Dodsworth.”<sup>358</sup>

Cabe notar, em primeiro lugar, que as matérias publicadas em diferentes jornais cariocas naquele momento, intituladas “As realizações da administração Henrique Dodsworth”, compartilhavam de um padrão de informações que parece estar relacionado ao contexto específico de vigência do Estado Novo, sendo provavelmente publicada como uma nota oficial da própria Prefeitura. Durante o período que vigorou a Constituição promulgada após o golpe de 1937, os meios de comunicação e de expressão, como a própria imprensa brasileira, foram submetidos à censura prévia. Os periódicos também foram considerados de serviço de utilidade pública, o que na prática obrigava as folhas a publicar declarações do governo, entre outras medidas, cujo Departamento de Imprensa e Propaganda e os Departamentos Estaduais de Imprensa (DEI) eram encarregados de executá-las.<sup>359</sup> Sendo assim, as matérias que circularam nos jornais da cidade em 1944 sobre as “realizações da administração Henrique Dodsworth” contribuem para analisarmos uma dimensão do discurso oficial que se buscava difundir entre a população carioca naquele momento.

Em um primeiro plano, a nota publicada em ambos jornais destacava a singularidade da administração do governante, que consistia



na realização do “melhoramento e embelezamento da Cidade, como até então nunca se verificara”. Como prova desse feito, enfatizava o tratamento igualitário dado a “todos os bairros”. O “trabalho” e a “eficiência” da sua administração eram assim evidenciados através das numerosas obras públicas realizadas naquele momento, assim como didaticamente o quadro demonstrava. Nessa perspectiva, a constatação da necessidade de realizar o “melhoramento e embelezamento da Cidade” tentava justificar as ações do Prefeito. O *Diário da Noite* também publicou uma matéria, no dia anterior, saudando as “realizações e reformas da cidade, aliás em obediência a um plano amplo que se vem cumprindo”. De forma semelhante, destacava-se um quadro no qual constava os bairros da capital e as suas respectivas obras, concretizadas ou em andamento durante o governo do prefeito.<sup>360</sup> Como visto de início, a menção às “realizações e reformas da cidade” em “obediência a um plano amplo que se vem cumprindo”, se referia particularmente ao planejamento de obras públicas para o Distrito Federal encabeçado na gestão municipal de Henrique Dodsworth e apoiado pelo presidente da República que viabilizou o levantamento dos recursos financeiros necessários à sua execução.<sup>361</sup>

A nota veiculada no mesmo periódico acrescentava ainda que “muito já se tem dito e escrito sobre as múltiplas obras, que por efeito da vontade do prefeito, enriquecem o patrimônio da cidade dando-lhe feição moderna num ritmo incessante de progresso.”<sup>362</sup> Se, por um lado, era como uma “vontade do prefeito” que tais obras eram realizadas, dando destaque assim a sua atuação pessoal, por outro, são os valores de modernidade e progresso que produziam sentido mais claro às ações de Henrique Dodsworth. O decreto municipal, que desapropriava os terrenos da Rocinha promulgado em 1944, era parte de um empreendimento estatal mais amplo. Tratava-se da realização do seu planejamento de obras públicas para a cidade, cuja lógica de efetivação estava inserida nas perspectivas de eficiência, modernidade e progresso.

Por se tratar de um período de vigência da ditadura estado-novista que se estendeu desde 1937 a 1945, os debates legislativos foram suspensos junto à dissolução da assembleia municipal. Desse modo, consta no boletim da Prefeitura do Distrito Federal apenas



o Decreto-Lei que desapropriava as moradias situadas na Rocinha, citado integralmente de início, sem as discussões que levaram à sua aprovação. Ainda assim, a sua justificativa se amparava apenas em um ponto que buscava legitimar a medida: a necessidade de realizar obras de urbanização na área adjacente à Estrada da Gávea, “de modo a corresponder ao seu interesse turístico”. Tal justificativa se constituiu, no entanto, em mais um indício para tentar compreender outra dimensão que informava, na lógica da administração municipal daquele momento, a aprovação do decreto que determinava a desapropriação das residências situadas na Rocinha em 1944.

Ao longo da primeira metade da década de 1930, a região praiana situada na zona sul do Distrito Federal se transformava intensamente e a atividade turística ganhava protagonismo nesse processo. Ao investir sistematicamente em recursos de infraestrutura nos pontos turísticos que potencialmente atraíam turistas estrangeiros e demais visitantes da cidade, a atuação das autoridades públicas alimentava o processo de crescente visibilidade do bairro da Gávea naquele momento. E, mais especificamente, da área onde estava localizada a Rocinha — em processo que era impulsionado através da realização anual do evento que começou a marcar o calendário internacional de provas automobilísticas, conhecido como Circuito da Gávea.<sup>363</sup> Analisar como a realização desse evento em particular impactou a área na sua dimensão local durante os anos que se seguiram se constituiu num bom caminho de investigação.

Durante os oito anos que Henrique Dodsworth atuou como Prefeito da cidade, o reconhecimento das autoridades públicas quanto ao potencial turístico daquela área ganhou um novo impulso. Em sua administração, a pavimentação de diversos trechos da Estrada da Gávea foi incorporada como parte do vasto programa delineado no plano de obras aprovado pelo Decreto n° 5.966, de 19 de maio de 1937. Era o que testemunhava o articulista da *Gazeta de Notícias* em matéria publicada no ano seguinte, na qual afirmava que o Prefeito continua prosseguindo com o “seu excelente e patriótico plano de melhorar as comunicações da cidade”. Isso porque, segundo o jornalista da folha, Dodsworth

“marcou ontem mais uma etapa do seu objetivo, melhorando um trecho da Estrada da Gávea,

numa extensão de 2.300 metros, justamente na parte que liga a Praça São Conrado ao Joá, o que, até pouco tempo, era quase intransitável para os veículos, em vista das sensíveis elevações e depressões do solo”.<sup>364</sup>

O Presidente Getúlio Vargas chegou a marcar presença na inauguração das obras municipais desse trecho da Estrada da Gávea, seguido por um lanche no Joá. Dois anos depois, Dodsworth assinou um decreto que destinava recursos ao pagamento dos serviços de pavimentação do mesmo trecho da Estrada da Gávea, compreendido entre a Praça São Conrado e o Restaurante do Joá.<sup>365</sup> Interessa notar que as intervenções públicas nos espaços que margeavam a Rocinha, onde estava situado um dos trechos mais aclamados da prova automobilística, se tornavam cada vez mais frequentes.

Alguns meses antes, Iberê de Abreu Martins, engenheiro do Serviço Geral de Viação e Obras da Prefeitura, elaborou um relatório sobre a pavimentação desse trecho da estrada. A edição trazia ainda uma fotografia da via a ser pavimentada.



**Figura 16 – Fotografia das obras de pavimentação da Estrada da Gávea.**

Fonte: Revista Municipal de Engenharia, janeiro de 1940, número 1, volume VII.



Ao mostrar parte da Estrada da Gávea revestida em concreto, a foto evidenciava a obra que estava sendo realizada na via, destacando-se também no cenário outras melhorias implementadas, como os postos de luz que emergiam em meio a densa vegetação e as montanhas. Cristalizava-se assim a imagem que simbolizava as noções de eficiência, modernidade e progresso, cuja administração municipal de Henrique Dodsworth buscava se associar durante o período. O documento trazia, no entanto, a ressalva de que não foi possível uma “inteira liberdade de ação” na elaboração do projeto,

“[...] não só pela atenção devida ao aspecto econômico, como pelo fato da existência de propriedades marginais, para as quais fortes recuos poderiam implicar em grandes delongas no estabelecimento dos termos de cessão ou de desapropriação necessárias”.

Provavelmente, por esse motivo, o Código de Obras de 1937 buscou legislar sobre o assunto especificando as medidas de alinhamento da Estrada da Gávea.<sup>366</sup> Entretanto, esse problema parecia persistir ainda na década de 1940, segundo os técnicos da Prefeitura. A partir dessa lógica, as autoridades públicas enxergavam as tais “propriedades marginais” fixadas na via como entraves a urbanização da área, somada ainda a sua percepção de que a legislação não contribuía para o processo das “desapropriações necessárias”. Como vimos de início, os debates políticos e jurídicos acerca do tema resultaram na aprovação da Lei de Desapropriações no ano seguinte à divulgação do relatório, cujo objetivo era exatamente facilitar as ações de desapropriação por utilidade pública — em processo que viabilizou a execução do plano de obras do Prefeito Henrique Dodsworth na cidade, e que forneceu parte da base jurídica para a aprovação do decreto municipal que desapropriava os terrenos situados na Rocinha em 1944.

Ainda que o documento elaborado por Iberê de Abreu Martins em 1940 trate de um trecho da Estrada da Gávea do qual não é possível associar diretamente à Rocinha,<sup>367</sup> o caso nos fornece uma boa pista para tentarmos ligar os fios que levaram o Prefeito Henrique Dodsworth a determinar a desapropriação das moradias de trabalhadores



de baixa renda que formavam a localidade naquele momento, sob o pretexto de realizar obras de urbanização na área adjacente à Estrada da Gávea “de modo a corresponder ao seu interesse turístico”. Para as autoridades públicas, a Estrada da Gávea e a sua área adjacente passavam a adquirir naquele momento uma crescente importância e visibilidade associada ao próprio desenvolvimento do turismo na região, como visto através do Circuito da Gávea e da progressiva pavimentação dos trechos onde era realizada a prova automobilística. Junto a essa constatação, somava-se a percepção dessas mesmas autoridades de que comunidades formadas por trabalhadores de baixa renda como a Rocinha tornavam-se verdadeiros obstáculos para a realização do plano de urbanização delineado pela Prefeitura, como no caso em particular das obras em benefício do Circuito da Gávea. Não é difícil assim elucidar os motivos que levaram à aprovação do decreto assinado pelo prefeito da cidade naquele momento, que associava a realização de obras de urbanização da área adjacente à Estrada da Gávea e o incremento do turismo na região como justificativa para a sua medida.

Contudo, não era somente o núcleo de moradias da Rocinha que chamava a atenção da municipalidade como um problema concreto para a realização do projeto de reforma urbana empreendido no governo de Henrique Dodsworth. É o que podemos notar se considerarmos, em perspectiva mais ampla, a política pública direcionada à moradia popular na cidade e mais particularmente aos núcleos de habitações que estavam situados nos bairros vizinhos à própria Rocinha.

Em um período de acelerada industrialização e urbanização da cidade, os poderes públicos começaram a interferir diretamente na oferta de moradia para a população pobre do Distrito Federal.<sup>368</sup> Em 1942, o governo federal determinou o congelamento de preços de aluguéis com o intuito de atenuar o aumento do custo de vida. Paradoxalmente, essa medida aprofundou, ainda que de forma indireta, o agravamento do problema habitacional ao gerar uma crise de locações imobiliárias. Somava-se a essa situação a falta de uma política efetiva de moradias populares e as remoções decorrentes da realização da reforma urbana levada a cabo pela municipalidade naquele momento. Como resultado, os núcleos de moradias formados pela



população pobre cresciam rapidamente pela cidade durante o período. Esse processo foi acompanhado por uma preocupação crescente das autoridades, o que levou a elaboração de uma política pública de erradicação desses núcleos de moradias reconhecidos à época como favelas implementada no governo de Henrique Dodsworth durante a década de 1940. Inspirada nas disposições do Código de Obras de 1937 e na proposta do médico Victor Tavares de Moura elaborada no seu relatório intitulado “Favelas do Distrito Federal” que foi publicado em 1943, o projeto determinava que fossem construídos conjuntos habitacionais para realocar os favelados em áreas próximas aos seus antigos locais de moradia. Tratava-se, na prática, de uma política pública voltada para a habitação popular através da construção dos chamados parques proletários.<sup>369</sup>

Em 1942, era inaugurado o Parque Proletário n.º 1, cuja administração estava encarregada ao Departamento de Assistência Social vinculado à Secretaria da Saúde e Assistência Social do Município. Conhecido como Parque Proletário da Gávea, o conjunto habitacional estava situado à rua Marquês de São Vicente (onde hoje é parte do campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).<sup>370</sup> Naquele momento, o Parque Proletário da Gávea recebeu a população expulsa da favela do Parque da Memória e da favela da Praia do Pinto, considerada à época um dos maiores núcleos de habitações da área, e mesmo da cidade, formado por trabalhadores de baixa renda.<sup>371</sup> Pouco tempo depois, era inaugurado o Parque Proletário n.º 3, localizado próximo à Praia do Pinto no Leblon, que recebeu os próprios moradores oriundos dessa comunidade.<sup>372</sup>

Tais núcleos de moradias, como a favela da Praia do Pinto e a do Largo da Memória, passaram a ser alvo privilegiado da atuação municipal nos primeiros anos da década de 1940. De fato, àquela altura as autoridades constatavam o acelerado e desordenado crescimento desses núcleos de moradias situados próximos à Lagoa Rodrigo de Freitas e bairros balneários, como o próprio Leblon. Esse processo era impulsionado pelo aumento da oferta de empregos no setor de serviços e construção civil, incrementado pela construção do canal Jardim de Alá e outras obras realizadas na região. Como resultado



do acelerado crescimento dessas comunidades durante o período e a crescente valorização imobiliária daquele solo urbano, acentuava-se o seu movimento de urbanização naquele momento.<sup>373</sup>

Sem representar uma ação isolada, a atenção que a municipalidade dispensava aos núcleos formados pela população pobre situados às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas e nos bairros vizinhos se somava a outras iniciativas semelhantes naquela região. Não por acaso, dois anos após a criação dos parques proletários na Gávea e no Leblon que abrigaram indivíduos expulsos das favelas do Largo da Memória e da Praia do Pinto, era aprovado o decreto municipal que desapropriava as moradias dos trabalhadores de baixa renda da Rocinha. Para além do discurso de eficiência, modernidade e progresso que amparava a atuação do Prefeito Henrique Dodsworth na implementação do seu projeto de reforma urbana no Distrito Federal, se configurava o esforço do poder público de criar uma área de exclusividade social para as elites e camadas médias ascendentes em certos espaços da zona sul carioca, retirando deles a mancha de um bairro operário que crescia em grandes proporções.

Por esse motivo, o esforço das autoridades públicas do Distrito Federal que buscavam garantir a seletividade de certas áreas da zona sul, como o próprio espaço onde estava situada a Rocinha, se associava ao processo de transformação da região amparado na sua crescente especulação imobiliária durante o período. Se empreendimentos como a Gavelândia se destacaram nas páginas dos jornais cariocas nos anos de 1930, na década seguinte os loteamentos voltados para a elite carioca e as camadas médias ascendentes se multiplicariam. Era o caso, por exemplo, do empreendimento denominado Jardins Gávea que anunciava o seu negócio nos jornais cariocas no início da década de 1940, como o “mais aprazível bairro residencial e recreativo do Rio de Janeiro, na Estrada da Gávea junto ao Gávea Golf e Country Clube”.<sup>374</sup> Outro exemplo era a Companhia Imobiliária Industrial e Construtora S. A., que lançava o “bairro residencial” Gávea Parque em 1944, à Estrada da Gávea n. 142 e 180, cujo empreendimento se voltava para o “loteamento e construção de casas” na área.<sup>375</sup>



Esse novo impulso de especulação imobiliária da área adjacente à Rocinha que ocorreu durante a década de 1940 era acompanhado por uma transformação significativa das atividades econômicas nos bairros vizinhos que começavam a perder a sua marca fabril. Era o caso, em particular, da fábrica de tecidos Corcovado que funcionava desde o final do século XIX à rua Jardim Botânico n. 418. Conforme o relatório da assembleia de acionistas da Companhia de Tecidos e Fiação Corcovado, a empresa encontrava-se em “enormes dificuldades financeiras” desde que adquiriu a antiga fábrica Botafogo, em 1920, localizada na rua Barão de Mesquita, n. 314. Em outra assembleia de acionistas da empresa, era explicado que a “revolução deflagrada em S. Paulo”, em 1932, acabou impactando negativamente a indústria de tecelagem, desencadeando um aumento do preço do algodão. Por esse motivo, ainda no início da década de 1930, os acionistas da companhia deliberaram fechar a fábrica Corcovado com o objetivo de reduzir a produção no setor de algodão.<sup>376</sup> No início da década de 1940, a Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado tentou minimizar a difícil situação financeira em que se encontrava loteando os terrenos de sua propriedade situados no Jardim Botânico. Não se tratava, porém, de um mero acaso. Seguindo a tendência de valorização dos terrenos da região, os anúncios publicados nos jornais cariocas que divulgavam a realização do empreendimento não deixavam dúvidas de que se tratava de um negócio voltado para as camadas médias ascendentes e a elite da cidade. É o que podemos observar através da nota publicada no *Correio da Manhã* em 1942 que anunciava o aluguel de “apartamentos de luxo” à rua Abade Ramos n. 47, “local da antiga Fábrica Corcovado”.<sup>377</sup>

Os mesmos jornais cariocas reservavam diariamente espaço em suas colunas para os eventos elegantes que aconteciam no bairro, buscando consolidar para esse espaço o seu perfil aristocrático naquele momento. Em 1941, a *Revista Cruzeiro* publicou uma extensa matéria sobre um evento promovido pelo dr. Osvaldo Riso em sua residência no sítio de São Jose da Lagoinha, na estrada da Gávea (atual Villa Riso, situada no bairro de São Conrado). Acompanhava uma fotografia do anfitrião, a explicação de que o “acontecimento foi realizado para festejar a entrega à Companhia Nacional de Avião do novo aparelho

‘Augusto Severo’, doado por intermédio da Companhia de Segurança Industrial e destinado ao Aeroclub de Leme, no Estado de São Paulo”. Descrita como uma verdadeira “elite social”, o repórter da folha notava ainda que esteve representada na festa o que “há de mais brilhante em nossos meios sociais”.<sup>378</sup> Como resultado dessa tentativa de afirmar certa imagem de civilidade e elegância para o então bairro da Gávea, era cristalizada a ideia de que “a Rocinha está situada entre bairros aristocráticos”, como definia um contemporâneo em uma matéria sobre a desapropriação do núcleo de moradias em 1944.<sup>379</sup>

Ao mesmo tempo, se consolidavam novos empreendimentos nos bairros vizinhos que transformavam a região mais intensamente ao longo da década de 1940. Junto aos espaços de sociabilidade frequentados pela elite carioca como o Gávea Golf Clube, o Hipódromo da Gávea, o Clube de Regatas do Flamengo inaugurados nas décadas anteriores, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, primeira instituição privada do país que encontrava-se em funcionamento naquele momento em Botafogo, adquiriu terrenos no bairro da Gávea na virada da década de 1940 para a de 1950 — constituindo-se em mais um caso sintomático da valorização que a área sofria durante o período.<sup>380</sup>

Não é de se estranhar que a valorização dos terrenos localizados no bairro da Gávea e áreas vizinhas naquele momento começasse a afetar a oferta de moradia para a população pobre da região. É o que podemos perceber através de uma matéria publicada no *Diário da Noite* sobre a desapropriação da Rocinha naquele mesmo ano de 1944, na qual um repórter da folha que esteve na localidade ouviu um de seus moradores:

“— Para onde vamos, só Deus sabe. E como vamos, também não, a não ser que entregaremos, digamos, por dez mil cruzeiros o que vale cinquenta mil agora e depois irá valer quanto? De que nos valerá a indenização que for paga pelas propriedades com suas benfeitorias se com o seu valor não encontraremos outras pelas (sic) mesmos preços? De nada. Apenas porá em nossos bolsos uma importância que a vida cada vez mais cara consumirá rapidamente em aluguéis



exorbitantes. Por isso não cremos que o maguinanimo (sic) Prefeito Henrique Dodsworth não solucione a situação nossa, que é a das nossas famílias. A beleza para o turista pode ser conciliada com a miséria que nos aguarda.’

[...]”.<sup>381</sup>

Em um primeiro plano, é possível notar que o indivíduo apontava para a impossibilidade de trabalhadores de baixa renda adquirir suas casas nos bairros próximos à Rocinha com o pagamento da indenização concedida pelo governo municipal. De fato, o valor de tais indenizações era um ponto sensível na discussão da legislação que regulamentava as desapropriações por utilidade pública no país. Àquela altura, a Lei de Desapropriações aprovada em 1941 era criticada exatamente por não levar em consideração a valorização desses imóveis no solo urbano.<sup>382</sup> Em sentido semelhante, o próprio morador da localidade entrevistado pelo jornalista do *Diário da Noite* tentava evidenciar a disparidade da quantia anunciada pelo órgão municipal, de apenas Cr\$ 10.000,00, à quantia estimada por ele de quanto valeria naquele momento os terrenos, de Cr\$ 50.000,00. É possível notar, por um lado, a significativa valorização daquelas terras em um período relativamente curto e, por outro, a efervescente especulação imobiliária da área.<sup>383</sup>

O decreto municipal que desapropriava os terrenos da Rocinha assinado pelo Prefeito em 1944, era parte de um movimento de transformação da própria cidade, através do planejamento urbanístico implementado na gestão de Henrique Dodsworth. Mas também estava relacionado ao processo de mudança que se operava mais intensamente nos bairros próximos a Rocinha, e que se configurava através do novo perfil de sua ocupação ao longo da década de 1940. Desse modo, por mais que os moradores da Rocinha afetados pela medida tivessem defendido junto às autoridades que “a urbanização da área adjacente à Estrada da Gávea não requer a nossa saída”, pois podia ser feita “sem a desapropriação de toda a área da Rocinha”<sup>384</sup>, o Prefeito da cidade optava pela desapropriação. Afinal, amparado no artigo 4º da legislação de desapropriações por utilidade pública, Dodsworth poderia incorporar a “área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina” e das “zonas que se valorizarem extraordinariamente,



em consequência da realização do serviço”, para então destiná-las “à revenda”.<sup>385</sup> Ficava claro, desse modo, que a determinação do decreto municipal que pretendia extinguir o núcleo de habitações da Rocinha atendia às expectativas do mercado imobiliário, cujos interesses pareciam incompatíveis com a permanência dos trabalhadores que formavam a localidade naquele momento.

## 5.2. Cidadania em negociação

Ao se deparar com a possibilidade de desapropriação de seus imóveis, os moradores da Rocinha forjaram, no entanto, diferentes estratégias e discursos para lutar por sua cidadania e garantir seu espaço de moradia. Para investigar esse processo, é preciso enfrentar, em um primeiro momento, a complexidade da relação entre tais sujeitos que se encontravam estabelecidos na localidade e os jornais cariocas que noticiaram o caso nos dias que se seguiram à aprovação do decreto municipal em janeiro de 1944.

Em setembro daquele mesmo ano, um desconhecido jornalista do *Diário Carioca* anunciava que, ao visitar a Rocinha, entrevistou “três homens interessados na vida do bairro”. Nas palavras do articulista, o “sr. Amoacy de Niemeyer nos atendeu de bom grado, quando soube que o nosso objetivo era de defesa dos pequenos proprietários da Rocinha”.<sup>386</sup> Com essas palavras, o repórter encarregado de escrever a matéria para a folha, cujo tema era a desapropriação dos imóveis localizados na Rocinha, se colocava explicitamente a favor da permanência dos seus moradores naquele espaço.

Em contraste com o apoio dado a causa dos habitantes da localidade pelo articulista do *Diário Carioca* em setembro de 1944, durante a primeira metade da década de 1940 eram publicadas diferentes matérias nos jornais cariocas da Capital que proclamavam a necessidade de reformas urbanas particularmente no setor viário da cidade, cuja solução era a elaboração de um planejamento urbanístico para o Distrito Federal.<sup>387</sup> Nesse contexto, não era incomum que muitos desses veículos de comunicação publicassem matérias apoiando iniciativas do Prefeito Dodsworth voltadas para a execução de diversas



obras no Distrito Federal, cujo resultado contribuía muitas vezes para que bairros como a Gávea se tornassem inacessíveis a certos indivíduos, como os próprios moradores da Rocinha.

A possibilidade de que um mesmo periódico apresentasse posicionamentos distintos e até mesmo divergentes em suas páginas naquele momento, se explica pelo modelo de imprensa que emergiu no final do século XIX e que se consolidou nas décadas seguintes. Ainda que de maneiras distintas, grande parte da imprensa dedicava colunas aos temas cotidianos da população pobre da cidade, convertendo-se em uma importante iniciativa comercial que tentava aumentar o número de leitores e formar seu público. Como resultado desse novo procedimento, a imprensa comercial se constituiu em uma arena de disputa social, tencionada entre os projetos dos seus idealizadores e expectativas dos trabalhadores da cidade.<sup>388</sup> Sendo assim, não se tratava de um mero acaso o posicionamento do jornalista do *Diário Carioca* encarregado de escrever sobre a desapropriação das casas situadas na Rocinha em 1944.

Um indício para tentar compreender porque o repórter se colocou em “defesa dos pequenos proprietários da Rocinha” naquela ocasião é atentar para o próprio espaço do jornal em que a matéria era publicada, a série chamada “Do que necessita seu bairro?”. Tratava-se de um espaço reservado pelo próprio periódico destinado às reclamações cotidianas da população pobre de diferentes lugares do Distrito Federal — em uma clara tentativa de dar voz às aspirações desses sujeitos e atrair o interesse deles para a folha.

Ainda que outros jornais não publicassem suas matérias em colunas específicas necessariamente, os periódicos que noticiaram o caso compartilhavam de uma lógica semelhante ao se colocarem como porta-voz da demanda dos moradores da Rocinha e intermediários da negociação entre eles e o Prefeito Henrique Dosdworth. Era o caso, por exemplo, da nota publicada no *Diário da Noite*, no dia 3 de maio de 1944, que enviou um representante ao local “a pedido de uma comissão”.<sup>389</sup> Dois dias depois, o repórter da mesma folha voltou a publicar uma matéria sobre o caso, na qual ele afirmou que os moradores da Rocinha “fizeram por nosso intermédio um apelo ao Prefeito Henrique Dosdworth”. Segundo notava ainda o articulista,



“[...] [a] reportagem repercutiu profundamente não só entre os milhares de operários residentes em Rocinha, como em outros meios, constituindo os telegramas que transcrevemos abaixo, recebidos pelo DIÁRIO DA NOITE, o testemunho eloquente da repercussão da iniciativa que tomamos”.<sup>390</sup>

Cabe destacar em primeiro lugar que, ao se colocar como porta-voz dos interesses dos habitantes da Rocinha e intermediários nas suas negociações com o Prefeito, o *Diário da Noite* e outros periódicos cujo posicionamento era semelhante naquele momento, conseguiam atrair o interesse e a simpatia desses “milhares de operários” da área. Por outro lado, era a comissão de moradores da Rocinha que recorria e confiava a esses jornais o lugar de intermediários do seu apelo ao Prefeito da cidade.

A matéria publicada naquele periódico trazia ainda uma fotografia de alguns moradores da Rocinha “pousando para a objetiva do DIÁRIO DA NOITE”.



**Figura 17 – Foto de um grupo de habitantes da Rocinha posando para o Diário da Noite.**

Fonte: “Entregarão por dez mil cruzeiros o que vale cinquenta mil”, *Diário da Noite*, 3 de maio de 1944.



Ao fundo, a fotografia retratava aparentemente casas de alvenaria, cuja imagem se distanciava das construções precárias consolidadas como uma característica associada às favelas. Talvez os indivíduos que formavam a comissão naquele momento tivessem escolhido mostrar tais construções como uma estratégia de legitimar a sua permanência no local. No primeiro plano, a foto mostrava ainda alguns modestos habitantes, dos quais é possível notar a presença marcante de indivíduos negros e mestiços. Representando na sua postura uma cena familiar harmônica e moralizada, esses sujeitos se colocavam como cidadãos que apresentavam uma justa reivindicação à Prefeitura.

Ao formar uma comissão que passou a percorrer os periódicos que apoiavam a sua causa, aqueles moradores da Rocinha criavam seus próprios meios de divulgação dos seus discursos e argumentos para justificar a anulação da medida. A partir de um cauteloso diálogo com os redatores daquelas folhas cariocas, esses indivíduos forjavam suas próprias formas de mobilização por suas demandas e interesses compartilhados ao aturarem por dentro da lógica comercial de tais periódicos.<sup>391</sup> Desse modo, a sua iniciativa de recorrer aos jornais que se interessavam pelas causas de trabalhadores como os que estavam instalados na Rocinha, se configurava em uma estratégia perspicaz de conseguir visibilidade e fortes aliados na sua luta.

Havia, porém, outra estratégia utilizada pelos moradores da Rocinha afetados pelo decreto municipal que, junto à captação do apoio de diversos jornais da capital federal, contribuía para tentar legitimar a permanência de suas casas naquele local. Cinco meses após a comissão de moradores da Rocinha iniciar a sua campanha em abril de 1944, percorrendo as redações dos periódicos da cidade, o *Diário Carioca* publicou uma extensa matéria sobre o caso na qual o desconhecido jornalista encarregado de escrever a reportagem esteve na localidade para ouvir os seus moradores. De início, o articulista fazia a seguinte ressalva:

“[...] Quando lá estivemos a maioria dos homens se encontrava trabalhando nas fábricas. E nos aconselharam que ouvíssemos três homens interessados na vida do bairro: o sr. Amoacy de

Niemeyer, o dr. Mauricéia Filho e frei Oscar Dickr, frade franciscano”.<sup>392</sup>

Cabe notar, em primeiro lugar, que é improvável que não houvesse no local nenhum habitante para fornecer uma entrevista ao repórter da folha. O caso deixa entrever, no entanto, que talvez as suas lideranças não estivessem presentes naquele momento ou que os próprios moradores da Rocinha quisessem que “os três homens interessados na vida do bairro” se pronunciassem a favor de sua causa. Desse modo, ao aconselharem o repórter para que ele ouvisse os tais indivíduos, os habitantes da localidade poderiam forjar mais uma importante estratégia de pressionar o Prefeito Henrique Dodsworth a revogar o decreto municipal.

O primeiro entrevistado pelo repórter do *Diário Carioca* era Amoacy Niemeyer, membro de uma abastada família da capital federal, que era proprietária de extensas porções de terras no então arrabalde da Gávea desde o início do século XX. Àquela altura, no entanto, Amoacy Niemeyer era uma figura de influência na política local atuando junto aos trabalhadores da região. Destacou-se, por exemplo, como um dos fundadores do Centro Cívico da Gávea e outros núcleos políticos de âmbito nacional, como a Legião Cívica 5 de Julho.<sup>393</sup> Além disso, ele participava ativamente da vida cotidiana dos operários da Rocinha e dos bairros vizinhos, fosse através dos espaços associativos voltados para o lazer desses sujeitos ou atuando junto aos trabalhadores da região na reivindicação por melhores serviços básicos.<sup>394</sup> Não era assim de se estranhar que Amoacy Niemeyer fosse um dos “homens interessados na vida do bairro”, se colocando em defesa dos interesses dos moradores da Rocinha naquele momento. Mobilizando influentes redes de apoio e proteção construídas no seu dia a dia, os moradores da Rocinha conseguiam assim que ele se pronunciasse publicamente a favor da sua causa, conquistando um importante apoio político.

Descrito pelo repórter do *Diário Carioca* como um “homem fluente e de temperamento ardoroso”, Amoacy de Niemeyer declarou ao correspondente da folha que “há muito vem lutando contra um decreto municipal que desapropria os antigos terrenos da Fazenda da Rocinha”. De início, ele argumentou que com o valor da indenização



que os proprietários dos imóveis atingidos pelo decreto municipal receberiam da Prefeitura, não seria possível adquirir uma nova casa nas áreas adjacentes, pois a “Rocinha está situada entre bairros aristocráticos”. Isso porque, segundo Amoacy Niemeyer, a localidade “foi construída há alguns anos e hoje estamos na época das grandes especulações imobiliárias”, o que resultava nos exorbitantes preços dos terrenos situados nos bairros vizinhos.

Como visto anteriormente, os próprios moradores da Rocinha chegaram a reclamar do baixo valor que a Prefeitura pretendia pagar pelos terrenos, caso fosse concretizado o decreto municipal. Em entrevista ao *Diário da Noite*, publicada no mês de maio de 1944, um indivíduo que resida no local chegou a perguntar ao repórter da folha: “De que nos valerá a indenização que for paga pelas propriedades com suas benfeitorias se com o valor não encontraremos outras pelas mesmos (sic) preços?”.<sup>395</sup> Em sentido complementar, Amoacy Niemeyer destacava em sua entrevista ao jornalista do *Diário Carioca*, em setembro daquele mesmo ano, que essa situação levaria muitos moradores da localidade a habitar os “confins suburbanos”, dificultando o deslocamento de parte expressiva desses sujeitos que trabalhavam nas fábricas localizadas na Gávea.<sup>396</sup> A declaração de Amoacy Niemeyer se somava à reclamação dos indivíduos que formavam a comissão de moradores da Rocinha e elaboravam as notas divulgadas nas páginas de outros jornais alguns meses antes, cujo sentido se definia com mais clareza. Nessa perspectiva, o baixo valor da indenização não só inviabilizaria a aquisição de um terreno nas proximidades da própria localidade, mas também se desdobraria em outros problemas cotidianos. Era o caso, particularmente, do deslocamento para os seus locais de trabalho, já que muitos daqueles que estavam empregados na região provavelmente acabariam residindo em áreas longínquas da cidade. Dessa forma, a revogação do decreto municipal significava para muitos moradores da Rocinha continuar residindo próximos aos seus locais de trabalho, como no caso, em particular, dos “operários da Fábrica Carioca” que se colocaram em defesa da anulação do decreto municipal em outra nota veiculada no *Diário da Noite* em maio de 1944.<sup>397</sup>



Outro argumento levantado em prol da anulação do decreto municipal dizia respeito à construção dessas habitações na Rocinha. Em sua entrevista ao *Diário Carioca*, Amoacy Niemeyer reconhecia que: “Estão todos dispostos a fazer o arruamento e a contribuir para outras obras de embelezamento do bairro, obrigando-se a construir as futuras residências de acordo com as modernas exigências municipais”.<sup>398</sup> Ao tentar conciliar a permanência daqueles indivíduos na área às obras que o Prefeito pretendia realizar, ele deixava entrever que as construções ali estabelecidas não estavam “de acordo com as modernas exigências municipais”. Em contrapartida, comprometia-se em nome do conjunto de moradores, que as “futuras” construções passariam a respeitar esses parâmetros — em uma clara tentativa de negociar com o poder público a permanência do núcleo de habitações naquele local. Amoacy Niemeyer complementava ainda sua declaração afirmando que:

“— Dirão alguns interessados nas desapropriações: ‘Como poderão operários tão pobres construir residências de acordo com as atuais exigências de urbanismo?’ Eu repondo repetindo uma declaração do sr. Getúlio Vargas, feita de quando a sua última visita a Belo Horizonte: ‘Os Institutos e Caixas existentes não devem construir arranha-céus e sim arranha- chãos’. Assim, o proprietário prefeito, que sempre orienta seus atos visando os aspectos humanos das questões e o interesse da coletividade, bem poderia, usando seu prestígio, conseguir, das Caixas e Instituições, de acordo com a polícia proclamada pelo sr. Getúlio Vargas, uma solução rápida para o caso das novas construções’”.

Refutando as críticas quanto à possibilidade dos trabalhadores de baixa renda da Rocinha não conseguirem atender às normas urbanísticas vigentes, Amoacy Niemeyer citou a frase atribuída ao Presidente Getúlio Vargas. Com isso, ele cobrava das autoridades públicas uma política mais eficaz de estímulo de crédito às construções de “arranha-chãos”, ou seja, moradias para população pobre, e não somente de “arranha-céus”, edifícios residências voltados para as camadas médias e a elite carioca.<sup>399</sup>



Nos meses anteriores, os mesmos argumentos eram sustentados pelos indivíduos que formavam a comissão de habitantes da Rocinha em diversas notas publicadas nos jornais cariocas, por meio das quais eles se comprometiam a construir suas residências de acordo com as normas do código de obras do Distrito Federal. Era o caso, por exemplo, da matéria circulada nas páginas do *Diário da Noite* na qual um indivíduo declarava em entrevista ao repórter da folha vespertina que, em posse dos terrenos, “conseguiremos nos institutos de governo e bancos o crédito para fazermos novas construções e melhorar as existentes”.<sup>400</sup> Ao mesmo tempo, tais sujeitos aproveitavam para solicitar que a Prefeitura também voltasse seus investimentos para a área, transformando assim a ameaça à sua moradia em uma reivindicação de direitos. Em outra nota publicada no *Correio da Manhã*, o articulista dessa folha apelava para que: “Mantenha-os o prefeito na posse do seu terreno, e, o que é possível, faça com que sejam construídas ruas, naquele local, onde habita numerosa população”.<sup>401</sup>

Os prejudicados moradores da Rocinha articulavam assim importantes argumentos em favor da anulação do decreto municipal, que eram endossados por Amoacy Niemeyer poucos meses depois. Isso porque a localidade vinha sendo alvo de denúncias de construções irregulares desde meados da década anterior, sendo inclusive tema de debate legislativo. Era o que fazia o vereador Tito Lívio na Câmara Municipal do Distrito Federal, em 1936, ao afirmar que o loteamento da Companhia Castro Guidão se encontrava irregular devido à falta de aprovação prévia dos órgãos competentes da Prefeitura, colocando assim em questão a legitimidade da própria ocupação proporcionada pelo loteamento da empresa.<sup>402</sup> Desse modo, o fato de que os moradores da Rocinha se pronunciassem quanto ao assunto em 1944 parecia assim se constituir em um elemento que reforçava a intenção do Prefeito de desapropriar a área, fazendo com que eles tivessem que se comprometer a realizar “novas construções e melhorar as existentes” naquele momento.

Em sua entrevista ao correspondente do *Diário Carioca*, Amoacy Niemeyer lembrava ainda que alguns moradores da Rocinha estiveram em combate junto ao Corpo Expedicionário brasileiro que, em 1942, enviou soldados para o front de guerra na Itália:

“Rocinha, como tantos outros recantos do Brasil, também mandou alguns de seus filhos para a Itália, em nosso valente Corpo Expedicionário. Então será justo que os moradores daquele bairro, cujos os filhos estão no estrangeiro lutando pelos mais sagrados interesses de nossa pátria, se vejam privados da casa própria, conquistada com tantos sacrifícios e privações? [...]”<sup>403</sup>

Ao associar a participação de alguns moradores da Rocinha na Segunda Grande Guerra à privação que tais indivíduos sofreriam de sua moradia, Amoacy Niemeyer articulava um inusitado argumento contra o decreto municipal. Ele apelava, dessa maneira, para o sentimento patriótico representando no ato daqueles que foram lutar na guerra. Através de uma postura inclusiva, Amoacy Niemeyer identificava o conjunto de habitantes da localidade como parte da Nação — em uma clara tentativa de afirmar esses indivíduos como cidadãos brasileiros.

O segundo homem entrevistado pelo repórter do *Diário Carioca*, em setembro de 1944, era o vigário da capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, chamado Frei Osmar Dickr. Segundo o articulista da folha, os “franciscanos há tempos trabalham em benefício do povo da Rocinha”, o que, para ele, poderia ser comprovado através da própria manutenção da capela no local.<sup>404</sup>

A Capela de N. S. da Boa Viagem foi construída como parte da obra social desempenhada na Rocinha pelos franciscanos da Paróquia de Nossa Senhora da Paz de Ipanema. Em 1936, a Castro Guidão & Companhia, que loteou a fazenda da Rocinha na década anterior, transmitiu para a igreja matriz de Ipanema a propriedade do lote de terreno nº 81, situado no “lugar denominado Rocinha”. A Paróquia de N. S. da Paz pretendia destinar o terreno para a construção de uma capela e uma escola gratuita para cerca de 300 famílias residentes no local. Contando também com o auxílio do poder público, a Prefeitura chegou a reservar 10.000\$000 réis do orçamento da despesa do Distrito Federal para o auxílio da escola mantida pelos franciscanos na Rocinha.<sup>405</sup> Localizada à Estrada da Gávea nº 274, a capela denominada posteriormente de N. S. da Boa Viagem começou a ser construída em



novembro de 1937, e no mês seguinte já era realizada uma “grande festa popular” em benefício da capela e da escola gratuita que, àquela altura, também estava em construção na própria igreja. Em maio de 1938, a capela era finalmente inaugurada.<sup>406</sup> Em entrevista ao periódico *A Cruz* publicada no mês de julho de 1944, o vigário da Igreja N. S. da Paz em Ipanema, Frei Albano, conversou com o repórter da folha católica sobre a obra social dessa instituição na capela da Rocinha. Frei Albano destacou que além da escola, encontrava-se em funcionamento um ambulatório cuja data de fundação não sabia precisar, “porque ele surgiu propriamente da distribuição de preparados medicinais”. Segundo o vigário, o ambulatório foi entregue aos cuidados do Dr. Alfredo Mauricéia Filho, que “todos os domingos sobe, podemos dizer, religiosamente, a Estrada da Gávea, para dar as suas consultas e socorrer os pobres”. Ainda segundo o frei, a escola era frequentada por 80 alunos e nela lecionavam três professoras. Inaugurada no dia 24 de agosto de 1938, o vigário destacou ainda que essa instituição “continuou até agora sem interrupção, apesar de exigir imensos sacrifícios”.<sup>407</sup>

De fato, a obra social dos franciscanos na Rocinha, que se iniciou na segunda metade da década de 1930, se ligava ao interesse que a própria Igreja Católica demonstrava em relação aos trabalhadores da cidade naquele momento. Em meados da década de 1940, essa atuação começou a ganhar novas dimensões diante das disputas políticas, especialmente contra a influência do Partido Comunista Brasileiro entre a população pobre da Capital.<sup>408</sup> Ainda assim, alguns serviços mantidos pelos religiosos na localidade se constituíam em iniciativas importantes para os próprios moradores ali estabelecidos naquele momento. Não por acaso, o jornalista do *Diário Carioca* destacou na reportagem sobre a desapropriação dos imóveis localizados na Rocinha em setembro de 1944 que os religiosos mantinham o ambulatório e a “escola gratuita, mantida, igualmente, pelos franciscanos”, como parte de sua ação social na localidade.<sup>409</sup>

A matéria trazia ainda uma fotografia das crianças que seriam privadas da instrução escolar, caso o decreto fosse concretizado.





**Figura 18 – Fotografia de crianças da instituição de ensino primário situada na Rocinha.**

Fonte: “Do que necessita o seu bairro?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.

A imagem mostra algumas crianças da Rocinha que frequentavam a instituição de ensino primário junto às suas professoras. A foto retrata o grupo de crianças aparentemente uniformizadas, como indica a sua vestimenta padronizada com a cor branca, representando na sua postura disciplinada os benefícios de manter a obra social na localidade. Tratava-se, portanto, de mais uma estratégia mobilizada naquela ocasião para tentar chamar a atenção do Prefeito sobre os efeitos da determinação que desapropriava os terrenos no local.

Não é de se estranhar que o próprio frei Osmar Dickr, que atuava na capela de N. S. da Boa Viagem situada na Rocinha, também tivesse se manifestado a favor da anulação do decreto municipal que desapropriava os imóveis na localidade. O jornalista da folha ressaltou que esse “religioso já teve oportunidade de se manifestar, bastante apreensivo, a respeito da situação dos moradores daquele bairro”. Desse



modo, outro importante aliado à causa dos habitantes da Rocinha se pronunciava publicamente a favor da revogação da medida.

O terceiro indivíduo que se pronunciou em defesa da permanência dos moradores da Rocinha era o médico Dr. Mauricéia Filho, que também chegou a ser entrevistado pelo repórter do *Diário Carioca*. Ele esclareceu, em um primeiro momento, que após o “convite de alguns amigos” começou a prestar “seus serviços profissionais ao posto de saúde mantido na Rocinha por aqueles religiosos”. Em seguida, o médico declarou ao jornalista da folha que aquele era “um povo que não posso acusar de nenhum deslize”. Ao concluir a sua declaração, ele afirmava ainda que

“os moradores, gente do trabalho, são disciplinados, ordeiros, respeitadores das autoridades e dedicados aos misteres domésticos, sempre dedicando, em suas raras horas de folga, alguma atenção aos arranjos de suas moradias”.<sup>410</sup>

Em sua entrevista, Mauricéia Filho deixava entrever para o jornalista que aqueles sujeitos não eram causadores de confusões ou atos imorais, afastando assim o conjunto de seus habitantes da ideia de “classes perigosas” usualmente associada aos trabalhadores de baixa renda.<sup>411</sup> Sendo assim, o médico legitimava também a convivência dos moradores da Rocinha com os novos habitantes mais abastados que passavam a se instalar com maior frequência naquele momento nos bairros vizinhos, ou mesmo aqueles que frequentavam a área procurando apenas alguns momentos de lazer.

Interessa destacar que, a partir de uma cuidadosa negociação com indivíduos e grupos sociais diversos, os moradores da Rocinha conquistavam o apoio de figuras importantes, como no caso em particular de Amoacy Niemeyer, o frei Osmar Dickr e o médico Dr. Mauricéia Filho. Ao construir discursos que buscavam legitimar o espaço de moradia dos trabalhadores da Rocinha e ainda reforçar muitos dos argumentos divulgados pelos seus próprios moradores, em sua perspectiva, aqueles indivíduos se tornavam fortes aliados na sua luta por cidadania, cujo objetivo final era pressionar o Prefeito a revogar o decreto municipal. Cabe investigar, no entanto, as próprias



lógicas que alimentaram a atuação coletiva daqueles sujeitos que buscavam conquistar o direito de permanecer em suas casas diante da possibilidade de efetivação da determinação que desapropriava os terrenos situados na localidade da Rocinha em 1944.

### 5.3. Os “desbravadores” da Rocinha

No dia 29 de abril de 1944, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria na qual o articulista da folha reproduzia integralmente a nota elaborada pela comissão de moradores da Rocinha:

“Os operários e pequenos proprietários, residentes na Rocinha- Gávea, vem pedir por intermédio desse brilhante órgão, que o ilustre Prefeito Revogue o Decreto Municipal que desapropria os terrenos da antiga fazenda da Rocinha, vendidos há mais de dez anos em prestações por companhias [particulares], quando não existia luz, escola e telefone’ [...]”.<sup>412</sup>

O *Correio da Manhã* também divulgou uma pequena matéria, naquele mesmo dia, atendendo ao apelo da comissão de habitantes da localidade que recorreu a folha:

“Ora, a maioria dos residentes nesse local são operários e pequenos proprietários — hoje em número perto de três milhares que, com sacrifício sem conta, adquiriram a prestações os seus terrenos a companhias particulares. Pela época — há uns dez anos — tudo ali era desconfortável: não havia luz, nem escola, nem instalações telefônicas. Além disso, estavam sujeitos a assaltos a mão armada como a crônica policial lá registrou”.<sup>413</sup>

Em um primeiro momento, chama a atenção a semelhança das matérias publicadas em tais periódicos, cuja comissão formada por moradores da Rocinha reiterava incansavelmente os mesmos argumentos — indicando, no entanto, que se tratava de mais do que uma simples repetição.<sup>414</sup>



Por um lado, a nota elaborada pela comissão afirmava que esta era formada por “operários” e “pequenos proprietários”, sugerindo que tratava-se de um objetivo capaz de englobar diferentes tipos de moradores da localidade. Por outro lado, é possível notar a ênfase na ideia de que tais indivíduos “adquiriram a prestações os seus terrenos a companhias particulares”, destacando assim a legalidade da propriedade de seus imóveis. Sustentavam ainda a ideia de antiguidade de suas moradias, ao destacarem que havia mais de dez anos que os habitantes obtiveram esses terrenos através de sua compra em prestações mediante transações comerciais com aquela empresa. Ao afastar a ideia de que a ocupação havia sido feita por invasores, como teria acontecido em outros morros da cidade, a comissão de moradores da Rocinha buscava legitimar a presença de seus habitantes naquele espaço. Sem chegar a confrontar as bases que sustentavam o investimento do poder público sobre comunidades do gênero, tratavam com isso de afirmar, a partir da lógica habitual dessas mesmas autoridades, seu direito legal à ocupação daquele território, que os levava a cobrar da Prefeitura a anulação do decreto municipal.

Em um segundo momento, chama a atenção o fato de que a comissão formada por moradoras da Rocinha tivesse reconhecido que os indivíduos instalados na localidade desfrutavam de alguns serviços básicos, ainda que de forma precária. É o que podemos perceber através da nota elaborada pela própria comissão que destacava os temas, em particular, de iluminação, segurança, serviço telefônico e ensino escolar. De fato, os trabalhadores instalados na Rocinha se mobilizaram com frequência na luta por melhores serviços para a localidade durante a década de 1930. E, não por acaso, aqueles tópicos foram alvo de sua reivindicação junto a outros temas, notadamente, transporte e saúde.<sup>415</sup> Nos anos que se seguiram, aqueles sujeitos continuaram reclamando melhores serviços junto ao poder público e companhias particulares. Era o caso, por exemplo, de uma nota publicada no *Correio da Manhã*, em 1941, que dizia:

“Rocinca (sic) é um recanto da Gávea que, aos domingos, atrás (sic) considerável número de visitantes. Apesar de pitoresco e ponto natural

de atração ressentem-se de condução. Pedem-nos, que solicitemos à Viação Excelsior que alguns dos seus ônibus que terminam a viagem na Praça Santos Dumont a estendam até a Rocinha ou praça Manoel Pinto de Almeida”.<sup>416</sup>

Tratava-se de uma antiga reclamação dos moradores da Rocinha às autoridades públicas, referente ao serviço precário de transportes. Ao reconhecer que a reivindicação partia de trabalhadores como os próprios moradores da Rocinha, o articulista da folha buscava legitimar a extensão do trajeto percorrido pelo ônibus da companhia particular através da constatação da sua importância para o turismo da região que se intensificava aos domingos. Interessa notar que, como parte de uma experiência comum a esses diversos indivíduos, a nota elaborada pela comissão em 1944 e divulgada nos jornais do período ressaltava a carência de tais serviços e a importância da sua luta por melhores condições de vida. Para esses próprios sujeitos, desfrutar de alguns serviços básicos convertia-se em uma importante conquista, cujos benefícios eles não estavam dispostos a abrir mão tão facilmente.

Seguindo a mesma lógica de argumentação que estava presente na nota entregue aos jornais cariocas pela comissão de moradores da Rocinha, Amoacy Niemeyer declarou para o jornalista do *Diário Carioca* poucos meses depois:

“Acho que os moradores da Rocinha têm o direito líquido de viver em suas pequenas propriedades, adquiridas em prestações numa época em que não existia luz, escola, comércio e transportes. Nessa época os fidalgos turistas, em cujo benefício pretendem fazer a desapropriação, nem de longe se aventuravam a um passeio pela Rocinha, temendo assaltos a mão armada. Os primeiros moradores do local foram seus desbravadores.

[...] A pretensão dos moradores da Rocinha refere-se apenas aos que já têm escrituras definitivas e contratos de final de pagamento à firma vendedora.”<sup>417</sup>



Em primeiro lugar, é possível observar que Amoacy Nieme-  
 yer reproduzia o discurso elaborado pela comissão de moradores da  
 Rocinha que foi divulgado alguns meses antes em diversos jornais  
 cariocas. Junto à obtenção legal e antiguidade dos terrenos que eram  
 alvo da desapropriação determinada pelo decreto municipal, ambos  
 enfatizavam a conquista de fato daquele território como parte de um  
 mesmo repertório comum ao conjunto de seus habitantes, que se  
 expressava de forma singular na ideia de “desbravamento” do lugar.  
 Através desse recurso retórico, forjavam a marca de origem da própria  
 comunidade que fazia clara referência a conquista daquele espaço por  
 seus “primeiros” habitantes. Tratava-se, na prática, do enfrentamento aos  
 assaltantes à mão armada, e do acesso à serviços básicos como escola, luz  
 e telefone. Era, portanto, a partir da efetiva ocupação daquele território  
 que se legitimava para os seus próprios moradores a possibilidade de  
 permanência de suas habitações naquele local e, por consequência, a  
 anulação do decreto municipal. Desse modo, a comissão de moradores  
 da Rocinha reunia elementos da experiência compartilhada por aqueles  
 trabalhadores no processo de ocupação efetiva do seu território nos  
 anos anteriores, que iam da compra dos terrenos há mais de dez anos  
 em transações comerciais com companhias particulares à conquista de  
 melhores condições de vida, representadas no acesso a alguns serviços  
 básicos. Tal discurso era, pouco tempo depois, reproduzido e reiterado  
 pelos seus “benfeitores” e pela imprensa carioca como argumentos legítimos  
 de permanência dos trabalhadores da Rocinha naquele local. A  
 partir de tal lógica, o repórter do *Diário Carioca* cristalizava a ideia de  
 que a Rocinha é um “novo pedaço da Cidade Maravilhosa desbravado  
 graças a seus esforços”, onde seus moradores estão “criando um bairro  
 à custa de seu próprio trabalho e do auxílio de algumas pessoas de  
 sentimentos humanitário”.<sup>418</sup>

Junto à campanha que a comissão de moradores da Rocinha  
 realizava através da imprensa carioca, sustentando diferentes argu-  
 mentos para justificar a anulação do decreto municipal que desa-  
 propriava os seus terrenos, tais indivíduos também se mobilizaram  
 naquela ocasião de uma forma peculiar. É o que notava o repórter do  
*Diário da Noite*, que, ao se referir a outra reportagem divulgada na

própria folha poucos dias antes, afirmou que essa matéria “repercutiu profundamente não só entre os milhares de operários residentes em Rocinha, como também em outros meios, constituindo os telegramas que transcrevemos abaixo”:

– “Cooperativa dos Operários residentes na Gávea faz eco do apelo que a população do Distrito de Rocinha faz por intermédio do valoroso DIARIO DA NOITE ao digno prefeito do Distrito Federal. – Ismael Antonio Coelho.’

– ‘O Centro Cívico da Gávea felicita brilhante reportagem referente ao decreto de desapropriação da antiga fazenda da Rocinha. Que Deus abençoe a todos que trabalham nessa tenda. – SDS Walter Gonçalves, secretário.’

– ‘Centro 18 de Setembro compartilha com a população da Rocinha na ansiedade de uma solução satisfatória que o ilustre prefeito dará com certeza ao apelo publicado pelo paladino da imprensa carioca. Viva o DIARIO DA NOITE. – Americo Luiz Pereira.’

– ‘Operários da Fábrica Carioca, residentes em Rocinha agradecem ao brilhante defensor a reportagem sobre a desapropriação dos nossos pequenos terrenos. Saudações respeitadas. – Lorival Menas, João de Freitas, Sebastião Menas, João Gabriel Perciliano e Gomes Peçanha.’

– ‘As melhores felicitações de todos os sócios do Liberdade F. C. pelo amparo que esse grande jornal acaba de conceder aos operários que moram em Rocinha traduzindo nosso desespero diante do decreto de desapropriação. – Antonio Moreira, diretor’.

– ‘Santa Cruz Football Clube, organização esportiva com sede em Rocinha, grita pela sua diretoria e quadro social a sua profunda gratidão pela notícia publicada em defesa do lar de humildes operários’.

Tudo esperamos do nosso prefeito. – Silvino José Gonçalves Filho”.



– ‘A brilhante publicação feita referente às pequenas propriedades humildes operários moradores na Gávea bem merece a atenção do humano e ilustre prefeito. Receba as melhores felicitações da União Espírita São Sebastião. – Alfredo Rabello, diretor.’<sup>419</sup>

Com exceção dos “Operários da Fábrica Carioca” que apareciam representados por alguns indivíduos nominalmente, a nota era assinada por seis associações que se colocavam em defesa dos moradores da Rocinha. Destes espaços associativos, três mantinham sua sede na localidade, o que nos deixa entrever que eram agremiações ligadas ao cotidiano dos seus moradores. Era o caso, em particular, do centro religioso chamado União Espírita de São Sebastião, e dos clubes de futebol denominados Liberdade F. C. e Santa Cruz F. C..

A primeira associação foi criada no dia 15 de março de 1936, com sede à Estrada da Gávea n. 454, e era formada por trabalhadores e pequenos proprietários, dos quais alguns já residiam na região há algumas décadas. Integrava o quadro social da entidade religiosa, por exemplo, o lavrador Alfredo Jose Rabello, cujo nome aparecia na própria nota publicada no *Diário da Noite* em 1944 em nome dessa associação. Como visto de início, ele era também um dos habitantes da Rocinha que, em 1943, acionou a justiça contra a Companhia Castro Guidão. A associação era voltada para o culto da doutrina espírita. A União Espírita de São Sebastião era assim formada a partir de uma lógica específica ligada ao apego de seus sócios às crenças e práticas religiosas do espiritismo. Interessa notar que tal experiência associativa se constituiu numa dimensão importante da lógica pela qual aqueles sujeitos se articularam no enfrentando pela moradia de seus sócios e outros habitantes da Rocinha em 1944.<sup>420</sup>

Ainda assim, não era apenas a entidade religiosa que havia se mobilizado em prol dos interesses dos moradores da Rocinha na matéria publicada pelo *Diário da Noite* em 1944. O Liberdade F. C. e Santa Cruz F. C. também estiveram representados no mesmo documento. A primeira associação mantinha sua sede social à rua Cinco número 229, situada na “localidade chamada Rocinha”, e estava em atividade desde 1930, momento em que a localidade era ainda recentemente formada.





O clube esportivo foi criado naquele momento por trabalhadores de baixa renda que habitavam o local, como eles próprios buscavam evidenciar na matéria publicada naquele jornal em 1944 ao agradecer a folha “pelo amparo que esse grande jornal acaba de conceder aos operários que moram em Rocinha traduzindo nosso desespero diante do decreto de desapropriação”. Seguindo a mesma lógica, o Santa Cruz F. C., que também assinava a nota do *Diário da Noite* em 1944, afirmava que a associação “grita pela sua diretoria e quadro social a sua profunda gratidão pela notícia publicada em defesa do lar de humildes operários”. O clube foi criado, em 1938, por trabalhadores que residiam, em sua maioria, na Estrada da Gávea, sendo formado assim a partir de seus laços de vizinhança.<sup>421</sup>

A Cooperativa dos Operários Residentes na Gávea, que também esteve representada na nota publicada pelo *Diário da Noite* em 1944, foi inaugurada em 1916. A associação era criada com o objetivo de manter “a sua dispensa provida de gêneros de primeira qualidade, que são fornecidos aos cooperadores em condições sempre vantajosas”. Para fazer parte da Cooperativa não era preciso pagar mensalidade ou joia, porém, a associação condicionava a entrada dos operários da Gávea no seu quadro social à filiação desses sujeitos ao Sindicato de Operários da Gávea, que concorreu com o capital necessário para a inauguração e a manutenção da agremiação.<sup>422</sup> Não é de se estranhar que a associação tivesse se mobilizado na ocasião, pois, como visto anteriormente, diversos operários que trabalhavam nas fábricas da área residiam na Rocinha naquele momento.

Outra associação que assinou a nota publicada no *Diário da Noite*, em 1944, foi o Centro Cívico da Gávea. Como visto, a entidade política foi fundada em apoio ao Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas ainda no início da década de 1930, junto a outros núcleos políticos de lideranças do movimento tenentista e seus aliados civis criados em diversos estados da federação.<sup>423</sup> Não por acaso, um de seus fundadores era Amoacy Niemeyer, que apoiou as revoltas tenentistas da década de 1920 e o movimento de outubro de 1930.<sup>424</sup> Destacando-se na política local do Distrito Federal naquele momento, o Centro realizava diversos eventos que contavam com a participação



de diferentes espaços associativos formados por trabalhadores da Rocinha e da região.<sup>425</sup>

Embora as informações sobre o Centro 18 de Setembro sejam escassas, outra associação representada no jornal vespertino em 1944, é possível identificar que o centro estava também ligado à Amoacy Niemeyer e aos operários da Gávea. Isso porque o mesmo indivíduo que assinou a nota em nome do Centro, chamado Americo Luiz Pereira, se declarou membro de uma certa “Organização Amoacy Niemeyer” em 1942, que tinha como dirigente o próprio homenageado, junto a Walter Gonçalves e João Peçanha, cujos nomes também aparecem na matéria em apoio aos moradores da Rocinha em 1944.<sup>426</sup>

Ainda que os “operários da Fábrica Carioca” não tivessem sido representados por nenhuma associação formada por eles exclusivamente, chama a atenção que a nota divulgada no *Diário da Noite* em 1944 fosse assinada por Sebastião Menas e Lorival Menas, ambos descendentes de uma família de operários da própria fábrica Carioca que estava instalada na região desde o final do século XIX.<sup>427</sup> Eles eram ainda membros do Clube Musical Recreativo Carioca e do Carioca Sport Clube, sendo que Sebastião Menas era presidente daquela associação recreativa nesse mesmo ano, e também um destacado jogador de basquete do clube esportivo. Como visto no Capítulo 2, diferente do Liberdade F. C. e do Santa Cruz F. C. que foram criados a partir da experiência dos moradores da Rocinha naquele território cuja lógica de vizinhança se constituiu num elemento importante desse processo, o Clube Musical Recreativo Carioca e o Carioca Sport Clube, foram ambos criados a partir de uma lógica diversa, formados por operários da fábrica de tecidos Carioca, que se amparava na experiência de trabalho nas fábricas têxteis da região. Ao criar este vínculo entre moradia e trabalho como um argumento legítimo que justificava a revogação do decreto municipal, afirmava-se, para aqueles sujeitos, a ideia de que estes deveriam permanecer na Rocinha.

A singularidade da atuação dos indivíduos que se encontravam instalados na própria Rocinha, cujo objetivo era lutar pela anulação do decreto municipal, se amparava, portanto, em diferentes dimensões da sua experiência na localidade que se ligava aos seus espaços associati-

vos de lazer, de trabalho e religiosos. Em 1944, quando foi decretada a medida de desapropriação dos imóveis situados na Rocinha pelo Prefeito Henrique Dodsworth, a experiência associativa e as redes de solidariedade construídas cotidianamente nos anos anteriores serviram de base para a articulação de um movimento que lutava para garantir direitos ao conjunto de seus habitantes.

Ao divulgar o desfecho do caso, o jornalista do periódico *A Manhã* afirmou que o Prefeito “resolveu tornar sem efeito o citado decreto de desapropriação”, revogando a medida cerca de um ano após a sua aprovação. De fato, a anulação do decreto municipal se associava ao contexto político de enfraquecimento do Estado Novo naquele momento, que inclusive culminou no colapso do regime no ano seguinte. Ao mesmo tempo, o governo de Henrique Dodsworth perdia força para realizar grandes empreendimentos como esse, que se expressava na dificuldade de captar recursos financeiros e o apoio político necessário à sua execução. Ainda assim, o jornalista da folha não deixava de reconhecer que o fato se deu “tendo em vista a reclamação dos moradores daquele local”<sup>428</sup> — indicando, com essas palavras, que o amplo conjunto de estratégias e discursos mobilizados pelos seus habitantes assim como as suas formas próprias de organização e luta se mostraram bastante eficazes naquela ocasião.

Ainda assim, a luta protagonizada por tais indivíduos não se limitava à defesa da permanência de suas habitações na Rocinha. Na perspectiva daqueles que se mobilizaram em defesa da anulação do decreto municipal, a sua atuação coletiva estava associada à luta desses sujeitos por cidadania, que se inseria na própria problemática de ordenação do espaço urbano, assim como seus usos e sentidos. Mais do que estratégias e discursos em prol de seus interesses e objetivos comuns, ao se mobilizarem em defesa de seus direitos, os moradores da Rocinha forjavam uma memória coletiva de ocupação do território através de diversos elementos que atribuíam sentido à sua história e experiências compartilhadas. O episódio se constituiu assim num momento importante do longo processo de construção dos sentidos que identificavam aqueles sujeitos, em sua maioria trabalhadores de baixa renda, como parte de uma mesma localidade.



# Capítulo 6

## “Uma cidade à parte”?

Ao compararmos os dados do Recenseamento Geral do Brasil de 1950 e de 1960, é possível perceber que a população da Rocinha cresceu consideravelmente ao longo desse período. Em termos absolutos, os indivíduos que se encontravam instalados ali passaram de 4.513 para 14.569 pessoas, representando um aumento de mais de 200%. A distribuição de sua população pelo território também aumentou de maneira expressiva, de 307 para 3.017 domicílios.<sup>429</sup> Esses dados são um indício de um novo impulso de ocupação que se constitui em uma importante particularidade do processo de transformação daquele espaço durante o período que se seguiu à tentativa de desapropriação da Rocinha em meados da década de 1940.

Como resultado do processo de crescimento e expansão da Rocinha durante o final da década de 1940 e no decorrer da década de 1950, alguns indivíduos que se estabeleceram ali naquele momento consolidavam em suas memórias uma percepção sobre a localidade diversa daquela de seus primeiros moradores. Para estes novos habitantes, àquela altura já havia uma expressiva população instalada no local. Era o que atestava Lindolfo Soares da Silva, que chegou à Rocinha na década de 1950:

“Em toda parte tinha barraco. Não era assim como hoje, com vinte a trinta metros longe do outro, mas sempre tinha. Não tinha assim terceiro andar, era só um barraquinho para cá, um barraquinho para lá. Cada barraco tinha uma espécie de lote grande. [...]”<sup>430</sup>

O depoimento de Lindolfo Soares, foi obtido pela antropóloga Lygia Segala nos primeiros anos da década de 1980 — momento em que a Rocinha já era a segunda favela mais populosa do Rio de Janeiro, em vias de alcançar o primeiro lugar. Como ele, muitos dos que prestaram depoimento à antropóloga naquele momento reforçavam a impressão de lotação desordenada daquela comunidade. Por esse motivo, muitos desses indivíduos construíam certa percepção de suas experiências vivenciadas no final da década de 1940 e ao longo da década seguinte, comparando esse período histórico e o momento em que eles forneceram tais testemunhos. Tal percepção se expressou



particularmente no caso de seu Lindolfo na sua ressalva de que a Rocinha “não era assim como hoje”. A partir dessa lógica, ele chamava a atenção para a disposição das moradias naquele espaço durante a década de 1950, momento em que se estabeleceu no local. Embora afirmasse que “cada barraco tinha uma espécie de lote grande”, portanto, dispostos no território de maneira espaçada, seu Lindolfo não deixava de reconhecer que, “em toda parte tinha barraco”. Era o que constatava também José Benigno da Rocha, ao afirmar que naquele momento a localidade “não era como hoje, mas tinha muita gente”.<sup>431</sup>

Durante o final da década de 1940 e ao longo da década seguinte, é possível notar que se configurou o processo de expansão do território que passava a se afirmar como parte da própria Rocinha naquele momento através do sensível crescimento e adensamento demográfico da área. Cabe, portanto, investigar as diferentes lógicas e motivações que levaram alguns desses indivíduos a se estabelecerem na Rocinha ao longo daquela década, de modo a tentarmos compreender como o processo que impulsionou o seu crescimento naquele momento se ligava às experiências e perspectivas dos que ali habitavam ou passaram a habitar o local.

## 6.1. Um espaço melhor

Uma primeira pista sobre a lógica que alimentou o adensamento populacional da Rocinha ao longo da década de 1950 é dada por uma matéria publicada no jornal *Imprensa Popular* em outubro de 1952, na qual era noticiada a destruição do Morro do Sacopã. A partir de diversos depoimentos colhidos no local, o repórter da folha informava que “centenas de moradores foram morar no Maracanã, outras (sic) na Rocinha e muitas ainda se espalhavam pelas ruínas dos casebres”. Segundo o jornalista, Antonia Bezerra, uma das moradoras despejadas da comunidade, expôs a sua situação a um dos guardas ali presentes, que garantia a destruição dos barracos:

“— O sr. acha que eu vou morar nessas porcarias de casa; do Maracanã? Eu já estive lá e vi como é; Um espacinho de quatro metros por três... O

sr. acha que eu posso abrigar toda minha família lá? Já arranjei um espaço melhor na Rocinha, onde posso botar todos os meus filhos!”<sup>432</sup>

Ao reconhecer a precariedade do conjunto habitacional localizado no Maracanã, que era destinado pela Prefeitura para abrigar os moradores do Sacopã, a mulher entrevistada pelo articulista revelava o motivo que a teria levado a se estabelecer na Rocinha. Em sua perspectiva, a residência encontrada por ela nesse local disponibilizava melhores condições de moradia para a sua família. Durante a década de 1940, diversos núcleos de moradias situados próximos à Lagoa Rodrigo de Freitas e bairros balneários, como o próprio Leblon, passaram a ser alvo privilegiado das autoridades públicas do Distrito Federal, configurando o seu esforço de erradicar tais comunidades de modo a garantir a seletividade desses espaços em meio à crescente especulação imobiliária vivenciada na área durante o período. Sem se conformar com as alternativas colocadas pelo poder público, moradores dessas localidades, como a própria Antonia Bezerra, trataram assim de buscar de forma própria melhores condições de moradia. Como resultado, a Rocinha serviu de abrigo para muitos trabalhadores de baixa renda despejados de sua casa por conta da atuação do poder público, o que alimentava o adensamento populacional da localidade a partir do início da década de 1950.

Junto a eles, outros trabalhadores que não conseguiam alternativas de moradia perto do seu local de trabalho passaram também a buscar abrigo na Rocinha. Foi o que notou o sapateiro Nestor Vianna Filho, que décadas depois prestou um depoimento sobre sua chegada à localidade. Nele o sapateiro contou que, antes de se estabelecer na Rocinha, residia com a família na rua Lopes Quintas, localizada no bairro do Jardim Botânico. Logo, porém, se viu obrigado a deixar esta casa. Ao explicar os motivos que o levaram a esta mudança, seu Nestor afirmou que o “problema do pobre sempre é esse”: “ele vai pagando a casa, enquanto o bairro está meio devagar. Depois vem esse problema de imobiliária. É o fantasma nosso, sempre nos persegue, infelizmente, né?”. Em outro momento do seu depoimento, reforçava a mesma constatação: “então esse problema de imobiliária é que complica a vida



da gente, porque depois de onze anos o português, dono da avenida, teve que vender a avenida. Todos nós tivemos ordem de despejo”.<sup>433</sup> O testemunho de seu Nestor sugere que a especulação imobiliária que se intensificou na região durante o final da década de 1940 e nos anos seguintes passou a afetar de forma cada vez mais intensa a oferta de moradia para trabalhadores de baixa renda.

Ainda maior era o problema para aqueles que, como seu Nestor, trabalhavam na zona sul carioca. Ele contou que, após ser despejado de sua residência no bairro do Jardim Botânico, tentou se estabelecer com a esposa em Padre Miguel, onde passou a residir em uma casa que não era própria, mas que era “uma beleza, uma maravilha, o prédio!”. Entretanto, para ele, “a felicidade acabava segunda-feira”, pois seu Nestor enfrentava uma longa jornada para chegar ao seu trabalho em Ipanema — assim como sua esposa, que trabalhava em Botafogo. Por esse motivo, ele decidiu se mudar e comprar um “barraquinho” no mesmo morro do Sacopã em que residia Antonia Bezerra, no bairro do Leblon, com a ajuda de seu patrão. Para seu azar, no entanto, o problema estava ainda longe de se resolver. Segundo seu Nestor, após “mais de vinte anos que havia esse boato de que o morro ia abaixo”, o Sacopã foi demolido pouco tempo depois dele adquirir sua moradia.<sup>434</sup> Sem ter onde morar, com sua mulher grávida, seu Nestor contou que ele foi ajudado por um engenheiro responsável pela demolição do morro do Sacopã. Em suas memórias, o engenheiro instruiu que ele procurasse um terreno vazio na Rocinha, mas que não fosse de propriedade particular, e sim um “terreno do Estado”. Reconhecendo que “nesse ponto eu acho que o engenheiro foi muito amigo”, seu Nestor lembrou ainda que este se comprometeu a levar o material para que ele pudesse construir o seu “barraco” no local.

Casos como estes mostram que a Rocinha se constituía, no início da década de 1950, como uma das poucas alternativas de moradia na zona sul para trabalhadores de baixa renda. O próprio Nestor deixava isso claro ao apontar os motivos que o levaram a querer se mudar para a Rocinha como o fato de que “ficava mais perto” de seu trabalho. Ainda assim, ele contou que à exemplo de sua mãe e de sua irmã, que já haviam comprado “um barraquinho na Rocinha”, “Eu queria ir pra





perto delas, entende?”), explicava o sapateiro.<sup>435</sup> As memórias de seu Nestor apontavam para os laços de trabalho e parentesco como decisivos de sua opção de moradia. No mesmo depoimento, no entanto, ele lembrava ter colocado ao engenheiro que o ajudou às dificuldades de se estabelecer no local, dada a grande procura experimentada pela Rocinha naqueles anos por conta de tais processos que ocorriam de maneira mais ampla na cidade e na zona sul carioca:

— O problema que está surgindo é o seguinte: lá na Rocinha tem muito lugar ainda pra gente fazer o barraco, mas criam problema. Os vizinhos que já estão colocados, eles reclamam. Quando a gente chega assim no lugar e diz:

— Bom, eu vou fazer um barraquinho aqui. —  
Aí não pode não! Aí é pra eu lavar roupa, aí é pra criança brincar!

Às vezes a gente via lugar livre. Quando a gente saía dali, no outro dia, a pessoa comprava um pedaço de arame e cercava. [...]”<sup>436</sup>

O depoimento de seu Nestor indica que a área identificada à Rocinha era ocupada de maneira mais efetiva naquele momento, o que provocou uma disputa acirrada entre os novos moradores que tentavam se estabelecer na localidade e os indivíduos que já se encontravam ali instalados. O testemunho de seu Nestor deixa entrever, no entanto, que essa disputa era alimentada pela percepção dos últimos de que esse processo interferia e mudava o seu próprio cotidiano. É o que indica o fato de que tais indivíduos dispusessem de um terreno maior, que era utilizado para atividades do seu dia a dia como, por exemplo, lavar roupa ou para que as crianças brincassem.

Ficava claro, através de depoimentos como este, que os próprios moradores da Rocinha que encontravam-se estabelecidos na área percebiam a força assumida pelo processo de ocupação naquele espaço ao longo do período. Este processo era ainda alimentado pelos fluxos migratórios que se intensificavam no país, levando muitos trabalhadores de baixa renda a buscar melhores condições de vida em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo. Durante a década de 1950, a maior parte dos migrantes que chegavam à capital federal tinham origem



no próprio interior do Estado do Rio, nos estados vizinhos (de Minas Gerais e do Espírito Santo), e ainda, de forma crescente, na região nordeste que, a partir de 1949, contava como uma nova via de acesso direto ao Sudeste pela estrada Rio-Bahia. Tal movimento migratório em direção às áreas industriais e urbanas naquele momento se configurou num fenômeno social e demográfico de grandes proporções, que alterava profundamente o perfil socioeconômico do país.<sup>437</sup> Em meio a esse processo, e por motivos semelhantes que explicavam a mudança de Antonia Bezerra e Nestor Vianna Filho, a Rocinha se tornou, a partir do final da década de 1940 e no decorrer da década seguinte, o destino privilegiado de alguns desses migrantes, notadamente da região nordeste do país.

Era o caso, por exemplo, do alagoano José Benigno da Rocha, que se estabeleceu na Rocinha em 1952. Em suas palavras, ele chegou ao Rio de Janeiro “sem profissão”, tendo deixado uma mulher e cinco filhos, e ainda uma dívida “que deixei no Norte”. Ao chegar na cidade com alguns primos que viajaram de Alagoas em sua companhia, ele se estabeleceu na Rocinha, onde alugou um quarto em uma pensão, e começou a vender “estátua de gesso”. No fim daquele ano, no entanto, já havia passado a “trabalhar com outras coisas”, firmando-se anos depois como vendedor de joias — o que lhe rendeu o apelido de Zé das Joias. Um ano após a sua chegada na cidade, Zé das Joias enfim conseguiu trazer sua família de Alagoas, estabelecendo-se de início numa casa no bairro de Pilares. Em suas lembranças, devido ao transporte que “era muito difícil”, ele decidiu morar na Rocinha, pois o “meu emprego era aqui, porque aqui eu tinha minha freguesia, foi aqui que eu arrumei meus conhecimentos, ganhava minha vida. Então eu tinha que vir e voltar”.<sup>438</sup>

O depoimento de Zé das Joias deixava claro que ele migrava para o Rio de Janeiro em busca de uma colocação que provesse meios de sustento para a sua família. Embora ele não chegasse a explicitar, é possível que os seus “conhecimentos” se ligassem ao fato de que naquele momento outros migrantes nordestinos se estabeleciam na Rocinha, o que, em última análise, poderia viabilizar o seu trabalho na localidade, onde ele tinha sua “freguesia”. Desse modo, a sua trajetória sugere

que, para os indivíduos que migraram do nordeste do país para o Rio de Janeiro e que se estabeleceram na Rocinha durante o período, tal deslocamento representava uma oportunidade de conseguir trabalho e até mesmo melhores condições de vida.

Mais sintomático a esse respeito era o caso de Antonio Estevão Nascimento, que rememorava a sua chegada na cidade. Em primeiro lugar, cabe destacar que, ao revelar o valor da passagem de ônibus comprada “nesse tempo” por “dezessete mil réis”, seu Estevão sugeria que a sua viagem do “Norte” para o Rio de Janeiro ocorreu por volta de 1942, momento em que a moeda brasileira passou de réis para cruzeiro. Antes, porém, seu Estevão contou que no “Norte” ele trabalhou como lavrador para um fazendeiro local. Em suas lembranças, após “plantar o roçado”, “bateu o sol” e a plantação estava “seca por um ano”. Diante de tal situação, seu Estevão se questionou: “Como é que você vai fazer num lugar desse, rapaz? Vai morrer de fome?”<sup>439</sup>. Com essas palavras, ele sugeria que, durante o período em que esteve no “Norte”, desempenhou a função de lavrador, interrompida, no entanto, devido a uma seca que destruiu a plantação de seu patrão. De fato, a região nordeste vivenciou recorrentes secas durante o período, impulsionando a migração de trabalhadores rurais para as cidades metropolitanas.<sup>440</sup> A partir de tal experiência, seu Estevão apontava para a privação de condições básicas de sobrevivência como o motivo mais preponderante do seu deslocamento.

Experiências como a de Zé das Joias e de seu Estevão sugerem que parte dos migrantes que se estabeleciam na Rocinha eram trabalhadores poucos qualificados. Suas trajetórias não eram, porém, casos isolados. Como notou Paulo Fontes em um estudo sobre os trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista, a grande migração de trabalhadores rurais das regiões ao norte do país para as metrópoles se constituiu em um episódio marcante da história social brasileira na segunda metade do século XX. Por esse motivo, muitos desses sujeitos chegavam à cidade dispostos a exercer diferentes funções, ampliando suas possibilidades de trabalho.<sup>441</sup> Era o próprio caso de Zé das Joias que havia chegado na Rocinha “sem profissão”, o que o levou a vender “estátuas de gesso”, e seu Estevão que em outro trecho



de seu depoimento contou que, no momento em que ele chegou ao local, começou a trabalhar em uma pedreira.

Casos como esses, que continuavam a se multiplicar ao longo daqueles anos, ajudavam a criar uma rede de contatos que tornava cada vez mais comum a procura da Rocinha por parte desses trabalhadores recém-chegados à cidade. É o que explicava seu Estevão, ao justificar sua mudança para a localidade:

“A gente vinha como quem vem do Nordeste, com pessoa aqui. Nós chegávamos aqui pela informação de outro. Já vinha pra casa de um conhecido, de um parente qualquer. Depois quem podia, ia fazendo barraquinho conforme fui eu. Aqui tinha muito conterrâneo. Onde tem um conterrâneo, tem outros. Aí, um vai dando uma mãozinha a outro”.<sup>442</sup>

Ao declarar que a “gente vinha como quem vem do Nordeste”, seu Estevão aproximava a sua experiência à dos nordestinos que também se estabeleceram mais efetivamente ali naquele momento. Por essa lógica, o seu depoimento indica que as redes de comunicação e solidariedade construídas entre os seus “conterrâneos” era um fator importante para que ele fizesse a opção de se estabelecer na Rocinha. De modo semelhante, ao destacar que “um vai dando uma mãozinha a outro”, seu Estevão sugeria a importância dessas redes de apoio para que ele conseguisse se estabelecer no local, construindo um “barraquinho” para abrigar sua esposa e seus filhos. O mesmo era lembrado por Dona Severina, sua esposa, que enfatizava também a presença de seus “conterrâneos” como uma lembrança marcante dessa experiência:

“Daí meus conterrâneos, vendo eu chegar, na segunda-feira cada um começou a trazer roupa. Aí comecei a lavar roupa. Aí já fui conhecendo umas pessoas, que toda a vida não fui de estar parada. Ajudava uma senhora na pensão e ela me dava comida. Aí fui ajudando, fui dando comida pra um rapaz, pra outro e aí minha vida foi modificando.”<sup>443</sup>



O depoimento de Dona Severina sugere que as ações solidárias entre os tais “conterrâneos” vindos das regiões ao norte do país eram importantes para que esses migrantes se estabelecessem no local, mas também para obtenção de trabalho e até mesmo de itens básicos de sobrevivência, como comida. Seu depoimento deixa entrever que era tão importante receber ajuda como ajudar outros sujeitos, provavelmente seus próprios “conterrâneos”, para que a sua vida fosse “modificando”. Sendo assim, para muitos desses indivíduos, as redes de solidariedade forjadas entre os que compartilhavam aquela experiência de migração se convertia, na prática, em uma possibilidade de conseguir uma colocação no mercado de trabalho e até mesmo condições melhores de vida.

Eram sobre essas redes, do mesmo modo, que se afirmavam as alternativas de lazer desses trabalhadores que se estabeleciam na Rocinha durante o período. O cearense José Silva de Macedo, que chegou ali em 1956, afirmou que “todos os domingos” ocorriam partidas de futebol entre os times locais, como “o Ceará que era o time daqui” e outros vindos “de foro, do subúrbio”.<sup>444</sup> Tratava-se do Esporte Clube Ceará formado por moradores da Rocinha, que naquele mesmo ano já se encontrava em atividade.<sup>445</sup> Em um primeiro plano, é possível perceber que a criação do clube indica como a migração de indivíduos vindos do Estado do Ceará era bastante expressiva em meados da década de 1950.<sup>446</sup> Interessa notar, por outro lado, que as redes de solidariedade que possibilitavam a esses migrantes se estabelecerem na Rocinha naquele momento, também se consolidavam na articulação dos seus laços de sociabilidade expressos na formação do clube.

Para além do lazer, as redes de sociabilidade amparadas no critério de parentesco que levavam novos moradores à Rocinha eram ainda importantes para o estabelecimento de estratégias capazes de garantir sua permanência na localidade. É o que sugere o depoimento de Jonas Januário da Silva, que se estabeleceu na Rocinha justamente na década de 1950:

“Quando e vim pra cá, a gente construía correndo, o barraco de tábuas, arrumava uma rede com uma criança dentro. Era pra polícia não poder derrubar. Porque nesse tempo tinha um decreto



do Getúlio que dizia que barraco com criança dentro não podia derrubar. Quem não tinha criança apanhava emprestada. E assim foram aparecendo barracos. Hoje é esse mundo”.<sup>447</sup>

Ao ressaltar em sua fala a diferença que separava a Rocinha da década de 1980, quando deu seu depoimento, da realidade que experimentou quando de sua chegada à localidade, seu Jonas associava o próprio crescimento do núcleo de moradias no momento em que ele se estabeleceu ali à promulgação de um decreto do presidente Getúlio Vargas. Segundo ele, o dispositivo legal determinava que a polícia não poderia derrubar o “barraco” se houvesse “criança dentro”, o que levava os novos habitantes da Rocinha a construírem a sua moradia “correndo” enquanto conseguiam uma criança “emprestada”. Em estratégia semelhante, Bernardino Francisco de Souza, também instalado na localidade no mesmo período, afirmou em seu depoimento que “pra fazer um [barraco] tinha que fazer a noite. Amanhecia o dia dentro...”. O motivo era, em suas memórias, ainda muito claro:

[...] Eles tinham pretexto aí, que não podia construir barraco. Mas a gente fazia o seguinte: arrumava uma família. Eu era sozinho mas arrumei uma família emprestada. Fiz um barraquinho, amanheci o dia dentro do barraco. (Risos). Aí eles chegavam mas não podiam mais carregar ninguém.”

[...]

“Só deixavam se tivesse moveis dentro do barraco. Se tivesse moveis dentro, não derrubava, mas se estivesse sem nada eles derrubavam. Carregavam o material”.<sup>448</sup>

Mais uma vez, é ressaltada a experiência de conseguir uma família “emprestada” e construir o “barraco” da noite para o dia como uma forma de burlar a fiscalização municipal. Seu Bernardino acrescentava ainda a ideia de que deveria haver “moveis” na casa para que o “barraco” não fosse derrubado. Como notou Lygia Segala, tais testemunhos indicam como as redes de apoio entre estes indivíduos eram importantes para que eles conseguissem se estabelecer na Rocinha, fosse através de uma



família “emprestada” ou mesmo na rapidez com que essas moradias eram construídas.<sup>449</sup> Cabe, no entanto, tentar compreender como se articulavam tais redes de apoio em perspectiva histórica, atentando para a sua relação com os debates políticos e legislativos durante o período. Isso porque, àquela altura, estava em vigência o Decreto Municipal n.º 6.000, 1 de julho de 1937. Tratava-se do Código de Obras do Distrito Federal cujo objetivo era organizar a estrutura urbana de forma técnica e racional para enfrentar os impactos do crescimento demográfico e da industrialização. Ao abordar de maneira detalhada a questão da habitação insalubre, como no caso em particular dos cortiços e favelas, reproduzia as mesmas exigências legais de legislações anteriores, que buscavam erradicar esse tipo de moradia da cidade.<sup>450</sup>

Segundo as disposições do artigo 349º que constam no documento, não seriam permitidos “conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições desse decreto”. Era também “proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção”. E a Prefeitura poderia exigir “sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas”, cuja “demolição será procedida de despejo, quando necessário, feito também sumariamente, requisitando-se, se conveniente, o auxílio da força pública”.<sup>451</sup>

Contudo, no dia 19 de setembro de 1956 foi sancionada a chamada Lei das Favelas (Lei Federal n.º 2.875). Ao contrário do que sugeria a memória de Jonas Januário da Silva, o dispositivo legal não era assinado por Getúlio Vargas, e sim pelo então presidente Juscelino Kubitschek — empossado no cargo em janeiro desse mesmo ano, após uma eleição conturbada em decorrência da morte de Getúlio Vargas dois anos antes. Segundo Rafael Gonçalves, essa legislação foi aprovada em meio a um intenso debate político e jurídico no país. O autor salientou que, embora não tivesse partido do poder público uma iniciativa de erradicar de forma maciça os núcleos de moradias reconhecidos por essas mesmas autoridades à época como favelas, durante a segunda metade da década de 1950 tais conjuntos de habitações se tornaram



alvo recorrente de conflitos fundiários.<sup>452</sup> O crescente acúmulo dos litígios judiciais sem solução a partir da segunda metade da década de 1950 resultou na afirmação daqueles núcleos de moradias como um dos grandes problemas sócio-políticos da cidade, e até mesmo do país. Segundo Gonçalves, era necessário que se formulasse um novo dispositivo jurídico capaz de atenuar essas grandes tensões sociais que emergiam no momento. Isso porque a questão dos despejos judiciais assumiu, naquele contexto, demasiada importância política. Nesse cenário, o Parlamento Nacional se tornou palco de intensos debates, cujo resultado, em um primeiro momento, era a formulação do projeto de lei nº. 749, de 1955, apresentado pelo senador Osvaldo Moura Brasil.<sup>453</sup>

Além de alcançar ampla repercussão social, o projeto foi bastante debatido pelos parlamentares brasileiros. O texto final aprovado pelo Parlamento Nacional em 19 de setembro de 1956, que inclusive foi anunciado como parte das festividades pelos 10 anos da promulgação da constituição federal de 1946, previa a proibição de qualquer medida de despejo de favelados por dois anos, e a preservação de suas moradias até que seus habitantes viessem a se beneficiar de projetos públicos de construção de casas populares.<sup>454</sup> Explica-se, com isso, o sentido dos depoimentos de Jonas Januário da Silva e Bernardino Francisco de Souza que enfatizavam a necessidade de conseguir uma família “emprestada” e de construir suas moradias da noite para o dia para garantir a posse de suas novas casas. Afinal, embora estivesse em vigor às disposições do Código de Obras de 1937, que proibia a construção de novos “casebres”, a Lei das Favelas promulgada em 1956 determinava que as moradias já edificadas não poderiam ser derrubadas. Além disso, é possível que a presença de supostos outros membros da família e a existência de móveis na casa, se constituíssem em uma estratégia eficaz para legitimar a alegação de que o “barraco” não havia sido construído recentemente, fazendo assim com que estes não fossem demolidos. Por essa lógica, se constituíam tais estratégias e redes de apoio entre esses moradores naquele momento, através das quais as pessoas que já haviam passado por tais experiências instruíam seus amigos e conhecidos recém-chegados à localidade — em postura que fazia da Rocinha uma opção de chegada para muitos dos trabalhadores vindos de diferentes direções da cidade e de outras regiões do país.





A Rocinha afirmava-se, com isso, como alternativa privilegiada de moradia para os trabalhadores de baixa renda que chegavam ao Rio de Janeiro, assim como para aqueles que precisavam residir na zona sul da cidade. Como não poderia deixar de ser, no entanto, o resultado desse processo foi uma transformação significativa da realidade da Rocinha ao longo daqueles anos. Para Maria das Dores de Melo, a migração de nortistas e nordestinos para a área resultou na própria mudança do perfil daquele território:

“A Rocinha antigamente, minha filha, quando eu cheguei aqui, ela era uma mata, mata mesmo. Não tinha o Hotel Nacional, não tinha nada, né? Tinha até pé de canela, cravo, morango. Tinha também esse Largo do Boiadeiro. Corria uma valazinha. A água era limpinha, limpinha. Era uma vala bem pequenininha, não tinha esse valão, não. Tinha bananeira à beça. Mas aí foi o pessoal do Norte chegando, foi capinando, fazendo barraco. Veio um, chegou, pegou. Vinha outro, fazia outro barraco. Vinham os parentes e faziam outro barraco. Assim foi crescendo a Rocinha, né? [...]”<sup>455</sup>

De início, Maria das Dores de Melo caracterizou a Rocinha, no momento em que ela chegou ali, como um espaço essencialmente rural, pouco urbanizado e povoado. Em suas memórias foi a significativa migração de pessoas oriundas das regiões ao norte do país que teria ajudado a mudar este quadro, constituindo um momento decisivo de transformação da Rocinha que impactou de forma marcante as condições de vida de seus habitantes. Era o que destacava D. Maria, em seu testemunho, ao apontar a piora da qualidade da água disponível no local como um dos desdobramentos da ocupação mais efetiva a partir da chegada de migrantes do “Norte”.

Este processo acelerado de ocupação tornou também mais evidente a precariedade da maior parte das novas casas construídas na Rocinha. O adensamento populacional da localidade se deu em um momento no qual o poder público passava a tentar controlar de maneira mais próxima a proliferação de novas construções nas



encostas dos morros da cidade. Em virtude disso, o Código de Obras de 1937 impedia a realização de obras que viessem a melhorar essas edificações. Ao determinar que não fossem realizadas reformas nessas moradias, tais dispositivos legais buscavam tornar essas construções cada vez mais precárias e provisórias, para que em algum momento se destruíssem por si só como única solução possível.<sup>456</sup>

Como resultado, diversos trabalhadores que chegavam à Rocinha naqueles anos atestaram em seus depoimentos a precariedade das casas em que passaram a residir. Era o caso de Bernardino Francisco de Souza, que “trabalhava nas obras”. Em suas memórias, quando ele “pegava um pouquinho de intimidade” com seus patrões, tratava de pedir a eles “madeira usada” para “fazer o barraquinho”.<sup>457</sup> Do mesmo modo, José Benigno da Rocha, o Zé das Joias, lembrava que a “Rocinha nessa época era composta de casa de madeira e coberta com uma telha que era feita de papelão pichado”.<sup>458</sup> Luís Fernandes da Silva, que nasceu em 1955 na Rocinha, completava lembrando que as “casas que existiam eram de madeira ou de estuque, sem luz. Não existia nada de alvenaria. Onde eu morava, não tinha banheiro. Era tudo naquele mato mesmo”.<sup>459</sup> Evidenciava-se, com isso, o caráter precário dessas novas casas, registrada em 1958 por uma fotografia de Nilo Bernardes e Tomas Somlo guardada no acervo dos trabalhos geográficos de campo do IBGE.<sup>460</sup>



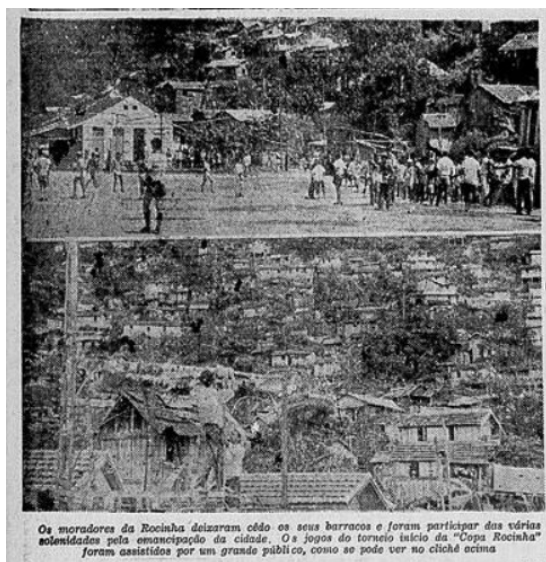
**Figura 19 – Foto da “Favela da Rocinha”.**

Fonte: Acervo de trabalho geográfico de campo. Título: Favela da Rocinha, Gávea. BERNARDES, Nilo; SOMLO, Tomas. Ano 1958.



A foto mostra um aglomerado de moradias entremeadas a uma densa vegetação, dentre as quais é possível notar no primeiro plano da imagem algumas dessas casas construídas de madeira. Em volta de algumas poucas construções de alvenaria com telhados aparentes, provavelmente dos primeiros moradores da localidade, apareciam essas construções precárias. Ocupando todos os espaços disponíveis, tais casas eram construídas uma ao lado das outras, de modo a contemplar um maior número de moradores na localidade.

Como resultado desse processo um jornalista da *Imprensa Popular* chegou a reconhecer, em 1954, que o “lugar mais populoso da Rocinha” era no Campo do Esperança.<sup>461</sup> Dois anos depois, o jornal *Imprensa Popular* chegou a publicar uma foto do Campo Esperança, na “Praça do Boiadeiro”. Naquela ocasião, alguns moradores do local organizaram um evento “pró-autonomia do Distrito Federal”. Segundo um articulista da folha, os desportistas foram a campo para, “em homenagem à autonomia dos cariocas”, disputar a “Copa Rocinha”. Por esse motivo, a edição do jornal trazia uma foto do próprio evento que ocorria no local.



**Figura 20 – Fotos do Campo do Esperança, Rocinha.**

Fonte: *Imprensa Popular*, 21 de março de 1956.



É possível notar na primeira imagem que, em meio à mata, algumas casas estavam fixadas no entorno do descampado que servia ao lazer dos habitantes da Rocinha, como o campo em que jogava o Esperança Foot-ball Clube. Em baixo, a reportagem trazia outra fotografia que mostrava um denso aglomerado de moradias, parecendo indicar que tais casas se encontravam estabelecidas no entorno do próprio campo. Não é de se estranhar que Ismael Elias da Silva, que se estabeleceu no local em 1959, afirmasse em sua memória décadas depois que a “parte da Rocinha que tinha o maior número da população era chamado Campo Esperança, Largo do Boiadeiro”.<sup>462</sup>

A partir da segunda metade da década de 1950, começaram ainda a figurar nos jornais diversas outras localidades que eram identificadas como parte da própria Rocinha. Era o que fazia o próprio repórter da *Imprensa Popular* em 1954, ao constatar que o “Laborio” “é uma sub-divisão da Rocinha”.<sup>463</sup> Consolidavam-se assim, no território da Rocinha, vários espaços específicos, grande parte deles decorrente desse processo de adensamento — tais como o próprio Largo do Boiadeiro, “Laborio” [Laboriaux], Roupas Sujas, Faz Depressa, Curva do S, que ainda guardam esta mesma denominação.<sup>464</sup> Ao atentar para o sentido desse processo, seu Ismael, explicava já na década de 1980 que:

“[...] a Rocinha tem vários nomes. É uma favela que tem vários bairros dentro dela. É aquele espírito carioca. Vão surgindo novas áreas e os próprios moradores vão batizando, vão lhes dando um nomezinho. Por exemplo, o largo da Rua 1, Faz Depressa, tem esse nome porque naquele tempo o morador que fazia barraco era muito perseguido pela ação da polícia. Naquele faz não faz, pode não pode, de uma hora pra outra surgia um barraco, e daí o nome Faz Depressa. Depois chegava a polícia e pronto. Já estava morando no barraco”.<sup>465</sup>

Por um lado, seu Ismael associou o próprio surgimento do nome da localidade conhecida como Faz Depressa ao processo de adensamento demográfico na Rocinha que ganhou um novo impulso durante o período de vigência da chamada Lei das Favelas. Por outro,



ele consolidava, em sua memória, que a Rocinha “tem vários bairrinhos dentro dela”. Não por acaso, exatamente no momento em que seu Ismael chegou à Rocinha, a área experimentava um expressivo crescimento de sua população e, como consequência, o próprio surgimento de múltiplos territórios identificados como parte do núcleo de moradias — em processo que, em um primeiro plano, se expressava através de suas diferentes denominações.

Durante o final da década de 1940 e ao longo da década seguinte, se configurou o processo de crescimento e adensamento demográfico da área identificada como parte da Rocinha naquele momento. Esse processo era alimentado por diferentes pontos de vista e experiências daqueles indivíduos que efetivamente se estabeleceram ali durante o período. Para alguns desses sujeitos, essa opção se ligava à oportunidade de desfrutar de condições melhores de moradia e de vida, cujas redes de solidariedade construídas a partir dessas experiências, proporcionavam a esses sujeitos se estabelecerem na localidade. Com efeito, alguns indivíduos que se encontravam estabelecidos na Rocinha nos anos anteriores percebiam esse processo como um fator de transformação daquele espaço e até mesmo de piora da sua qualidade de vida como um dos desdobramentos da ocupação mais efetiva na área. Cabe investigar como outros atores sociais responderam a esse rápido crescimento da Rocinha durante aquele período — marcando assim um momento decisivo do processo de (re) invenção do seu sentido físico e simbólico no imaginário urbano da cidade.

## 6.2. “Eles descem da favela...”

Em meio ao processo de acelerado aumento da população da Rocinha, o núcleo de moradias que margeava a Estrada da Gávea passava a ser identificado oficialmente pela municipalidade como uma favela, através do primeiro *Censo de Favelas* do Distrito Federal publicado em 1949. Realizado pelo Departamento de Geografia e Estatística, ele era baseado em uma coleta de dados que havia se iniciado ainda nas primeiras semanas de 1947, encerrando-se em março do ano seguinte. O documento não chegava a apresentar com exatidão uma definição de favela ou os princípios de identificação empregados. É



possível identificar, no entanto, alguns critérios utilizados para definir as localidades que fariam parte do recenseamento, como a ausência de propriedade do solo por parte de seus habitantes. Além disso, era explicado que núcleos habitacionais próximos que apresentassem denominações diferentes em uma mesma unidade topográfica seriam comprimidos em uma só unidade. Como resultado, 105 favelas foram identificadas no documento, nas quais residiam 138.837 habitantes — o que correspondia a 7% da população do Distrito Federal.<sup>466</sup>

Em 1950, era elaborado o Recenseamento Geral do Brasil realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, coordenado pelo então diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE Alberto Passos Guimarães.<sup>467</sup> Além de registrar dados referentes ao país e do Distrito Federal, o documento também produziu um censo especializado sobre as favelas cariocas. Das 58 favelas da cidade do Rio de Janeiro contabilizadas pelo recenseamento, 9 eram identificadas como pertencentes à circunscrição administrativa da Gávea.<sup>468</sup> Mais uma vez, a Rocinha, cuja população era estimada em 4.513 habitantes, era identificada como uma dessas favelas.

A realização desses censos se constitui em um esforço pioneiro das autoridades públicas de construir um conhecimento técnico sobre os espaços de moradia caracterizados como favelas e seus habitantes.<sup>469</sup> Ao viabilizar a identificação da população, do território e de suas necessidades, tais levantamentos produziram um conhecimento cujo objetivo era orientar e legitimar as políticas de Estado sobre a habitação na capital federal. Ou seja, na prática, os recenseamentos buscavam produzir dados que permitiriam às autoridades uma compreensão mais precisa sobre as dimensões do chamado “problema das favelas”, de modo a auxiliar a administração federal e municipal na formulação de políticas públicas que visassem erradicar esses núcleos de moradias ou ao menos conter seu desenvolvimento no espaço urbano.<sup>470</sup>

Segundo Licia Valadares, tais publicações constituem “um marco na história das representações sociais da favela carioca, na medida em que definem uma categoria geral de favela”.<sup>471</sup> Partindo da constatação de que eram considerados como favela os aglomerados que estejam situados nos morros ou em qualquer outra parte, o coordenador do

recenseamento de 1950 definiu cinco critérios principais para considerar um “aglomerado humano” como favela. Em primeiro lugar, os agrupamentos prediais ou residenciais deveriam ser formados com unidades de número igual ou superior a 50 residências. Além disso, deveria predominar as habitações do tipo casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos de materiais como folhas de zinco, tábuas e outros semelhantes. As condições jurídicas de ocupação do espaço eram também importantes, sendo considerado como próprias das favelas as construções realizadas em terrenos de propriedade desconhecida ou pública, que eram feitas sem licenciamento nem fiscalização. A ausência de serviços públicos, especialmente no que se refere aos serviços de iluminação, saneamento, água encanada e segurança, também era, nessa perceptiva, um critério importante para identificar as favelas. Por fim, fazia parte também da definição do que seria favela a ausência de urbanização do espaço, caracterizada pelo arruamento, numeração, emplacamento, etc. Tratava-se, portanto, de uma caracterização em negativo, que definia as favelas pela precariedade de vida que marcava a experiência de seus moradores.

Tais critérios de identificação dos núcleos de habitações faveladas colocavam em evidência a sua dimensão socioeconômica, naturalizada nessa visão como um conjunto de aspectos que caracterizava um agrupamento denso de moradias pobres e desordenadas. Tratava-se de uma representação sobre esses núcleos de moradias que as definia como o espaço da pobreza, em noção que atualizava as imagens a respeito das “classes perigosas” que haviam marcado desde o início a experiência republicana na capital federal.<sup>472</sup> Como notou Samuel Oliveira em trabalho recente, a afirmação desta marca de carência se fazia acompanhar de um movimento de estigmatização daquela população e do território em que ela habitava, reiterando preconceitos de classe e de raça. Da perspectiva constituída por esses relatórios, esta caracterização servia como justificativa para a implementação de uma política repressiva e assistencialista. Com efeito, segundo o autor, tais recenseamentos se constituem, portanto, como uma construção simbólica do território, reproduzindo e ressignificando os sentidos associados à favela e seus habitantes a partir de uma visibilidade numérica.<sup>473</sup>



Àquela altura, a Rocinha também era reconhecida enquanto favela pela Fundação Leão XIII, instituição voltada para assistência social que atuou no Distrito Federal com mais força durante o período que compreende o final da década de 1940 até meados da década de 1950.<sup>474</sup> A Fundação Leão XIII foi criada pelo Decreto nº 22.798, de 22 de janeiro de 1947, por iniciativa do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara em colaboração com o então prefeito do Distrito Federal, sr. Hildebrando de Góis. A entidade era custeada por subvenções da Prefeitura do Distrito Federal e do governo da União junto à contribuições e donativos particulares.<sup>475</sup> Sua finalidade principal consistia em trabalhar pela “extinção progressiva das favelas” do Distrito Federal, atuando através de Centros de Ação Social e Agências Sociais Provisórias que prestavam serviços de assistência social para a sua população, ampliando a oferta de determinados serviços básicos. Sua atuação se amparava, principalmente, no tripé saúde, educação e habitação. A instituição buscava solucionar de maneira prática e imediata o problema das favelas, combatendo o que, nessa perspectiva, era “condenável” nesses espaços, “isto é, a condição de miséria excessiva de seus moradores, a falta de higiene, a ignorância completa que os incapacita para a vida”.<sup>476</sup> Convencida de que “o problema da favela não é exclusivamente econômico nem de habitação”, a organização católica reivindicava para si a tarefa de recuperação social e moral das famílias que residiam nas favelas através de suas atividades sociais.<sup>477</sup> Com tal postura, a Fundação Leão XIII afirmava uma representação estigmatizada desses locais e de seus habitantes que era reiterada, durante o mesmo período, primeiramente, pelo recenseamento de 1949, que iniciou seus trabalhos em 1947, e pouco tempo depois pelo censo de 1950.

A partir dessa lógica de atuação, a Fundação Leão XIII começou, no final da década de 1940, a administrar o Centro Social São José. Localizado na Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, na Rocinha, ele era mantido em colaboração com a Matriz de Santa Mônica, do Leblon. Segundo informava a própria instituição ao jornalista da *Tribuna da Imprensa* no início da década de 1950, das 8.000 pessoas que viviam na Rocinha, 5.975 indivíduos, divididos em 1.378 famílias,





estavam matriculados no Centro naquele momento. Entre as atividades oferecidas pela instituição no local constava a assistência jurídica, farmácia, lactário, ambulatório de higiene infantil, pré-natal, ensino primário (“como ação complementar do meio”), ensino religioso, corte e costura, entre outros.<sup>478</sup> Nem só de assistencialismo, no entanto, se fazia atuação da Fundação Leão XIII. Como notado por vários autores que analisaram a história das favelas cariocas durante o período, a iniciativa de promover aquelas atividades sociais tinha a deliberada finalidade de conter a influência comunista entre a população pobre do Distrito Federal.<sup>479</sup> Após o fim do Estado Novo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) voltou a atuar legalmente no cenário político. O curto período em que Hildebrando de Góis esteve à frente da Prefeitura do Distrito Federal, que se estendeu de fevereiro de 1946 ao mês de junho de 1947, coincidiu com a intensificação da atuação do PCB. Naquele momento, diversos trabalhadores de baixa renda da cidade atuaram como militantes do partido através dos comitês democráticos populares e subcomitês.<sup>480</sup>

De fato, no momento em que os recenseamentos e a Fundação Leão XIII passavam a definir a Rocinha como uma favela, mostrava-se especialmente forte a atuação dos militantes comunistas no local. Segundo o jornal *Tribuna Popular*, órgão de propaganda do partido comunista naquele momento, o Comitê Democrático da Rocinha, “composto de moradores e trabalhadores da estrada da Gávea”, foi inaugurado em um evento realizado na sede do Santa Cruz Foot-ball Clube em setembro de 1945.<sup>481</sup> Além disso, diversos moradores da Rocinha, dos quais alguns faziam parte dos quadros sociais do próprio Santa Cruz F. C. e do Esperança Esporte Clube, ambas associações esportivas com sede na Rocinha, integravam a célula “Euclides Cardoso”, que constituía uma das principais formas de organização dos militantes operários filiados ao PCB.<sup>482</sup> Naquele mesmo ano, a célula “Euclides Cardoso” promoveu vários comícios eleitorais na própria localidade.<sup>483</sup>

A força da atuação de militantes comunistas na Rocinha se fez notar, de forma especialmente forte, durante a campanha eleitoral que ocorreu no período democrático, cujo pleito estava marcado para



acontecer em janeiro de 1947. Era o caso, por exemplo, de um grande festival realizado no campo do Santa Cruz F. C. pelos “trabalhadores da Rocinha, Light e Prefeitura”, em homenagem aos candidatos do PCB à Câmara Municipal. Além dos jogos de futebol, constava como parte do programa a realização de palestras nos intervalos das partidas pelos candidatos ali presentes e por diversos líderes daqueles trabalhadores.<sup>484</sup>

Como resultado da atuação de militantes do PCB como aqueles que residiam na Rocinha, nas eleições realizadas em janeiro de 1947, o partido obteve significativas conquistas eleitorais, elegendo expressivo número de vereadores no Distrito Federal. Em represália, no dia 7 de maio de 1947, suas atividades foram suspensas e, no dia 7 de janeiro de 1948, os mandatos dos seus candidatos eleitos foram cassados, o que levou o partido a trabalhar na clandestinidade a partir desse momento.<sup>485</sup>

Interessa destacar que, ao atuar na Rocinha a partir do final da década de 1940, a Fundação Leão XIII associava o núcleo de moradias aos estigmas que já marcavam as imagens de outros espaços habitados por trabalhadores na cidade que eram reconhecidos como favelas, onde a atuação de militantes comunistas era vista como um perigo a ser exterminado, modo pelo qual justificavam a sua própria intervenção nesses locais através da assistência social.

A partir de tal lógica, a *Tribuna da Imprensa* divulgou uma matéria na sua coluna chamada “Serviço Social”, que destacava a atuação da Fundação Leão XIII na Rocinha em 1950. Em primeiro lugar, cabe destacar que o proprietário do periódico era o conservador Carlos Lacerda. Além de realizar constantes denúncias do perigo da própria atuação comunista nas favelas, dois anos antes, Lacerda protagonizou uma campanha no *Correio da Manhã* chamada “A Batalha do Rio de Janeiro”, na qual ele apresentava as favelas cariocas como o grande problema contemporâneo.<sup>486</sup> Não é de estranhar que a atenção de Carlos Lacerda para esses núcleos de moradias se manifestasse nas páginas da *Tribuna da Imprensa*. Era o caso, em particular, da própria coluna “Serviço Social” que era destinada a discussão de “assuntos da atualidade ligados diretamente” à assistência social.<sup>487</sup> Por isso, na matéria publicada

em 1950 na *Tribuna da Imprensa*, o articulista divulgava a atuação da Fundação Leão XIII afirmando que a “grande esperança do povo da ‘Rocinha’ para a solução de parte de seus problemas está no ‘Centro de Ação Social São José’” mantido pela entidade na área desde 1949. Além de destacar a “assistência religiosa e a escola primária ali existente há vários anos” e que naquele momento estava sob os cuidados da Fundação Leão XIII, o repórter enfatizava ainda que diversos outros serviços eram prestados pela instituição na Rocinha.<sup>488</sup>

Ainda assim, em uma coluna destinada a noticiar as ações de serviço social promovidas na cidade, cujo foco naquela ocasião era a atuação da Fundação Leão XIII na Rocinha, o repórter da folha reservava a maior parte do espaço da sua reportagem para trazer outros elementos sobre a localidade e seus habitantes. Desse modo, o articulista denunciava os diferentes problemas enfrentados na Rocinha naquele momento. De início, ele afirmou que, “quem transita pela Estrada da Gávea, vê nas encostas dos morros, um aglomerado de casinhas e barracões de todos os tipos, formando como que uma cidade à parte. É a ‘Rocinha’”. Em seguida, passou a discorrer sobre as dificuldades enfrentadas pelos seus moradores:

“Geograficamente o local é apazível. Do ponto de vista demográfico, entretanto, ali estão encravados os mais sérios problemas. Não contando com luz nem policiamento de espécie alguma, as 7 mil pessoas que vivem naquele local (número superior à população de muitas cidades do interior), vêm gradativamente perdendo a tranquilidade. Raro é o dia em que não se registram na ‘Rocinha’ brigas, arruaças, jogatinas, provocadas muitas vezes por indivíduos estranhos àquela localidade, que sabendo da falta de policiamento, para ali se dirigem levando bebidas alcoólicas etc. A ‘Rocinha’, por estar afastada do centro urbano do Rio, presta-se ainda para toda sorte de atos maus. Ali funcionam jogos de baralho, macumbas, uma das quais tradicionalmente conhecida e frequentada por gente de alta roda...



Os barracos aumentam dia a dia. Os homens, vindos de outros pontos da cidade, ou do interior, geralmente aparecem sozinhos. Levantam a casinha e dias depois trazem toda a família. A miséria é generalizada. Por ocasião de nossa visita lá estava o padre Ceccaroni, já muito velhinho, distribuindo 350 pacotes contendo um quilo de arroz, 2 de feijão, um de farinha, meio de macarrão e um pacote de maizena. O padre Ceccaroni, que desde 1925, quando só existiam 300 pessoas, ajuda aquela gente, sendo considerado por muitos deles, mais que um santo, três vezes por ano (Natal, Semana Santa e seu aniversário), faz distribuição de gêneros alimentícios. O dinheiro para as compras ele consegue com amigos”.

Do seu ponto de vista, a ideia de que o núcleo de habitações identificado como a Rocinha formava “como que uma cidade à parte” era facilmente verificada através do significativo número de moradias e de seus habitantes. Tal percepção se expressava, particularmente, na sua constatação de que existia ali “um aglomerado de casinhas e barracões de todos os tipos”, mas também na sua estimativa de que “7 mil pessoas” residiam no local. Tal número se mostrava ainda mais assustador frente à informação de que em 1925 “só existiam 300 pessoas” ali instaladas, sugerindo assim que houve um expressivo crescimento em relação aos anos anteriores. Para além de constatar a significativa densidade demográfica da Rocinha em 1950, o jornalista previa a acelerada ocupação daquele espaço nos anos seguintes ao afirmar que os “barracos aumentam dia a dia”.

Por outro lado, o repórter da *Tribuna da Imprensa* chamava a atenção para o abandono do poder público, especialmente pela ausência das autoridades policiais daquele distrito e precariedade de outros serviços, como a iluminação local. Para ele, o resultado era que a Rocinha passava a figurar nas colunas policiais com certa frequência. O repórter associava ainda a escalada de violência e “toda sorte de atos maus” praticados na Rocinha à ideia de que a localidade estava “afastada do centro urbano do Rio”, o que se desdobrava no seu próprio abandono e no descaso do poder público.



O articulista da folha destacou ainda que:

“Na ‘Rocinha’ há um sério problema de compra de terras. Trezentas e tantas famílias compraram há tempos, a 60 prestações, lotes de terras da Cia. Castro Guidão. A maioria dessas famílias liquidou o pagamento mas não recebeu a escritura. Além de não passar esse documento não comprimiu a Cia. as exigências da P. D. F., como sejam abertura de ruas, etc. Os impostos estão atrasados. Muitos de compradores (sic) passaram procuração a certos cavalheiros que desapareceram com os documentos, etc. os lotes estão hoje avaliados em Cr\$ 150.000, 00.”

O jornalista apontava o problema enfrentado pelos moradores da Rocinha em relação à propriedade dos terrenos e, como consequência, a ausência de urbanização no local, pois a companhia não havia cumprido com as exigências legais da Prefeitura do Distrito Federal. Colocava-se, portanto, em questão a própria legitimidade de ocupação daqueles indivíduos, que ele tentava justificar através da sua denúncia do loteamento irregular da Companhia Castro Guidão e das invasões aos terrenos da empresa e áreas adjacentes que se intensificavam naquele momento.

Interessa destacar que, para o repórter, era como resultado do crescimento acelerado e desordenado da Rocinha que ocorria o aumento das ocorrências policiais, da miséria e da ocupação ilegal daquele território. Por essa lógica, o núcleo de moradias identificado como a Rocinha passou a se constituir como um problema para as autoridades públicas e outros atores sociais, como a Fundação Leão XIII e parte da imprensa carioca — em um contexto de forte campanha política protagonizada por esses indivíduos em favor da erradicação de tais núcleos de moradias de forma mais ampla na cidade. Tais atores sociais disputavam os sentidos e práticas daquele espaço cuja atuação marcava, num primeiro momento, o processo que começou a transformar o seu sentido na cartografia da cidade. Sendo assim, o período que compreende a elaboração e publicação dos primeiros censos especializados de favelas e as ações sociais que se voltavam



para os núcleos de habitações reconhecidos como tais pela Fundação Leão XIII, marcou um momento decisivo do processo de (re) invenção do sentido físico e simbólico da Rocinha no espaço citadino do Distrito Federal.

Durante a segunda metade da década de 1950, imagens estigmatizadas da Rocinha e de seus moradores passavam a ser identificadas com força ao núcleo de moradias, como no caso, particularmente, das representações associadas à marginalidade e criminalidade. Naquele momento, os jornais da chamada grande imprensa noticiavam em suas colunas policiais a ocorrência de assaltos e furtos no bairro de São Conrado (área que antes era conhecida como parte da Gávea).<sup>489</sup> Era o caso, por exemplo, do *Diário Carioca* que, em 1956, destacou a prisão de “três perigosos assaltantes que, desde muito, vinham agindo na Avenida Niemeyer, onde assaltavam residências e transeuntes”. Em poder dos criminosos, segundo o articulista, “detidos quando se encontravam na Favela da Rocinha (Estrada da Gávea), foram encontrados diversos objetos e dinheiro furtados”.<sup>490</sup>

Ainda que esses periódicos cariocas divulgassem notícias sobre assaltos no bairro de São Conrado e Gávea que estavam longe de serem praticados exclusivamente por moradores da Rocinha,<sup>491</sup> como resultado de notícias como estas, o núcleo de habitações passou a ser caracterizado de forma frequente por diferentes sujeitos como um espaço perigoso e violento. Em março de 1956, a *Tribuna da Imprensa* divulgou uma matéria sobre o policiamento no 1º Distrito Policial, na qual se afirmava que a “delinquência infantil no bairro do Jardim Botânico e redondezas preocupa mais às autoridades que os delitos dos adultos”. Em entrevista ao repórter da folha, o comissário de polícia do 1º Distrito Policial, Antonio Ernani Wanderley, alarmava que eram cada vez mais frequentes os crimes cometidos por menores naquela circunscrição, como, por exemplo, o roubo de plantas no Jardim Botânico para serem vendidas nas feiras, furto de medidores de luz, etc. A autoridade policial explicava ainda que:

“Perto do Jardim existem favelas muito povoadas, onde o número de crianças é enorme. Os pais, geralmente, não têm tempo para dar-lhes

assistência adequada. Ou, às vezes, por levarem vida pouco recomendável não podem orientar os filhos. As crianças vivem livres. Estão sujeitas a toda sorte de vícios. Eis porque já com tenra idade ingressam no crime, furtando, agredindo em bandos ou mesmo fumando maconha”.

Logo em seguida, o articulista da folha complementava:

“Os garotos atuam no só no J. Botânico como na Gávea e no Leblon. A Praia do Pinto e a favela da Rocinha fornecem o maior contingente desses menores transviados. Já houve época em que o 1º Distrito alojou mais de 15 garotos todos acusados de [...]”<sup>492</sup> falcatruas.

[...]”<sup>493</sup>

Para o comissário de polícia, as ocorrências registradas no 1º Distrito Policial que eram protagonizadas por menores, se ligavam a proximidade daqueles bairros e de “favelas muito povoadas, onde o número de crianças é enorme”. Era o que notava também o articulista da folha ao destacar a Praia do Pinto, um dos núcleos de moradias mais populosos da área que estava localizado no Leblon, e a “favela da Rocinha” que vivenciou um expressivo crescimento e adensamento populacional nos anos anteriores. Além de atribuir parte do problema à proximidade espacial entre aqueles bairros e à expressiva população instalada nesses núcleos de habitações, o comissário de polícia entendia que a delinquência infantil praticada por aqueles menores se relacionava a negligência e/ou promiscuidade de vida dos seus pais, o que em sua perspectiva levava àqueles menores a “toda sorte de vícios”. Por essa lógica, a Rocinha era comparada e igualada ao núcleo de moradias da Praia do Pinto que já havia se consolidado nas décadas anteriores enquanto favela na cartografia da cidade. Interessa notar que tanto alguns articulistas de periódicos cariocas como as autoridades policiais construía discursos que associavam o aumento da criminalidade nos bairros da zona sul que mais se valorizavam naquele momento à própria presença dos núcleos de moradias cujo crescimento de sua população passou a chamar a atenção de diferentes atores sociais ao longo da década de 1950.



Em reportagem divulgada em dezembro de 1956, o jornal *Última Hora* publicou uma pequena nota que reclamava a atenção das autoridades policiais para o bairro de São Conrado:

“[...] O bairro cresceu em par, sem perigo para as crianças que desciam as areias alvinitentes da praia onde os carros de passeio podiam ser deixados abertos sem correr o risco de uma visita inconveniente. Mas, essa história feliz foi interrompida com o crescimento da ‘favela’ da Rocinha (foto), onde, em meio a um proletariado infeliz arrastado contra a vontade para esse aglomerado pouco urbanístico e ainda menos higiênico, aninham-se perigosos assaltantes e criminosos que descem para o bairro despoliciado. [...]”.

Para o repórter da folha, “o crescimento da ‘favela’ da Rocinha” era um divisor de águas para o próprio bairro de São Conrado, cujo resultado era a formação de um “aglomerado pouco urbanístico e ainda menos higiênico”. Buscando demonstrar a sua amplitude, a fotografia que acompanhava a matéria retratava um denso núcleo de moradias, em uma imagem comum a outros aglomerados formados por trabalhadores, que eram reconhecidos enquanto favelas no espaço urbano. Ao cristalizar tais representações na reportagem, o jornalista as identificava à própria Rocinha. Embora reconhecesse que entre os seus habitantes muitos eram trabalhadores, ele não deixava de afirmar que tantos outros eram “perigosos assaltantes e criminosos”. Sendo assim, o articulista associava a própria expansão da Rocinha naquele momento à presença de “assaltantes e criminosos” que atuavam no bairro de São Conrado, colocando em suspeição o conjunto de seus moradores.

Mais significativo a esse respeito é a matéria publicada em dezembro daquele mesmo ano no jornal *Última Hora*, que voltou a chamar a atenção para a atuação pouco efetiva do 1º Distrito Policial na região, reivindicando mais policiamento para o bairro de São Conrado. Em um dos subtítulos denominado a “coincidência da proliferação de favelas e o alarmante índice de assaltos”, o jornalista da folha indicava qual seria o assunto tratado na matéria. Para demonstrar essa constatação, o repórter entrevistou um habitante do bairro que contou sua experiência





ao presenciar alguns indivíduos que atiravam em objetos na praia: “Eles descem da favela para assaltar e fazer tiro ao alvo aqui” — explicou ao repórter o morador de São Conrado que teve a oportunidade de presenciar o fato”. Em seguida, o jornalista constatava:

“E lá estava a favela da ‘Rocinha’ crescendo mais do que qualquer outra favela do Rio de Janeiro. Não há limitação. Os barracos são cobertos com telhas (exigência da Prefeitura) e alugados por bom dinheiro. Os terrenos circunstantes não oferecem obstáculos e sempre novos casebres vão crescendo virando um verdadeiro mundo, não de zinco como em Mangueira, mas de telha mesmo, desde o pico dos Dois Irmãos até a Estrada da Gávea. E os moradores de São Conrado, Gávea e Joá vêm sobressaltados a proliferação sem limite. [...]”.<sup>494</sup>

Embora não tivesse demonstrado com números concretos o aumento do índice de assaltos em São Conrado, o articulista da folha associava o acelerado crescimento da Rocinha vivenciado naquele momento ao aumento desses crimes no bairro. O repórter ainda elencava outros elementos para justificar o “verdadeiro mundo” que se tornou o núcleo de moradias. Era o caso, em particular, da crítica que ele faz a Prefeitura quanto à tolerância na construção de “barracos” cobertos com telhas e a sua fiscalização pouco efetiva que resultava no surgimento de “novos casebres”. Além disso, por estar em vigor a Lei do Inquilinato naquele momento, ele apontava a atividade irregular de aluguel de casas como mais um fator de crescimento das habitações no local.<sup>495</sup> Em outro momento da matéria o articulista voltou a enfatizar que a “favela da Rocinha, a que mais cresce dentro do Distrito Federal” encontrava-se próxima a “Praia de São Conrado, a Gávea e o Joá”<sup>496</sup>, com suas ricas mansões”. Com essas palavras, ele delimitava as fronteiras espaciais e sociais da Rocinha e dos bairros vizinhos, construindo uma representação que distinguia os territórios no espaço urbano carioca. Em mais uma constatação alarmista, o repórter destacava que as aristocráticas mansões, abandonadas pela Polícia, “são agora presa fácil dos assaltantes que trabalham despreocupadamente



e sem o risco de serem molestados pela inesperada presença da ‘Lei’. Por essa lógica, o crescimento da Rocinha e o aumento dos assaltos nos bairros vizinhos era, portanto, motivo de preocupação exatamente pela localização valorizada daquele solo urbano.

Como consequência dessa imagem de perigo que passou a se associar à Rocinha, as batidas policiais no local passaram a ocorrer com mais frequência naquele momento, não sendo incomuns notas que divulgavam nos jornais cariocas operações na área. No dia 10 de dezembro de 1956, o jornal *Última Hora* noticiou que, em continuidade à ordem do chefe de polícia “no sentido de tornar mais eficiente o policiamento na cidade”, agentes de diferentes órgãos especializados da Delegacia de Vigilância e Capturas e a Delegacia de Diligências Especiais “vasculharam todos os recantos da malandragem, notadamente os localizados na zona sul”, durante todo o dia e noite do dia anterior. Ao especificar quais locais eram esses, o articulista da folha notava que couberam as turmas de policiais supervisionar “a orla da Avenida Niemeyer, a favela da Catacumba, bem como a famosa Favela da Rocinha, local por excelência preferido pelos grandes marginais”.<sup>497</sup> Em 1958, os jornais cariocas voltaram a noticiar que “dezenas de policiais armados até os dentes subiram o morro que aflui ao local denominado ‘Rocinha’, na estrada da Gávea”, “alguns de metralhadora na mão”. Segundo o autor da nota, eles “vasculharam durante toda a tarde os recantos da Favela”, em uma operação que pretendia prender um certo Cabo Nilo.<sup>498</sup> Em outra reportagem divulgada naquele ano, o articulista do *Diário de Noite* informou que tratava-se do cabo da Polícia Militar, Nilo da Costa Silva, do Segundo Batalhão da Terceira Companhia, que foi comandante do destacamento da Rocinha por um longo período.<sup>499</sup> Cabe notar que a proliferação da imagem de perigo associada a Rocinha se desdobrava na própria presença de um posto policial no local, que incidia no cotidiano dos seus moradores.

Em pouco tempo, já apareciam reclamações de moradores da Rocinha e de certos articulistas dos jornais cariocas sobre a violação de seus direitos por parte da polícia. Era o caso, por exemplo, de um indivíduo que se declarou morador do local chamado George Galvão,

que recorreu ao *Diário Carioca* para denunciar as “violências da Polícia de Vigilância” cometidas “contra os moradores da favela da Rocinha, na Gávea”.<sup>500</sup> O mesmo aconteceu com Ana Montenegro, que em um artigo publicado na sua coluna do jornal *Imprensa Popular* denunciava as ações arbitrárias dos policiais na Rocinha:

[...]. Muitos habitantes da Rocinha ouviram falar que existe uma Constituição da República, onde há o artigo 141 e o parágrafo 15, que diz assim: ‘ A casa é o asilo inviolável do indivíduo. Ninguém poderá nela penetrar, à noite etc., etc...’ Mas, que é da campanha, que é da fechadura, que é do direito, na prática, para impedir que, de madrugada, a porta seja aberta, violentamente? Existem bandidos, na Rocinha? Procurem os chamados bandidos, mas não pisem com as botas da força a liberdade daquela gente, que a usa, podem acreditar, para trabalhar, para encher as vielas nas tardes de domingo, escutando o alto-falante, que ajuda a alegrar o repouso, ao fim de cada semana, com o ritmo do samba [...].<sup>501</sup>

É provável que a repercussão negativa das batidas policiais no local, assim como em outros núcleos de habitações afetados pela repressão da polícia naquele momento, tivesse levado as autoridades do 1º Distrito Policial a tomar uma iniciativa. Era o que divulgava o *Diário da Noite* naquele mesmo ano, ao publicar uma matéria junto a uma foto da Rocinha.<sup>502</sup> Segundo a legenda da fotografia, a imagem retratava o Campo do Esperança, área que era identificada como parte da “favela da ‘Rocinha’”, onde moravam, segundo a estimativa do articulista, “cinquenta mil pessoas”. Além disso, a reportagem trazia ainda a informação de que “todos serão fichados pela Polícia que pretende separar o joio do trigo”. Tratava-se, segundo o próprio jornalista da matéria, do cadastro de “todos os favelados” da Praia do Pinto, Morro do Cantagalo, Rocinha e Chácara do Céu, que “serão obrigados a se identificarem no 1º Distrito, revelando situação civil, origem, local onde trabalham e situação exata do local onde residem”. Ainda que essa iniciativa se amparasse na justificativa de “separar o joio do trigo”, portanto, distinguindo os criminosos dos demais indivíduos ali instalados, na prática, essa ação



representava a própria criminalização dos trabalhadores pobres que residiam nesses espaços, como indicam as denúncias de violações dos seus direitos divulgadas em alguns jornais cariocas.

O repórter do *Diário da Noite* revelava ainda o motivo do cadastro dos moradores daqueles lugares ao afirmar que “esperam as autoridades do 1º Distrito limpar toda aquela área em atendimento à série de reclamações que receberam de moradores do Leblon e Gávea, contra furtos realizados mesmo durante o dia”. A nota destacava que a iniciativa visava ainda “evitar os contínuos assaltos aos turistas” que visitam aqueles bairros. Com essas palavras o repórter da folha deixava entrever, portanto, que a reclamação e atuação de diversos sujeitos, como articulistas de jornais do período, autoridades policiais e dos moradores elegantes da Gávea, São Conrado e Leblon, que insistiam em associar o crescimento da Rocinha aos assaltos que ocorriam nesses bairros vizinhos, respondia aos interesses do mercado imobiliário e do desenvolvimento turístico da área.

Se ao longo das décadas anteriores eram esporádicos os testemunhos que identificavam a Rocinha como favela, a partir da segunda metade da década de 1950, diversos sujeitos, tais como a grande parte da imprensa, organizações ligadas a igreja católica, autoridades públicas e indivíduos da elite carioca que passaram a se estabelecer nos bairros vizinhos com mais frequência naquele momento, passavam assim a associá-la às noções de marginalidade e criminalidade, que eram naturalizadas como características comuns à outros territórios consolidados na cidade com sentido semelhante. De *bairro operário*, a Rocinha era assim associada definitivamente aos estigmas que marcavam esses núcleos de moradias, tornando-se alvo privilegiado das preocupações letradas e das ações do poder público. Resta assim tentarmos entender como alguns dos moradores da localidade reagiram a esta nova realidade, mobilizando-se na luta por seus direitos a partir de meados da década de 1950.

### 6.3. Trabalhadores Favelados da Rocinha

No dia 23 de novembro de 1954, o jornal *Imprensa Popular* publicou uma matéria na qual informava que foram realizados três



eventos em comemoração à fundação dos “centros de melhoramentos” da Rocinha, Jacarezinho e Morro do Alemão. Ao afirmar que “cresce o interesse dos favelados pela UTF”, o articulista da folha explicitava que os centros criados naquela ocasião eram vinculados a União dos Trabalhadores Favelados.<sup>503</sup>

Em abril daquele mesmo ano, a UTF foi fundada oficialmente por moradores do Morro do Borel, auxiliados pelo advogado Magarinos Torres, que passou a exercer o cargo de secretário geral da associação naquele mesmo ano.<sup>504</sup> Além de protagonizar um vigoroso movimento junto aos favelados do Borel e de outros núcleos de moradias formados por trabalhadores da cidade, Magarinos Torres exerceu uma forte militância política em órgãos de tendência comunista naquele momento.<sup>505</sup> Embora a UTF tenha se declarado independente de partidos políticos, a organização teve apoio de militantes comunistas, tendo inclusive ampla cobertura do jornal *Imprensa Popular*, órgão de propaganda do PCB.<sup>506</sup>

De início, o objetivo da UTF era lutar contra uma ação judicial de despejo movida pela empresa Seda Moderna, subsidiária da imobiliária Borel Meuron, que alegou ter adquirido os terrenos de um suposto proprietário anterior.<sup>507</sup> Após conseguir a suspensão da ação judicial que determinava a expulsão dos moradores do Borel, e valendo-se do prestígio que passará a ter naquela favela, a associação rapidamente ampliou suas atividades, estabelecendo Centros de Trabalhadores Favelados em diversos outros núcleos de moradias formados por indivíduos de baixa renda da cidade.<sup>508</sup> Tais organizações, congregadas na UTF, buscavam representar os seus interesses junto aos poderes públicos. Isso porque, para além de representar os moradores do Morro do Borel, a organização defendia a universalização dos direitos dos favelados e intencionava representar as diferentes favelas da cidade. Dessa forma, a entidade tomava para si a tarefa de federar e congregar o conjunto dos movimentos representativos favelados. Àquela altura, a sua própria visibilidade se afirmava, em grande parte, por essa articulação com associações erradicadas em diferentes núcleos de moradias da cidade.<sup>509</sup>

Em meio a esse processo, era inaugurado o centro na Rocinha em novembro de 1954, como divulgava a matéria publicada na *Imprensa*



*Popular*. Ao noticiar o evento realizado em comemoração à criação do centro no local, o repórter da folha afirmou que:

“[...] às 20:30, o dr. Magarinos subiu na Favela do Laboriód, que é uma sub- divisão da Rocinha. Lá no alto, no coração da mata, encontramos um terreiro embandeirado, um alto – falante e a voz de um cantor popular. Ao ser anunciada a chegada do dr. Magarinos Torres fogos subiram, vivas, e mais gente afluíu”.

Segundo o jornalista, a festa ocorreu no “Laboriód”, um dos locais identificados como parte da Rocinha, cuja descrição ele destacava a sua localização no alto do morro entremeada a densa mata que circundava o local do evento. O repórter enfatizava ainda que a presença do secretário geral da UTF, Dr. Magarinos Torres, foi aclamada pelos moradores da Rocinha que compareceram à festa naquele momento. A edição trazia uma foto do evento, que parece registrar o momento em que Margarinos Torres pronunciou o seu discurso. É o que indica o fato de que a maior parte das pessoas ali presentes olhavam atentamente para o palco, onde encontrava-se uma faixa escrita provavelmente União dos Trabalhadores Favelados e alguns indivíduos em cima do tablado que se dirigiam a plateia.



**Figura 21 – Fotografia da festa de comemoração à fundação do centro de melhoramentos da Rocinha.**

Fonte: “Domingo Foi Dia de Festa no Morro”, *Imprensa Popular*, 23 de novembro de 1954.



A imagem revelava ainda que, embora se tratasse de um evento cuja amplitude não atingia a maior parte da população da Rocinha, que àquela altura contava mais de cinco mil pessoas segundo o censo de 1950, a presença de moradores estabelecidos ali não era, porém, inexpressiva. Por essa lógica, o jornalista tentava demonstrar a amplitude do evento, atestando o seu sucesso ao afirmar que “foi uma grande noite no Laboriό, na Rocinha”.

A partir daquele momento, destacados moradores da Rocinha passaram a atuar junto a UTF e outros núcleos de moradias reconhecidos enquanto favelas no espaço urbano da cidade. Era o caso, em especial, da campanha em apoio a Juscelino Kubitschek e João Goulart desencadeada em 1955. Em sua coluna chamada “Cidade Aberta” publicada na *Imprensa Popular*, o jornalista Edmar Morel afirmou que, “por intermédio da ‘União dos Trabalhadores Favelados’”, o então candidato Juscelino Kubitschek “foi ao encontro dos 4.100 favelados da ‘Rocinha’, nos confins da Gávea e ainda respondeu a um longo questionário” na sua campanha eleitoral, assumindo “um compromisso de honra” com os favelados do Distrito Federal.<sup>510</sup>

Em agosto daquele mesmo ano, o jornal *Imprensa Popular* voltou a divulgar uma nota afirmando que “numerosa comissão, representava os moradores da Rocinha, da qual participava o sr. João Casemiro, presidente do Centro dos Trabalhadores Favelados do local”, em um comício pró Juscelino Kubitschek e João Goulart realizado no Morro de Santa Marta.<sup>511</sup> O mesmo jornal informou pouco tempo depois que João Casemiro<sup>512</sup> também era presidente do Comitê do Partido Social Democrático na Rocinha, o que levava o articulista a reconhecer ele como um dos homens “que organizam os moradores do Morro da Rocinha nas pugnas eleitorais”.<sup>513</sup>

Em meio à instabilidade política que se desencadeou após a morte de Getúlio Vargas no ano anterior, era então realizada a campanha para a eleição presidencial que aconteceria em outubro de 1955. Nessa ocasião, a chapa Juscelino-Jango era lançada pelo Partido Social Democrático (PDS) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que concorria aos cargos de presidente e vice-presidente respectivamente. O próprio jornal *Imprensa popular*, periódico de propaganda



do PCB, se dedicou a cobertura da campanha dos candidatos na cidade, seguindo a orientação do líder do PCB, Luís Carlos Prestes, que inclusive anunciou o seu apoio à chapa. Embora defendesse o adiamento das eleições empregando diversas manobras políticas que lhes renderam a alcunha de “golpistas”, a União Democrática Nacional (UDN) lançou como seu candidato o general Juarez Távora União. Além do candidato do partido conservador, também concorreram à eleição daquele ano Ademar de Barros pelo (PSP), e o antigo líder integralista Plínio Salgado (PRP).<sup>514</sup>

Diante desse cenário político, em 1955, o jornal *Imprensa Popular* divulgou outra nota afirmando que “meio milhão de favelados [estavam] com Juscelino e João Goulart”.<sup>515</sup> Segundo o repórter da folha, os membros da direção da UTF lançaram um manifesto em oposição ao “golpista de sr. Juarez Távora e o conteúdo francamente divisionista da candidatura de Ademar de Barros”, declarando assim o seu apoio à candidatura de Juscelino e Jango. Ainda segundo a matéria, mais de uma centena de representantes dos centros radicados em diversas favelas do Distrito Federal assinaram o manifesto, dentre as quais a “Favela da Rocinha”. O núcleo de moradias era representado nominalmente por Augusto Ferreira e Severino José dos Santos, que se declararam comerciantes do local. Por ocasião de um conflito com um cliente que ocorreu no ano seguinte à publicação da nota no periódico *Imprensa Popular*, os jornais *A Noite* e *Diário da Noite* publicaram uma foto de Severino José dos Santos naquela ocasião. Segundo informavam ainda os mesmos periódicos, Severino José dos Santos, de 32 anos, era casado e a sua “birosca” estava fixado à rua 2, na Rocinha, deixando entrever, portanto, que se tratava de um pequeno proprietário da área.<sup>516</sup>

Após as eleições em outubro de 1955, a *Imprensa Popular* voltou a publicar outra nota na qual os “MORADORES das favelas cariocas” declaravam seu apoio a Juscelino Kubitschek e João Goulart, que inclusive saíram vitoriosos da disputa eleitoral.<sup>517</sup> Isso porque, àquela altura, a crise política no país se agravava devido às investidas dos grupos civis- militares interessados no rompimento institucional, ameaçando, portanto, o mandato de tais candidatos eleitos. Nesse cenário, se destacaram os udenistas cujos ataques se deram, sobretudo, por meio da



*Tribuna da Imprensa*.<sup>518</sup> Mais uma vez, a “FAVELA DA ROCINHA” era representada no manifesto em favor de Juscelino e Jango, assinado novamente pelo comerciante Severino José dos Santos, mas também pelo operário Waldemiro Tavares que, em 1956, por ocasião do conflito já mencionado, veio a falecer aos 24 anos de idade. Segundo noticiava o periódico *A Noite* nessa ocasião, ambos eram “compadres”.<sup>519</sup> Além destes indivíduos, a Rocinha era representada no manifesto da UTF por Argemiro R. Queiroz, presidente do Inconfidente Esporte Clube, o comerciante Martinho Gonçalves, e o comerciante Domingos S. Sargo.<sup>520</sup> O último indivíduo era, provavelmente, um antigo morador da Rocinha, cujo parente de nome Antonio da Silva Sargo se estabeleceu ali em 1935, à Estrada da Gávea número 408. Domingos da Silva Sargo também foi presidente do Santa Cruz F. C. em 1945, ano em que se filiou ao PCB, e integrou a “Célula Euclides Cardoso” junto a diversos outros moradores da Rocinha. Segundo constava nos documentos da organização política apreendidos pelo Divisão de Polícia Política e Social, ele exercia a função de barbeiro à Estrada da Gávea n. 425, onde também era sua residência.<sup>521</sup>

Embora constasse no projeto do estatuto da UTF elaborado em 1954 que os seus associados deveriam ser representados por Centros de Trabalhadores Favelados formados em cada local, segundo Marco Pestana, no estatuto registrado em 1958 o documento não tornava obrigatória essa medida. Esse último documento, reúne uma extensa lista de signatários da associação, cujos dirigentes de seus diretórios aparecem representados. Em nome da Rocinha consta o nome de “Luís Caetano da Silva, Presidente do Clube Esperança, localizado na Rocinha”.<sup>522</sup> Por um lado, o caso deixa entrever que o centro da Rocinha vinculado a UTF provavelmente conservava sua sede no próprio clube naquele ano. Por outro, como visto no Capítulo 2, é possível identificar que Luís Caetano da Silva era um antigo morador do local que, em 1936, fundou e presidiu a União Espírita de São Sebastião cuja sede também estava fixada na Rocinha, e, em 1940, já encontrava-se exercendo o cargo de presidente do Esporte Clube Esperança. Sendo assim, o caso indica que as redes de comunicação construídas entre os trabalhadores da localidade nos anos anteriores



através de seus diferentes espaços associativos foram importantes na sua articulação com o movimento capitaneado pela UTF.

Não se tratava, porém, de um mero acaso o fato de que tais habitantes da Rocinha tivessem participado do movimento de trabalhadores favelados naquele momento. É possível seguir uma pista de investigação nos próprios manifestos da UTF, assinados por àqueles moradores da Rocinha em setembro e novembro de 1955, inicialmente citados. No primeiro caso, afirmava-se que os favelados

“[...] repelem o golpe, porque se isto ocorresse, muito mais difícil seria a nossa luta. Os favelados precisam de liberdade e respeito a seus direitos. Precisam de melhorias nas favelas, como sejam luz, água e esgoto e não invasões e despejos. [...]”.

No segundo caso, declarava-se que:

“Nós, trabalhadores favelados, participamos com alegria e entusiasmo, das eleições de 3 de outubro na esperança de que estas nos trouxessem um fim às ameaças de despejo de que somos vítimas e as melhorias que tanto reclamamos, como água, luz, esgoto, escolas. Devemos agora estar unidos, independente de partido ou candidato em que tenhamos votado, ao lado do Congresso Nacional e de todas as forças que se colocam em defesa da Constituição.

Cabe a todos os favelados manifestarem seu firme propósito de lutar em defesa da Constituição, apoiando o Congresso Nacional, seja, quais forem as barreiras a vencer, pois que isto significa defendermos nossas casas e nossos direitos ameaçados pelos golpistas”.

Ainda que apresentados em contextos de disputa política distintos, ambos manifestos que se colocavam a favor dos candidatos do PSD e PTB reiteravam algumas das principais demandas reivindicadas pela própria UTF. Era o caso, particularmente, das “ameaças de despejo de que somos vítimas e as melhorias que tanto reclamamos, como água, luz, esgoto, escolas”.<sup>523</sup>



Assim como o morro do Borel, ao longo da década de 1950, diversos núcleos de moradias estiveram sob ameaça de conflitos fundiários na cidade. Isso porque, como notou Rafael Gonçalves, delimitar a situação fundiária dessas áreas era tarefa bastante difícil, assim como determinar com precisão seus proprietários de fato, e a própria extensão de seus domínios. Diante desse cenário, abria-se a possibilidade de manobras diversas para reivindicar esses terrenos. Respondendo às pressões do mercado imobiliário, eclodiu, nesse período, uma multiplicidade de processos judiciais movidos pelos pretensos proprietários de terras, que reivindicavam o despejo dos seus moradores. Muitos desses indivíduos eram, no entanto, grileiros que reivindicavam por meios fraudulentos e violentos a posse de tais terrenos ocupados previamente.<sup>524</sup>

Era o caso da própria Rocinha que, àquela altura, era alvo de um provável grileiro chamado Renato Caruso, que se dizia “dono da Rocinha”. Em matéria publicada no dia 24 de janeiro de 1954, o repórter Marinus Castro do jornal *Imprensa Popular* denunciava a ação de Caruso na área afirmando que “surgiu na ‘Rocinha’ um grileiro de última hora que se diz dono da favela, é candidato a vereador, e, sob as ameaças mais imbecis, pretende arrancar os votos dos que ali habitam”, pois quem “não votar no ‘dono da Rocinha’ será sumariamente despejado”. Segundo o articulista da matéria,

“Longe, porém, estão os moradores da ‘Rocinha’ de se intimidar com as ameaças de Renato Caruso, porque o terreno onde se erguem os barracos pertence à Prefeitura. Além do mais, a convicção dos favelados está acima de qualquer ameaça. E é D. Estelita Rocha quem afirma:

‘— Não devemos favores ao Sr. Renato Caruso, que aqui apareceu há um mês dizendo-se ‘dono’ da ‘Rocinha’ e que nada fez e nada fará por nós. Votaremos em quem quisermos, se é que estamos numa democracia.’”<sup>525</sup>

Assim como D. Estelita, as ameaças de Renato Caruso parecem não ter surtido efeito entre os moradores da Rocinha, já que o candidato a vereador do Distrito Federal concorreu às eleições em



outubro daquele mesmo ano pelo Partido Democrata Cristão, não obteve votos suficientes para se eleger ao cargo público.<sup>526</sup> Talvez a incredulidade de D. Estelita estivesse associada à problemas de ordem jurídica, como indica o parecer de um agente da Divisão de Polícia Política e Social que declarou em seu relatório que os “terrenos da Rocinha são reclamados pela família Caruso, mas o seu despejo é praticamente impossível”.<sup>527</sup> Outro indício a esse respeito é o depoimento de Francisco Tavares Carneiro, no qual afirmou que Caruso se dizia dono da Rocinha, mas “ele perdeu [a propriedade dos terrenos], porque não pagou os impostos, perdeu pro Estado”.<sup>528</sup> Ainda assim, interessa notar que, embora D. Estelita e as autoridades policiais se mostrassem incrédulos quanto a uma ação efetiva de despejo movida por Renato Caruso, o caso sugere que a permanência desses moradores nos terrenos identificados ao núcleo de moradias da Rocinha naquele momento encontrava-se em constante ameaça.

Além da questão de propriedade fundiária que se colocava na Rocinha naquele momento, o acesso aos serviços básicos disponíveis ali também era objeto de reclamação dos seus próprios moradores nas décadas anteriores. Entretanto, devido ao crescente adensamento demográfico vivenciado no local, especialmente durante a década de 1950, esses serviços provavelmente se tornaram ainda mais precarizados. É o que podemos inferir através da própria matéria publicada no jornal *Imprensa Popular* naquele mesmo dia. Ao entrevistar os moradores ali estabelecidos, o repórter da folha afirmou que ouviu diferentes reclamações quanto aos serviços de água, transporte, médico e escolar. D. Anita Costa, de 58 anos, mãe de 6 filhos, por exemplo, expôs a sua difícil situação ao repórter afirmando que:

“— Chegar na fila d’água depois de três horas da tarde, só sai às 11 da noite. Por isso, improvisamos carrinhos que comportam várias latas e subimos a estrada com a ajuda de nossos filhos. Por essa razão quatro dos meus deixaram de frequentar a escola esse ano, porque sozinha não posso fazer nada. Viver aqui é sofrer eternamente...”



Não se tratava, porém, de um problema exclusivo dos moradores da Rocinha, convertendo-se assim em uma carência comum à diversos núcleos de moradias formados por trabalhadores pobres pela cidade.<sup>529</sup> Como notou Marco Pestana, a UTF procurou atuar de forma a suprir essa lacuna deixada pelo Estado, empenhando-se em fornecer, por exemplo, atendimento médico em diversos núcleos de moradias representados na associação.<sup>530</sup>

Além de atuar contra as ações de despejo e na reivindicação de melhores serviços para os seus associados, em 1955, a UTF encaminhou uma petição ao ministro da Justiça Marcondes Filho, cujo documento denunciava as violentas operações policiais cotidianamente realizadas nos morros da cidade.<sup>531</sup> Como visto anteriormente, tratava-se de uma questão que, exatamente a partir da segunda metade da década de 1950, ganhou importância para os habitantes de Rocinha e de outros núcleos de moradias da zona sul carioca.

Desse modo, a UTF buscou representar e articular os seus associados a partir de interesses comuns aos moradores de diferentes núcleos de moradias da cidade naquele momento, o que pode ter motivado àqueles habitantes da Rocinha a formarem o centro filiado à UTF em 1954 e atuar junto à associação nos anos seguintes. Essa experiência de organização e luta protagonizada por tais indivíduos, que reivindicavam o seu direito à moradia, serviços públicos de qualidade e o respeito à sua cidadania, evidenciava os limites dos discursos que negavam o seu lugar como parte do espaço urbano carioca, expressa de maneira singular pelo jornalista da *Tribuna da Imprensa* em 1950 ao afirmar que o núcleo de moradias era “uma cidade à parte”.

Ao atuar junto à União dos Trabalhadores Favelados em meados da década de 1950, estes moradores da Rocinha passaram a disputar os sentidos associados àquele espaço e aos seus habitantes. Em contraste com as representações pejorativas constantemente identificadas à Rocinha, como no caso em particular de marginalidade e criminalidade, a partir daquele momento eles tentavam associar a sua imagem à noção de trabalhadores favelados explícita no próprio nome da organização que aqueles indivíduos buscavam se veicular, e ainda forjavam novas estratégias de luta por suas demandas e necessidades.



Ao reelaborar suas formas de ação e enfrentamentos sociais a partir do diálogo com diferentes atores sociais naquele momento, tentando garantir o seu espaço de moradia e conquistar direitos e cidadania para o conjunto de seus moradores, tais sujeitos construíam seus vínculos de pertencimento com o próprio território através dessa experiência e, ao mesmo tempo, articulavam os seus laços identitários com àqueles que se reconheciam como favelados. Longe de afirmar uma identidade coesa, estática e homogênea para àquele território, a partir da segunda metade da década de 1950, o núcleo de moradias se consolidava como a favela da Rocinha no espaço urbano do Rio de Janeiro como fruto das disputas e negociações protagonizadas por diferentes sujeitos.



# Considerações finais

Em 2019, a diretoria da Associação de Moradores e Amigos de São Conrado (AMASCO) fez circular um comunicado nos prédios do bairro, convocando os seus moradores para uma reunião. Retomando a disputa de 2013 contra a favela da Rocinha, a AMASCO colocava novamente em discussão o medo de seus diretores em relação às comunidades situadas no entorno do bairro.

“ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DE  
SÃO CONRADO  
CONVOCAÇÃO  
DIA 25 DE JUNHO DE 2019  
(TERÇA-FEIRA)  
ÀS 20 HORAS, NO  
TEATRO DO FASHION MALL

TEMA: “Crescimento desordenado para dentro de São Conrado das comunidades vizinhas ao nosso Bairro (Rocinha, Vila Verde, Favela da Matinha, Vidigal e Vila Canoas)”.

A AMASCO apresentará fotos e suas propostas contra a degradação, e espera receber sugestões dos moradores.

**PARTICIPEM E CHAMEM OS SEUS VIZINHOS!!!**

Somente com a ajuda e a participação de todos é que poderemos impedir o progresso da destruição ilegal da Mata Atlântica que nos cerca e que nos protege.

A Diretoria da AMASCO  
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DE SÃO CONRADO- AMASCO

Estrada da Gávea, 899, 2º Piso, Tels [...].”

Ao operar com uma dicotomia claramente definida entre as “comunidades vizinhas” e o “nosso bairro”, a associação reafirmava as fronteiras simbólicas que separam esses territórios e seus habitantes, reproduzindo a distância social essencializada como uma característica intrínseca àquele espaço urbano. Ainda que mobilize o argumento de





proteção ambiental das matas presentes nos morros da região, a nota revela que a presença e expansão dessas comunidades formadas em sua maioria por trabalhadores de baixa renda é o verdadeiro problema a ser enfrentado e combatido pela própria AMASCO. Como efeito, comunidades como a Rocinha costumam ser apresentadas por grande parte da imprensa e por moradores elegantes de seu entorno como um problema, a macular a imagem de elevação que pretendem assegurar para seus bairros.

A partir do caminho exposto neste trabalho, é possível perceber os limites e incorreções de muitas das imagens identificadas como que naturalmente à Rocinha nos dias de hoje em representações como as da AMASCO. Com forte marca teleológica, a visão construída pela grande imprensa e por setores da classe média que residem nos bairros do seu entorno parte da suposição de que, dada a precariedade atual da ocupação da localidade, ela constituiria uma mácula do processo de afirmação urbana da região. Isso porque o “crescimento desordenado” da favela teria sido fruto de ocupações ilegais e sem lógica, que teriam se desenvolvido nas franjas de bairros como São Conrado. Nesse sentido, elas constituiriam simples “comunidades vizinhas”, sem legitimidade nem direitos, cuja expansão ameaçaria a cidade propriamente dita – gerando uma inevitável “degradação” desse espaço urbano.

Na contramão de imagens como estas, a análise da consolidação da Rocinha ao longo da primeira metade do século XX nos ajuda a desconstruir as fronteiras socioespaciais que separam simbolicamente a comunidade e os bairros vizinhos. Abandonadas explicações teleológicas que partem do pressuposto da marginalidade própria à favela, tal análise mostra que era como parte do desenvolvimento urbano da cidade que se constituiu e se expandiu aquele núcleo de moradias. Este se deu em momento muito anterior à própria afirmação urbana de bairros como a Gávea e São Conrado, constituídos posteriormente em espaços contíguos àqueles que começaram a ser ocupados por trabalhadores de baixa renda ainda nos primeiros anos do século XX.

Ao mesmo tempo, a análise de sua consolidação mostra que, longe de estarem à margem da legalidade, os moradores da Rocinha trataram de afirmar e disputar, ao longo daquelas décadas, sua posição e seus



direitos — sejam aqueles propriamente ligados à posse da terra ou os que se voltavam para os direitos de cidadania, como educação e saneamento. Como vimos, ainda nos anos iniciais de formação da própria Rocinha esses indivíduos chamavam a atenção das autoridades públicas reclamando melhores serviços básicos para o local. Em meados da década de 1940, os moradores da Rocinha lutaram para garantir o seu espaço de moradia através da anulação de um decreto municipal que desapropriava os seus imóveis. Durante o final da década de 1940 e no decorrer da década de 1950, tais sujeitos elaboravam estratégias de ação e enfrentamentos sociais diante dos novos desafios que se apresentavam, rearticulando assim os laços identitários entre eles. O fizeram a partir de redes de solidariedade tecidas na experiência compartilhada como moradores da localidade, através das quais mostravam estar longe das imagens de anomia muitas vezes associada aos habitantes de espaços como estes.

Foi como resultado dessas redes que conseguiram afirmar seu direito à moradia, mesmo batendo-se com os interesses comerciais, turísticos e políticos contra os quais tiveram muitas vezes que se defrontar.

Por mais que a realidade atual da Rocinha já seja muito diferente daquela da década de 1950, quando esse processo de consolidação já havia se afirmado, esta história nos ajuda assim a desnaturalizar algumas das imagens recorrentemente utilizadas para tentar deslegitimar e atacar aquele espaço e seus moradores. Sem se constituir como um dado natural de sua história, a comunidade se afirmava no imaginário urbano carioca como fruto dos embates e negociações com diferentes atores sociais que, por décadas, marcaram o processo de ocupação da área. Em sentido inverso às representações disseminadas por muitos contemporâneos que, ao longo desse período, apontavam o núcleo de moradias como o avesso e até mesmo como um entrave ao desenvolvimento urbano da cidade, era como parte desse processo que se constituía historicamente a sua formação e consolidação.

Além de qualificar o debate social e político atual sobre a situação da Rocinha, o esforço de investigar as lógicas sociais e culturais do processo histórico de formação do território que conhecemos hoje como a favela da Rocinha a partir das perspectivas, lógicas e estratégias daqueles que efetivamente se estabeleceram naquele espaço, nos permitiu



repensar a própria periodização habitualmente definida para a história da localidade. Em caminho diverso de outros estudiosos que elegeram a comunidade como objeto de estudo em uma perspectiva histórica, a periodização adotada neste trabalho não se definiu a partir da década de 1920, quando o loteamento da fazenda Rocinha foi realizado pela Companhia Castro Guidão. Isso porque, ao recuar o período de análise para o início do século XX, compreendi o processo de ocupação do espaço que se afirmou como o *bairro operário* da Rocinha nos primeiros anos da década de 1930, como parte do desenvolvimento urbano da cidade e da ocupação anterior dos trabalhadores na região. Foi a partir dos laços constituídos nesse primeiro momento de ocupação naquele espaço que diversos moradores ali estabelecidos passaram a construir as suas redes de solidariedade através de um forte movimento associativo. O processo de formação histórico social do território que se consolidou como a favela da Rocinha era, portanto, resultado de encontros e experiências compartilhadas por tais indivíduos ao longo desse período — constituindo assim uma dinâmica multifacetada e diversa desse processo.

Essa é, porém, uma história que está longe de chegar ao fim, como mostram os novos desafios e obstáculos colocados atualmente aos moradores da favela da Rocinha. Mais uma vez, no entanto, as articulações protagonizadas por seus moradores nos dias de hoje continuam a se expressar em suas mais variadas formas de organização e mobilização. Uma dessas iniciativas é concretizada atualmente pelo Museu Sankofa, fundado por um grupo de habitantes da favela, com o objetivo de promover a reflexão sobre a história e a memória da comunidade. Além de reunir um acervo composto por diferentes documentos disponibilizados para consulta em seu site, o Museu Sankofa promove eventos e intervenções urbanas na Rocinha, participando ativamente da vida social da favela. O grupo reúne assim narrativas e memórias sobre a comunidade que, nas palavras dos seus organizadores, “há tempos luta contra o estigma da violência e da desigualdade social, para inserir-se no espaço, na vida política e na história da cidade”.<sup>532</sup> A partir de suas próprias ações e visões de mundo, os moradores da Rocinha continuam a travar suas batalhas cotidianamente, ainda que em constante movimento de transformação no tempo.



# Anexos

## Anexo I

### Planta da Cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro: Planta, ano 1900, envelope 31.





# Sobre a autora

Mariana Costa possui Licenciatura em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011), mestrado (2014) e doutorado (2019) em história social da cultura pela mesma Universidade. Recebeu o Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos pelo trabalho intitulado *A Rocinha em construção: a história social de uma favela na primeira metade do século XX*, concedido pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em 2019. É membro do Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT/UFRJ) e do Laboratório de Conexões Atlânticas (PUC-Rio). Seus interesses se voltam para a área de Brasil República, Mundos do Trabalho e História Urbana, com ênfase em história das favelas do Rio de Janeiro.



**Notas de fim**



- <sup>1</sup> “Rocinha não aceita ser discriminada”, *Jornal do Brasil*, 11 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.jb.com.br/comunidade-em-pauta/noticias/2013/09/11/rocinha-nao-aceita-continuar-a-ser-discriminada/>, (Consultado em 23 de maio de 2015).
- <sup>2</sup> LEITÃO, Gerônimo. *Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha ao longo de cinquenta anos*. Niterói: EDUFF, 2009.
- <sup>3</sup> Censo Demográfico de 2010. “Agglomerados subnormais”. *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Dados referentes ao município do Rio de Janeiro, 2011.
- <sup>4</sup> MEDEIROS, Bianca Freire. “A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 22, Nº. 65, Outubro, 2007, p. 61-72.
- <sup>5</sup> CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. ‘A vida lá fora é uma loucura’: violência e política na Favela da Rocinha”. In: BUSTAMANTE, Regina Maria de C.; MOURA, José Francisco de. (Org.) *Violência na História*. Rio de Janeiro: FAPESP, 2009.
- <sup>6</sup> VALLADARES, Licia do Prado. *A Invenção da Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 117.
- <sup>7</sup> A partir da demanda do secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que encomendou o estudo, os autores buscaram “compreender o ambiente social em que vivem as pessoas e como estas vivem sua realidade religiosa” MEDINA, Carlos Alberto de; VALLADARES, Licia do Prado. *Favela e religião: um estudo de caso*. Rio de Janeiro: CERIS, 1968.
- <sup>8</sup> MEDINA, Carlos Alberto de; VALLADARES, Licia do Prado. *Favela e religião*. Op. cit., p. 9-27.
- <sup>9</sup> MEDINA, Carlos Alberto de; VALLADARES, Licia do Prado. *Favela e religião*. Op. cit., p. 12.
- <sup>10</sup> Os próprios autores destacaram o seguinte depoimento de um morador da Rocinha para construir tal problematização: “Disse-nos um antigo morador: ‘Honro-me de ter vindo para cá antes disto virar favela’”. MEDINA, Carlos Alberto de; VALLADARES, Licia do Prado. *Favela e religião*. Op. cit., p. 09.
- <sup>11</sup> SEGALA, Lygia. *O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982)*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, 1991; SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças: história e causas da Rocinha*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1983.
- <sup>12</sup> SEGALA, Lygia. *O Riscado do Balão Japonês*. Op. cit., p. 75.
- <sup>13</sup> CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. “Gingando entre as dificuldades: as condições de vida da favela da Rocinha no Rio de Janeiro (1930-1980).” *Revista Politeia*, V.5, Nº. 11, março, 2005; KLINTOWITZ, Danielle Cavalcanti. *A (re) invenção da praça: a experiência da Rocinha e suas fronteiras*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo/ Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008; ANDRADE, Luciana da Silva. *Espaço Público e Favelas: uma análise da dimensão pública dos espaços coletivos não edificados da Rocinha*. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2002. p.197-223; LEITÃO, Gerônimo. *Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes*. Op. cit.
- <sup>14</sup> GORELIK, Adrián. *Miradas sobre Buenos Aires: historia cultural y crítica urbana*. Buenos Aires: Sigloveintiuno, 2004.
- <sup>15</sup> O’DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- <sup>16</sup> SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p.38; 39.
- <sup>17</sup> IBGE. “As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950”. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Estatística*, 1953.
- <sup>18</sup> THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



- <sup>19</sup> DAVIS, Natalie Z. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- <sup>20</sup> O'DONNELL, Julia; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "Cultura em Movimento: Natalie Davis entre antropologia e a história e o histórico social". *Revista História Unisinos*, maio-agosto, 2016.
- <sup>21</sup> BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000 [1989].
- <sup>22</sup> O'DONNELL, Julia; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "Cultura em Movimento". Op. cit.
- <sup>23</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República". *Revista História*, V.35, Ed.99, 2016.
- <sup>24</sup> BASSANEZI, Maria Silva. "Os eventos vitais na reconstrução da história" In: *O historiador e suas fontes*. PINSKY, Carla B.(org.) LUCA, Tania Regina de. São Paulo: Contexto, 2009.
- <sup>25</sup> MAUAD, Ana Maria. "Através da imagem: fotografia e história interfaces". *Revista Tempo*, N°. 2, 1996, p. 73-98.
- <sup>26</sup> SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit.
- <sup>27</sup> BOURDIEU, P. "A ilusão biográfica", em FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (Org.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- <sup>28</sup> CALDEIRA, Teresa Caldeira. "Memória e Relato: a escuta do outro". *Revista do Arquivo Municipal*, V. 200, 1991, p. 65-76.
- <sup>29</sup> "Seção católica: ROCINHA", *Beira - Mar*, 25 de maio de 1930.
- <sup>30</sup> O manuscrito de seu Inácio de Almeida foi publicado no livro *Varal de Lembranças* junto a outros testemunhos como, por exemplo, relatos de memórias, letras de músicas e poemas de antigos moradores da Rocinha. Cabe ressaltar ainda que há uma imprecisão histórica nos escritos de Inácio de Almeida quanto ao ano de inauguração da Avenida Niemeyer, que ocorreu em 1916. SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças* Op. cit., p.34-36.
- <sup>31</sup> MEDEIROS, Bianca Freire. "A favela que se vê e que se vende". Op. cit.
- <sup>32</sup> MEDINA, Carlos; VALLADARES, Licia. *Favela e religião*. Op. cit.; SEGALA, Lygia. *O Riscado do Balão Japonês*. Op. cit., p.71.
- <sup>33</sup> CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. *Gingando entre as dificuldades*. Op. cit.; LEITÃO, Gêronimo. *Dos Barracos de madeira aos prédios de quitinetes*. Op. cit.
- <sup>34</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Cidade do Rio de Janeiro: Planta, ano 1900, envelope 31.
- <sup>35</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 2010.
- <sup>36</sup> Em 1870, havia 235.381 habitantes na Capital e, em 1890, a população da cidade já contava 522.651 habitantes. Dezesesseis anos depois, a população saltou para 811.443 pessoas residindo no Distrito Federal. O adensamento demográfico vivenciado na cidade contribuiu para que os problemas urbanos fossem agravados durante o período. Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.
- <sup>37</sup> O'DONNELL, Julia. "Caminho do Mar" In: *A Invenção de Copacabana*. Op. cit., p. 17-56.
- <sup>38</sup> A Estrada do Jardim Botânico começava onde acabava a rua São Clemente e finalizava onde começavam as ruas do Sapé e Boa - Vista (atual ruas Dias Ferreira e Marquês de S. Vicente, localizadas próximas à praça Santos Dumont). Em 1873, a Estrada do Jardim Botânico passou a começar na Ponte das Taboas e terminar no Largo das Três Vendas. WEID, Elisabeth Von Der. *Bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro*. Op. cit.; *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, Ano 1873.



- <sup>39</sup> Botanical Garden Rail Road C.; *Diário do Rio de Janeiro*, 1 de janeiro de 1871; *Diário de Notícias*, 1 de janeiro de 1871.
- <sup>40</sup> COSTA, Cássio. *Gávea: História dos subúrbios*. Rio de Janeiro: Departamento de História e Documentação Estado da Guanabara, 1950.
- <sup>41</sup> O'DONNELL, Julia. "Caminho do Mar". In: *A invenção de Copacabana*. Op. cit., p. 17-56.
- <sup>42</sup> No original, "Gavia". Como veremos mais adiante, trata-se das terras onde estava situada a fazenda da Rocinha no início do século XX.
- <sup>43</sup> Tratava-se de um contrato de exploração de terras, temporário ou perpétuo, no qual o senhorio cedia ao arrendatário o domínio útil do imóvel. Em contrapartida, o senhorio recebia uma taxa fixa anualmente, chamada Enfitêuse, conservando para si o domínio direto da propriedade. Denomina-se *laudemium* o direito ao recebimento do foro. O acordo era firmado por meio de escritura, cujo prazo poderia ou não ser renovado. Já o contrato poderia ser extinto somente através do entendimento prévio entre as partes e mediante indenização. SANTOS, J. M. de Carvalho. "Enfitêuse". In: *Repertório enciclopédico do direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1937.
- <sup>44</sup> Embora conste na base de dados do arquivo o ano de 1853 como o início do inventário, no próprio documento consta o ano de 1843. Jeremias José da Rosa, Juízo de Órfãos e Ausentes – ZN, Ano 1853, número 127, caixa 3614, série inventário, registros cíveis.
- <sup>45</sup> No original "Gavia" e "Jeremias José da Roza". O nome de Jeremias aparece em diferentes documentações como "Rosa" e "Roza". Optou-se por padronizar como Rosa, constando a indicação original caso apareça de forma diferente desta. "Ilma. Câmara Municipal da Corte", *Diário do Rio de Janeiro*, em 18 de agosto de 1855.
- <sup>46</sup> Jeremias José da Rosa declarou ter sido nomeado inventariante do espólio de seu pai José Francisco da Roza, ficando encarregado de proceder com o inventário dos bens para efetivar a partilha entre os sete herdeiros. Permaneceu naquele momento com a posse dos bens da herança, dos quais constavam os dois sítios localizados na Gávea. A maior parte dos herdeiros decidiu vender as propriedades e dividir o produto. Ao levarem adiante essa medida, tentaram vender em praça pública os terrenos, tendo grande dificuldade para obter um Lançador. Jeremias José da Rosa, que inicialmente era contra a medida, vendeu um dos terrenos que pertenciam ao espólio de seu pai em 21 de fevereiro de 1852 para Camilo Beral, e, em 3 de março de 1852, o inventariante comprou novamente o sítio de Beral.
- <sup>47</sup> Ressaltar que o inventário de Jeremias José da Rosa de 1876, que consta na base de dados do judiciário do mesmo arquivo, é do seu filho Jeremias José da Rosa Junior, que também era dono de um sítio na Gávea cujos domínios confrontavam com as terras de seu avô. Após a morte de seu pai no início de 1850, ele ficou responsável por representá-lo naquele inventário. (Jeremias José da Rosa, Juízo de Órfãos e Ausentes – ZN, Ano 1853, número 127, caixa 3614, série inventário, registros cíveis; Jeremias José da Rosa, Juízo de Órfãos e Ausentes 2ª Vara – ZM, Ano 1876, número 1.425, caixa 4.230, série inventário, registros cíveis).
- <sup>48</sup> Jeremias José da Rosa, Juízo de Órfãos e Ausentes – ZN, Ano 1853, número 127, caixa 3614, série inventário, registros cíveis.
- <sup>49</sup> "Chapa Genuína da Freguesia da Lagoa", *Correio Mercantil*, 10 de outubro de 1856; COSTA, Cássio. *Gávea: História dos subúrbios*. Op. cit., p. 09.
- <sup>50</sup> "Artes e Letras", *A Reforma*, 6 de junho de 1871.
- <sup>51</sup> "O governo e a questão das plataformas", *A Reforma*, 21 de junho de 1871.
- <sup>52</sup> Desde o início do século XIX, o parque Jardim Botânico era apreciado pela alta sociedade da corte. O rei D. João VI construiu o Horto Imperial (atual parque Jardim Botânico), local escolhido para os frequentes passeios do monarca. Maria



Graham conta também em seu diário, que realizou um piquenique na localidade em 1821, tendo boas impressões do lugar. O ilustre historiador Monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araujo também desfrutava dos passeios no Jardim Botânico. Em 1830, o historiador veio a falecer nas dependências do parque. COSTA, Cássio. *Gávea: História dos subúrbios*. Op. cit., p.41 e 42.

<sup>52</sup> “Jardim Botânico”, *A Reforma*, 4 de fevereiro de 1871.

<sup>53</sup> No final do século XIX, surgiram transportes coletivos, como as próprias “gôndolas” movidas à tração animal em 1834, que se assemelhavam a “coches”. Segundo Noronha Santos, tais meios de transportes representaram um primeiro passo na inclusão da população mais pobre no seu acesso. As “gôndolas” realizavam conexão com os bondes no Largo das Três Vendas para completar o itinerário em direção ao alto da Gávea. SANTOS, Francisco Agenor Noronha. *Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1996, p. 81.

<sup>54</sup> “Tijuca, Lagoa ou Gávea”, *Jornal do Comércio*, 7 de setembro de 1871.

<sup>55</sup> Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento da população do Município Neutro*. Rio de Janeiro: Editora Leuzinger, 1870.

<sup>56</sup> Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento da população do Município Neutro*. Rio de Janeiro: Editora Leuzinger, 1872.

<sup>57</sup> *Ministério do Império do Brasil*, relatório do ano de 1872.

<sup>58</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>59</sup> O'DONNELL, Julia. *A Invenção de Copacabana*. Op. cit.

<sup>60</sup> SANTOS, Francisco Agenor Noronha Santos. *As Freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1865.

<sup>61</sup> A freguesia da Gávea foi criada pelo Decreto Legislativo n. 2297 de 18 de Junho de 1873, e desmembrada da fre-

guesia S. João Baptista da Lagoa pelo Decreto n. 5809 de Dezembro de 1874, que delimitava o seu território. *Almanak Laemmert*, ano 1897; Coleção de Leis do Império do Brasil - 1874, - Decreto n° 5.809, de 3 de dezembro de 1874, “Marca território e os limites de uma nova freguesia, criada nesta Corte, e lhe dá denominação”.

<sup>62</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1875, Decreto n° 5.970, de 21 de julho de 1875.

<sup>63</sup> “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea”, *Gazeta de Notícias*, 13 de fevereiro de 1876.

<sup>64</sup> *Jornal do Comércio*, 17 de fevereiro de 1878.

<sup>65</sup> “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea”, *Gazeta de Notícias*, 13 de fevereiro de 1876.

<sup>66</sup> É o que registrava Marc Ferrez, em 1885, cuja foto mostrava a Pedra da Gávea ao fundo junto à praia e o cenário bucólico de características rurais que marcava aquela paisagem em contraste ao acelerado desenvolvimento e crescimento populacional vivenciado em parte da Gávea, após a inauguração da linha de bondes em 1871 e a expansão do ramal nos anos que se seguiram. Não por acaso, a Praia da Gávea aparece ao fundo junto ao cenário bucólico marcado pela densa vegetação que compõe a foto a partir do enquadramento do próprio fotógrafo. Fonte: Marc Ferrez, *Instituto Moreira Salles*, 1885

<sup>67</sup> Em 1882, a empresa mudou o seu nome para Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico. O'DONNELL, Julia. *A Invenção de Copacabana*. Op. cit.

<sup>68</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - Decreto n° 9.044, de 20 de outubro de 1883.

<sup>A</sup> ponte da Rainha parece fazer alusão ao Rio Rainha localizado no bairro da Gávea, cuja nascente está situada na Ponta das Andorinhas, um dos picos da Serra Carioca no Maciço da Tijuca, e continua atravessando o próprio bairro da Gávea, dividindo a PUC-Rio, e desaguando na praia do Leblon.



- <sup>69</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- <sup>70</sup> *Biblioteca Nacional*, Companhia de Fiação e Tecidos Carioca. Escritura de mandato relativa a debenturas. Rio de Janeiro, 1894.
- <sup>71</sup> Em 1882, a via ainda era chamada de rua da Boa-Vista. Em 1889, constava no Imposto Predial a denominação do logradouro Marquês de S. Vicente pela primeira vez. É possível afirmar, portanto, que a via mudou seu nome de rua da Boa Vista para Marquês de São Vicente durante a década de 1880. Fontes respectivamente: *Almanak da Gazeta de Notícias*, ano 1882; *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Imposto Predial, 10º Distrito, ano 1889.
- <sup>72</sup> COSTA, Mariana B. C. *Entre o Lazer e a Luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)*. (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: PGG/PUC-Rio, 2014.
- <sup>73</sup> Os pontos se localizavam no Humaitá, “esquina da fonte da Saudade”; na rua Boa Vista, em frente ao largo de N. S. da Conceição; na rua do Jardim, “esquina da de D. Castorina”; Olaria (onde está localizada a casa de Grandjean de Montigny nas dependências da PUC-Rio); e Caminho da Gávea, “ponto terminal dos bondes”. Completava-se, com isso, o caminho que levava às proximidades do Morro Dois Irmãos na região. *Almanak Laemmert*, 1892.
- <sup>74</sup> “Prefeitura”, *Jornal do Brasil*, 15 de março de 1899.
- <sup>75</sup> LOBO, Eulalia M. L. *O movimento operário e a questão habitacional*. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 1989, p.17-24.
- <sup>76</sup> COSTA, Mariana. *Entre o Lazer e a Luta*. Op. cit.
- <sup>77</sup> *Revista de Engenharia*, 14 de fevereiro de 1890, p.364.
- <sup>78</sup> Como notou Maurício Abreu, a expansão dos transportes ferroviários pelo Distrito Federal atuou diretamente no seu crescimento e na redefinição dos investimentos do capital imobiliário, influenciando, por consequência, as formas de ocupação de maneira mais ampla na própria cidade. ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Op. cit.
- <sup>79</sup> Seguindo essa trilha, outras empresas começaram em pouco tempo a se voltar também para a região. Um ano após a iniciativa da Companhia Territorial Construtora, o Banco do Povo mandou publicar uma nota no *Diário de Notícias* destacando que a firma adquirira a concessão pública para construir uma vila balneária no bairro através do decreto nº1058, de 22 de novembro último. Segundo a nota, a empresa obtinha o privilégio de construir a cidade que se denominará Sarapolis na praia da Gávea, “sob o tipo das mais importantes cidades de banhos da Europa [...]”. “A Pedidos”, *Diário de Notícias*, 21 de janeiro de 1891; “Salão d’O Paiz”, *O Paiz*, 1 de março de 1891.
- <sup>80</sup> “Gávea”, *O Paiz*, 18 de julho de 1893.
- <sup>81</sup> “Higiene Pública”, *O Brasil - Médico*, 15 de julho de 1894.
- <sup>82</sup> *Almanak Laemmert*, ano 1902.
- <sup>83</sup> *Gazeta de Notícias*, 19 de novembro de 1893.
- <sup>84</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Imposto Predial, 10º Distrito, ano 1892.
- <sup>85</sup> Segundo um almanaque de 1853, a “Rua da Boa – Vista (antiga estrada da Gávea)” – hoje Marquês de São Vicente – começava no fim da Estrada do Jardim Botânico, não constando indicação de onde terminava. A Estrada do Jardim Botânico começava onde acabava a rua São Clemente e finalizava onde começavam as ruas do Sapé (atual rua Dias Ferreira) e Boa – Vista. Em 1902, o *Almanak Gazeta de Notícias* informava que a rua Boa Vista, antiga estrada da Gávea, começava no Largo de N. S. da Conceição (atual praça Santos Dummont) e findava na subida da Gávea. Portanto, antes de ser chamada rua da Boa – Vista, a via era conhecida como estrada da Gávea por se constituir num caminho que ligava a própria rua Jardim Botânico à Serra da Gávea e a Praia da Gávea. COSTA, Cássio. *Gávea: História dos subúrbios*. Op. cit.; *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de*



*Almanak Laemmert*, ano 1853; *Almanak Gazeta de Notícias*, ano 1902.

<sup>86</sup> Decreto promulgado por Pereira Passos, *Coleções de Leis e Vetos: Publicações da Câmara Municipal*, 9º Distrito – Gávea, Decreto n.º 641, de 12 de novembro de 1906; *Almanak Laemmert*, ano 1910.

<sup>87</sup> *A Notícia*, 31 de outubro de 1902.

<sup>88</sup> *Jornal do Brasil*, 12 de abril de 1907.

<sup>89</sup> Cabe destacar que nesta pesquisa não encontrei nenhuma referência à fazenda Quebra Cangalhas (que se afirmou no *sensu comum* como a propriedade rural que foi loteada pela Companhia Castro Guidão), identificada ao espaço onde hoje se encontra a Rocinha. Em geral, os documentos desse período que se referem ao “lugar Quebra Cangalhas” situam espacialmente a área na “Tijuca”. Vale destacar, nesse sentido, o *Almanak da Gazeta de Notícias* de 1905: “Cachoeira Grande ou Cachoeira da Tijuca. É além do Alto da Boa Vista e fin. no Quebra Cangalhas”. Guia Postal do Império do Brasil, ano de 1880; *Jornal do Comércio*, 24 de maio de 1981; *Almanak Gazeta de Notícias*, ano de 1905.

<sup>89</sup> *Jornal do Brasil*, 12 de abril de 1907; *Jornal do Brasil*, 20 de abril de 1907; *Jornal do Brasil*, 7 de setembro de 1907.

<sup>90</sup> Em 1905, consta na documentação do Imposto Predial como proprietário do terreno à Estrada da Gávea n. 1 “os herdeiros de Jeremias José da Rosa”, e, em 1906 “Manoel Fernandes”. É possível identificar que trata-se de Manoel Fernandes Cortinhas, porque esse nome aparece em outros anos da mesma documentação. Outro indício de que o sítio que foi de Jeremias José da Rosa em meados do século XIX havia sido vendido para Manoel Fernandes Cortinhas é o fato de que em 1908 Augusto Cesar da Rosa, inventariante de seu pai Jeremias José da Rosa, entrou com uma ação contra Manoel Fernandes Cortinhas por pagamento de “emphyteutas” em atraso de foro correspondentes a três anos consecutivos pelo “sítio denominado ‘Rocinha’, à Estrada da Gávea n.º 1”. Em 1909, Augusto Cesar da Rosa ainda se

encontrava em uma contenda judicial com Manoel Fernandes Cortinhas. Destaca-se ainda que na documentação da Companhia Castro Guidão de 1936 consta que as terras adquiridas em 1915 pela empresa eram anteriormente de Luiz Cantanhede, que por sua vez adquiriu a chácara de Manoel Fernandes Cortinhas. (*Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Imposto Predial, 10º Distrito, ano 1892; *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Aforamentos, Estrada da Gávea, G 09; *Arquivo Nacional*, Autor Augusto Cesar da Rosa e réu Manoel Fernandes Cortinhas, ano 1908, maço 36, EQ- 7º pretoria (Gávea); *O Paiz*, 13 de outubro de 1909).

<sup>91</sup> *Jornal do Brasil*, 28 de dezembro de 1907.

<sup>92</sup> *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1908.

<sup>93</sup> Respectivamente: “Obituários”, *Jornal do Brasil*, 23 de outubro de 1901; *Jornal do Brasil*, 9 de janeiro de 1903.

<sup>94</sup> Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890 (Distrito Federal)*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895; Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

<sup>95</sup> COSTA, Mariana. *Entre o Lazer e a Luta*. Op. cit.

<sup>96</sup> Segundo constava em um almanaque publicado em 1910, a Estrada do Chuá começava onde terminava a Estrada da Gávea, não tendo indicação de onde acabava aquela via. O articulista de uma folha carioca explicou décadas depois que Chuá era uma corruptela do nome francês Auchoix, indivíduo que foi dono da chácara naquele local. O jornalista afirmou ainda que instaurou-se a polêmica quanto a denominação da via, chamada de Chuá e/ou Joá. Embora houvesse aqueles que dissessem que o mais correto seria Chuá, “segundo a tradição popular” o lugar acabou consolidando a sua denominação de Joá. Cabe lembrar que a Estrada da



Gávea ainda hoje começa onde termina a rua Marquês de S. Vicente e termina onde se inicia a Estrada do João. *Almanak Laemmert*, ano 1910; “Uma reminiscência pitoresca...”, *Jornal do Brasil*, “21 de dezembro de 1930.

<sup>97</sup> *Almanak Laemmert*, ano 1911; *Almanack Renault*, ano 1911.

<sup>98</sup> “Um crime na Gávea”, *Gazeta de Notícias*, 5 de maio de 1911.

<sup>99</sup> LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>100</sup> Em 1877, José Corrêa de Mendonça declarou como profissão ser “proprietário”, contava 50 anos, era casado, sabia ler e sua renda era de 2.000\$. Se compararmos a renda de um lavrador como João Caetano do Amaral de apenas 200\$ e do conselheiro José Pedro Dias de Carvalho que obtinha a renda de 8:000\$ no mesmo ano, podemos notar que José Corrêa de Mendonça era um proprietário de terras mais abastado no local. Em 1909, Alfredo Antonio do Valle Mendonça, único herdeiro do espólio de seu pai José Corrêa de Mendonça, se tornou o dono da metade do terreno e da casa na Estrada da Gávea. Já a outra metade do terreno pertencia ao próprio herdeiro. “Lista de qualificação de votantes do Município Neutro”, *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de janeiro de 1877; *Arquivo Nacional*, EQ, 7 Pretoria, ano 1909, maço 2772, número 70, GAL A, José Correia de Mendonça.

<sup>101</sup> É possível saber que essa fazenda confrontava com os domínios da fazenda da Rocinha através de um documento da Companhia Castro Guidão & Companhia, no qual constava que as terras de sua propriedade confrontavam “[...] com Carlos Gondolo, dr. M. M. Perdigão, dr. Alfredo Valdetero, Pedreira DOIS IRMAOS, Alfredo do Valle Mendonça, João Bernardo e herdeiro de José Marcelino, Julio Roberto da Silveira e herdeiros e Luiza Maria da Rosa [...]”. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Aforamentos, Estrada da Gávea, G 09.

<sup>102</sup> No Imposto Predial de 1899 consta como proprietário de dois terrenos sem números à Estrada da Gávea o nome de Prudencio José Ribeiro. “Imposto predial”, *Jornal do Comércio*, 1 de setembro de 1899.

<sup>103</sup> “Tocaia sinistra”, *Jornal do Brasil*, 5 de maio de 1911.

<sup>104</sup> “Tocaia sinistra”, *Jornal do Brasil*, 5 de maio de 1911.

<sup>105</sup> “Na estrada da Gávea é encontrado um septuagenário em estado comatoso”, *Correio da Manhã*, 6 de maio de 1911.

<sup>106</sup> “O eterno pomo da discórdia”, *A Época*, 14 de outubro de 1912.

<sup>107</sup> “Empregos”, *Jornal do Brasil*, 16 de setembro de 1910.

<sup>108</sup> *O Paiz*, 14 de abril de 1910.

<sup>109</sup> “Infração de Posturas”, *A Imprensa*, 9 de maio de 1910.

<sup>110</sup> “Lista de qualificação de votantes do Município Neutro”, *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de janeiro de 1877.

<sup>111</sup> O artigo 36° do documento determinava que: “Os barracões toscos não serão permitidos seja qual for o pretexto que se lance mão para obtenção de licença, salvo nos morros que ainda não tiverem habitações e mediante licença”. O próprio Decreto 391, de 10 de fevereiro de 1903, cuja infração do trigésimo sexto artigo Antonio Francisco do Rego incorreu, foi promulgado num momento em que, ao mesmo tempo, que inibia a ocupação dos cortiços nas áreas centrais da cidade, buscava controlar a ocupação do espaço em locais como a freguesia da Gávea que, como vimos, cresceu 171% entre 1890 e 1906. Decreto n°. 391, de 10 de fevereiro de 1903; GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p.40; MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, 2011, p.47.

<sup>112</sup> *O Paiz*, 11 de julho de 1917.

<sup>113</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Carta do Distrito Federal, ano 1918, referência 2.9.16.



- <sup>114</sup> Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890 (Distrito Federal)*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895.
- <sup>115</sup> Em 1910 a Diretoria de Obras e Viação Municipal determinou a mudança da numeração de diversas ruas na capital federal, dentre elas, a própria Estrada da Gávea. A mudança de numeração do terreno à Estrada da Gávea número 1 para o número 359 também consta no Imposto Predial como número “antigo” 1 e número “moderno” 359. *O Paiz*, 17 de agosto de 1910; *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Imposto Predial, 10º Distrito, ano 1913, por exemplo.
- <sup>116</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Aforamentos, Estrada da Gávea, G 09.
- <sup>117</sup> “Notas sociais”, *Jornal do Brasil*, 28 de outubro de 1925; “Com um tiro no peito!”, *A Noite*, 20 de dezembro de 1923.
- <sup>118</sup> *O Fluminense*, 25 de janeiro de 1918. Foram publicados anúncios semelhantes no *Jornal do Brasil*, 27 de janeiro de 1918 e 7 de fevereiro de 1918.
- <sup>119</sup> *Jornal do Brasil*, 10 de janeiro de 1918; “Empregos”, *Jornal do Brasil*, 15 de maio de 1918;
- <sup>120</sup> A própria fazenda da Rocinha já havia recebido uma infração de postura em 1905, quando esta era propriedade de Manoel Fernandes Cortinhas. Em 1915, quando a terra já era domínio de Dr. Luiz Catanheda de Carvalho e Almeida, o engenheiro também recebeu uma multa, por “consentir na derrubada de matas, para fabrico de lenha, à estrada da Gávea n.359, ‘lugar denominado Russinha, distrito da Gávea’”. *O Paiz*, 1 de março de 1915.
- <sup>121</sup> “As florestas da Tijuca e da Gávea devastadas pelo fogo”, *A Noite*, 12 de fevereiro de 1915.
- <sup>122</sup> *O Paiz*, 4 de junho de 1914.
- <sup>123</sup> “Um auto- caminhão mata um homem na Gávea”, *A Lanterna*, 18 de janeiro de 1918.
- <sup>124</sup> *Correio da Manhã*, 9, 11, e 13 de dezembro de 1921.
- <sup>125</sup> “O saneamento rural do distrito”, *A Razão*, 31 de maio de 1918.
- <sup>126</sup> “Triste desenlace de uma questão de família”, *O Paiz*, 3 e 10 de agosto de 1915.
- <sup>127</sup> “Pró Gávea”, *Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 1914.
- <sup>128</sup> O’DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana*. Op. cit.
- <sup>129</sup> “Triste desenlace de uma questão de família”, *O Paiz*, 6 de agosto de 1915.
- <sup>130</sup> “O banquete oferecido ao dr. Aureliano Leal”, *A Época*, 6 de julho de 1919.
- <sup>131</sup> “Lamentável acidente de que é vítima um conhecido negociante”, *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1916.
- <sup>132</sup> O’DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana*. Op. cit.
- <sup>133</sup> Segundo um articulista contemporâneo, o comendador Jacob Conrado Niemeyer, que era proprietário de vastas terras no local, reconstruiu a antiga estrada Sapucaí “à volta do terreno” de sua prosperidade, denominada a partir daquele momento como avenida Niemeyer. A via, que ligava a praia do Leblon à Estrada da Gávea, foi pelo dr. Niemeyer doada à Prefeitura em janeiro de 1917 e denominada oficialmente avenida em 1918, cuja denominação conserva ainda nos dias de hoje. “A Avenida Niemeyer”, *A Época*, 2 de julho de 1917; *A Época*, 13 de novembro de 1918.
- <sup>134</sup> O crescente interesse dos turistas da cidade e a atenção dispensada pelas autoridades públicas a avenida Niemeyer parece ter impactado os empreendimentos locais, como sugere a notícia de que a Gruta da Imprensa, batizada pelo Prefeito da cidade com esse nome em homenagem aos jornalistas cariocas, foi completamente destruída. Segundo os boatos, “[...] o atentado a dinamite partira de negociantes da estrada da Gávea, que se sentiam prejudicados com o desvio do tráfego para a avenida [...]”. *Correio da Manhã*, 21 de julho de 1920; “A Gruta da Imprensa destruída”, *Gazeta de Notícias*, 13 de fevereiro de 1921.
- <sup>135</sup> “Casos de polícia: na assistência”, *O Paiz*, 2 de julho de 1920.





- <sup>136</sup> Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920, população do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Tipografia da Estatística, 1923.
- <sup>137</sup> “Numa explosão”, *Gazeta de Notícias*, 26 de abril de 1921,
- <sup>138</sup> “Casos de polícia”, *O Paiz*, 9 de julho de 1921; “Pancada fatal”, *O Paiz*, 27 de julho de 1921; “Brigou com o pai”, *Gazeta de Notícias*, 9 de julho de 1921, “Foiçada mortal”, *Correio da Manhã*, 27 de julho de 1921.
- <sup>139</sup> Idem.
- <sup>140</sup> “Terrenos na Gávea em prestações”, *Correio da Manhã*, 10, 13 de outubro de 1922; 19, 29 de dezembro de 1922; 10 de janeiro de 1923; 12 de janeiro de 1923; 29 de janeiro de 1923; 16 de fevereiro de 1924. “Terrenos a prestações”, *Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1924; 19 de janeiro de 1924; 3 de fevereiro de 1924.
- <sup>141</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Aforamentos, Estrada da Gávea, G 09.
- <sup>142</sup> A empresa havia adquirido o domínio útil dos terrenos e benfeitorias do engenheiro Luiz Cantanhede de Carvalho Almeida em 1915, que, por sua vez, adquiriu de Manoel Fernandes Cortinhas em 1912. Já a aquisição do domínio direto sobre o mesmo imóvel ocorreu poucos anos depois obtido de antigos moradores, que encontram-se estabelecidos na localidade desde a segunda metade do século XIX. Era o caso do lapidário Augusto Cesar da Rosa, inventariante de seu pai Jeremias José da Rosa, que em 22 de Junho de 1922 firmou a negociação com a companhia; Oscar Coelho da Silveira (descende do lapidário Julio Roberto da Silveira, cujas terras faziam fronteira com a fazenda da Rocinha e que, por sua vez, era pai de Alvaro Coelho da Silveira, que casou com a filha de Augusto Cesar da Rosa de nome Cezina da Rosa), por escritura pública de 13 de Dezembro de 1921; Manoel Dias Lopes (que socorreu o lavrador Prudencio José Ribeiro), dono de um armazém na localidade durante as duas primeiras décadas do século XX, por escritura pública de 8 de Julho de 1922. Cada um destes indivíduos vendeu uma terça parte do seu domínio direto da propriedade. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Aforamentos, Estrada da Gávea, G 09.
- <sup>143</sup> “Notas sociais”, *Jornal do Brasil*, 28 de outubro de 1925; “Com um tiro no peito!”, *A Noite*, 20 de dezembro de 1923.
- <sup>144</sup> *Almanak Laemmert*, ano 1911.
- <sup>145</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Op. cit., p.14-15.
- <sup>146</sup> *O Pharol*, 11 de maio de 1912.
- <sup>147</sup> “Resultado do pleito de hoje”, *A Noite*, 8 de agosto de 1920 e 9 de dezembro de 1922.
- <sup>148</sup> “Com um tiro no peito!”, *A Noite*, 20 de dezembro de 1923; “Notas sociais”, *Jornal do Brasil*, 28 de outubro de 1925.
- <sup>149</sup> “Com um tiro no peito!”, *A Noite*, 20 de dezembro de 1923.
- <sup>150</sup> “Gazeta Jurídica”, *Gazeta de Notícias*, 12 de março de 1924; “Gazeta jurídica”, *Gazeta de Notícias*, 3 de abril de 1924; “Gazeta Jurídica”, *Gazeta de Notícias*, 8 de Julho de 1924; “Corte de apelação”, *Jornal do Brasil*, 1 de outubro de 1924; “Gazeta jurídica”, *Gazeta de Notícias*, 30 de novembro de 1927; “Gazeta jurídica”, *Gazeta de Notícias*, 1 de dezembro de 1927.
- <sup>151</sup> “Notas sociais”, *Jornal do Brasil*, 25 de novembro de 1925.
- <sup>152</sup> “Gazeta jurídica”, *Gazeta de Notícias*, 1 de outubro de 1926.
- <sup>153</sup> É possível que a Companhia Castro Guidão tenha promovido o loteamento de outros terrenos de sua propriedade no mesmo momento, como sugerem alguns anúncios nos jornais cariocas. No caso dos três anúncios citados aparece o mesmo endereço do escritório da empresa e nos dois primeiros consta o nome do engenheiro que aparece também nos anúncios do loteamento da fazenda da Rocinha. “Terrenos em prestações em Santa Thereza”, *Correio da Manhã*, 4 de janeiro de 1921; “Terrenos na rua Barão Bom Retiro em prestações”, *Correio da Manhã*, 8 de setembro de 1921; “Vidigal – Garden – City”, *Correio da Manhã*, 10 de abril de 1923.



- <sup>154</sup> *Jornal Do Brasil*, 6 de janeiro de 1924.
- <sup>155</sup> BARBOSA, Marialva. “A imprensa na Belle- Époque tropical” In: Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- <sup>156</sup> “Terrenos a prestações”, *Jornal do Brasil*, 5 e 7 de fevereiro de 1925; “Terrenos a prestações”, *Jornal do Brasil*, 6, 7, 8, 20, 21 de março de 1925; “Terrenos a prestações”, *Jornal do Brasil*, 16, 17, 30 de maio de 1925; “Terrenos a prestações”, *Jornal do Brasil*, 5, 7, 16, 26, 27, 28 de junho de 1925; agosto de 1925; “Terrenos a prestações”, *Jornal do Brasil*, 3 e 4 de julho de 1925; 11, 12, 18, 19, 25, 31 de julho de 1925; “Terrenos a prestações”, *Jornal do Brasil*, 2, 7, 8, 14, 16 de agosto de 1925; “Terrenos a prestações”, *Jornal do Brasil*, 4, 5, 6, 11 e 12, 13, 19, 20, 27, 29, de setembro de 1925; “Terrenos a prestações”, *Jornal do Brasil*, 11, 13, 18 de outubro de 1925; *Correio da Manhã*, 23, 24 de maio de 1925.
- <sup>157</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Aforamentos, Estrada da Gávea, G 09.
- <sup>158</sup> SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p.41- 42.
- <sup>159</sup> GONÇALVES, Rafael. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit.
- <sup>160</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Aforamentos, Estrada da Gávea, G 09.
- <sup>161</sup> Cabe lembrar que o número 359 era o mesmo das terras de propriedade da Castro Guidão & Companhia. “Numa Explosão de dinamite”, *Diário Carioca*, 1 de novembro de 1928.
- <sup>162</sup> *O Jornal*, 8 de outubro de 1919; “Domingo policial”, *Diário de Notícias*, 24 de agosto de 1931; “Os fatos policiais de domingo”, *A Batalha*, 25 de agosto de 1931.
- <sup>163</sup> L. O., Estrada da Gávea, ano 1935, caixa 71, documento 10; *Arquivo Nacional*, Antonio da Silva Sargo, ano 1928, maço 84, número 1.832, Gal, A, 6N- 4º pretoria (Gávea), *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*.
- <sup>164</sup> “Isso, porque brigou com o amante...”, *A Noite*, 27 de março de 1931.
- <sup>165</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Aforamentos, Estrada da Gávea, G 09.
- <sup>166</sup> “O aparecimento de um cadáver na Estrada da Gávea”, *A Batalha*, 20 de agosto de 1931; “Morte súbita de um operário, na Estrada da Gávea”, *Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1931.
- <sup>167</sup> Departamento Nacional de Estatística. Desenvolvimento Predial no Distrito Federal em 1933, 1935.
- <sup>168</sup> “Os que adquiriram imóveis”, *Correio da Manhã*, 4 de fevereiro de 1930.
- <sup>169</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Imposto Predial, 10º Distrito, ano 1930 e 1931.
- <sup>170</sup> “Seção católica: ROCINHA”, *Beira - Mar*, 25 de maio de 1930.
- <sup>171</sup> O’DONNELL, Julia. “Capítulo 1: Uma civilização a Beira-Mar” In: *A invenção de Copacabana*. Op. cit., p. 81 -121.
- <sup>172</sup> Idem.
- <sup>173</sup> Possivelmente, tratava-se do mesmo engenheiro que realizou o projeto de loteamento da Companhia Castro Guidão. *Jornal Do Brasil*, 6 de janeiro de 1924.
- <sup>174</sup> L. O., Estrada da Gávea, ano 1929, caixa 51; *Jornal do Brasil*, 12 de janeiro de 1927; *Jornal do Brasil*, 23 de junho de 1929 e 7 de dezembro 1929, *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*.
- <sup>175</sup> Evidenciando a especulação imobiliária sofrida na região de maneira mais ampla, um repórter noticiou, em 1928, que a Prefeitura estava empreendendo grandes obras na estrada da Gávea, cujos “melhoramentos que demonstram o interesse do Prefeito em tornar o Rio uma cidade de Turismo e a mais bela do mundo”, resultou no “excessivo rigor das avaliações que fizeram dos terrenos situados além do Gávea Golf”. Tais terrenos avaliados acima dos preços de mercado, segundo o articulista, foram “adquiridos a prestações, por modestos lavradores, que ali vivem de sua pequena lavoura”. *Correio da Manhã*, 15 de dezembro de 1928.
- <sup>176</sup> “Cartas a direção: a febre amarela”, *O Jornal*, 19 de agosto de 1932.
- <sup>177</sup> Departamento Nacional de Estatística. *Desenvolvimento Predial no Distrito Federal em 1933*, publicado em 1935.



- <sup>178</sup> “A ação da polícia”, *Diário de Notícias*, 2 de outubro de 1935.
- <sup>179</sup> A Lei de Segurança Nacional definia crimes contra a ordem política e social no Brasil. Promulgada num contexto de crescente acirramento das disputas políticas, momento inclusive que se destacou a criação da Aliança Nacional Libertadora por setores de esquerda, seu objetivo central era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, restringindo as garantias processuais. PANDOLFI, Dulce. “Os anos 1930: as incertezas do regime” In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da nacional – estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.32-33.
- <sup>180</sup> VALLADARES, Licia. “Associações Voluntárias na Favela”. In: *Revista Ciência e Cultura*. Vol. 29. N°. 12, Campinas, dezembro, 1977, p. 1390-1932.
- <sup>181</sup> VALLADARES, Licia. “Associações Voluntárias na Favela”. Op. cit., p. 1390; 1402.
- <sup>182</sup> VALLADARES, Licia. “Associações Voluntárias na Favela”. Op. cit., p.1392-1400; 1400-1402.
- <sup>183</sup> Cabe notar também que não se tratava de um movimento isolado, já que outras áreas também buscavam renovar sua abordagem em perspectiva semelhante. No final da década de 1970 e início da década de 1980, os historiadores voltados para os mundos do trabalho passaram a entender os trabalhadores como sujeitos históricos e políticos autônomos e ativos - o que implicava em uma abordagem do tema que enfatizasse suas próprias ações, experiências de organização e estratégias de enfrentamento social. SILVA, Fernando Teixeira da. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980.” In: *Caderno AEL*, V.14, N°.26, Campinas, 2009.
- <sup>184</sup> É o que constata em seu balanço bibliográfico KNAUSS, Paulo; BRUM, Mário Sergio. “Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica”. Op. cit., p.131- 134.
- <sup>185</sup> FORTUNA, Afonso A. P.; FORTUNA, João Paulo P. “Associativismo na favela”. In: *Revista da Administração Pública*. V.8, N°. 4, Rio de Janeiro, outubro-dezembro, 1974, p.103-113.
- <sup>186</sup> É o caso do trabalho pioneiro de LIMA, Nisia. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas de Estado e lutas sociais (1954-1973)*. (Dissertação de mestrado) Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.
- <sup>187</sup> GUIMARÃES, Valéria. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945- 1950)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009; BITTENCOURT, Danielle Lopes. “O morro é do povo”: memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas. (Dissertação de Mestrado). Niterói: PPGH/UFF, 2012; GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit.
- <sup>188</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “The Flower of the Union: Leisure, Race, and Social Identity in Bangu, Rio de Janeiro (1904-1933)” In: *Journal of Social History*, V. 46, N°. 1, 2012, p. 154-169.
- <sup>189</sup> ARANTES, Erika. “A estiva se diverte. Organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX”. In: *Revista Tempo*, V. 21, N°. 37, Niterói, 2015.
- <sup>190</sup> SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p.43.
- <sup>191</sup> COSTA, Mariana B. C. *Entre o Lazer e a Luta*. Op. cit., p. 26-75.
- <sup>192</sup> “Palcos e salões”, *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1895.
- <sup>193</sup> “O Carioca F. C. completa hoje 13 anos de existência”, *O Paiz*, 17 de março de 1920.
- <sup>194</sup> *Arquivo Nacional*, 1° Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V.27, ano 1935; *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 50; *Jornal do Brasil*, 2 de abril de 1902; *Correio da Manhã*, 2 de maio de 1909.
- <sup>195</sup> COSTA, Mariana B. C. *Entre o Lazer e a Luta*. Op. cit., p. 26-75.
- <sup>196</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “E o Rio Dançou. Identidade e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)” In: *Carnavais e outras f(r)*



- estas: ensaios de história social da cultura. (Org.) Maria Clementina Pereira da Cunha. São Paulo: editora da UNICAMP/CECULT, 2002; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- 197 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p.44.
- 198 *Diário Carioca*, 8 de abril de 1934.
- 199 “O dia policial”, *Correio da Manhã*, 25 de junho de 1931.
- 200 Coleção de Leis do Brasil - 1928, Página 630, Vol.2 (Publicação Original)- Decreto nº 18.542, de 24 de dezembro de 1928.
- 201 “Polícia do Distrito Federal”, *Diário Carioca*, 16 de fevereiro de 1932.
- 202 Cabe destacar que nesta pesquisa, não foi localizado o registro policial dessas associações, somente o registro cartorial. *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, código de referência 66; 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, código de referência Livro K1; 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, código de referência 68.
- 203 Ver capítulo 1; *Diário de Notícias*, 6 e 10 de setembro de 1930; “A ação da polícia”, *Diário de Notícias*, 2 de outubro de 1935.
- 204 “O festival do Leblon”, *Jornal dos Sports*, 5 de julho de 1933; “A ação da polícia”, *Diário de Notícias*, 2 de outubro de 1935.
- 205 *Diário da Noite*, 19 de julho de 1933.
- 206 Um certo Estrela Foot-ball Clube participou de um campeonato de futebol, em 1933, junto ao Liberdade Foot-ball Clube, cuja sede estava localizada na Rocinha, e outras associações dos bairros da Gávea e do Jardim Botânico. “Festival de hoje no campo do Jardim F. C.”, *Diário de Notícias*, 9 de dezembro de 1934; “Os festivais de hoje”, *Jornal do Brasil*, 9 de dezembro de 1934
- 207 *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V. 60, ano 1938.
- 208 “O dia policial”, *Correio da Manhã*, 25 de junho de 1931.
- 209 *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V. 43, ano 1936; “Ação Entre Amigos”, *Jornal do Brasil*, 7 de julho de 1938.
- 210 *Arquivo Nacional*, 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, Livro K1, número de registro 295, Extrato do estatuto Clube Musical Recreativo Carioca, 10 de abril de 1934.
- 211 *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V.27, ano 1935.
- 212 *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V. 71, ano 1937.
- 213 “Sports”, *Gazeta de Notícias*, 5 de outubro de 1937.
- 214 “Cartas a direção: a febre amarela”, *O Jornal*, 19 de agosto de 1932.
- 215 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p.44.
- 216 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p.47.
- 217 Foi possível identificar que Luiz Caetano da Silva era presidente do clube em 1940. “S. C. Esperança”, *Beira-Mar*, 13 de abril de 1940.
- 218 SEGALA, Lygia. *O Riscado do Balão Japonês*. Op. cit., p. 85.
- 219 *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V. 60, ano 1938.
- 220 *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V. 60, ano 1938.
- 221 “Obituário da Cidade”, *Diário da Noite*, 27 de novembro de 1933.
- 222 A diretoria era formada em 1945 por: Domingos da Silva Sargo, que exercia a função de barbeiro à Estrada da Gávea n. 425, onde ele também morava; Atilano Ribeiro Carvalho, residente à Estrada da Gávea n.447, que também exercia a função de barbeiro à Rua Humaitá, n. 94; Ulisses Vicente de Souza, pintor sem local definido de trabalho, que morava à Estrada da Gávea n.458; Alvaro Tavares, que exercia a profissão de lanterneiro à rua Muniz Barreto n.9 e morava à rua 2, n.228; Juvenil Cardoso, tecelão à rua Marquês de São Vicente n. 83, cuja residência se encontrava à mesma rua n.147, grupo 5; Altamiro Martins Pinto, que exercia o ofício de sapateiro em sua própria residência à Estrada da Gávea n.425; Gildo Gianni, funcionário municipal na Prefeitura do



- Distrito Federal, residente à Estrada da Gávea n.428; Joaquim Barbosa de Lima, que era servente na Inspetoria de Águas da Prefeitura do Distrito Federal, e morava à Estrada da Gávea n. 458.
- <sup>Di</sup> *visão de Polícia Política e Social (DPS)*, Ficha Verde, Atilano Ribeiro (n. 482), Ulysses Vicente de Souza (n.329), Alvaro Tavares (n.1672), Juvenil Cardoso (n.1238), Gildo Gianini (n.2134), Altamiro Martins Pinto (n. 1306), Joaquim Barbosa de Lima (n.2374).
- <sup>223</sup> Sobre a família Giannini ver capítulo 1; *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Licença de Obras, Estrada da Gávea, ano 1935, caixa 71, documento 10.
- <sup>224</sup> “O dia policial”, *Correio da Manhã*, 25 de junho de 1931.
- <sup>225</sup> SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 47.
- <sup>226</sup> “Cavacos do Ofício”, *Jornal do Brasil*, 16 de maio de 1931.
- <sup>227</sup> “Presos numa macumba”, *Jornal do Comércio*, 31 de maio de 1935.
- <sup>228</sup> *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V.43, ano 1936; “Ação Entre Amigos”, *Jornal do Brasil*, 7 de julho de 1938.
- <sup>229</sup> *Correio da Manhã*, 25 de fevereiro de 1928; *Jornal do Brasil*, 11 de agosto de 1937.
- <sup>230</sup> No original, palavra ilegível.
- <sup>231</sup> *O Jornal e Correio da Manhã*, 15 de julho de 1926.
- <sup>232</sup> *Jornal do Brasil*, 12 de janeiro de 1927; *Jornal do Brasil*, 23 de junho de 1929 e 7 de dezembro 1929; *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Licença de Obras, Estrada da Gávea, ano 1929, caixa 51.
- <sup>233</sup> SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 35.
- <sup>234</sup> *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V.43, ano 1936.
- <sup>235</sup> FERNANDES, Paulo Cesar da C. *As origens do espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850-1914)*. (Dissertação de Mestrado) Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2008.
- <sup>236</sup> “A situação política”, *Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 1935; “Centro Cívico Da Gávea”, *Correio da Manhã*, 24 de janeiro de 1935.
- <sup>237</sup> Embora parte da via já tivesse mudado o nome de Estrada D. Castorina para rua Pacheco Leão, os contemporâneos se referiam com frequência de ambas as formas àquela via.
- <sup>238</sup> GOMES, Angela de Castro; ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/CPDOC, 2012.
- <sup>239</sup> “Publicações especiais”, *Correio da Manhã*, 16 de novembro de 1945.
- <sup>240</sup> Segundo o jornalista do *Diário Carioca*, o “meeting” era realizado pelas seguintes associações: Sindicato dos Operários residentes na Gávea, Cooperativa dos Operários da Gávea, Centro Cívico da Gávea, Associação dos Operários da América Fabril, Caixa dos Empregados do Jardim Botânico e Horto Florestal, Federação Náutica da Lagoa Rodrigo de Freitas, Clube de Regatas Piraque, Clube Musical Carioca e Clube Chuveiro de Ouro. “A Gávea com a Revolução”, *Diário Carioca*, 22 e 28 de fevereiro de 1931.
- <sup>241</sup> “Festival de hoje no campo do Jardim F. C.”, *Diário de Notícias*, 9 de dezembro de 1934; *Jornal do Brasil*, 9 de dezembro de 1934.
- <sup>242</sup> “Centro Cívico da Gávea”, *Jornal do Brasil*, 29 de março de 1935.
- <sup>243</sup> “Melhoramentos para a Gávea”, *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1935.
- <sup>244</sup> “Melhoramentos para a Gávea”, *Diário de Notícias*, 31 de janeiro de 1935.
- <sup>245</sup> “Política do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 13 de outubro de 1934.
- <sup>246</sup> “Política do distrito”, *Jornal do Brasil e A Nação*, 10 de outubro de 1934.
- <sup>247</sup> “Carioca S. C.”, *Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1935.
- <sup>248</sup> “Os Bailes No Jardim F. C. Em Homenagem Ao Centro Cívico Da Gávea”, *Jornal dos Sports*, 16 de fevereiro de 1935; “Pródromos da folia”, *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1935.
- <sup>249</sup> GOMES, Angela de Castro; ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Op.



- cit; “Os novos prédios escolares”, *Correio da Manhã*, 28 de fevereiro de 1935.
- 250 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p.42.
- 251 “Melhoramentos da Gávea”, *Correio da Manhã*, 9 de fevereiro de 1935.
- 252 “Queixos e sugestões”, *Diário da Noite*, 11 de julho de 1931.
- 253 “Os moradores da Gávea pleiteiam melhoramentos”, *Correio da Manhã*, 3 de fevereiro de 1935.
- 254 COSTA, Mariana B. C. *Entre o Lazer e a Luta*. Op. cit.
- 255 Formado por funcionários da Fábrica de Tecidos Corcovado na primeira década do século XX, o Clube de Regatas Lage mantinha sua sede social em Botafogo. Segundo uma nota publicada em uma folha carioca, a associação de remo adotou esse nome porque o Sr. Alfredo Lage cedeu um prédio existente na chácara que levava seu nome para a instalação do clube. “O Jornal nos sports”, *O Jornal*, 23 de janeiro de 1934; *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V.35, Estatuto de Pessoa Jurídica, ano 1935.
- 256 “Sports”, *Diário de Notícias*, 18 de junho de 1930.
- 257 A federação foi criada por quatro clubes de regatas da área: o C. R. Jardimense; o C. R. Audax; o Gávea Sport Clube; e o Clube de Regatas Piraque, que também esteve representado na nota divulgada nos jornais cariocas em 1935. *A Manhã*, 20 de outubro de 1928; *Gazeta de Notícias*, 17 de janeiro de 1935; “Associações”, *Almanak Laemmert*, ano 1934; *Diário de Notícias*, 24 de agosto de 1930.
- 258 “Pródromos da folia”, *Jornal do Brasil*, 7 de janeiro de 1934.
- 259 É o que sugere outra nota publicada no *Correio da Manhã* exatamente no mesmo dia em que aquelas associações pleitearam a instalação de uma escola na localidade e o calçamento da rua D. Castorina. Tratava-se de um comunicado endereçado ao diretor da Limpeza Pública do Distrito Federal em agradecimento a retirada de peixes mortos da Lagoa Rodrigo de Freitas, no qual assinava o telegrama às mesmas associações acima descritas, como no caso da Irmandade São João da Rocinha e Liberdade Foot-ball Clube. “A retirada dos peixes mortos da Lagoa Rodrigo de Freitas”, *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1935.
- 260 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p.35.
- 261 *A Batalha*, 22 de agosto de 1930.
- 262 “O festival do Leblon”, *Jornal dos Sports*, 5 de julho de 1933.
- 263 “Cruzada Nacional da Educação”, *Jornal do Brasil*, 22 de fevereiro de 1935.
- 264 GOMES, Angela de Castro; ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Op. cit.
- 265 *Arquivo Nacional*, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, V.13, ano 1932.
- 266 “Festival de hoje no campo do Jardim F. C”, *Diário de Notícias*, 9 de dezembro de 1934.
- 267 “Escola na Rocinha”, *Diário de Notícias*, 8 de março de 1935; “ESCOLA NA ROCINHA”, *Correio da Manhã*, 8 de março de 1935; “ESCOLA NA ROCINHA”, *Jornal do Brasil*, 8 de março de 1935.
- 268 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p.47.
- 269 “Partido Autonomista”, *Correio da Manhã*, 30 de outubro de 1934.
- 270 A sessão na Câmara Municipal do Distrito Federal ocorreu no dia 3 de novembro de 1936 e foi publicada no *Jornal do Brasil* no dia seguinte. “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 4 de novembro de 1936.
- 271 A proposta do requerimento n. 535 foi anunciada no dia 3 de novembro de 1936 e a sua discussão e votação ocorreu no dia 5 de novembro de 1936. “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 4 e 6 de novembro de 1936.
- 272 GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 98- 100.
- 273 Trata-se do estudo sobre as favelas cariocas elaborado pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS). Intitu-



- lado “Aspectos humanos da favela carioca”, o relatório foi publicado no ano de 1960 em dois suplementos especiais no *O Estado de São Paulo* e reeditado no mesmo ano pela *Tribuna da Imprensa*. “Aspectos humanos da favela carioca”, *Folha de São Paulo*, 13 e 15 de abril de 1960.
- 274 CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. *Gingando entre as dificuldades*. Op. cit.; LEITÃO, Gerônimo. *Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha ao longo de cinquenta anos*. Op. cit.; BITTENCOURT, Danielle Lopes. “O morro é do povo”: memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas. Op. cit.; CAVLICANTI, Danielle. *A (Re) invenção da praça: a experiência da Rocinha e suas fronteiras*. Op. cit.
- 275 “Queixos e sugestões”, *Diário da Noite*, 11 de julho de 1931.
- 276 PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Negociações impressas”. Op. cit.
- 277 “Cartas a direção: a febre amarela”, *O Jornal*, 19 de agosto de 1932.
- 278 “Luz, pelo menos, para a Rocinha, na Gávea!”, *A Noite*, 1 de julho de 1931.
- 279 “Carnaval”, *Jornal do Brasil*, 5 de fevereiro de 1932.
- 280 “Sem Condução de Qualquer Espécie!...”, *Diário Carioca*, 30 de janeiro de 1936.
- 281 *Brasil Revista*, novembro de 1933, 1º vol.
- 282 O’DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana*. Op. cit., p. 186; 187.
- 283 “Descortinando as Maravilhas do Rio”, *O Malho*, 4 de janeiro de 1930.
- 284 “Mensagem...”, *Jornal do Brasil*, 3 de junho de 1930.
- 285 *Jornal do Comércio: retrospecto comercial*, outubro de 1933, N. 4, V. LX.
- 286 *A Noite*, 23 de junho de 1930; *Jornal do Brasil*, 30 de janeiro de 1931; Sino Azul, 1933; *O Radical*, 8 de outubro de 1933; *A Noite*, 4 de outubro de 1933; *Diário de Notícias*, 27 de setembro de 1934; *Correio da Manhã*, 28 de setembro, 1934; *Diário de Notícias*, 23 de setembro de 1934; *Jornal do Brasil*, 24 e 25 de setembro de 1934; *Diário de Notícias*, 27 de setembro de 1934; *O Paiz*, 30 de setembro de 1934; *Gazeta de Notícias*, 28 de maio de 1935; *Gazeta de Notícias*, 8 de junho de 1935; *Diário Carioca*, 25 de setembro de 1934; *Diário de Notícias*, 30, 31 de maio e 1 de junho de 1935; *O Imparcial*, 7 de junho de 1936; *O Radical*, 31 de maio de 1936; *O Imparcial*, 3 de maio de 1936; *O Jornal*, 9 de junho de 1936; *Correio da Manhã*, 7 de junho de 1936; *O Radical*, 31 de maio de 1936; *O Imparcial*, 30 de maio de 1936.
- 287 “As próximas corridas”, *Diário Carioca*, 25 de setembro de 1934; “Correio Esportivo”, *Correio da Manhã*, 28 de setembro de 1934.
- 288 “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 12 de novembro de 1936.
- 289 Grifo original do documento. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Afórimentos, Estrada da Gávea, G10.
- 290 Ver capítulo 1.
- 291 *Correio da Manhã*, 26 de março de 1933.
- 292 *Correio da Manhã*, 26 de outubro de 1932.
- 293 *Correio da Manhã*, 19 de junho de 1932.
- 294 *Correio da Manhã*, 23 de outubro de 1932.
- 295 *A Batalha*, 23 de março de 1933.
- 296 O’DONNELL, Julia. “Castelos de Areia” in: *A invenção de Copacabana*. Op. cit.
- 297 *Jornal do Brasil*, 12 de junho de 1932.
- 298 *Vida Doméstica*, outubro de 1932.
- 299 BIZZIO, Michele R.; ZUIN, João Carlos Soares. “A apropriação do ideário cidade-jardim nos condomínios residenciais fechados brasileiros” In: *Revista Vitruvius*. São Paulo: Arquitectos, novembro, 2016. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/17.198/6300>.
- 300 *Correio da Manhã*, 2 de junho de 1932; 12 de junho de 1932; 15 de junho de 1932; 19 de junho de 1932; 22 de junho de 1932.
- 301 O’DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana*. Op. cit., p.169-173.
- 302 “Cidade Jardim”, *O Jornal*, 19 de junho de 1932.
- 303 “Uma Visita à Gavelândia”, *Diário Carioca*, 24 de julho de 1932.
- 304 No original, palavra ilegível.
- 305 *Diário de Notícias*, 20 de fevereiro de 1935.
- 306 “*O Imparcial*, 28 de setembro de 1935; *O Imparcial*, 27 de março de 1924; *Correio*



- da *Manhã*, 16 de maio de 1927; *O Brasil*, 21 de agosto de 1927; *Sino Azul*, julho de 1930; *Diário Carioca*, 8 de fevereiro de 1936; *A Noite*, 21 de novembro de 1930; *Jornal do Comércio*, 3 de março de 1932; *Vida Doméstica*, junho de 1933; *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1933; *A Batalha*, 30 de julho de 1933.
- <sup>307</sup> “Partido Autonomista”, *Correio da Manhã*, 30 de outubro de 1934; GOMES, Angela de Castro; ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Op. cit.; GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 103-104.
- <sup>308</sup> *Jornal do Comércio*, 6 de junho de 1935.
- <sup>309</sup> *Correio da Manhã*, 25 de junho de 1936.
- <sup>310</sup> “A homenagem da A. C. C. a três engenheiros”, *A Noite*, 9 de novembro de 1935; “Homenagem a três engenheiros”, *A Noite*, 14 de novembro de 1935.
- <sup>311</sup> “Confederação Sindical Unitária do Brasil”, *O Radical*, 4 de outubro de 1935.
- <sup>312</sup> “Ai vem o carnaval”, *Diário Carioca*, 4 de fevereiro de 1936.
- <sup>313</sup> *O Imparcial*, 28 de setembro de 1935.
- <sup>314</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 17 de setembro de 1936.
- <sup>315</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 7 de novembro de 1936.
- <sup>316</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 4 e 6 de novembro de 1936.
- <sup>317</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 6 de novembro de 1936.
- <sup>318</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 6 de novembro de 1936.
- <sup>319</sup> “A sessão de ontem na Câmara Municipal” *Diário Carioca*, 30 de julho de 1936.
- <sup>320</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 7 de novembro de 1936.
- <sup>321</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 4 de novembro de 1936.
- <sup>322</sup> Ver capítulo 1.
- <sup>323</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 4 de novembro de 1936.
- <sup>324</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 6 de novembro de 1936.
- <sup>325</sup> *Jornal do Brasil*, 11 de outubro de 1934; *Gazeta de Notícias*, 9 de outubro de 1934; *Diário Carioca*, 30 de julho de 1936.
- <sup>326</sup> No original, “emphyteuses”.
- <sup>327</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 6 de novembro de 1936.
- <sup>328</sup> Como dito anteriormente, tratava-se de um contrato de exploração de terras, temporária ou perpetuamente, qual o senhorio cedia ao arrendatário o domínio útil do imóvel. Em contrapartida, o senhorio recebia uma taxa fixa anualmente, chamada Enfiteuse, conservando para si o domínio direto da propriedade. Denomina-se *laudemium* o direito ao recebimento do foro. O acordo era firmado por meio de escritura, cujo prazo poderia ou não ser renovado. O contrato poderia ser extinto somente através do entendimento prévio entre as partes e mediante indenização. SANTOS, J. M. de Carvalho. “Enfiteuse”. Op. cit.
- <sup>329</sup> Era o caso também do sítio denominado “Nicolau” de propriedade da irmã de Augusto Cesar da Rosa, chamada Luiza Maria da Rosa. O sítio fazia fronteira com a fazenda da Rocinha e estava em litígio judicial naquele momento. *Arquivo Nacional*, Autor Augusto Cesar da Rosa e réu Manoel Fernandes Cortinhas, ano 1908, maço 36, EQ- 7° pretoria (Gávea); *O Paiz*, 13 de outubro de 1909; *Jornal do Comércio*, 18 de janeiro de 1934 e 15 de outubro de 1942.
- <sup>330</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 15 de agosto de 1936.
- <sup>331</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 25 de dezembro de 1936.
- <sup>332</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 4 de novembro de 1936. Obtendo resposta da companhia alguns dias depois, os seus representantes legais informaram que “A propriedade dessa sociedade, sita na Gávea, e denominada ‘Rocinha’, faz testada na Estrada da Gávea, pelos dois lados dessa via pública que a atravessa.” “Câmara Municipal do





- Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 12 de novembro de 1936.
- <sup>333</sup> *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. Decreto- Lei 7.711, 24 de janeiro de 1944, Ano XXXI, janeiro-junho, p.35.
- <sup>334</sup> “Aflitos os moradores da ‘Rocinha’”, *Gazeta de Notícias*, 5 de maio de 1944.
- <sup>335</sup> “Do que necessita o seu bairro?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.
- <sup>336</sup> “O que necessita o seu bairro?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944; “A desapropriação dos terrenos da antiga fazenda da Rocinha”, *Jornal do Brasil*, 29 de abril de 1944.
- <sup>337</sup> “Aflitos os moradores da ‘Rocinha’”, *Gazeta de Notícias*, 5 de maio de 1944.
- <sup>338</sup> “A desapropriação dos terrenos da antiga fazenda da Rocinha”, *Jornal do Brasil*, 29 de abril de 1944; “Tablelaxo: Apela para (sic) o prefeito moradores de Rocinha”, *A Manhã*, 29 de abril de 1944; “Os terrenos da Rocinha”, *Correio da Manhã*, 29 de abril de 1944; “Entregarão por dez mil cruzeiros o que vale cinquenta mil?”, *Diário da Noite*, 3 e 5 de maio de 1944; “Aflitos os moradores da ‘Rocinha’: Apela para a bondade do prefeito”, *Gazeta de Notícias*, 5 de maio de 1944; “Do que o seu bairro necessita?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.
- <sup>339</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- <sup>340</sup> SILVA, Maria Lais Pereira. *Favelas cariocas 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 11.
- <sup>341</sup> SILVA, Maria Lais Pereira. *Favelas cariocas 1930-1964*. Op. cit., p. 98; 99.
- <sup>342</sup> BITTENCOURT, Danielle Lopes. ‘O morro é do povo’. Op. cit., p.76- 80.
- <sup>343</sup> “Direito e o Foro”, *O Jornal*, 28 de abril de 1943; “Panorama Jurídico”, *A Manhã*, 5 de maio de 1943.
- <sup>344</sup> “Os moradores da ‘Rocinha’, na Gávea, terão seus direitos assegurados”, *Diário de Notícias*, 27 de maio de 1944.
- <sup>345</sup> “Os moradores da ‘Rocinha’, na Gávea, terão os seus direitos assegurados”, *Diário de Notícias*, 27 de maio de 1943; ver capítulo 1.
- <sup>346</sup> “Os moradores da ‘Rocinha’, na Gávea, terão seus direitos assegurados”, *Diário de Notícias*, 27 de maio de 1944.
- <sup>347</sup> SOUZA, Rafael Lima A. de. “‘Não havia grita...’” política e reformas urbanas no Rio de Janeiro de Henrique Dodsworth (1937-1945). In: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. N.º. 8, 2014, p. 361-377.
- <sup>348</sup> Tratava-se do Decreto-Lei n.º. 2.722, de 30 de outubro de 1940, assinado por Getúlio Vargas, e regulamentado por Henrique Dodsworth através do Decreto-Lei n.º. 6.896, de 28 de dezembro de 1940.
- <sup>349</sup> SOUZA, Rafael Lima A. de. “ ‘Não havia grita...’ ”. Op. cit.; SILVA, Pedro Sousa da. “Construindo um novo espaço urbano no Estado Novo: a participação das empreiteiras cariocas nas obras da gestão de Henrique Dodsworth (1937-1945)”. In: *Revista Faces do Clío*. V. 3, N.º. 6, julho-dezembro, 2017.
- <sup>350</sup> Decreto-Lei n.º. 6.896, de 28 de dezembro de 1940.
- <sup>351</sup> Posteriormente, o Decreto-Lei n.º. 3532, de 21 de agosto de 1941 sancionado por Vargas e regulamentado pelo Prefeito Dodsworth através do Decreto-Lei n.º. 7.101, 15 de setembro de 1941, alterou dispositivos do Decreto-Lei n.º. 2.722, de 30 de outubro de 1940 e do Decreto-Lei n.º. 6.896, de 28 de dezembro de 1940, respectivamente. Ainda assim, a Comissão Especial de Desapropriação manteve em essência a sua função. REZENDE, Vera F. A Comissão do Plano da Cidade, um modelo de gestão e um plano de obras para a cidade do Rio de Janeiro. *XI Encontro nacional da Associação Nacional de Pós Graduação em planejamento urbano e Regional*. Op. cit.
- <sup>352</sup> *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. Decreto- Lei 7.711, 24 de janeiro de 1944, ano XXXI, (Janeiro-junho), p.35.
- RAJAO, Raoni; CARVALHO, Ely Berço de; GIUDICE, Roberta Del. *Uma breve história da legislação florestal brasi-*



- leira. Observatório do Código Florestal (OCF), 2018.
- 353 Coleção de Leis do Brasil - 1934, Página 519, Vol. 1 (Publicação Original)- Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934.
- 354 Coleção de Leis do Brasil - 1937, Página 427, Vol. 3 (Publicação Original)- Decreto- Lei nº 96, 22 de dezembro de 1937.
- 355 Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/7/1941, Página 14427 (Publicação Original)- Decreto- Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.
- 356 *Jornal do Comércio*, 21 de agosto de 1940.
- 357 *A Noite*, 24 de junho de 1941.
- 358 “As realizações da administração Henrique Dodsworth”, *Gazeta de Notícias*, 15 de março, 1944.
- 359 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Op. cit.
- 360 “As realizações da administração Henrique Dodsworth”, *Diário da Noite*, 14 de março de 1944.
- 361 SOUZA, Rafael Lima A. de. “Não havia grita...”. Op. cit.
- 362 “As realizações da administração Henrique Dodsworth”, *Diário da Noite*, 14 de março de 1944.
- 363 Ver capítulo 3.
- 364 “A Prefeitura continua a realizar seu interessante programa rodoviário”, *Gazeta de Notícias*, 12 de junho de 1938.
- 365 “Prefeitura”, *O Imparcial*, 7 de junho de 1940.
- Ainda que a área fosse alvo da atenção da administração pública naquele momento, não significava que os seus problemas urbanos e sociais já haviam sido superados, como alguns jornais cariocas buscavam evidenciar no período. “A Cidade”, *O Imparcial*, 17 de dezembro de 1940.
- 366 Código de Obras do Distrito Federal, Decreto nº. 6000, de 1 de julho de 1937.
- 367 O trecho da via em questão não corresponde ao atual limite geográfico da Rocinha.
- 368 Segundo Gonçalves, um dos principais fatores que levaram a essa nova postura era o fato de que o Estado passou a considerar a moradia como um elemento fundamen-  
tal para assegurar a reprodução de força de trabalho. GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 125.
- 369 Além dos parques proletários nº. 1 e nº. 3, respectivamente construídos nos bairros da Gávea e do Leblon, foi inaugurado o Parque Proletário nº. 2 no Caju, próximo à zona portuária. GONÇALVES, Rafael Soares. “A condenação oficial das favelas” In: *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit.
- 370 Na década de 1970, o parque proletário foi demolido e a área foi doada para a PUC-Rio, que incorporou ao campus da universidade. SANTOS, Luciana. *Fragmentos de memórias: o processo de remoção das favelas da Praia do Pinto e do Parque Proletário da Gávea*. (Monografia) Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.
- 371 Cabe ressaltar que a Lagoa Rodrigo de Freitas era quase o dobro do seu tamanho nos dias de hoje, cujo contorno atual se definiu a partir de inúmeros aterramentos nos anos posteriores. Além da Praia do Pinto, existiam ali numerosos núcleos de moradias formados pela população pobre da cidade. SANTOS, Luciana. *Fragmentos de memórias*. Op. cit.
- 372 *O Radical*, 20 de maio de 1942; *Diário Carioca*, 24 de maio de 1942; *A Noite*, 19 e 20 de abril de 1943.
- 373 SANTOS, Luciana. *Fragmentos de memórias*. Op. cit.
- 374 *Jornal do Brasil*, 27 de abril de 1941.
- 375 *O Observador Econômico e Financeiro*, Ano 1944; *Revista da semana*, 12 de fevereiro de 1944; *A Manhã*, 27 de abril de 1945.
- 376 *Jornal do Comércio*, 27 de fevereiro de 1935; *O Brasil*, 9 de abril de 1922; “Bancos e Companhias”, *Diário de Notícias*, 26 de março de 1933.
- 377 *Correio da Manhã*, 22 de fevereiro de 1942. Foram publicados também anúncios semelhantes no *Diário de Notícias*, 28 de janeiro de 1941; *Correio da Manhã*, 19 de outubro de 1944; *Correio da Manhã*, 22 de abril de 1945; *Correio da Manhã*, 5 de janeiro de 1947.
- 378 *O Cruzeiro*, 12 de julho de 1941.



- 379 “Do que o seu bairro necessita?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.
- 380 NEVES, M. S.; BYINGTON, S. I. (Orgs.). PUC-Rio 70 anos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010.
- 381 “Entregarão por dez mil cruzeiros o que vale cinquenta mil?”, *Diário da Noite*, 3 de maio de 1944.
- 382 *Correio da Manhã*, em 16 de setembro de 1943.
- 383 Segundo os anúncios publicados em diversos jornais da capital, os valores dos terrenos situados na localidade da Rocinha oscilassem de Cr\$ 8.000\$000 à 15.000\$000 - o que poderia ocorrer devido a fatores como tamanho e localização. Era o caso, por exemplo, dos seguintes anúncios: “VENDE-SE – 10 contos, bom terreno na Gávea, (Rocinha) perto da praia. Trata-se com D. Olga, à rua Dr. Joaquim Otonini n. 465, Caxias, (Leopoldina), Ônibus Centenário.”; “GÁVEA -Vendo um terreno no local chamado Rocinha de 10 x 39, por 8:000\$000”. Telefonar para 43-9581.”; “Vende-se por Cr\$ 15. 000, 000 um terreno na Rocinha (Gávea) [...], tratar com D. Olga em Todos os Santos”. (*Jornal do Brasil*, 5 de fevereiro de 1942; “Gávea”, *Jornal do Brasil*, 8 de fevereiro de 1942; “Gávea”, *Jornal do Brasil*, 24 de dezembro de 1942).
- 384 “Entregarão por dez mil cruzeiros o que vale cinquenta mil?”, *Diário da Noite*, 3 de maio de 1944.
- 385 Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/7/1941, Página 14427 (Publicação Original)- Decreto- Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.
- 386 “Do que o seu bairro necessita?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.
- 387 SOUZA, Rafael Lima A. de. “Não havia grita...”. Op. cit.
- 388 PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Negociações impressas”. Op. cit.
- 389 “Entregarão por dez mil cruzeiros o que vale cinquenta mil”, *Diário da Noite*, 3 de maio de 1944.
- 390 “Entregarão por dez mil cruzeiros o que vale cinquenta mil”, *Diário da Noite*, 5 de maio de 1944.
- 391 PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Negociações impressas”. Op. cit.
- 392 “Do que o seu bairro necessita?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.
- 393 O Centro Cívico da Gávea e a Legião Cívica 5 de Julho foram criadas em apoio ao movimento de outubro de 1930 e o Governo Provisório no Distrito Federal. Atestando a sua proximidade com o movimento tenentista, o nome da segunda organização referia-se ao levante conhecido como “Dezoito do Forte de Copacabana” iniciado no dia 5 de julho de 1922. Compreendendo que os movimentos desencadeados na década de 1920 e o movimento de outubro de 1930 que levou Getúlio Vargas ao governo do país eram parte de um mesmo processo, os legionários da organização cívica criavam a entidade buscando dar continuidade a “Revolução”. Em outubro de 1932, foi inaugurado um diretório de legionários na Gávea. Interessa destacar que talvez Amoacy Niemeyer começasse a atuar mais intensamente junto aos trabalhadores da região naquele momento devido a sua pretensão eleitoral, que se concretizou em 1945 com a sua candidatura a deputado federal. *A Batalha*, 22 de março de 1931; *O Radical*, 6 de outubro de 1932; “A Gávea com a Revolução”, *Diário Carioca*, 22 de fevereiro de 1931; “Manifestação ao Ministro do Trabalho”, *Diário Carioca*, 28 de fevereiro de 1931; *Diário de Notícias*, 21 de novembro de 1945.
- 394 Ver capítulo 2.
- 395 “Entregarão por dez mil cruzeiros o que vale cinquenta mil?”, *Diário da Noite*, 3 de maio de 1944.
- 396 “Do que o seu bairro necessita?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.
- 397 “Entregarão por dez mil cruzeiros o que vale cinquenta mil?”, *Diário da Noite*, 5 de maio de 1944.
- 398 “Do que necessita o seu bairro?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.



- <sup>399</sup> O'DONNELL, Julia. *Invenção de Copacabana*. Op. cit., p. 17-56. p. 195-210.
- <sup>400</sup> “Entregarão por dez mil cruzeiros o que vale cinquenta mil?”, *Diário da Noite*, 3 de maio de 1944.
- <sup>401</sup> “Os terrenos da Rocinha”, *Correio da Manhã*, 29 de abril de 1944.
- <sup>402</sup> “Câmara Municipal do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 4 de novembro de 1936; ver capítulo 3.
- <sup>403</sup> “Do que necessita o seu bairro?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.
- <sup>404</sup> “Do que o seu bairro necessita?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.
- <sup>405</sup> *Jornal do Brasil*, 23 e 28 de julho de 1936.
- <sup>406</sup> *A Noite*, 17 de dezembro de 1937.
- <sup>407</sup> “Nossa Senhora da Paz”, *A Cruz*, 9 de julho de 1944.
- <sup>No</sup> caso específico da instituição de ensino mantida pelos franciscanos na Rocinha, o jornal *A Noite* forneceu dados conflitantes em uma pequena nota, na qual informava que no dia 3 de março de 1940 foi inaugurada “oficialmente, a Escola Nossa Senhora da Boa Viagem, na Rocinha (lados da Gávea), [...]”. *A Noite*, 3 de março de 1940.
- <sup>408</sup> GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit.
- <sup>409</sup> “Do que necessita o seu bairro?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.
- <sup>410</sup> “Do que necessita o seu bairro?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.
- <sup>411</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Fabril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- <sup>412</sup> “A desapropriação dos terrenos da antiga fazenda da Rocinha”, *Jornal do Brasil*, 29 de abril de 1944.
- <sup>413</sup> “Os terrenos da Rocinha”, *Correio da Manhã*, 29 de abril de 1944.
- <sup>414</sup> Foram publicadas matérias semelhantes nos seguintes jornais: “Tablelaxo: Apellam paar (sic) o prefeito moradores de Rocinha”, *A Manhã*, 29 de abril de 1944; “Entregarão por dez mil cruzeiros o que vale cinquenta mil?”, *Diário da Noite*, 3 de maio de 1944; “Aflitos os moradores da ‘Rocinha: Apellam para a bondade do prefeito”, *Gazeta de Notícias*, 5 de maio de 1944.
- <sup>415</sup> Ver capítulo 3.
- <sup>416</sup> “Pedem uma linha de Ônibus (sic) para Rocinha na Gávea”, *Correio da Manhã*, 22 de julho de 1941.
- <sup>417</sup> “Do que necessita o seu bairro?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.
- <sup>418</sup> “Do que necessita o seu bairro?”, *Diário Carioca*, 22 de setembro de 1944.
- <sup>419</sup> “Entregarão por dez mil cruzeiros o que vale cinquenta mil?”, *Diário da Noite*, 5 de maio de 1944.
- <sup>420</sup> Ver capítulo 2.
- <sup>421</sup> Idem.
- <sup>422</sup> “Na Cooperativa de Operários da Gávea”, *Jornal do Brasil*, 1 de abril de 1917.
- <sup>423</sup> GOMES, Angela de Castro; ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Op. cit.; PANDOLFI, Dulce. “Os anos 1930: as incertezas do regime” In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional – estatismo*. Op. cit.
- <sup>424</sup> “A Situação Política”, *Jornal do Brasil*, 22 de junho de 1933; “Publicações especiais”, *Correio da Manhã*, 16 de novembro de 1945.
- <sup>425</sup> “A Gávea com a Revolução”, *Diário Carioca*, 22 e “Manifestação ao Ministro do Trabalho”, *Diário Carioca*, 28 de fevereiro de 1931; “Natal na Gávea”, *Beira-Mar*, 22 de dezembro de 1934; “Ano Novo na Gávea”, *Correio da Manhã*, 30 de dezembro de 1934; “Centro Cívico da Gávea”, *Jornal do Brasil*, 29 de março de 1935. “A situação política”, *Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 1935; “Centro Cívico Da Gávea”, *Correio da Manhã*, 24 de janeiro de 1935.
- <sup>426</sup> “Ineditorial”, *Diário de Notícias*, 18 de dezembro de 1942.
- <sup>427</sup> O pai de Sebastião Menas, chamado Antonio Menas Soares, foi um dos fundadores do Clube Musical Recreativo Carioca em 1985. COSTA, Mariana. *Entre o Lazer e a Luta*. Op. cit.
- <sup>428</sup> “Tornado sem efeito a desapropriação do sítio Rocinha, na estrada da Gávea”, *A Manhã*, 8 de maio de 1945.
- <sup>429</sup> IBGE. “As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950”. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Estatística*,



1953. IBGE; “Censo Demográfico de 1960: favelas do Estado da Guanabara”. *Revista Brasileira de Estatística*: Rio de Janeiro, 1968.
- 430 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 51.
- 431 Idem, p. 49.
- 432 “Cenas dramáticas na destruição do Sacopã”, *Imprensa Popular*, 12 de outubro de 1952.
- 433 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 23.
- 434 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p.24- 26.
- 435 Idem.
- 436 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p.27.
- 437 FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 46.
- 438 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 48; 49.
- 439 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 16-18
- 440 FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo*. Op. cit., p. 49.
- 441 FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo*. Op. cit., p. 43.
- 442 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 45.
- 443 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p.17.
- 444 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 54.
- 445 “Nos morros e nas favelas”, *Imprensa Popular*, 9 de março de 1956.
- 446 Não é de estranhar que essa presença também começasse a se manifestar de outras formas naquele espaço, como podemos perceber através de um anúncio publicado em 1956 no *Jornal do Brasil*, que destacava um estabelecimento comercial cuja denominação fazia referência ao próprio Estado do Ceará: “Vende-se uma casa com um armazém, na Rua 2, nº 109, Casa Cearense, Estrada da Gávea. Entrada 523. Campo Esperança, Rocinha. Preço a combinar com o proprietário”. *Jornal do Brasil*, 5 de outubro de 1956.
- 447 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 38.
- 448 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 38.
- 449 SEGALA, Lygia. *O Riscado do Balão Japonês*. Op. cit., p. 84- 99.
- 450 GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 117-134.
- 451 Código de Obras do Distrito Federal, decreto nº. 6000, de 1 de Julho de 1937.
- 452 GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 179- 180.
- 453 GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 190-191.
- 454 Segundo Gonçalves, “os debates evocaram o vínculo existente entre o processo de êxodo rural e a favelização, lembrando que o fato de proteger, mesmo que de forma precária, a posse dos favelados poderia deslanchar a aceleração desse processo”. Desse modo, Gonçalves chama atenção para uma das críticas direcionadas ao projeto por alguns contemporâneos. Nessa perspectiva, ao evitar os despejos dessas moradias, a legislação encorajava migrantes de outras cidades a se deslocarem para a cidade. Nota-se que as críticas de alguns contemporâneos à Lei das Favelas, que apontavam o vínculo entre o aumento de êxodo rural no país e o crescimento desses núcleos de moradias pela cidade, parece ter acontecido em certa medida na Rocinha, já que muitos migrantes se estabeleceram ali durante o período.
- GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 190-191.
- 455 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 53.
- 456 GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 190; 191- 116.
- 457 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 39.
- 458 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 49.
- 459 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 44.
- 460 IBGE: Acervo de trabalho geográfico de campo. Título: Favela da Rocinha, Gávea. BERNARDES, Nilo; SOMLO, Tomas. Ano 1958.



- <sup>461</sup> “Domingo Foi Dia de Festa no Morro”, *Imprensa Popular*, 23 de novembro de 1954.
- <sup>462</sup> SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 55.
- <sup>A</sup> moradora da Rocinha Silva Nunes de Araújo Porto contou em seu depoimento que a Associação de Moradores “loteou todo o Campo do Esperança, para abrigar o pessoal que perdeu o barraco”, nas enchestes que ocorreram em 1966 e 1967, o que pode explicar o fato de que o campo não existe nos dias de hoje. SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 95.
- <sup>463</sup> “Domingo Foi Dia de Festa no Morro” *Imprensa Popular*, 23 de novembro de 1954.
- <sup>464</sup> *Diário da Noite*, 22 de agosto de 1955; *O Jornal*, 14 de janeiro de 1958; *Diário da Noite*, 26 de novembro de 1959.
- <sup>465</sup> SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 55.
- <sup>466</sup> DISTRITO FEDERAL. *Censo de Favelas: aspectos gerais*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1949.
- <sup>467</sup> IBGE. “As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950”. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Estatística*, 1953.
- <sup>468</sup> Segundo Licia Valladares, a diferença considerável do número de favelas identificado no censo do Distrito Federal e no recenseamento geral do país ocorreu devido aos critérios utilizados em cada documento, como no caso em particular do critério que definia o mínimo de 50 moradias no censo do IBGE. VALLADARES, Licia do Prado. *A Invenção da Favela*. Op. cit., p. 69.
- <sup>469</sup> VALLADARES, Licia do Prado. *A Invenção da Favela*. Op. cit., p. 63.
- <sup>470</sup> OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. “A identificação da ‘Favela’” In: “*Trabalhadores Favelados*”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2014.
- <sup>471</sup> VALLADARES, Licia do Prado. *A Invenção da Favela*. Op. cit., p. 71.
- <sup>472</sup> CHALHOUB, Sidney. “Cortiços” In: *Cidade Febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- <sup>473</sup> OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. “A identificação da ‘Favela’” In: “*Trabalhadores Favelados*”. Op. cit.
- <sup>474</sup> OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. “A identificação da ‘Favela’” In: “*Trabalhadores Favelados*”. Op. cit.
- <sup>475</sup> “A Fundação Leão XIII”, *A Cruz*, 26 de janeiro de 1947.
- <sup>476</sup> “De favela a bairro operário”, *Corrêa da Manhã*, 26 de maio de 1948.
- <sup>477</sup> “Serviço Social”, *Tribuna da Imprensa*, 24 de junho de 1952.
- <sup>478</sup> “Serviço Social”, *Tribuna da Imprensa*, 24 de junho de 1952.
- <sup>479</sup> SILVA, Maria Lais P. da. *Favelas Cariocas (1930-1964)*. Op. cit.; VALLADARES, Licia do Prado. *A Invenção da Favela*. Op. cit.; GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit.
- <sup>480</sup> SILVA, Maria Lais P. da. *Favelas Cariocas (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 62.
- <sup>481</sup> “Vida dos comitês populares”, *Tribuna Popular*, 25 de agosto de 1945 e 1 de setembro de 1945.
- <sup>482</sup> Fazia parte da organização política, por exemplo, o bombeiro Dionísio Cardoso, morador à Rua Um, n. 410, integrante da célula Euclides Cardoso e membro do Santa Cruz F. C., e ainda o operário servente Eduardo Ferreira, morador à Estrada da Gávea n. 452, que além de fazer parte da célula Euclides Cardoso, também era membro do Esperança E. C. *Arquivo do Estado do Rio de Janeiro*. Fundo POL POL, setor comunismo, notação 2J.
- <sup>483</sup> “Notícias do Partido Comunista do Brasil”, *Tribuna Popular*, 24 de novembro de 1945.
- <sup>484</sup> Entre as partidas confirmadas para acontecer no evento constava: o Rua Um x São Conrado; Dois Irmãos X Rocinha F. C.; Esperança F. C. x Light 2 Distrito; e a prova de honra, Santa Cruz F. C. x Comitê Lagoa e Gávea em homenagem a *Tribuna Popular*. “Foot-Ball Amador”, *Tribuna Popular*, 14 de dezembro de 1946.



- 485 FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961” In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da nacional – estatismo*. Op. cit., p. 333-339.
- 486 GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 146- 148.
- 487 “Serviço social: explicação”, *Tribuna da Imprensa*, 3 de janeiro de 1950; “A Fundação Leão XIII”, *A Cruz*, 26 de janeiro de 1947.
- 488 “Serviço social: Rocinha”, *Tribuna da Imprensa*, 24 de julho de 1950.
- 489 Aparece nos jornais cariocas a denominação da área como o bairro de São Conrado a partir da década de 1950.
- 490 *Diário Carioca*, 21 de julho de 1956.
- 491 Era o caso, por exemplo, de uma matéria publicada no jornal Última Hora naquele mesmo ano que noticiava a prisão de dois indivíduos acusados de assaltarem um motorista na Av. Niemeyer. Segundo a nota, os criminosos eram Wilson Dantas Moreira, residente na Travessa Maria Cândida, e Mario de Oliveira, que morava na Rua da Caixa D’água. “Na Ronda das Ruas”, Última Hora, 8 de setembro de 1956.
- 492 Palavra ilegível no documento.
- 493 *Tribuna da Imprensa*, 2 de março de 1956.
- 494 “Guarda em São Conrado é alma do outro mundo”, Última Hora, 10 de dezembro de 1956.
- 495 A chamada Lei do Inquilinato foi promulgada em 1952, e renovada nos anos posteriores, continuando em vigor em 1956. Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/8/1942, Página 12897 (Publicação Original)- Decreto- Lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942; Coleção de Leis do Brasil - 1956, Página 226, Vol. 7 (Publicação Original)- Lei nº 3.085, de 29 de dezembro de 1956.
- 496 No original, “Juá”.
- 497 “Blitz’ policial em Copacabana e Gávea”, Última Hora, 10 de dezembro de 1956.
- 498 *O Jornal e Diário Carioca*, 14 de janeiro de 1958.
- 499 *Diário de Noite*, 14 de janeiro de 1958.
- 500 *Diário Carioca*, 26 de setembro de 1957.
- 501 “Coisas que acontecem”, *Imprensa Popular*, 15 de janeiro de 1958.
- 502 “Guerra aos bandidos da Gávea e do Leblon: salvo conduto para os trabalhadores e residentes”, *Diário da Noite*, 7 de abril de 1958.
- 503 “Domingo Foi Dia de Festa no Morro” *Imprensa Popular*, 23 de novembro de 1954.
- 504 PESTANA, Marco M. *A União dos Trabalhadores Favelados*. Niterói: Eduff, 2016. p. 90.
- 505 AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael S. “O advogado e os ‘trabalhadores favelados’: Antonie de Magarinos Torres e a prática política nas favelas cariocas dos anos 1950 e 1960”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V. 29, N. 59, p. 707-724. Setembro-dezembro, 2016, p. 709.
- 506 GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 153.
- 507 O período de atuação mais intensa da UTF na cidade se estendeu de 1954 a 1960. Em 1957, a associação foi acusada de subversão da ordem política e social, sendo fechada pelo DPS naquele ano, porém, ela voltou a atuar no ano seguinte. PESTANA, Marco M. *A União dos Trabalhadores Favelados*. Op. cit., p. 101.
- 508 De início, a UTF contava com representantes do Salgueiro, Formiga, Mangueira, Santa Marta, Macaco, Esqueleto e Coelho Netto e, pouco tempo depois, Providencia, Candelária, Jacarezinho, Juramento, Macedo Sobrinho e Alemão. PESTANA, Marco M. *A União dos Trabalhadores Favelados*. Op. cit., p. 90.
- 509 GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 153; 154.
- 510 “Cidade Aberta”, *Imprensa Popular*, 10 de novembro de 1955.
- 511 *Imprensa Popular*, 30 de agosto de 1955.
- 512 No original, “Casimiro”.
- 513 *Imprensa Popular*, 3 e 6 de março de 1956.
- 514 FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961” In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da nacional – estatismo*. Op. cit., p. 333-339.



- 515 “Meio milhão de favelados com Juscelino e João Goulart”, *Imprensa Popular*, 25 de setembro de 1955.
- 516 *A Noite*, 24 de setembro de 1956; *Diário da Noite*, 24 de setembro de 1956.
- 517 “Apoiando as Forças Democráticas Defendemos Nossas Casas e Direitos”, *Imprensa Popular*, 16 de novembro de 1955.
- 518 FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961” In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional – estatismo*. Op. cit., p. 333-339.
- 519 *A Noite*, 24 de setembro de 1956.
- 520 Nos arquivos do DPS consta os mesmos nomes como representantes da Rocinha que assinaram o manifesto. *Arquivo do Estado do Rio de Janeiro*. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social (DPS); título: União dos Trabalhadores Favelados, notação 293; título: Movimentos Políticos Comunistas, notação 246;
- 521 Ver capítulo 2.
- 522 PESTANA, Marco M. *A União dos Trabalhadores Favelados*. Op. cit., p. 115.
- 523 Em seu estatuto, a associação definiu esses dois aspectos como sua finalidade principal de atuação e luta. LIMA, Nisia. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro*. Op. cit.
- 524 GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 180.
- 525 *Imprensa Popular*, 24 de janeiro de 1954.
- 526 *Diário da Noite*, 25 de outubro de 1954.
- 527 *Arquivo do Estado do Rio de Janeiro*. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), título: União dos Trabalhadores Favelados, caixa 2434, notação 293.
- 528 SEGALA, Lygia. *Varal de Lembranças*. Op. cit., p. 66.
- 529 GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 159 -163.
- 530 PESTANA, Marco M. *A União dos Trabalhadores Favelados*. Op. cit., p. 109; 110.
- 531 GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro*. Op. cit., p. 178.
- 532 Disponível em: <http://memoriariocinha.com.br/> (Consultado em setembro de 2019).







**Mariana Barbosa Carvalho da Costa** possui Licenciatura em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011), mestrado (2014) e doutorado (2019) em história social da cultura pela mesma Universidade. Recebeu o Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos pelo trabalho intitulado *A Rocinha em construção: a história social de uma favela na primeira metade do século XX*, concedido pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em 2019. É membro do Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT/UFRJ) e do Laboratório de Conexões Atlânticas (PUC-Rio). Seus interesses se voltam para a área de Brasil República, Mundos do Trabalho e História Urbana, com ênfase em história das favelas do Rio de Janeiro.